

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Entre a *caserna* e a *rua*: o dilema do
"pato". Uma análise antropológica da instituição policial
militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI.

Niterói, agosto de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Entre a *caserna* e a *rua*: o dilema do
"pato". Uma análise antropológica da instituição policial
militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. ROBERTO KANT DE LIMA

Niterói, agosto de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador - Dr. ROBERTO KANT DE LIMA
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA PINTO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. JORGE DA SILVA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

À Raysa, minha filha, e à Cláudia, minha mulher, que entenderam com resignação os momentos que lhes foram subtraídos na dedicação a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais Sebastião Inácio e Neuza Gama, pela bondade e firmeza de caráter com que sempre se conduziram, transmitindo-me valores que me marcaram profundamente a ponto de representarem para mim, quase que uma obrigação, uma questão de honra mesmo, a sua retransmissão a quem partilhasse de minha convivência. Creio que, assim, suas presenças puderam ser percebidas em minhas atitudes, por mais simples que elas fossem.

Ao amigo Wilson de Araújo Filho pela amizade simbiótica, com a troca de informações valiosas e de opiniões sinceras que muito me auxiliaram na confecção desta monografia.

Ao meu paciente orientador, Roberto Kant de Lima, que não desacreditou na possibilidade deste trabalho, mesmo diante de todos os problemas pelos quais eu passei para concluí-lo.

Aos cadetes e oficiais da Academia de Polícia Militar D. João VI que, por meio das ações por mim observadas, deram vida a este trabalho e me fizeram refletir a cada dia mais sobre minha própria Corporação. As percepções argutas presentes nas entrevistas que me forneceram deixaram-me num movimento helicoidal de conclusões e cogitações extasiantes, quase transformando o final da pesquisa num sonho inalcançável, não fosse o retorno obrigatório ao rigor metodológico e o espaço limitado de uma dissertação.

Aos meus amigos do curso de mestrado Anamaria, Durval, Ana Amélia, Rosângela, que, sabendo de minhas limitações de neófito na área das ciências sociais, procuraram me ajudar de todas as formas com as teorias e categorias sociológicas. Em especial, à Haydé Caruso, grande incentivadora e responsável por meu retorno ao mestrado para o término desta pesquisa.

Ao amigo Mário Sérgio de Brito Duarte, que o destino generosamente pôs ao meu lado nesses últimos anos de minha trajetória profissional e com quem travei interessantes debates para o desenvolvimento de algumas idéias aqui presentes, mesmo que em alguns momentos elas tivessem surgido a *contrario senso*.

Às amigas, já quase policiais militares e sempre incentivadoras, Jacqueline Muniz e Luciane Patrício.

Àquelas que me receberam no Instituto de Segurança Pública – ISP e companheiras do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas – NUFEP, Ana Paula Mendes de Miranda, Kátia Sento Sé Mello e Lana Lage, com quem tive a oportunidade de compartilhar idéias interessantes.

A todos os amigos do ISP, em especial àqueles que contribuíram diretamente para a finalização deste trabalho, Thiago Soliva, Kelson, Biral, Capitã Rosana, Cabo Alessandro e Soldado Diego.

E, por fim, mas sem menos importância, a todos aqueles que na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro contribuíram e ajudaram-me nessa concretização. Todos saberão a quem me refiro e, de certa forma, poderão se reconhecer nas linhas desse trabalho. Porém, citar nomes, individualmente, certamente far-me-ia cair num erro lamentável, por quaisquer eventuais lapsos de uma memória que já não me é boa, o que, sem dúvida, seria uma ingratidão sem tamanho, que nem todas as erratas do mundo tipográfico, juntas, poderiam corrigir.

Dentro de mim existe
um deus e um demônio
que são tão amigos
mas tão terrivelmente amigos
que ficam juntos
tomando porre
e dizendo besteira.

Bruna Lombardi (1976)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise antropológica da instituição policial militar, a partir de uma etnografia realizada durante os anos de 2003 e 2008, na Academia de Polícia Militar D. João VI (APM), da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), por um pesquisador nativo, oficial da própria corporação pesquisada.

Como espaço designado pela PMERJ para a iniciação e socialização de seu futuro oficial que ali passa os três primeiros anos de sua carreira realizando o Curso de Formação de Oficiais (CFO), a APM tornou-se um *locus* privilegiado para se pensar a própria Corporação através da intensa atividade simbólica que ali se produz por ocasião daquele rito de passagem.

Ao serem problematizados, os ritos militares da APM “disseram coisas” que desconstruíam a aparente ordem militar com a qual aquele universo institucional se representava, deixando latente a seguinte questão: por que uma iniciação eminentemente militarista na APM, que, além de militar é também uma academia policial, onde a ideologia militar engloba e descarta sistematicamente o lado policial de seu fazer prático?

Foi tentando responder tais questões, que o presente trabalho pôde desvendar uma instituição com aspectos identitários de outras duas instituições - a policial e a militar - e que, nesse sentido, apresentava um dilema identitário que a colocava entre um fazer militar e um fazer policial, ou seja, entre a *caserna* e a *rua*.

Palavras-chave: Polícia Militar, socialização policial, rituais, ritos militares, rito de passagem, formação policial militar.

RÉSUMÉ

Ce travail présente une analyse anthropologique de l'institution policière militaire, à partir de l'ethnographie réalisée pendant les années de 2003 et 2008, dans l'Académie de Police Militaire D. João VI (APM), de la Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), par un chercheur natif, officiel de la corporation cherchée elle-même.

Comme espace désigné par PMERJ pour l'initiation et socialisation de son avenir officiel, qui là passe les trois premières années de sa carrière en réalisant le Curso de Formação de Oficiais (CFO), APM s'est rendue un locus privilégié pour se penser la Corporation elle-même à travers l'intense activité symbolique que là il se produit à l'occasion de ce rite de passage.

Quand ceux rites militaires de l'APM ont été mis comme une problématique, ils « ont dit des choses » qui contrariaient l'évident ordre militaire avec laquelle cet univers institutionnel se représentait, en laissant latent la suivante question: pourquoi une initiation éminemment militariste dans APM, qui, au début est aussi une académie policière, outre militaire, où l'idéologie militaire englobe et rejette systématiquement le côté policier de son faire pratique?

Il a essayé de répondre à telles questions, que le présent travail a pu démasquer une institution avec des aspects identitaires d'autres deux institutions - la policière et la militaire -, qui, dans ce sens, en présentant un dilemme identitaire qui la posait entre un faire militaire et un faire policier, ou, dans d'autres mots, entre la caserne et la rue.

Mots-clé: Police Militaire, socialisation policière, cérémonials, rites militaires, rite de passage, formation policière militer.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – APM D. João VI (efetivo/2003) Relação Masculino/feminino.....	122
GRÁFICO 2 - Chefia.....	142
GRÁFICO 3 – Alterações por turma.....	143
GRÁFICO 4 – No apartamento.....	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Matérias do Ensino Fundamental.....	81
TABELA 2 - Matérias do Ensino Profissional.....	82
TABELA 3 – Total da carga horária.....	83
TABELA 4 – Controle de punições.....	140

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Vista de satélite da Fazenda dos Affonsos.....	35
FIGURA 2 – Figura 2 – “Adaptandos” e “adaptadores”.....	46
FIGURA 3 – “Adaptandos” com o “bichoforme”.....	50
FIGURA 4 – A Guarda bandeira.....	55
FIGURA 5 – Os “donos do ritual” no palanque das autoridades.....	57
FIGURA 6 – A consagração do Espadim de Tiradentes. Guarda de Honra ao fundo...59	
FIGURA 7 – Grupamento de Formandos.....	63
FIGURA 8 – O primeiro colocado recebe a sua espada.....	64
FIGURA 9 - A “favelinha”.....	90
FIGURA 10 – O “paradão” segue.....	104
FIGURA 11 – Apresentação do “paradão” para o hasteamento da Bandeira.....	105
FIGURA 12 – A punição ritual do cadete no CFO.....	156

FIGURA 13 - Os duendes (zero-um e zero-dois).....	173
FIGURA 14 - O Mago dos Affonsos.....	175
FIGURA 15 - O Homem de Lata e Espantalhoso.....	176
FIGURA 16 - Dorothy, Espantalhoso, Homem de Lata, com o Leão à frente.....	179
FIGURA 17 - Dorothy recebe sua “goiabada”.....	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. DILEMAS E PARADOXOS INSTITUCIONAIS: Alguns <i>insights</i>	7
1.1. A <i>metáfora do pato</i> na teoria nativa.....	7
1.2. Um modelo dual de polícia.....	10
1.3. A estética militar como marca paradigmática.....	24
1.4. Ferramentas analíticas.....	29
1.4.1. A <i>Caserna</i> e a <i>Rua</i>	29
1.4.2. Sobre o ritual militar.....	32
2. O PALCO DO RITUAL.....	35
2.1. Academia de Polícia Militar D. João VI.....	35
2.2. “Os profissionais não se improvisam...”.....	38
2.3. Do espadim à espada. Os ritos de passagem.....	42
2.3.1. A “ <i>adaptação</i> ”.....	44
2.3.2. A “ <i>Incorporação dos Novos Alunos</i> ”.....	49
2.3.3. O “ <i>Espadim de Tiradentes</i> ”.....	52
2.3.4. O “ <i>Aspirantado</i> ”.....	59
2.4. Considerações preliminares sobre o simbolismo da espada.....	65
3. A ROTINA.....	73

3.1. Interiorizando a <i>caserna</i>	73
3.2. A Estrutura organizacional.....	75
3.3. O Curso de Formação de Oficiais.....	78
3.4. Uma pedagogia informal.....	90
3.4.1. O trote.....	92
3.4.2. “Império Ímpar” <i>versus</i> “Soberania Par”.....	97
3.4.3. Com o “bumbo no pé direito”.....	99
3.4.4. Ordem, limpeza e controle.....	108
3.4.5. O Cadete-Padrão e a “política do CA”.....	111
3.4.6. Serviços e “alterações”.....	123
4. UM DUELO SIMBÓLICO.....	134
4.1. O ritual punitivo.....	134
4.1.1. Enquanto isso, a “naba voava”.....	135
4.1.2. “Invente uma historinha, aluno”.....	146
4.1.3. “Até que enfim é sexta-feira”.....	152
4.1.4. Hora da “porrada”. O drama da punição.....	156
4.1.5. “Isso tudo é um teatro”: Estigmas e estratégias na “ilha da fantasia”..	165
4.2. A revanche dos cadetes.....	170
4.2.1. “Semana Cultural”.....	170
4.2.2. “Cadê a minha goiabada”. Dorothy no “Show da virada”.....	172
4.2.3. Resumo da Ópera.....	181
4.3. Sobre os rituais da APM.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS.....	197

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por base a etnografia que realizei na Academia de Polícia Militar (APM) D. João VI, entre os anos de 2003 e 2008. A APM é o espaço designado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) para a formação de seu futuro oficial, que, ali, durante os três primeiros anos da carreira, realiza o Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Meu foco foram os ritos militares que são promovidos com tamanha recorrência na APM e com os quais lancei luz nos valores que estão em jogo na aquisição do que poderia chamar de identidade policial militar. As observações se estenderam à dinâmica de uma “arena” de tensões como se revelou o campo sociocultural da APM, onde os conflitos surgidos entre os vários grupos que o compõem eram ainda dramatizados numa dimensão simbólica.

Os dados foram obtidos com a “participação-observante” de um pesquisador-nativo que se propôs estudar a própria instituição a qual pertence, pois, como oficial da PMERJ desde 1985, eu já participava da cultura profissional que agora, como pesquisador, deveria observar. Nesse sentido, tendo de inverter o binômio malinowiskiano, eu não precisei “virar um nativo”, porquanto eu já o era.

Com relação a meu “problema”, creio que ele foi se construindo concomitante a minha própria trajetória no oficialato policial militar, desde que ingressei na então Escola de Formação de Oficiais (EsFO). Considero, portanto, que alguns aspectos preliminares dessa trajetória sejam mesmo relevantes para a apresentação do objeto que será focado neste trabalho.

Após concluir meu CFO, no final de 1987, trabalhei em vários batalhões da PMERJ (BPM); a maioria na capital do estado. Em 2000, já como major, retornei à APM para comandar o seu Corpo de Alunos (CA). Naquela oportunidade, alguns detalhes me chamariam a atenção. O primeiro, e talvez o principal deles, foi, sem dúvida, o de ter de reaprender a me comportar adequadamente conforme as normas e regulamentos nativos, principalmente por ocasião das solenidades que, ali, junto com as disciplinas do CFO, eram promovidos com frequência maior que em qualquer outro batalhão pelo qual eu já havia

passado. Como Comandante do CA, tive de conduzir várias delas e precisei relembrar significados que eram produzidos e reproduzidos naquelas ocasiões solenes. Isso foi, no mínimo, um desafio intrigante, pois, num grupo em que os ritos militares eram extremamente valorizados, meu eventual desconhecimento sobre a forma de como conduzi-los parecia colocar em xeque minha própria identidade profissional perante meus companheiros oficiais.

No final daquele ano, cumprindo mais uma etapa da minha carreira profissional, deixei a APM para realizar o curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, na Universidade Federal Fluminense (UFF), então coordenado pelo Professor Roberto Kant de Lima. Naquela oportunidade tive a oportunidade de ter um primeiro contato com o instrumental teórico-metodológico da antropologia, que me pareceu interessante para analisar cientificamente o objeto que já começava a se definir. No ano seguinte, comecei o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF, ao mesmo tempo em que continuava com minhas atividades profissionais na PMERJ. Foi então que, no final de 2003, eu voltei à APM, agora como um pesquisador-nativo, para observar seus ritos. Na ocasião, interessei-me especialmente por um dele, não exatamente um daqueles eventos pomposos que os nativos chamam de “solenidades”, com as quais nos apresentamos ao público externo para representarmos a instituição militar. Ao contrário, era um rito interno que dramatizava o processo punitivo disciplinar a que os alunos da APM são periodicamente expostos quando se desviam do padrão de comportamento estabelecido pela APM.

Em 2004, já tendo concluído as disciplinas do mestrado e de posse de um considerável material etnográfico, eu escrevia minha dissertação quando alguns problemas de ordem familiar e profissional lamentavelmente me obrigaram a deixar o Programa. Mas, apesar desse abandono compulsório, meu “problema” não havia me abandonado. Continuei refletindo sobre ele e, como participante da cultura nativa, tornei-me um observador privilegiado; esforcei-me ao máximo no exercício de estranhamento a que um pesquisador-nativo deve se impor, e revi meus dados. Creio que, assim, pude atentar melhor para algumas questões que antes não havia percebido: elas me pareciam bem mais claras agora. Elementos condensados naqueles momentos especiais que a perspectiva antropológica me permitiu chamar de rituais apontavam para um conflito estrutural que parecia perpassar não só o ambiente sociocultural da APM, mas também a Corporação como um todo. Aquele conflito muito provavelmente fazia parte de um cotidiano que eu teria de inserir no objeto do trabalho se quisesse tentar entender meu problema a partir do que aqueles ritos “diziam”. Afinal, eles não estavam soltos

no mundo; ao contrário, pareciam fazer parte de um sistema nativo de comunicação simbólica. Foi assim que percebi a instituição policial militar como um fato social total, onde havia outros domínios em que o ritual militar não era tão recorrente quanto na APM; onde ele nem era identificado como um elemento da cultura nativa; onde, aliás, ele era até rejeitado. Nesse sentido, minha questão se ampliava: agora eu queria saber não só o que os ritos significavam, mas também o porquê de eles estarem ali na APM, de uma maneira tão presente, até mais do que em qualquer outro domínio social da PMERJ.

Após ter superado os problemas que inicialmente me impediram de prosseguir no mestrado, reingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, em 2007, para retomar minha pesquisa e concluir meu curso com o presente trabalho. Agora ele conta com essas reflexões que incluem observações da dinâmica social da APM, fundamentais para a compreensão dos significados nativos do sistema ritual do qual passou a ocupar meu trabalho. Assim, além dos ritos punitivos, ele contempla ainda algumas solenidades que marcam a passagem dos futuros oficiais por aquele local designado pela Corporação para a construção social de sua identidade.

Nesse sentido, a APM D. João VI revelou-se um *locus* privilegiado, não só para a observação do ritual militar, mas para a observação da própria instituição policial militar. Primeiro, porque, como nós nativos sabemos, é o domínio onde os ritos militares são promovidos com maior ênfase e frequência na PMERJ; depois, porque nessas ocasiões seus valores e representações estão suspensos e realçados e, portanto, mais acessíveis ao olhar etnográfico.

Foi assim, que pude perceber na APM uma socialização apenas parcial da instituição policial militar, onde prevaleciam valores eminentemente militares. Ali, naquele primeiro espaço de socialização do oficial policial militar, uma outra parte da instituição que, em tese, deveria compor seu fazer prático, ou seja, a parte policial, orientada talvez pelo paradigma a que chamei de *rua*, era sistematicamente rejeitada pelo paradigma da *caserna*. Foi assim que surgiu a hipótese de identidades múltiplas formadas pelo conflito paradigmático entre duas ideologias prevalentemente distintas, que estruturam os diferentes espaços institucionais da PM: a *caserna* e a *rua*.

Em “campo”, optei por adotar estratégias cautelosas de abordagem a meus sujeitos observados, sobretudo os cadetes que, em virtude da preocupação e da desconfiança que, nesses momentos de iniciação, a maioria deles desenvolve com relação aos oficiais, poderiam prejudicar as entrevistas. Isto devido ao imbricado sistema de controle social construído

naquele espaço, cuja estrutura muitas vezes opõe esses dois grupos, como veremos adiante. Dessa forma, preferi inicialmente observar e anotar suas rotinas, até que, com o tempo, quando percebi que já podia me aproximar e abordá-los com mais tranquilidade, passei a arriscar entrevistas, que só paravam quando as respostas já não acrescentavam mais nada de novo para tema que eu me propunha explorar no momento¹.

Foi-me necessário também um exercício extra de “estranhamento”, ainda mais disciplinado que o da praxe etnográfica. Muitos dados que a princípio me pareciam óbvios se transformavam em verdadeiras armadilhas “naturais” para o nativo, exigindo do pesquisador um rigor ainda maior. Se por um lado as portas e atalhos da instituição estavam abertos para o nativo, os caminhos do “campo”, por vezes, ofereciam essas armadilhas para o pesquisador. Talvez eu não tenha conseguido escapar de todas, mas com certeza me desvencilhei de muitas, tal qual os cautelosos *Ndembu* da antiga Rodésia do Norte que deixavam “marcas de caçador” nas cascas das árvores para terem como voltar das perigosas florestas de sua tribo (TURNER, 2005).

A pesquisa teve, portanto, dois períodos. O primeiro ocorreu entre 2003 e 2004, quando realizei, ao todo, doze visitas à APM, observando ritos punitivos e entrevistando cadetes e oficiais. O segundo, entre 2007 e 2008, quando, após ter resolvido os problemas que me fizeram abandonar o mestrado, retornei a campo para pesquisar outros rituais que compunham a dinâmica sociocultural pela qual passaria a observar a APM.

Foi no final do primeiro período da pesquisa, mais precisamente no primeiro semestre de 2004, que coincidentemente aconteceu a minha segunda transferência profissional para a APM, onde eu seria o subcomandante. Nesse momento, resolvi mais uma vez recuar nas entrevistas e dedicar-me apenas às observações. No segundo período da pesquisa, eu já trabalhava como adido ao Instituto de Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (ISP/SESEG), estando, portanto, afastado de meu “campo”, pelo menos o suficiente para que as entrevistas não fossem prejudicadas. Assim, pude realizá-las mais tranquilamente, sem me preocupar tanto com essas condições em que elas eram concedidas. Foi nesse segundo momento que tive a oportunidade de observar as solenidades da “Recepção aos Novos Alunos”; do “Espadim” e da “Espada”. Em conjunto, eles apresentavam um discurso simbólico que dramatizava ritualmente a passagem dos cadetes pelo CFO.

¹ Ao todo foram quarenta e dois entrevistados, entre alunos e oficiais.

Assim, aproveitando principalmente o referencial teórico de Victor Turner, abordei o CFO como um rito de passagem num processo de mudança de estado do futuro oficial da PMERJ. Por sua riqueza simbólica, a fase liminar se tornou extremamente atraente ante o olhar etnográfico. A iniciação militar que ocorria na APM apresentava mesmo essa fase crítica - e sobretudo perigosa - da vida dos cadetes que, rumo ao oficialato, não estavam nem aqui nem lá - *betwixt and between* -, numa situação interestrutural em relação à sociedade geral (TURNER, 2005, p.137). Observei que era exatamente naquele momento, a partir dos conflitos havidos entre os valores que estavam em jogo na interiorização de um novo *ethos*, que a instituição procurava controlar com o maior rigor esse processo de mudança estatutária. Foi assim que o ritual punitivo permitiu-me entender a maneira como a instituição encarava suas contradições que, diante da tensão entre os valores reproduzidos pela *caserna* e os que os cadetes traziam de suas socializações anteriores, ficavam cada vez mais expostas.

As práticas que compunham a dinâmica daquele “campo sociocultural”, palco de disputas paradigmáticas (TURNER, 2008, p. 15), puderam ser exploradas a partir de duas categorias de análise: a *caserna* e a *rua*. Estas serviram de pólos ideais num *continuum* institucional com o qual vislumbrei uma gama de papéis construídos a partir da maneira diferenciada pela qual os indivíduos incorporavam o seu novo *habitus*. Nesse sentido, pude observar ainda um duelo simbólico entre o discurso produzido nos ritos punitivos e o discurso produzido no “Teatro dos Cadetes”, que acontecia anualmente durante a “semana cultural”, quando os cadetes, antes de iniciarem suas férias de meio de ano, elaboravam e participavam de eventos criativos com o fito aparente de mostrarem seus “talentos”. Mas, por outro lado, o “teatro” servia também para contemplar a representação simbólica desse conflito segundo o ponto de vista dos cadetes. O de 2006 havia sido particularmente emblemático por apresentar esse duelo de uma forma acirrada. Muito provavelmente tenha sido por esse motivo que ele deixou de ser promovido nos anos posteriores.

Se, por um lado, havia o ritual punitivo para o ajuste permanente das ambigüidades percebidas nos cadetes, por outro, havia também o discurso ritual do “teatro dos cadetes” que simbolicamente atacava o comportamento individual dos oficiais julgados inadequados para o desempenho de seus papéis sociais. Dessa forma, decidi reconstituir o “teatro” naquele seu último contexto, com base no vídeo e nos depoimentos de alguns nativos que o protagonizaram na época, tanto cadetes quanto oficiais.

Assim, o trabalho ficou dividido em quatro capítulos. O primeiro trazendo *insights* ocorridos no período em que me vi afastado da pesquisa de campo, somados à construção de

um ferramental analítico que desse conta dos dados etnográficos da pesquisa, incluindo ainda uma discussão teórica acerca de ritual e de como ele será tratado na etnografia. O segundo trazendo uma análise das solenidades oficiais observadas por mim na APM. O terceiro falando da rotina da APM e de como as representações ali construídas, cujos vestígios EU detectei nos rituais, se manifestavam na prática nativa. Finalmente, o quarto capítulo trazendo uma análise do duelo ritual travado a partir das diferentes representações construídas pelos grupos posicionados e incorporadas por seus indivíduos na dinâmica do campo sociocultural da APM.

1. DILEMAS E PARADOXOS INSTITUCIONAIS: Alguns *insights*

1.1. A METÁFORA DO PATO NA TEORIA NATIVA.

A gente faz tudo mesmo... prá tudo que é missão tá lá a PM... e, apesar de tudo, a gente tá sempre sendo esculachado. Ninguém gosta da gente, só precisa... Na hora do sufoco só se lembram da PM. Somos o patinho feio. O bonitinho é o Exército. Acham que com o Exército nas ruas a situação vai melhorar, mas é coisa de tempo; vão ter os mesmos problemas, de corrupção também, e ainda por cima vão perder as armas porque, quando o bicho pega, eles se perdem; têm medo; não estão acostumados. (sargento da PMERJ com 18 anos de serviço)

A Academia de Polícia Militar D. João VI é o local onde as cerimônias militares são promovidas com mais ênfase e frequência na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, os cadetes treinam a exaustão. Não raro, eles são chamados para realizar esse tipo de trabalho simbólico por ocasião das solenidades militares em que a Corporação se faz representar. Assim ocorre, por exemplo, quando realizam o que os militares chamam de “Guarda de Honra”, grupamento que compõe esteticamente a paisagem militar das solenidades; ou ainda, quando participam do desfile cívico do dia da pátria, juntamente com outras corporações militares; ou do desfile de “21 de abril”, em homenagem a Tiradentes, patrono das polícias militares brasileiras.

Entretanto, há um outro lado da instituição – digamos o lado policial -, que não é tão especializado nesse trabalho simbólico. Mas antes mesmo de tentar querer entender os significados desses rituais militares, creio que seja interessante perguntar por que eles estariam ali na APM, daquela maneira tão enfática, numa das unidades de ensino da Corporação que, além de militar, também é policial.

Quando fazia meu “campo”, na primeira parte da pesquisa, ouvi de alguém a seguinte frase: “A PM é um pato” [?]. Registrei. Ao retomar meus trabalhos, mais atento ao exercício de estranhamento contínuo que um pesquisador-nativo deve se impor, resolvi investigar aquela sentença. Percebi que se tratava de uma comparação a que o nativo geralmente recorre quando quer explicar, de uma maneira até irônica, o *savoir-faire* da Polícia Militar². Desde o meu ingresso na PMERJ eu já a conhecia e achei interessante “estranhá-la” agora, mas dessa

² Quando o texto trazer o termo “Polícia Militar”, ou mesmo sua abreviatura (PM), é porque naquele momento me refiro à instituição que, de uma maneira geral, se encontra sedimentada em toda sociedade brasileira, a partir de uma origem comum. Entretanto, cada unidade da federação apresentou peculiaridades que fizeram com que, ao longo da história, essas organizações recebessem diferentes denominações no âmbito de seus territórios. Hoje, de uma maneira mais uniforme, elas são todas PM de algum estado, e, no caso do estado do Rio de Janeiro, temos a PMERJ. Assim, quando me referir especificamente à corporação policial militar fluminense, o texto virá com o seu nome abreviado ou por extenso.

vez tentando entendê-la também como uma “teoria nativa”, cuja explicação rica de detalhes me foi fornecida por um oficial da própria APM num bate-papo descontraído.

“A primeira vez que ouvi isso? Eu acho que foi quando eu ainda era cadete e estava fazendo um estágio junto com minha turma no CER³. Lembro que, na ocasião, um coronel que dava uma palestra perguntou para a turma o seguinte:

Se a PM fosse um animal, qual deles vocês acham que seria?

Como ninguém pareceu ter entendido a pergunta do coronel, ou se entendeu não arriscou a respondê-la, ele continuou todo professoral:

Senhores, na natureza há vários animais que se destacam; cada um dentro de suas especialidades. Eles têm habilidades soberanas que os deixam no topo da cadeia alimentar. Vejam, por exemplo, o tubarão, rei dos mares que mesmo com toda aquela estrutura consegue sentir o cheiro do sangue de sua presa a quilômetros de distância. Que criatura não teria medo do tubarão? Quantas conseguiriam escapar de sua rota predatória?

No céu temos a águia altiva e majestosa, símbolo do país mais poderoso do mundo, capaz de voar a altas velocidades e ainda enxergar sua presa a muitos metros de distância. Ela é, sem dúvida, a rainha dos ares...

E na terra? O que dizer de um felino esguio com uma anatomia perfeita para correr como o guepardo? Quando ele caça, atinge fácil os 60 km/, por isso leva muita vantagem quando disputa com outros predadores.

Como os senhores mesmos podem ver, não dá para comparar a PM com nenhum desses animais. No entanto, temos o pato, bicho metido a eclético, mas que não nada como o tubarão, não voa como a águia (se aquilo puder ser chamado de vôo...) e não corre como o guepardo. Então, senhores, a PM é esse pato que nada corre e voa, mas nada mal, voa mal e corre pior ainda. Ainda por cima faz cagada por onde passa... E somos nós que pagamos esse ‘pato’.”

É evidente a ironia nessa maneira recorrente de se representar e ser representado. Há nela certo sarcasmo com relação ao que a PM faz e à maneira como ela é vista exatamente pelo que faz. Mas, talvez, esse *complexo de pato* possa mesmo ser analisado como uma metáfora que, ao ser trazida do mundo animal, explique aspectos idiossincráticos da própria instituição policial militar, senão vejamos.

Segundo a multivocalidade observada por Turner (2008, p.24) a partir da “visão interativa” de Richards, Max Black, e mesmo Nisbet, a “metáfora é a maneira que nós temos de efetuar a fusão instantânea de dois domínios de experiências distintos em uma imagem iluminadora icônica e englobadora” (NISBET apud TURNER, 2008, p.21). Uma metáfora seria, então, a expressão em que dois sujeitos - o principal e o subsidiário - representam diferentes “sistemas de coisas” em interação, o que ajudaria a engendrar um pensamento no qual as características não conceituadas de um primeiro sujeito seriam iluminadas por aquelas

³ Trata-se do então Centro de Especialização e Recompentamento de Praças da PMERJ, que há poucos anos se transformou no CQPS.

já conhecidas de um segundo. É com Black que Turner nos lembra ainda que “toda a metáfora é carregada de ironia e provoca uma releitura dos papéis” (apud TURNER, 2008, p.25).

No rastro desses autores que vêm as “premissas metafóricas” de determinados paradigmas como instrumentos capazes de gerar hipóteses para a transformação de arquétipos ou de “metáforas-radicais”, Turner conclui que “talvez toda ciência deva começar com a metáfora e terminar com a álgebra”. (CF. TURNER, 2008, p. 22). Nesse caso, decidi procurar por alguma álgebra na PM que eventualmente tenha surgido dessa *metáfora do pato*. Para incrementar mais ainda esse meu raciocínio, resolvi também trazer à baila das discussões a, não menos lembrada pelos nativos, fábula do “patinho feio”, que junto com a *metáfora do pato* sugere uma espécie de *mitologia nativa do pato*.

Pelo que já sabemos, ela trata do drama de um filhote de cisne que, tendo nascido por engano numa ninhada de patos, é sistematicamente rejeitado - quando não humilhado - pelos demais personagens, em razão mesmo dessa sua condição de “estranho no ninho”. A reflexão que ela nos leva é a de entender a PM como uma instituição “estranha no ninho”, vivendo às voltas com suas próprias ambigüidades, sejam elas culturais, históricas ou institucionais. Tal como o pato, ela também reúne diferentes lógicas e/ou paradigmas para a construção de seu fazer prático.

Por esse prisma iluminador que a *metáfora do pato* nos sugere, podemos analisar a PM como uma instituição múltipla, abrigando aspectos de outras instituições já definidas no cenário ocidental. Trata-se da junção de diferentes lógicas paradigmáticas num único arcabouço institucional, cuja ambigüidade marca seus indivíduos com a força que as representações coletivas exercem sobre comportamentos individuais. Afinal de contas, somos nós mesmos, seus nativos, que a representamos como essa *instituição-pato*, organizada a partir de um dilema básico que a todo o momento nos lembra que, além de sermos militares, somos também policiais. É por isso que “*a gente faz tudo mesmo... prá tudo que é missão tá lá a PM...*”. Somos também o patinho feio quando olhados com desconfiança tanto por policiais quanto por militares. Pelos primeiros, por não possuímos o chamado “ciclo [policial] completo”, o que não nos permitiria realizar o trabalho policial até o seu final, quando os criminosos presos são levados às barras da justiça, já que a investigação não faria parte de nossa atribuição constitucional⁴, além do mais, “tiras” vêm policiais militares como

⁴ A Constituição da República Federativa do Brasil ainda revela uma maneira dicotômica de o Estado tratar a questão da segurança pública, ao dividir, nos estados-membros, a função policial entre duas corporações que disputam o monopólio do uso legítimo da força. De acordo com o artigo 144, § 4º, cabe às polícias civis a chamada polícia judiciária com a função de investigar crimes comuns e, às polícias militares, o policiamento

“milicos” de movimentos “rígidos” e inteligência curta. Pelos segundos, porque para os militares genuínos somos uma instituição militar de segunda categoria, primeiramente por não estarmos diretamente ligada ao poder nacional, depois, por não sabermos praticar ritos militares com a mesma desenvoltura com que eles os promovem e, por último, por sermos uma tropa “largada” que frequenta o submundo poluído do “paisano⁵”, de onde adquirimos posturas impuras, inconcebíveis para a prática e a “estética militar”. Aqui a instituição policial militar despertaria aquela mesma ansiedade que as aberrações anômalas causam às nossas classificações e, conseqüentemente, à ordem institucionalizada, como nos mostrou Mary Douglas (1991).

1.2. UM MODELO DUAL DE POLÍCIA

É importante ressaltar que essa ambigüidade institucional da PM não passa despercebida por muitos de seus próprios integrantes. O coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná, Wilson Odirlei Valla (2004), por exemplo, as destaca sob um ponto de vista histórico, alegando que as polícias militares seriam “forças híbridas” dentro da dicotomia com que foi construído o sistema de segurança pública brasileiro.

A força policial brasileira seguiu tradições recebidas de Portugal, tendo na base uma estética militar diversa daquela tradicionalmente utilizada pela polícia civil. Esta tem por função exercer a atividade de polícia judiciária e, por objetivo, a busca da autoria e da materialidade do ilícito penal. Historicamente, pode-se dizer que as presenças das **forças públicas estaduais** contribuíram para que a Federação Brasileira se consolidasse em breve espaço de tempo. Isto porque aquelas, hoje denominadas polícias militares, eram forças híbridas. No interior dos Estados, eram forças policiais e seus integrantes realizavam policiamento ostensivo, investigavam e, até há pouco tempo, eram Delegados. Na maioria das capitais, eram forças adestradas e treinadas

ostensivo e a preservação da ordem pública. Nenhuma das duas instituições, no entanto, tem mandado para fazer o chamado “ciclo completo de polícia”, que ao mesmo tempo reuniria investigação repressiva do delito e presença preventiva nas ruas. Além disso, a outra parte dessa função - ou semi-função - policial da PM ainda se encontra atrelada constitucionalmente ao Exército e se estrutura segundo o modelo organizacional burocrático daquela instituição militar, inclusive assimilando seus valores basilares, isto é, a hierarquia e a disciplina militares.

⁵ Essa categoria nativa é usada para se referir, de maneira depreciativa, a tudo o que não faz parte do mundo - e, por conseguinte, da identidade - militar, ou seja, o civil. Eu a encontrei nos discursos dos cadetes da APM com um sentido semelhante ao que foi observado por Celso Castro na Academia das Agulhas Negras (AMAN) do Exército Brasileiro (Cf. CASTRO, 1990, p. 39).

militarmente, de forma acentuada, para a defesa do Estado-Membro (VALLA, 2004, p. 21).

Nota-se o mesmo tom metafórico no discurso de Valla, no momento em que aborda essas “forças híbridas” como um pêndulo oscilando no tempo e no espaço, ora para um lado, ora para outro desses diferentes “fazeres” (o policial e o militar). A principal diferença entre eles, parece ser a estética militar que, apesar de ausente no primeiro, se mantém no segundo graças a ritos e cerimoniais que reproduzem suas estruturas formando uma ilha de tradição no meio da fluidez de nossa modernidade contemporânea⁶.

A instituição militar a que me refiro neste trabalho foi a que, segundo Norbert Elias (1993) se consolidou no Ocidente a partir do surgimento do Estado-nação, momento em que se firmava o pacto político entre o soberano e seus príncipes vassalos (depois cavaleiros e oficiais do exército real). A partir de então, exércitos nacionais puderam se unificar em torno daquela nova “figuração” social⁷. É possível notar aqui uma especialização residual da instituição militar, similar à função externa do campo religioso observado por Bourdieu (2005). Neste sentido, a idéia de “nação” que havia sido fundamental para a construção das identidades e “di-visões” regionais⁸, viabilizando simbolicamente o Estado nacional, era – e parece ainda continuar sendo – também consagrada pelos ritos militares que, ao se utilizarem de símbolos holísticos, como brasões, bandeiras, música e a própria língua, ajudam a tornar “natural” o Estado nacional. Desde sua origem, portanto, a instituição militar reproduziu as próprias estruturas sociais que ajudava a legitimar, na medida em que consagrava os mesmos ideais nacionais e princípios hierárquicos que organizavam a sociedade pré-moderna⁹.

Já a polícia, no sentido contemporâneo, isto é, como uma organização estatal burocrática e permanente, separada de outras funções (militares, administrativas, judiciais

⁶ A noção de modernidade que utilizo neste trabalho é a que resultou da materialização histórica das idéias iluministas no contexto ocidental a partir do final do século XVIII. Bauman (2001), por sua vez, nos aponta uma “modernidade líquida”, se referindo às sociedades ocidentais contemporâneas, que, ao contrário da modernidade clássica, apresentam estruturas cada vez mais fragmentadas e fluídas.

⁷ Sobre essa “sociogênese” do Estado-nação, confira o capítulo II de ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Formação do Estado e Civilização. 2.v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

⁸ Para essa “idéia de região” como produto do “poder simbólico”, ver BOURDIEU, 2002, capítulo V, p. 107-132.

⁹ Vemos em Bourdieu (2005, p. 69-78) que essa função externa do campo religioso de legitimação da ordem política, resulta da “homologia” entre os “campos” religioso e político. Entretanto, é plausível inferir que, apesar do monopólio da Igreja com relação a essa atividade de manutenção da ordem política, enquanto mantenedora da ordem religiosa, a instituição militar também zelava simbolicamente pela manutenção da ordem política, enquanto promovia o seu trabalho ritual de reforço solene do consenso instaurado, distribuindo bens simbólicos de culto à nação, o que parece ocorrer ainda hoje, por ocasião das cerimônias militares.

etc.), “é uma recente invenção ocidental” que “resulta dos esforços de construção de uma concepção de Estado que identificamos como moderna” (MUNIZ, 1999, p. 23). Quando comparada a essas instituições mais longevas (exército e igreja), podemos dizer que ela é, de fato, uma instituição nova, recém-surgida no cenário ocidental.

Nesse sentido, a moderna historiografia de polícia nos tem remetido, invariavelmente, a dois modelos: o francês e o britânico. O primeiro, com origem em França, teria se expandido pelo continente no rastro das invasões napoleônicas. Ele é abrangente na medida em que engloba várias atividades do Estado e se baseia no controle e vigilância dos indivíduos, dentro da idéia do que ainda hoje entendemos por segurança nacional. O segundo teria surgido com a concepção liberal do individualismo inglês, é primeiramente local e visa a atender à comunidade em sua preocupação com a segurança e as liberdades individuais. Segundo Bretas (1997a), essa diferenciação em apenas dois modelos surgiu “na criação da polícia inglesa que tinha o claro propósito de ser diferente do modelo original francês” (BRETAS, 1997a, p. 39). Para o autor, pensar a polícia por meio dessa “dicotomia” é uma perspectiva estreita. Primeiro, pela dificuldade que eles apresentam em definir o que é de fato polícia e o que essa polícia faz, devido a uma variedade de formas com que as agências policiais se apresentam nos diferentes contextos culturais; depois, porque, sob essa perspectiva dicotômica, são desconsideradas especificidades importantes para a compreensão dessa variabilidade (BRETAS, 1997c, p. 81). Bretas (1997a) admite, no entanto, que tais modelos têm conformado as representações coletivas ocidentais, ao alegar haver uma “dificuldade imensa em pensar alternativas, na medida em que a idéia genérica [de polícia] permanece” (Idem, *ibidem*).

É interessante perceber que as representações institucionais do policial ocidental contemporâneo, *grosso modo*, nos remetem a essas “idéias gerais”. Primeiro, como integrante de um corpo organizado para a proteção do Estado contra potenciais sublevações, como ocorre no modelo da *police* francesa (MUNIZ, 1999, p. 24); depois, como o profissional que organiza o espaço público e se utiliza de conhecimentos científicos e de técnicas modernas de policiamento para descobrir e prender criminosos em defesa da sociedade, como o fazem, por exemplo, “tiras”, *bobbies*, ou *Sherlock Holmes* contemporâneos, dentro de uma “matriz britânica” de polícia (Idem, *ibidem*).

Parece haver, nessa perspectiva dicotômica, certo paralelismo com os modelos da tradição jurídica ocidental (BERMAN, 1996) utilizados por Roberto Kant de Lima (1994) em seu estudo comparado entre os sistemas de justiça criminal norte-americano e brasileiro.

Nesse sentido, podemos encontrar neles alguma coincidência nas maneiras de o Estado exercer, tanto o monopólio da produção da verdade jurídica quanto o monopólio da violência legítima. Enquanto o modelo britânico de polícia parece ocorrer em países que adotaram a “*common law tradition*”, pela característica local do direito costumeiro com que o Estado tende a administrar seus conflitos, o modelo da *police* francesa parece se estabelecer em países que apresentaram a “*civil law tradition*”, pela característica administrativa de uma tradição continental baseada na codificação vigilante da realidade social.

Apesar de tudo isso, encontramos consenso no entendimento de que a polícia tenha sido o resultado de uma espécie de divisão do trabalho (militar) durante o curso do “processo civilizador” ocidental. Nesse sentido, ela teria surgido para substituir gradativamente o exército na função de primeiro garantidor da integridade física (segurança interna e territorial) e ideológica (segurança nacional) dos territórios conquistados. Nesta ótica, tanto o exercício interno do monopólio da violência legítima usado como estratégia de controle social e vigilância sistemática de cidadãos, quanto à moderna agenda que passou a contemplar demandas protagonizadas pelo “indivíduo” enquanto produto de uma ordem burguesa ocidental, representariam etapas desse processo de construção da instituição policial no mundo moderno.

Todavia, aqui no Brasil as polícias militares tornaram-se uma variação dessa especialização do fazer policial ocidental, por juntar traços de ambos os modelos (matriz britânica e *police* francesa) num mesmo arcabouço institucional. Creio que essa característica dual de nosso modelo à *brasileira* tenha sido fruto do contexto político em que ele emergiu, isto é, em meio ao “liberalismo moderado” que vacilava entre uma liberdade jacobina e o autoritarismo absolutista (FAORO, 2008, p. 315). Essas corporações, com efeito, permanecem assim até hoje, apresentando um sincretismo similar ao encontrado por outros autores noutras de nossas instituições sociais (DAMATTA, 1990; KANT DE LIMA, 1994).

Portanto, mesmo que polícia e exército tenham tido suas próprias trajetórias no processo civilizador ocidental, cada qual com seus objetivos, lógicas e práticas distintas, a PM brasileira conjuga aspectos de ambas as instituições, formando uma terceira que, não sendo nem uma coisa nem outra, acaba por se transformar no “patinho feio” da história. Assim, dependendo do contexto em que a observemos, ela tem perambulado por esses distintos fazeres ao longo de sua existência, ora como agência policial, ora como força militar, e ora ainda como as duas coisas ao mesmo tempo, característica que paradoxalmente parece ter-lhe dado alguma flexibilidade para sobreviver ao longo desses anos. Essa talvez seja uma

peculiaridade da instituição policial brasileira que possa ser analisada sobre o pano de fundo dos dois tipos genéricos apontados por Bretas (1997a).

É importante ressaltar que o que chamo de *modelo dual brasileiro de polícia* não é uma realidade “naturalmente” dada, mas um construto que, como tal, tem sua história. Sob crítica sociológica, podemos verificar sua gênese nos primórdios do Estado nacional brasileiro, cujo processo de independência avançou em etapas desde a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, até a consolidação das primeiras instituições nacionais, logo após a abdicação de Dom Pedro I (HOLLOWAY, 1997, p. 45).

Para acolher a Corte portuguesa em fuga das tropas napoleônicas foram criadas, num curto espaço de tempo, instituições que tentavam reproduzir por aqui o chamado “Almanaque de Lisboa” (HOLLOWAY, 1997, p. 289). Uma das primeiras instituições criadas naquele momento foi a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Brasil, cujo Intendente Geral, Paulo Fernandes Viana, representava a própria autoridade absoluta do monarca, acumulando amplos poderes, fossem eles legislativos, executivos (policiais) ou judiciais. Além de intendente, Viana também era, nesse sentido, conselheiro do paço e desembargador (HOLLOWAY, 1997, p. 47).

A Divisão Militar de Guarda Real de Polícia da Corte (GRPC) foi criada no ano seguinte no intuito de tornar mais civilizada a nova capital do Império português aos olhos de seus mais novos e ilustres moradores¹⁰. Organizada militarmente com base numa equivalente lisboeta, a Guarda estava subordinada diretamente ao Intendente Geral e tinha por obrigação cuidar da ordem e perseguir criminosos. No entanto, seus métodos espelhavam a mesma brutalidade desregulada das ruas e da sociedade escravocrata em geral¹¹. Com amplos poderes e sem se preocupar com procedimentos legais, nem mesmo *pro forma*, ela agiria assim durante os quase vinte e dois anos de sua existência, na maior parte do tempo investindo contra batuques e rodas de capoeira, escravos, vadios ou tratantes que encontrava no caminho (HOLLOWAY, 1997, p. 48-50).

¹⁰ Cabe lembrar que a aristocracia vivia amedrontada por uma população “incivilizada” que a cercava e pelos ventos liberais que sopravam da Europa e dos Estados Unidos e que o Rio de Janeiro era, naquele momento, o maior porto negreiro do mundo. Sua população de afro-brasileiros, escravos e libertos, somada a de pobres livres era bem maior que a da elite branca. Juntando tudo isso ao fato de que seus recursos provinham de taxas, empréstimos privados e subvenções de comerciantes locais e proprietários de terras, podemos concluir por quem a Guarda Real foi criada e contra quem ela era dirigida.

¹¹ Em 1830, por pressão dos movimentos liberais democratas, foi criado um código criminal que passava a regular os arbítrios da Guarda e, por consequência, o poder monárquico.

Ao mesmo tempo em que D. João VI voltava à Portugal, em 1821, atendendo às exigências das Cortes lusitanas, as idéias iluministas ganhavam força por aqui no Brasil. Os Liberais exigiam a exoneração do Intendente, tido como arbitrário até pelas próprias elites que não haviam esquecido as expropriações de suas propriedades para atender as necessidades da família real. Viana foi enfim destituído, mas o violento Major Miguel Nunes Vidigal, “terror dos capoeiras” e implacável caçador de escravos fujões, continuou comandando a Guarda Real, num sinal claro de que o arbítrio e a violência, quando dirigidos a alvos certos, eram bem aceitos, mesmo por aqueles que exigiram a saída do “arbitrário” Viana (Cf. HOLLOWAY, 1997).

A pressão liberal voltou a crescer após a independência, agora contra o Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, que já não contava mais com a graça popular angariada desde o “grito do Ipiranga”. Tal como ocorreu com D. João VI em Portugal, a população brasileira exigia a obediência de seu Imperador a uma constituição. No entanto, lampejos autoritários de um imperador contraditório só fizeram aumentar a desconfiança nativista e os sentimentos anti-portugueses. Foi assim que nativistas radicais e militares insatisfeitos se reuniram nas ruas da capital, no tumultuado ano de 1831, para, em manifestação pública, exigirem que o Imperador renunciasse ao Império que ele mesmo havia fundado.

Usando a estratégia de abdicar do trono em nome do filho menor, D. Pedro conseguiu acalmar momentaneamente os ânimos revolucionários. No entanto, era preciso muito mais que uma simples substituição no trono imperial para que a monarquia conseguisse se sustentar ante as ameaças republicanas. O vácuo deixado por D. Pedro naquele momento crítico da incipiente monarquia brasileira desencadeou uma disputa política entre facções rivais, da qual saíram vencedores os “liberais moderados”. Estes assumiram uma Regência Provisória com medidas firmes, visando a impedir que a soberania popular pretendida por “liberais exaltados” se concretizasse. Assim, conciliando o velho absolutismo com um liberalismo diferente do europeu, que apresentava “um conteúdo novo que o desfigurava na essência e na forma”¹², os “moderados” buscaram eliminar resquícios da monarquia estrangeira anterior para tentar estabelecer uma monarquia nacional. O Ministro da Justiça na Regência, Diogo Feijó, conduziu a transição com seu punho forte característico, inclusive no momento em que precisou extinguir a Guarda Real de Polícia, considerada arbitrária e, além disso, uma ameaça incontrolável por causa de seus vínculos de lealdade com a monarquia anterior.

¹² FAORO, 2008, p. 307.

Naqueles momentos de instabilidade política, tanto as praças da Guarda Real quanto as do Exército eram, muitas das vezes, recrutadas à força nos estratos mais pobres da população e, nesse sentido, havia a possibilidade de se identificarem com a insatisfação popular, o que representava considerável risco para o governo. O efetivo do Exército foi, então, drasticamente reduzido, sendo criadas Guardas Municipais civis nos distritos judiciais para substituírem as praças militares no serviço policial. Tal fato antecipava a criação de uma Guarda Nacional de natureza civil¹³, cujos integrantes deveriam ser oriundos das classes proprietárias. Ainda assim aconteceu o que se temia: praças da Guarda Real, solidários com militares de um Batalhão do Exército desmobilizado pela Regência, amotinaram-se juntamente com populares insatisfeitos, gerando uma onda de crimes e violência que aterrorizou a população carioca. Após ter conseguido finalmente controlar a situação, Feijó não hesitou em extinguir a Guarda Real, em julho de 1831, passados, portanto, vinte e dois anos de sua criação (HOLLOWAY, 1997, p. 78).

No entanto, a lacuna deixada pela Guarda Real naqueles momentos de crise política obrigou Feijó a unificar as Guardas Municipais para criar, em outubro daquele mesmo ano, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Apesar do molde bragantino, a nova instituição, funcionava como um curinga no baralho político de Feijó, devendo estar nas ruas de forma cordial e civilizada ao mesmo tempo em que também estava militarmente pronta para enfrentar eventuais manifestações sediciosas.

O Corpo de Permanentes se diferenciava de sua predecessora sob vários aspectos, a começar pelos soldos percebidos por seus integrantes, que eram mais altos que os da Guarda, e a forma voluntária de seu recrutamento. Mas a principal diferença era, sem dúvida, a disciplina militar em moldes modernos e civilizados, a despeito do liberalismo “moderado” de seus criadores. O projeto de Feijó, portanto, parecia querer materializar, por aqui, aquele mesmo “sonho militar de sociedade”, em que se pretendeu projetar na sociedade civil, as estruturas disciplinares da instituição militar (Cf. FOUCAULT, 2007, p. 142).

Ao contrário dos que talvez possam ter vislumbrado algum vínculo entre o Corpo de Permanentes e outras organizações militarizadas de policiamento existentes no velho mundo, Thomas Holloway deixa claro que esse modelo de polícia de cunho militar foi, desde seus primórdios, uma opção política eminentemente brasileira, “essencial para a transição gradativa do Brasil de colônia à nação” (HOLLOWAY, 1999, p.43). Holloway também

¹³ Já havia, nesse sentido, um projeto de lei tramitando no Parlamento desde 1830 para criar a Guarda Nacional.

percebeu a diferença entre as atribuições da Guarda Real de Polícia da Corte e as do novo Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Mesmo com o Brasil na condição de Reino Unido de Portugal, a Guarda Real representava um modelo policial de controle colonial, diferente dos Permanentes que, como vimos, parecem ter sido criados sob a égide de nosso “despotismo esclarecido”. Creio que a disputa havida naquele momento tenso entre “liberais exaltados” - notadamente republicanos - e “liberais moderados” - aos que Feijó se filiava - talvez também tenha dado, à nova Corporação, essa feição liberal-moderada de natureza conciliatória.

A resposta encontrada pelas facções politicamente dominantes foi, portanto, a criação de uma organização policial moderna, com “espírito de corpo” suficientemente forte para controlar as insurgências que possivelmente viriam pela frente¹⁴ e, ao mesmo tempo, desestimular a indisciplina interna contra os “donos do poder”. Nesse sentido, Muniz nos lembra que:

Restaurar e manter o controle sobre a capital significava muito mais do que sufocar os agitadores republicanos, conter os capoeiras, disciplinar os escravos de ganho e normatizar o comportamento público. Era preciso também controlar, ou melhor, buscar manter as rédeas sobre os homens a quem o Estado tinha entregue armas e mandato para agir em seu nome. (MUNIZ, 1999, p.51)

A partir dali, as demais províncias brasileiras foram autorizadas pelo governo regencial a constituir, em moldes similares, seus próprios corpos de permanentes. Até então governos locais não podiam ter um “exército” próprio para manter a ordem política e social dentro de seus respectivos territórios. Nesse caso, dependiam dos escassos efetivos fornecidos pelas tropas de primeira linha. A autonomia que as províncias adquiriam nesse momento - foram também autorizadas a instalar suas próprias assembleias Legislativas - passaria a representar uma potencial ameaça ao poder central. Proprietários locais não tardaram em tirar proveito político dessa situação, usando seus próprios corpos de permanentes como já haviam feito antes com as extintas milícias e ordenanças¹⁵.

Em janeiro de 1866, o Corpo de Permanentes foi dividido em dois: o Corpo Militar de Polícia da Corte e a Guarda Urbana. O primeiro, que mais tarde receberia o nome de Polícia Militar, foi aos poucos sendo substituído nas ruas pelo segundo e por outras instituições uniformizadas e de natureza civil. Tal fato representou uma inversão na trajetória original da

¹⁴ Os Permanentes, como passaram a ser chamados os integrantes do Corpo pela população, combateram inclusive em vários movimentos desse tipo no Brasil - Império.

¹⁵ Tropas de segunda linha e reserva do Exército que, custeadas e comandadas pelos proprietários locais, mantinham a ordem colonial sob sua égide.

Corporação que, com o Corpo de Permanentes, havia levado a disciplina militar para as ruas. Esse retorno à caserna dava então vazão à vocação eminentemente militar do Corpo. Enquanto isso, as guardas urbanas, com sua vocação eminentemente policial, se multiplicaram nas ruas e passaram, já no século XX, a ser chamadas de guardas civis, sendo por fim extintas ou agregadas à Polícia Militar, no momento em que esta voltou às ruas na ditadura militar¹⁶.

Segundo Muniz (1997):

[...] as PMs foram se transformando paulatinamente em forças aquarteladas "especiais" ou "extraordinárias", que atuavam menos nos serviços de proteção da sociedade e mais nas questões de defesa do Estado. Suas atividades propriamente policiais como as patrulhas urbanas passaram a ser mais esporádicas e residuais, sendo seus recursos destinados prioritariamente para os casos de emergência pública, e para missões militares extraordinárias, etc. (MUNIZ, 2001, 182).

Hoje, esse modelo dual de polícia (polícia e força militar) já se encontra sedimentado na realidade institucional brasileira. Ele permaneceu vivo ao longo do tempo, mesmo com a criação e extinção de outras forças policiais concorrentes, revelando-se providencialmente plástico em alguns episódios da própria história política do país. Foi o que ocorreu, por exemplo, nos chamados “Anos de Chumbo” da ditadura militar, quando o governo central baixou o famoso Ato Institucional nº. 5 (AI-5). Naquele momento foi criada a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM¹⁷), instrumento que dava ao regime militar a possibilidade de um controle sistemático das PMs e, através delas, o monopólio do policiamento ostensivo nos estados, o que permitiu ao Ministério do Exército assumir um combate mais efetivo contra a subversão¹⁸. Foi nesse contexto também que as PMs passaram a fazer parte da

¹⁶ Como veremos adiante, os decretos 667 e 1.072 de 1969 concederam às Polícias Militares a exclusividade do policiamento ostensivo fardado, proibindo ainda os estados de criarem outra organização policial uniformizada.

¹⁷ A IGPM, cuja chefia é exercida por um General-de-Brigada, foi instituída pelo Decreto-Lei nº 317, de 13/03/1967, para o controle e fiscalização das atividades policiais militares no país.

¹⁸ O Decreto 88.777 de 1983 - que aprova o Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200), estabelecendo princípios e normas para a aplicação do Decreto-Lei 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei 1.406, de 24 de julho de 1975, e pelo Decreto-Lei 2.010, de 12 de janeiro de 1983 -, revela uma dupla estrutura de comando e obediência a que estão submetidas as polícias militares. Enquanto a orientação e o planejamento cabem ao Secretário de Segurança Pública do Estado, o controle e a coordenação cabem ao Exército. É interessante notar que quase todas as normas legais que iniciaram o controle e a coordenação das PMs continuam em vigor até hoje, permanecendo, portanto, a subordinação dessas corporações estaduais ao Exército. Nesse sentido a IGPM, mesmo com suas atribuições redefinidas pelo Decreto 88.777, continua com a responsabilidade de estabelecer princípios, diretrizes e normas para a efetiva realização do controle e da coordenação das polícias militares pelo Exército, Comandos Militares de Áreas, Regiões Militares e demais Grandes Comandos; pela **orientação, fiscalização e controle do ensino e da instrução das polícias militares**; e pelo controle da organização dos efetivos e de todo o material bélico, entre outras atribuições.

chamada “comunidade de inteligência”¹⁹, rede capilarizada de informações que estruturava o extinto Sistema Nacional de Inteligência (SisNI) e do qual fez parte o famoso Serviço Nacional de Informações (SNI)²⁰. Portanto, assim se consolidava de fato e de direito uma antiga pretensão centralizadora surgida ainda no primeiro governo Vargas (1930-45) e desde então materializada nas constituições brasileiras²¹.

Foi por esse processo de padronização que as PMs, pela condição de militar, deixavam de ser exércitos estaduais autônomos e potenciais ameaças ao governo central, para se transformarem em sua *longa manus* (militar) nos estados membros²². Assim, voltava à tona a mesma lógica dual e conciliadora que prevaleceu no momento da criação de nosso modelo policial, ou seja, a que estabelecia a hierarquia e a disciplina militares como elementos essenciais para o controle político e social, inclusive com relação a seu próprio efetivo.

Sob ponto de vista legal, esse modelo sobreviveu à transição democrática, pois na atual Constituição Federal (1988) as polícias militares ainda são definidas como “*forças auxiliares e reservas do Exército*” e seus integrantes - assim como os integrantes dos Corpos de Bombeiros Militares – considerados “*militares estaduais*”²³. Quanto a isso, Muniz ressalta que:

Todas as constituições republicanas, incluindo em parte a recente carta constitucional de 1988, assim como alguns decretos presidenciais anteriores, institucionalizam pela letra da lei, o que na nossa história política foi se transformando em “tradição”. (MUNIZ, 2001, p. 183).

¹⁹ O artigo 41 do mesmo Decreto estabelece que “*As Polícias Militares integrarão o sistema de informações do Exército, conforme dispuserem os comandantes de Exército ou Comandos Militares de Área, nas respectivas áreas de jurisdição*”.

²⁰ Criado no período militar, o SNI foi extinto em 1990 pelo então presidente Fernando Collor. Suas atividades foram reduzidas e passadas para o Departamento de Informações (DI), alocado na recém-criada Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE. Para uma análise mais detalhada da atividade de inteligência no Brasil, ver ANTUNES, 2002.

²¹ Foi a partir da constituição de 1934 que as polícias militares passaram a ser incluídas com maior detalhamento nos textos constitucionais como uma preocupação da União.

²² Na verdade, a constituição de 1934 apenas iniciou o processo de controle dessas corporações, cuja autonomia representava uma potencial ameaça à integridade nacional - a Força Pública paulista já havia inclusive atuado na Revolução Constitucionalista de 32 contra o governo de Getúlio. As atividades desses chamados “exércitos locais” passaram a ser mais controladas a partir daquela primeira constituição da República Nova. Ali foi inaugurada a competência da união para legislar sobre organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização; e foi, onde elas foram definidas pela primeira vez como Polícias Militares e forças “reservas do exército”, voltadas para a “segurança interna e manutenção da ordem”.

²³ A Emenda Constitucional nº 18/98 deu ao artigo 42 da CF a seguinte redação: “*Os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios*”.

O fato de as polícias militares se encontrarem legalmente aptas para atuarem tanto no campo da segurança pública²⁴, operando o poder de polícia nos estados, quanto eventualmente nas defesas interna²⁵ e territorial²⁶, as mantém vinculadas às instituições militares nacionais, notadamente o Exército. Há, portanto momentos constitucionais especiais onde as polícias militares podem, em tese, ser mobilizadas pelo próprio Presidente da República²⁷. Nesses casos, elas passariam à subordinação direta do Exército Brasileiro. Talvez, pela expectativa da concretização desses momentos especiais, as PMs ainda cultivem a identidade militar permanentemente reforçada pela estética dos símbolos e valores castrenses.

Apesar das crescentes críticas recebidas, vários fatores ainda impedem que esse modelo dual de polícia seja revisto. Cito dois: a resistência de grupos mais conservadores dessas corporações que o justificam em nome de suas “tradições” e a ausência de uma participação mais efetiva da sociedade em questões de segurança pública. Para os que defendem a desconstitucionalização e modernização das polícias, como Luiz Eduardo Soares, a legislação que ainda vincula a PM ao Exército seria uma espécie de “entulho autoritário”. A propósito das greves seriais das PMs brasileiras ocorridas em junho de 2001, Soares²⁸ criticava a inércia dos constituintes, propondo uma reflexão mais aprofundada sobre esse nosso modelo.

É sempre bom seguir a sabedoria acadiana e começar do início. E o início é simples: como naquele divertido filme infantil “Esqueceram de mim”, em que o pequeno herói acorda sozinho no casarão vazio e descobre que a família já saiu de férias, a sociedade brasileira viajou para o futuro democrático, tripulando a Constituição de 1988, mas esqueceu uma parte da família no velho casarão da ditadura. Nós chegamos ao Estado de Direito Democrático mudando nossas instituições e deixamos a polícia militar para trás. Abandonamos o primo pobre das forças armadas, a PM, porque sempre tivemos pavor de mudança, porque os *lobbies* corporativos eram poderosos e porque a opinião pública e boa parte dos legisladores não tinham a menor idéia do que estavam fazendo. Gente da estirpe de Hélio Bicudo e José Genoíno ficou falando sozinha. Afinal, quem se interessa pelas polícias, particularmente pela polícia militar? Elas são como os presos e os dentes. A gente só se lembra deles quando doem. O diabo é que, se a gente não cuida, mais

²⁴ A atuação das polícias militares no campo da segurança pública diz respeito à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo fardado.

²⁵ No caso de grave perturbação ou subversão da ordem.

²⁶ No caso de guerra externa.

²⁷ O artigo 4º do Decreto 88.777 prevê duas hipóteses de convocação da PM: 1) em caso de guerra externa, mediante ato de convocação total ou parcial da corporação, baixado pelo Governo Federal; ou 2) para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, nos casos de calamidade pública declarada pelo Governo Federal e nos casos de emergência, de acordo com diretrizes especiais baixadas pelo Presidente da República.

²⁸ Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 28 de junho de 2001, e disponível em http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/farda_como_mascara.doc

cedo ou mais tarde, dói. Agora é tempo de dor, de velar os mortos da Bahia. É tempo, portanto, de despertar de nossa indiferença.

Segundo a Constituição, as polícias militares são forças auxiliares e reserva do Exército (art. 144, parágrafo 6º) e sua identidade tem expressão institucional por intermédio do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Em resumo, isso significa o seguinte: o Exército é responsável pelo “controle e a coordenação” das polícias militares, enquanto as secretarias de Segurança dos estados têm autoridade sobre sua “orientação e planejamento”. Em outras palavras, os comandantes-gerais das PMs devem reportar-se a dois senhores. Indicá-los é prerrogativa do Exército (art. 1 do Decreto-Lei 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que modifica o art. 6 do Decreto-Lei 667/69), ao qual se subordinam, pela mediação da Inspeção-Geral das Polícias Militares (que passou a integrar o Estado-Maior do Exército em 1969), as segundas seções (as PM2), dedicadas ao serviço de inteligência, assim como as decisões sobre estruturas organizacionais, efetivos, ensino e instrução, entre outras. As PMs obrigam-se a obedecer a regulamentos disciplinares inspirados no regimento vigente no Exército (art.18 do Decreto-Lei 667/69) e a seguir o regulamento de administração do Exército (art. 47 do Decreto 88.777/83), desde que este não colida com normas estaduais.

Há, portanto, duas cadeias de comando, duas estruturas organizacionais, convivendo no interior de cada polícia militar, em cada estado da Federação. Uma delas vertebrada a hierarquia, ligando as praças aos oficiais, ao Comandante Geral da PM, ao secretário de Segurança e ao governador; a outra vincula o Comandante Geral da PM ao Comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República. Apesar da autoridade estadual sobre “orientação e planejamento”, a principal cadeia de comando é a que subordina as PMs ao Exército. Não é difícil compreender o primeiro efeito da duplicidade assimétrica: as PMs estaduais constituem, potencialmente, poderes paralelos que subvertem o princípio federativo.

Se considerarmos o fato de que, na modernidade²⁹, a atividade policial deva estar voltada para seu principal produto ideológico, qual seja, o indivíduo – incluindo aí seus atributos: liberdade e igualdade³⁰ -, será próximo desse indivíduo que a polícia, em tese, deve ser encontrada enquanto instituição moderna e democrática. Independentemente, portanto, do modelo a ser abordado (matriz britânica, ou *police* francesa), a *rua* é sempre o *locus* institucional da polícia. É ali, no meio do burburinho cidadão pleno de contingências e dinamismos sociais que poderemos encontrá-la. E mais: embora a polícia seja, assim como o exército, uma instituição de sustentação do Estado porque materializa o monopólio da violência legítima, ela deve fazer uso diferenciado dessa força no contexto democrático, pautada que estará pelas especificidades de seu mandato.

²⁹ No sentido de Dumont (1997, 2000), trata-se de uma ruptura com o mundo e valores “tradicionais”, onde o indivíduo ocupa o eixo central como sujeito normativo das instituições, tendo como seus principais atributos os valores da liberdade e da igualdade.

³⁰ Nota-se que aqui o sentido é o do “indivíduo ideológico” definido por Louis Dumont (2000), diferente daquele “indivíduo empírico” das observações de Norbert Elias (1994), cuja individualidade ou configuração de sua auto-regulação psíquica se produziu a partir do aumento do número de interdependências com outros indivíduos e coisas sociais.

Quanto ao moderno significado da instituição militar, Foucault (2007) já nos mostrava que, com a tendência do aquartelamento racional e utilitarista da tropa a partir do século XVIII, o soldado “tornou-se algo que se fabrica” (FOUCAULT, 2007, p. 117; 122), ao contrário do antigo homem de guerra sem regras. Para o autor, essa necessidade da “cerca” separando o exército para transformá-lo numa máquina perfeita tratava-se, na realidade, de uma técnica política na qual a “disciplina” moderna operava sua “arte das distribuições”. Parece-me que essa mesma lógica da separação foi de certa forma encontrada por Castro (1990) em suas observações acerca da construção do “espírito militar”, sobretudo quando os militares costumavam evocar, num tom pejorativo, a categoria “paisano” para opor seu “mundo de dentro” (caserna) ao “mundo de fora” (sociedade).

A construção da identidade social do militar tem lugar em meio a uma tensão entre uma “visão ideal” que permanece aproximadamente a mesma desde a década de 1930, afirmando uma posição de superioridade moral, prestígio e distinção sociais dos militares em relação aos “paisanos”, e a vivência pelos cadetes no “mundo de fora”, de experiências que muitas vezes não confirmam ou mesmo contradizem isso (CASTRO, 1990, p.43).

Não obstante, o mesmo autor chega à conclusão de que, no momento em que a *polis* surge como variável nova no cenário político moderno, cumpriria ao Exército redefinir seu papel, ou melhor, modernizar-se, atualizando suas práticas e se adequando ao novo contexto. Seu argumento é de que, mesmo com uma identidade construída a partir da lógica da separação, o mundo militar deveria interagir com a *polis* ao invés de se fechar a ela, pois antes de tudo o Exército “é uma instituição polis-tica”, ou seja, da *polis*.

Mas o que é esse “mundo de fora” senão a *polis*? Se por um lado, os militares estão “dela” afastados, “isolados”, por outro, estão a ela irremediavelmente ligados: a instituição militar é uma instituição “polis-tica”, preocupada com a “coisa pública” e com a “Pátria”. (idem, ibidem, p.43).

Ora, se este é um problema contemporâneo da instituição militar, com maior razão o será da policial militar, cujos afazeres a obrigam a conjugar os dois mundos, o “de dentro” com o “de fora”. Aliás, para a instituição policial militar o “mundo de fora” é a extensão de seu próprio “mundo de dentro”; é o que podemos depreender no fato de o termo polícia nos remeter a uma necessária proximidade etimológica com a *polis*.

Assim, temos a Polícia Militar abrigando em seu arcabouço institucional dilemas e paradoxos como anjos e demônios, cujos fazeres oscilam entre afastamentos e aproximações. Ao mesmo tempo em que ela interage com o “mundo de fora”, o das ruas, está dentro dos quartéis construindo seu “mundo de dentro”, o da caserna; ao mesmo tempo em que atua no campo da segurança pública, realizando o policiamento ostensivo, pode ser convocada pela União, como “Reserva do Exército”. Por isso mesmo é que na visão dos mais pessimistas

teóricos nativos “a PM é um pato”, com todos os perigos e desconfianças que a ambigüidade lhe suscita. Muito embora eu insista que esse não seja um privilégio exclusivo das polícias militares, pois características semelhantes já foram encontradas noutras de nossas próprias instituições sociais.

Com isso, podemos dizer que a PM também guarda seus dilemas e paradoxos, tais como os observados por Roberto Kant de Lima em instituições de nosso sistema de Justiça Criminal (KANT DE LIMA, 1994; 1997). Creio que isso possa ser um reflexo da maneira como a sociedade brasileira foi retratada por DaMatta (1990), ou seja, como uma alternativa ao modelo individualista hegemônico ocidental, já que, segundo o próprio, “somos mestres das transições equilibradas e da conciliação” (DAMATTA, 1997, p.21). Por esse prisma, as polícias militares brasileiras talvez tenham chegado a sua “modernidade” de uma maneira que nos é bem familiar, isto é, conservando no “novo” algumas características “tradicionais”. Noutras palavras, poderíamos então dizer que elas mantiveram o mesmo espírito “moderador” de seu projeto original.

Nesse sentido, creio eu, não haveria incoerência no fato de a PM vir, no atual momento democrático, tentando se aproximar da sociedade por meio da chamada “polícia cidadã” ou “policiamento de proximidade”³¹. Entretanto, é interessante observar que, ao mesmo tempo em que essas novas estratégias são adotadas, algumas práticas tradicionais que separam a polícia da sociedade ainda continuam sendo mantidas. Creio que parta daí a percepção de que nos últimos anos tenha havido no Rio de Janeiro uma espécie de política pendular de segurança, com ações que se alternavam entre fazeres militares e suas táticas bélicas visando à ocupação territorial sem interação com a comunidade, e fazeres policiais que valorizando essa interação³².

Pode-se perceber, portanto, que a PM, como instituição híbrida que é, não fugiu ao estilo “liberal-moderador” e nem à regra da lógica conciliatória percebida na realidade institucional brasileira por DaMatta (1990, 1997). Nesse sentido, ela apresenta uma arquitetura institucional marcada pela conciliação de diferentes lógicas e, diria eu, de diferentes ideologias ou paradigmas³³. De um lado, a lógica ou o paradigma policial que a

³¹ Para a definição desse conceito, ver SKOLNICK, Jerome H. & BAYLEY, David H. *Policiamento comunitário: Questões e Práticas através do Mundo*. São Paulo: EDUSP, 2006.

³² Nesse sentido ver GAROTINHO, Anthony, *et al. Brasil Segurança Máxima: Por um Governo de Ação*. Rio de Janeiro: Hama, 2002.

³³ Garotinho (idem, *ibidem*, p. 66) fala de 3 paradigmas em disputa no campo da segurança pública: o penalista, o militarista e o prevencionista. Entretanto, por estar me referindo a representações do fazer policial militar,

orienta para a aproximação com a *polis* contemporânea, e de outro, a lógica ou paradigma militar que a separa dessa mesma *polis*, sobretudo quando constrói seus guerreiros.

1.3. A ESTÉTICA MILITAR COMO MARCA PARADIGMÁTICA

Talvez a estética militar tenha ajudado a reforçar a percepção de que a PM, quando comparada com outras organizações policiais, de fato possui um controle interno eficaz. É a representação que de certa forma Lemgruber (2003) parece reproduzir, ao tratar do controle das agências policiais brasileiras. Vejamos:

Um conjunto de símbolos e ritos da PM serve como forma de controle interno no sentido de induzir à assimilação da autoridade, do *esprit de corps* e da hierarquia. O modelo militar sem dúvida fornece uma vertebração a essa força policial – que falta, como veremos à Polícia Civil – e até certo ponto garante a subordinação da conduta externa dos agentes às orientações dos comandos corporativos, o que faz com que faça variar bastante, para o bem e para o mal, o comportamento das PMs entre diferentes estados, entre sucessivos governos de um mesmo estado, ou até entre diferentes batalhões numa mesma cidade. Vale dizer, as inclinações da política de segurança que podem ser mais ou menos tolerantes à ilegalidade policial e mais ou menos sensíveis a pressões externas – têm boa chance de produzir reflexos imediatos, ainda que conjunturais, no comportamento dos agentes de ponta, aumentando ou reduzindo, por exemplo, seus níveis de violência e corrupção (LEMGRUBER *et al.* 2003, p.61).

Sem entrar no mérito das questões levantadas pela autora, creio que essa “vertebração” ritual - ou a ausência dela - possa nos ajudar a mapear a dualidade institucional da PM na medida em que os limites desses seus diferentes paradigmas (o policial e o militar) sejam revelados em razão dela. O que eu proponho é que o rito militar, recebendo atenção semelhante à já dispensada anteriormente à hierarquia e à disciplina, seja observado como um elemento identificador daquilo a que se chamou “cultura militar” (LEIRNER, 2002, p.26) e, assim, nos permita visualizar esses diferentes domínios no arcabouço institucional da PM.

A idéia de que, em razão dos ritos militares, a estrutura militar exerça maior controle sobre seus indivíduos “para o bem e para o mal”, como mencionou Lemgruber (2003), suscita

ainda que dentro desse mesmo campo, atendo-me a dois paradigmas somente: o militar e o policial, que se assemelham aos dois últimos citados por aquele autor. Veremos depois que o primeiro já estará englobado no fazer policial.

questões que, sem dúvida, merecem maior aprofundamento. No entanto, pensar por ora o ritual como elemento que indica a instituição militar pode nos ajudar a entender a própria realidade institucional da PM, desde que lembremos que há ainda um outro lado de seu arcabouço institucional – o policial -, onde os ritos militares talvez não sejam percebidos assim como um valor positivo, e onde, por isso mesmo, não sejam nem tão presentes. Nesse sentido, os ritos militares indicariam, em tese, os limites desses diferentes domínios institucionais da PM dentro do que eu chamaria de seu “mundo objetivado”, tomando emprestado o termo de Berger e Luckmann (2003).

Aqui, portanto, torna-se fundamental sabermos um pouco mais acerca desses ritos militares na PM, e minhas observações de nativo apontavam a APM D. João VI como o espaço institucional onde eles eram promovidos com maior ênfase e frequência dentro do universo institucional da PMERJ. Aliás, são seus próprios nativos que, de uma maneira inversa, reconhecem-lhe tal característica. Foram, inclusive, as observações de um amigo contemporâneo dos tempos de EsFO e que coincidentemente visitava a APM quando eu fazia meu “campo”, que me fizeram prestar a atenção para um detalhe interessante, e a meu ver bastante pertinente ao tema. Ele percebeu que na medida em que o Aspirante deixava a APM para continuar sua carreira nas unidades operacionais da PMERJ ele era acometido de um relaxamento postural gradativo. Na ocasião, informei a meu amigo que eu estava ali na APM justamente para estudar rituais militares. Foi quando ele, demonstrando perplexidade por ter de explicar para “alguém de dentro” significados que pareciam tão óbvios e “naturais”, me disse:

“Pô, Robson, é lógico que nas unidades operacionais a gente não se preocupa tanto [com a estética militar] como aqui na EsFO. Aqui é a ‘ilha da fantasia’, mas tem que ser assim mesmo, né? Lá no quartel é diferente; é o combate. Como é que eu vou querer que os policiais sejam que nem robôs? É lógico que isso prejudicaria a operacionalidade dos caras. São tantas as preocupações com a criminalidade que a gente até se esquece de cobrar a marcialidade, não é? Quando dá, a gente até cobra. Agora, tem um ou outro oficial..., não..., isso é..., depende muito do comandante, que cobra a continência, a cobertura³⁴, o coturno, mas no geral não dá nem tempo, de tanto trabalho que é”. (Major PM de uma unidade operacional da capital).

É interessante perceber como o discurso revela a posição de seu autor. Para meu amigo que havia passado a maior parte de sua vida profissional voltado para a chamada

³⁴ A cobertura é a peça da farda usada para cobrir a cabeça do militar. Dependendo do tipo do uniforme trajado e definido pelo Regulamento de Uniformes da PMERJ (RUPMERJ), ela varia de tipo, como boinas, quepes, capacetes, gorros com pala (bonés) ou sem pala (bibicos) etc. Na cultura militar, o fato de o militar não utilizar sua cobertura quando o regulamento determina fazê-lo, significa desleixo, quiçá indisciplina militar. Mas quando praticado pelo policial militar, esse comportamento pode ainda significar em termos ideológicos uma aversão deliberada aos valores do militarismo.

“operacionalidade”, isto é, para as atividades, assuntos e problemas policiais da rua, seus ritos deveriam ser outros que não os militares, menos estruturados provavelmente e que, por razões práticas, não poderiam produzir “robôs”. Percebe-se, nesse seu discurso, que o rito militar apresenta o mesmo significado de controle. Talvez fosse por isso que meu amigo demonstrava completa aversão a eles e, conseqüentemente, aos valores da caserna que cerceiam a atividade policial, o que obviamente não encontrei nos discursos dos oficiais da APM. Estes, ao contrário, se identificavam com os valores e “tradições” militares de sua Corporação, percebendo neles o fundamento de sua existência. Não era raro eles se referirem aos policiais militares da rua, geralmente mais relaxados dessa “vertebração” ritual típica que ordena o espaço militar, como “largados”, por não apresentarem a postura idealmente produzida pelo e para o *ethos* militar. A partir desse prisma fica bem mais fácil entender porque a atitude corporal do policial militar tende a mudar quando ele percebe ter atravessado as fronteiras que separam esses diferentes “enclaves” ou “campos finitos de significação” (Cf. BERGER & LUCKMANN, 2003, p. 42).

Podemos vislumbrar assim um trajeto ritual do indivíduo na PM diminuindo de intensidade à medida que ele sai das unidades de formação em direção à rua, passando pelos batalhões operacionais e vice-versa, exatamente como me ocorreu no meu retorno à APM para comandar o seu Corpo de alunos (CA). Reforçando esse argumento, é comum verificarmos policiais militares fiscalizando seus próprios fardamento e postura quando próximos dos limites desses diferentes domínios simbólicos, o que é ainda mais realçado se o quartel é o da APM ou o do CFAP, unidades de formação onde a estética militar é cultuada com mais rigor.

Quando eu era o Subcomandante do 22º Batalhão da PMERJ³⁵, tive a atenção voltada para a atitude de meu motorista, um sargento que à época contava uns dezesseis anos de profissão e que possuía o hábito de só recolocar sua “cobertura” quando nossa viatura já estava bem próxima do “portão da guarda”³⁶. Vendo naquela ação quase automática uma interessante oportunidade para testar minha hipótese, decidi entrevistar meu mais novo informante.

- Por que você faz isso? - Perguntei.

- Isso o quê, chefe?

³⁵ Localizado no bairro de Bonsucesso, mais precisamente no complexo de favelas da Maré.

³⁶ Portão de entrada, onde ficam policiais militares guardando o quartel e identificando os que entram. É a primeira barreira física do quartel, nos moldes dos quartéis militares. Suas normas estão previstas no “RISG” (Regulamento Interno de Serviços Gerais), comum às organizações militares.

- Só colocar a cobertura quando já estamos perto do portão da guarda?
- Não sei..., sempre faço assim. É que eu aprendi assim.
- Assim, como?
- Que tem de colocar a cobertura em locais descobertos.
- Isso está escrito [em algum regulamento]?
- Não, mas acho que me falaram que era assim...; não sei.
- E dentro da viatura pode ficar sem a cobertura?
- Pode, porque é um local coberto – afirmou categórico.
- Tá, mas, quando a gente atravessa a guarda e entra no pátio do quartel, a gente ainda está dentro da viatura que é o mesmo local coberto, certo?
- É... – disse-me ele, meio confuso, mas já maquinando um argumento mais convincente.
- Mas também pode vir algum oficial e cobrar.
- Ué, mas se eu estou aqui e sou o subcomandante, então presumo que minha autoridade seja maior do que a da guarda e de todos os outros oficiais do quartel menos o Comandante, não é verdade?
- É...
- E se até agora você estava sem sua cobertura é porque eu estava te autorizando, pelo menos tacitamente.
- É verdade.
- Então, o que a guarda ou os oficiais poderiam fazer contra você se não tem nada que te obrigue a colocar essa merda de cobertura?
- [?]

Com frequência, obtive respostas parecidas de outros entrevistados. Elas invariavelmente confirmavam a mudança da percepção representacional dos nativos na passagem pelos limites dos diferentes domínios simbólicos que formam o universo institucional da PM. Evidentemente aquilo não era uma exclusividade da caserna, pois funcionava de uma maneira semelhante à que ocorre quando determinados comportamentos rituais amenizam o impacto de nossas passagens por diferentes “mundos”, conforme nos mostrou Van Gennep (1978). São mudanças que ocorrem ainda quando, por exemplo, retornamos do trabalho exaustivo e retiramos nossas roupas sufocantes para entrarmos no conforto informal de nossos lares. Nesse caso, quanto mais vigorosos forem os movimentos desse “rito de passagem”, mais revelamos nossa angústia com a vontade de nos livrarmos rapidamente do fardo ideológico que essas roupas representam. Afinal, como já havia observado DaMatta (1977), nós brasileiros preferimos o calor das relações pessoais da “casa” à impessoalidade de uma “rua” que nos confina a todos como indivíduos.

Creio que a mudança na postura do policial militar possa ser mesmo reflexo de um fazer prático que comuta essas diferentes, digamos, “técnicas do corpo”, que, segundo Mauss

(2005), são “maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (MAUSS, 2005, p.401). Creio que esse prisma possa nos oferecer uma nova possibilidade de entendermos melhor o fazer prático policial militar, por essa sua alternância postural característica, uma vez que o mimetismo corporal adquirido tradicionalmente com a ajuda do ritual na formação militar desaparece do corpo do policial militar na medida em que este vai do quartel à rua, e vice-versa. Nesse sentido, minhas observações registravam uma notável habilidade de o nativo policial militar combinar diferentes “técnicas do corpo”, adequando seu comportamento às diferentes estruturas simbólicas que seu fazer prático percebe e conjuga, o que seria menos provável de ocorrer com sujeitos exclusivamente militares ou exclusivamente policiais.

Com efeito, o fazer da PM parece exigir do corpo de seus integrantes diferentes técnicas em razão dessas práticas distintas. Assim, creio que com elas também possamos mapear os diferentes domínios simbólicos desse universo institucional. Observei, por exemplo, que muitos policiais de serviço na rua retiravam suas coberturas ao perceberem a ausência da formalidade ritual do quartel. Lá, se sentiam mais à vontade e, portanto, mais protegidos daquilo que entendiam como “arbitrariedades do militarismo”. Em situações específicas, até colocavam algum outro tipo de cobertura não autorizado pelas normas internas, como as “toucas-ninja”, que noutros contextos podem representar um conflito aberto a tudo aquilo que venha a lembrar o ambiente solenizado do quartel. Muitas vezes esses mesmos policiais retomavam rapidamente seu fardamento original ante a aproximação do oficial supervisor. Várias foram as vezes nas quais eu, estando na rua como oficial supervisor, pude observar policiais militares agindo assim. Penso que, ali, para eles, eu personificava a própria estrutura militar.

Acredito que, agora sob esta ótica, eu possa compreender melhor um fato interessante que eu presenciei em 2000, quando eu comandava o Corpo de Alunos da APM. Na ocasião, tive a oportunidade de acompanhar pessoalmente uma pesquisa que todo o ano o Setor de Pedagogia fazia quando os aspirantes retornavam à APM, no intuito de “jurar à bandeira” para serem promovidos ao posto de Segundo-Tenente. Tratava-se de uma solenidade simples, mas que, como outros rituais militares da APM, também marcava uma etapa da nova geração de oficiais rumo a seu novo *status*. A diferença era que os recém-promovidos, diferentemente dos cadetes, já vinham regularmente “tirando serviço” de rua.

As pedagogas aproveitavam aquela oportunidade para aplicar um questionário onde a identidade do entrevistado não era exigida, pois visavam essencialmente a avaliar os

conhecimentos passados no Curso de Formação de Oficiais, se eram ou não compatíveis com a prática policial militar. Observando posteriormente as respostas, pude constatar que a maioria dos aspirantes entendia não ter recebido uma formação adequada para a prática de sua profissão. Uma delas, aliás, chamou-me a atenção por apresentar uma depreciação dos valores cultuados na APM, que ali era definida como “ilha da fantasia”, sob um ponto de vista até mais agressivo que o de meu amigo oficial. Ela trazia todo um elaborado glossário de termos recém-apreendidos no “combate da rua”, como “barulhar”, por exemplo, que segundo o entrevistado seria “atirar com o fuzil”; “papa-indian” ou “pé-de-chinelo”, usados para classificar pessoas simplórias do povo; “pranchar”, que era o mesmo que “pagar propina a superiores” corruptos; “tróia”, que significava uma “estratégia para emboscar bandido na favela” e assim por diante. Entendi então que aquilo tudo revelava um outro lado do mundo policial militar, posicionado ali num confronto tácito com os valores da APM; um lado obscuro que o entrevistado insinuava ter assimilado provavelmente no “mundo da rua”.

1.4. FERRAMENTAS ANALÍTICAS

1.4.1. A Caserna e a Rua.

É claro que nem todo mundo tem paletó, usa gravatas ou tira chapéus quando entra em templos; nem tampouco, são todos os policiais militares que se sentem angustiados com coberturas. Muitos até se sentem bem com elas. Há inclusive os “caxias” que preferem permanecer com suas fardas impecavelmente intactas em quaisquer ocasiões ou locais, revelando a melhor interiorização dos valores militares. Mas há também os chamados “federais”, “mangos”, “patameiros” “operacionais”, “caveiras”, dentre uma série de tipos que assimilaram melhor uma ou outra parte dessas “técnicas corporais”, em razão dos diferentes fazeres e domínios institucionais disponibilizados pela PM.

Para a análise de meus dados a partir dessas observações preliminares na APM, optei por utilizar um artifício semelhante ao de DaMatta (1997), que procurou evidenciar diferentes domínios por meio de categorias sociológicas. Creio que eles possam mesmo ser melhor compreendidos quando dispostos num *continuum* ideal que contenha em cada um de seus

pólos os paradigmas compreendidos no universo institucional PM. Num desses pólos ficaria o que chamei de *caserna*, representando as idiosincrasias de uma visão de mundo emotiva e holística que gera um *ethos* característico identificado com a prática militar. No pólo oposto estaria a *rua*, com suas regras universais e visão de mundo prática, conformando um *ethos* baseado na “ideologia moderna”³⁷ e que, ao ser praticado, identifica o fazer policial.

Nesse sentido, enquanto a *rua* orienta práticas policiais para decisões que valorizam a iniciativa individual, produzindo papéis característicos onde o policial comunitário é seu tipo paradigmático, a *caserna* é tipicamente o domínio da honra emotiva onde se constroem e vivem guerreiros militares fabricados como peças de uma máquina ideal.

Tais como as “categorias sociológicas” de DaMatta (1997), minhas categorias de análise também

[...] não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p.15).

A *caserna*, portanto, tem significado mais amplo que o espaço físico limitado pelos muros dos quartéis. Como categoria típica dos militares, ela é uma “entidade moral” que aponta o universo da “cultura militar” e assim é encontrada evocando códigos e sistemas classificatórios, tanto no Exército quanto na PM. Por seu turno, a *rua* é uma “entidade moral” definida por oposição aos valores militares da *caserna* que, como nos mostrou Castro (1990), encontra-se separada do mundo civil. No entanto, podemos dizer que, por ser uma extensão do mundo policial militar e não do mundo militar, ela poderá ser encontrada sociologicamente na PM, mas não na instituição genuinamente militar. Ao mesmo tempo em que para os militares ela é a *rua* dos “paisanos”, para os policiais ela é a *rua* da aventura, do perigo e da afirmação e, para alguns policiais militares ainda (mais militares que policiais), ela vai representar a perigosa anomalia do “pato” poluindo a *caserna*. Mas, como eu disse, tudo isso vai depender da maneira como essa dualidade institucional for interiorizada pelo indivíduo, pois é o seu comportamento que nos vai apontar o paradigma que predominou em sua socialização.

Algumas outras categorias nativas também jogam luz nesses pólos: para os nativos, o policial militar é “de *rua*” quando apresenta características como a astúcia policial que o

³⁷ Conforme definida por Dumont, isto é, como um “sistema de idéias e valores característico das sociedades modernas” (Dumont, 200, p. 20).

afasta do comportamento emotivo típico do militar e o conduz à racionalidade fria do policial, ao contrário do que ocorreria com o “caxias” e com o “vibrador”, que estão mais próximos da *caserna*. Vale ressaltar também que os policiais “de rua” não se vêem tão presos aos ritos e às continências corporais que identificam os tipos militares; muitas vezes os ouvimos se referindo aos “caxias” como “burocráticos” ou “administrativos”, o que evidencia uma estratégia de depreciação simbólica semelhante à observada por Castro na evocação da categoria “paisano” pelos militares (Cf. CASTRO, 1990).

Pensando essas possibilidades analíticas, vejo que não só os indivíduos, mas também as unidades da PMERJ parecem reproduzir esse *continuum* típico. Num de seus extremos, encontraríamos a *caserna* no Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), ou no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), por exemplo, Unidades Especiais cuja tropa quase sempre está em treinamento, apartada das ruas e sob a lógica holística da disciplina militar. Essas unidades, como o nome já diz, atuam primordialmente em situações especiais: o BPChq, em manifestações e distúrbios civis e o BOPE, no que seus integrantes chamam de “combate urbano”, onde têm destaque as incursões em favelas dominadas pelo narcotráfico. No lado oposto, encontraríamos a *rua* nos Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GEPAE), que, assim como o BOPE, também atuam nas chamadas comunidades carentes ou “informais” (favelas), só que utilizando técnicas de policiamento comunitário tentando uma aproximação com a comunidade.

Assim, BOPE e BPChq, de um lado, e GEPAE, do outro, são exemplos extremos típicos dessa dualidade produzida pelo fazer policial militar que revela diferentes possibilidades de a PMERJ encarar o mesmo problema. Nesse sentido, a *caserna* prevaleceria sobre a *rua* no momento em que táticas militares são adaptadas para as práticas da rua, sobretudo quando as metáforas da guerra estão presentes no discurso nativo para representar a favela como um “teatro de operações” por excelência. Pó outro lado, quando o discurso nativo utiliza metáforas de uma modernidade policial para representar o policiamento comunitário como solução dos os problemas da segurança pública, ou como uma “filosofia” que tem no cidadão o seu foco, seria a *rua* quem prevaleceria sobre a *caserna*.

Dessa maneira, os demais batalhões da PM - e seus indivíduos – estariam localizados em algum ponto desse *continuum* identitário ideal refletindo o paradoxo institucional da PM de, ora estar na *caserna*, ora na *rua*. É evidente que tipos ideais, apesar de não existirem de forma pura na realidade social, nos ajudam a pensar o mundo das práticas (Cf. Weber, 1944). Neste caso, posso inferir que na realidade ocorra mesmo uma invasão variável entre a *rua* e a

caserna que tanto pode nos levar a policiais atuando na rua com uma espécie de ética guerreira - o que pareceu ter sido o caso do aspirante entrevistado pelo setor de pedagogia -, quanto a guerreiros que, tendo apreendido na própria *caserna* as técnicas de policiamento comunitário, as difundem, a seu estilo, na *rua*. Mas isso só poderá mesmo ser constatado com a etnografia já que, como a maioria dessas identidades parece mesmo ser construída num momento posterior, ou seja, no “mundo da rua”. Por isso esses tipos ficarão de fora deste primeiro trabalho que, apesar de não perder de vista minhas observações preliminares, foi baseado na APM. Aqui, pelo menos por enquanto, pretendo apenas apresentar essas categorias - a *caserna* e a *rua* - como ferramentas de análise, boas para se pensar o fazer policial militar e que, portanto, servem também para a discussão dos dados colhidos na APM.

1.4.2. Sobre o ritual militar

Apesar de ser um objeto clássico da antropologia, o ritual não atingiu um consenso no que concerne a sua formalização conceitual no campo da disciplina. Tendo sido bastante utilizado nos estudos das sociedades “primitivas”, muitas vezes como fenômeno “mágico”, ou promovido pelo pensamento “pré-lógico”, ou ainda, pelo sentimento “religioso”, o ritual em algum momento foi abandonado como categoria analítica capaz de dar conta de eventos culturais, sobretudo nas sociedades modernas. Entretanto, ao se livrar dessa camisa-de-força conceitual, costurada ainda nos primórdios da tradição antropológica, o ritual ressurgiu para nos revelar que o homem moderno também ritualizava, mesmo dentro de seu pragmatismo característico. Em outras palavras, a comunicação - não mais o sagrado, o mágico ou o primitivo -, como atividade simbólica inerente à racionalidade humana, passou a ser fundamental no conceito contemporâneo do ritual.

Os estudos de Turner (1974) a partir da pista deixada por Van Gennep (1974) começaram a romper com essas amarras apontando o novo caminho a ser tomado pelo ritual no campo antropológico. Como ação social preta de significados, seja em sociedades de pequena escala, seja nas complexas sociedades contemporâneas, o ritual passou então a se revelar um poderoso instrumental para análise de fenômenos culturais. Assim, no momento em que a disciplina antropológica abandonava a pretensão de explicar o mundo cultural para

se voltar mais detidamente para seus significados, o ritual ressurgiu como uma *fênix* metodológica e, nessa dimensão simbólica:

O ritual seria, enfim o processo de pôr em relação, dando sentido aos fatos da vida social, como os processos de elaboração de um texto dão sentido às histórias que se quer contar e interpretar (KANT DE LIMA, 1986).

Os caminhos traçados por Turner (1974; 2005; 2008) e outros autores como Leach (1973) e Geertz (1978), portanto, abriram espaço para uma teoria da comunicação ritual, e foi exatamente dessa maneira que pretendi tratar o ritual neste trabalho, ou seja, como um sistema cultural de comunicação simbólica. Fica claro, portanto, que trabalhei com o conceito de cultura enquanto “teia de significados tecidos pelo homem” (GEERTZ, 1978), onde fatos culturais são comunicados e onde o ritual funciona como um dos principais instrumentos para a transmissão dessas mensagens simbólicas que, além de significados, comunicam também seus códigos (LEACH, 1973).

Num sentido parecido, o ritual militar brasileiro já havia sido observado no triângulo utilizado por DaMatta (1990) para analisar nossas festas populares. Em seus vértices estão nossas mais importantes instituições como promotores desses eventos culturais: o povo, a Igreja e o Estado, (DAMATTA,1990). Segundo este autor, nosso sistema ritual apresentaria três “mecanismos básicos”: *reforço*, *inversão* e *neutralização*, revelados nos diferentes arranjos gramaticais com que a matéria-prima social é apresentada simbolicamente no espaço público por cada uma dessas instituições. Nesse sentido, enquanto os rituais militares da Semana da Pátria apresentam um mecanismo básico de reforço, o carnaval apresenta um mecanismo de inversão e as festas religiosas promovidas pela Igreja, um mecanismo de neutralização. Sob esta ótica, o discurso ritual militar é totalizante, hierárquico e uniforme, o que reforça o Estado Nacional; o da Igreja, neutralizador e, nesse sentido, coerente com o pacto tácito de não-intervenção com o próprio Estado acional, que remonta à sua hegemonia na pré-modernidade; o do povo é o da inversão, do riso inocente e galhofeiro, num estilo similar ao das festas populares da Idade Média estudadas por Bakhtin (1999).

Creio que se DaMatta tivesse insistido na variável política que apenas ensaiou, provavelmente seu modelo triangular representasse esses diferentes discursos num espaço de lutas simbólicas, ao invés do modelo harmônico e complementar que ele me pareceu. Talvez assim o carnaval não fosse visto como um “rito sem dono”, mas como um rito cujo “dono” teria mesmo a proposta de um discurso não-hegemônico; alternativo, quando igualitário e subversivo, quando anarquista.

Os dados colhidos na APM, portanto, apontavam-me eventos que observei como rituais, apesar de os nativos da PMERJ nem sempre se referirem a eles nesses termos. Por vezes, falavam em “solenidade”, “cerimônia” ou “cerimonial”, quando queriam tratar dos momentos mais importantes em que a APM abria suas portas para receber a sociedade, incluindo as mais altas autoridades do Estado. Quando não, usavam somente o nome dos eventos que haviam motivado a reunião das pessoas naqueles momentos que, apesar de serem também especiais, eram internos e menos elaborados que as solenidades oficiais. Para todos os efeitos, considere todos como rituais, sobretudo porque tratavam simbolicamente aspectos de relevância social que rompiam com a temporalidade linear rotineira para inserirem, no cotidiano nativo, uma temporalidade cíclica, característica dos momentos festivos ou críticos da vida social. Assim, eles compunham um “extraordinário construído” pelos nativos (DAMATTA, 1990, p.39) e, além disso, eram ordenados, relativamente estáveis e apresentavam significados partilhados e condensados numa economia característica dos rituais. Nessas ocasiões, portanto, havia comunicação dentro de uma gramaticalidade ritual nativa. Foi justamente essa forma de comunicação ordenada, incluindo a maneira como sua mensagem era apreendida pelos grupos nativos, que me chamou a atenção em “campo”.

A partir desse referencial, analisei três solenidades e mais outros dois eventos rituais na APM, conforme veremos a seguir. As solenidades, ao menos, eram rituais que possuíam o mesmo “mecanismo básico” de reforço por apresentar um discurso simbólico voltado para a manutenção das estruturas de poder na qual se encontrava o seu “dono”, nesse caso o Estado. (Cf. DAMATTA, 1990. p. 59-69).

Antes de analisá-los, porém, devo apresentar a APM como o local onde os rituais militares são promovidos com mais ênfase, momento em que o seu pátio interno se transforma num verdadeiro palco político-performativo, semelhante àqueles espaços encontrados nas aldeias Gê e Bororo, ou nas praças do mundo latino, ou ainda dos pátios das casas mediterrâneas que, conforme DaMatta, funcionavam como “ponto focal para eventos coletivos, sobretudo os rituais” (DAMATTA, 1990, p. 75).

2. O PALCO DO RITUAL

2.1. ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR D. João VI



Figura 1 – Vista de satélite da Fazenda dos Affonsos

A Academia de Polícia Militar (APM) D. João VI está localizada nas dependências da Fazenda - ou Invernada³⁸ - dos Affonsos, no subúrbio carioca de Jardim Sulacap. No aspecto físico ela é um quadrilátero arquitetônico que nos lembra uma “instituição de seqüestro” nos moldes de Foucault (2007, p.165). Sob o ponto de vista institucional, ela é a unidade de ensino da PMERJ com atribuição de formar seu futuro oficial, e, numa dimensão simbólica, o local designado pela Corporação para a passagem ritual do neófito rumo ao oficialato.

³⁸ Esse nome surgiu porque o local foi originariamente adquirido para servir de Invernada do Regimento de Cavalaria.

A “Prefeitura da Fazenda”³⁹ é responsável pelo complexo de estabelecimentos policiais militares onde, além da APM, se encontram ainda outros órgãos da Corporação. Parte do terreno original da Fazenda que um dia pertenceu à União, ou melhor, à então Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), foi cedida ao Exército e depois à Força Aérea Brasileira para a construção da atual Base Aérea dos Affonsos.

A fachada dos prédios que compõem a APM é revestida por azulejos azuis. O prédio principal, primeiro a ser avistado por quem chega à Fazenda, se torna um imponente quadrilátero de um tom azulado que em dias ensolarados se confunde com o próprio horizonte⁴⁰. Suas linhas retilíneas, no entanto, sugerem a intervenção humana em contraste com a natureza exuberante que desponta dos arredores da “Fazenda”.

Grades metálicas e blocos de alvenaria delimitam o prédio principal. Em seu interior descoberto há um pátio para onde as janelas se voltam, lembrando o “princípio da inspeção” utilitária de um “panóptico benthamiano” dentro da mesma lógica das “instituições de seqüestro”. Ao mesmo tempo em que é o local onde a maior parte das rotinas dos cadetes acontece, pelo menos as mais públicas e coletivas, o pátio é também o palco onde as principais cerimônias da APM são promovidas.

O prédio principal possui uma área de aproximadamente 500 mil metros quadrados distribuída pelas quatro alas de dois andares. No térreo, a Ala Leste é reservada para as salas de aula e possui um corredor que as interligam a um prédio secundário, anexo ao principal. Na Ala Sul, estão o pórtico principal, a administração do Corpo de Alunos (CA)⁴¹ e algumas salas reservadas ao setor de psicologia. Na Ala Norte, ao lado de um pórtico secundário, fica a Reserva do Armamento. E na Ala Oeste, estão o rancho, o auditório e alguns gabinetes médicos.

No segundo andar do quadrilátero principal, ficam os alojamentos dos cadetes que se distribuem da seguinte forma: os do Primeiro-ano ficam na Ala Leste e os do Segundo-ano, entre as Alas Leste e Sul. Os alunos do Segundo-ano, que eventualmente sobram dessa divisão original, podem ocupar apartamentos na Ala Oeste, mas esta é reservada

³⁹ A “Prefeitura dos Affonsos” é administrada pelo comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP que, na qualidade de “prefeito”, deve cuidar da intendência das áreas comuns, além de suas atribuições normais no comando daquele Centro.

⁴⁰ A cor azul, predominante nos quartéis da PMERJ, é trazida da bandeira do estado fluminense para dar o tom institucional da Corporação.

⁴¹ Dependendo do contexto em que estiver sendo utilizada, essa sigla poderá significar tanto o *staff* dos oficiais que compõem o comando do Corpo de Alunos, quanto o local físico onde esse *staff* se instala; ou ainda, toda a coletividade dos cadetes. Nesse momento, me refiro às instalações.

originariamente para os alojamentos dos “veteranos” do Terceiro-ano. O fato de os cadetes mudarem de ala quando “passam de ano” no CFO não diz respeito apenas a uma divisão racional do espaço físico, mas indica também uma diferenciação simbólica das posições sociais que seus grupos vão ocupando na estrutura da APM, a medida que avançam em sua socialização, como veremos adiante. A passagem entre essas divisões físicas, portanto, representa também mudança de estado social.

No prédio anexo ficam a Sociedade Acadêmica Tiradentes (SAT) e a Biblioteca. Há outras dependências da APM que estão fora do quadrilátero original, mas dentro ainda dos limites da Fazenda, como a piscina, o campo de futebol e um ginásio poliesportivo, que ficam a leste do prédio principal, e um outro campo de futebol e o *stand* de tiro, do lado oeste.

É no pátio interno, localizado no centro do prédio principal, onde acontece a maior parte da vida cotidiana da APM, incluindo as solenidades especiais. Nele há um palanque especialmente construído para abrigar as autoridades reverenciadas nessas ocasiões especiais e os dois portões que definem os limites físicos da APM. Esses são, portanto, seus três pontos de relevância física e simbólica: os pórticos e o palanque que abriga os “donos do ritual”, sujeitos para quem - ou em nome de quem - os rituais são promovidos (DAMATTA, 1990, p.96).

O Parecer nº 233/82 do Conselho Federal de Educação, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura, nos informa que a Academia de Polícia Militar D. João VI é um “Estabelecimento de Ensino Superior que tem por objetivo dar cultura jurídica, policial militar e técnico-profissional aos futuros Oficiais da PMERJ”⁴². Para isso ela, ela é classificada dentro da estrutura organizacional da PMERJ como um “Órgão de Apoio e Ensino” (OAE)⁴³ que, junto com outros OAE, se encontram diretamente subordinados à Diretoria de Ensino e Instrução (DEI), responsável pela política de ensino da PMERJ. Sua função precípua, portanto, é educativa, pois objetiva formar o futuro oficial que ali chega para realizar o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Mas, além dessa atribuição da APM, ainda há uma outra que é a de socializar o indivíduo, preparando-o para o mundo militar.

⁴² Publicado no Diário Oficial da União nº 104, de 03 Junho, de 1982.

⁴³ As outras Unidades de Ensino da PMERJ são o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), onde é realizado o Curso de Formação de Soldado (CFSd), a Escola Superior de Polícia Militar (EsPM), onde são ministrados o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (para capitães) e o Curso Superior de Polícia (para majores e tenentes-coronéis), e o Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança Pública (CQPS), onde são realizados outros cursos na Corporação, como o curso do QOA/QOE, para a formação de oficiais administrativos e especialistas a partir do quadro de praças, e o EPAL/QOS para a formação do quadro de oficiais médicos.

O acesso à APM se dá atualmente pelo Vestibular Unificado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Após os exames intelectuais, os candidatos têm de passar ainda por toda uma bateria de exames físicos, médicos e psicológicos para só depois serem incorporados à APM. Lá eles são iniciados, mas antes de começarem de fato o CFO, passam por um breve período de adaptação. Depois de no mínimo três anos de curso, os cadetes são declarados Aspirante-a-Oficial e a partir de então são integrados às Unidades da Corporação, onde iniciam efetivamente suas carreiras no oficialato.

Os alunos integram duas totalidades na APM. Sob o ponto de vista acadêmico, eles compõem as três turmas do CFO, cada uma representando uma fase do curso. No aspecto disciplinar militar, essas turmas também são, por ordem de antiguidade, as companhias do Corpo de Alunos. Muito provavelmente o Corpo de Alunos da APM seja uma “equivalência” do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras que, segundo nos informa Celso Castro, teria sido uma das “invenções” criadas pelo Exército no dia 25 de agosto de 1931 (Cf. CASTRO, 2002, p. 42). Mas enfim, ao mesmo tempo em que os cadetes pertencem a uma turma do CFO, fazem parte também de uma companhia do Corpo de Alunos. O Primeiro-ano, portanto, é a sua 3ª CIA; o Segundo-ano é a 2ª CIA; e o Terceiro-ano, como turma mais antiga do CFO, é a sua 1ª CIA.

2.2. “OS PROFISSIONAIS NÃO SE IMPROVISAM ...”

“No começo eu nem sabia bem o que queria dizer [aquela frase], mas já paguei muita ‘suga’ com o veterano mandando a gente repetir ela: ‘*OS PROFISSIONAIS NÃO SE IMPROVISAM E O MANDO DEVE CABER AO MAIS DIGNO E COMPETENTE*’. Em qualquer lugar que eu escuto [essa frase], eu me lembro da Academia.” (Tenente PM - 6 anos de Corporação – trabalhando, em 2003, num Batalhão do interior do estado).

A Escola Profissional (EP) da então Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) foi, segundo os nativos, o embrião institucional da atual Academia de Polícia Militar D. João VI⁴⁴. Criada em 1º de dezembro de 1920, a EP se instalou primeiramente no Regimento Marechal Caetano de Faria, na atual Cidade Nova, onde permaneceu até 1960. Depois disso,

⁴⁴ Nesse sentido, ver Caldas, P.F.B. *De Volta ao Começo: A História da Academia de Polícia Militar D. João VI*. Rio de Janeiro: P. Caldas, 2006.

ela foi transferida para as instalações da Fazenda dos Affonsos, onde funcionou como uma companhia do Centro de Instrução⁴⁵ até 1967, quando obteve sua autonomia administrativa.

A idéia da Escola Profissional teria surgido do pleito apresentado por um grupo de sargentos ao então Comandante Geral da Corporação, General José da Silva Pessoa⁴⁶, para que fosse criado um curso que possibilitasse a ascensão de sargentos ao oficialato pelo critério do mérito individual. Após a autorização do próprio Ministro da Justiça, Pessoa criou o Curso Profissional (CP) que durava dois anos em regime de externato. O curioso é que, não obstante o ter sido criado essencialmente para sargentos, o CP era eventualmente desfrutado também por oficiais⁴⁷.

Um fato que reforça a EP como mito de origem da APM é a frase do seu criador que se encontra hoje materializada em letras garrafais de aço polido, sobre o pórtico do saguão da Ala Norte. Ela traz os seguintes dizeres retirados da Ordem do Dia produzida por Pessoa na formatura da primeira turma da EP: “OS *PROFISSIONAIS NÃO SE IMPROVISAM E O MANDO DEVE CABER AO MAIS DIGNO E COMPETENTE*”. Naquela oportunidade, Pessoa se dirigia à nova geração de oficiais, talvez anunciando a modernização pretendida pela instituição, destacando o desempenho individual com novo critério de mérito para promoções, a ser estabelecido a partir daquele momento. No entanto, é interessante ressaltar, apesar da frase que hoje destaca um dos locais da passagem simbólica do futuro oficial pela APM, que os cadetes atuais não vêm mais de praças como os daquela primeira turma da EP. Nesse sentido, creio que talvez ela fosse mais adequada a um outro curso de formação que contempla praças para o oficialato, por meio de um concurso interno, como veremos adiante.

Foi em 19 de março de 1951 que, por força de um decreto do então presidente Getúlio Vargas⁴⁸, a Escola Profissional passou a se chamar Escola de Formação de Oficiais (EFO) e, em 20 de Março de 1956, por outro decreto presidencial, era adotado o “Espadim de Tiradentes” como o símbolo do Cadete PM.

⁴⁵ Atual Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP - 31 de Voluntários.

⁴⁶ O General José da Silva Pessoa comandou a Corporação (Na época, Polícia Militar do Distrito Federal) no período de 11 de outubro de 1919 à 21 de setembro de 1924, quando então era comum oficiais superiores do Exército comandarem a polícia militar. Somente a partir de 1983, com a transição democrática, é que a PMERJ passou a ser comandada continuamente por coronéis da própria Corporação.

⁴⁷ Pelo CP não só passaram oficiais da própria corporação policial militar carioca, como também os de outras instituições militares, como a Marinha de Guerra Brasileira, por exemplo.

⁴⁸ Como Polícia Militar do Distrito Federal, a corporação estava diretamente vinculada ao Poder Executivo federal e, conseqüentemente, ao Presidente da República, desta forma ela, por vezes, conjugava três níveis de decisão – Confira em BRANDÃO, Berenice C., *et al. A polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Série – Estudos – PUC/RJ, nº 4, 1981.

Em 1967, como eu já havia mencionado, foi criada a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), que, vinculada ao Ministério do Exército, fiscalizava e controlava as atividades das polícias militares nos estados, inclusive as de ensino. Naquele ano, a EFO sofreu profundas mudanças: o programa do CFO foi reformulado para atender demandas da “ideologia da segurança nacional”.

Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em março de 1975, as polícias militares desses estados - PMEG e PMRJ - também se fundiram para formar uma única corporação que até hoje permanece com o nome de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)⁴⁹. O mesmo ocorreu com suas escolas de formação de oficiais (EFO / PMEG e EFO / PMRJ) que se fundiram para formar a Escola de Formação de Oficiais da PMERJ EsFO / PMERJ), que funcionou na Fazenda dos Affonsos, nas mesmas instalações onde até então havia funcionado a EFO/PMEG.

Em 19 de outubro de 1988, por força do Decreto Estadual nº 24.731, a EsFO recebeu sua última e atual denominação: Academia de Polícia Militar D. João VI. Na ocasião, o aluno da APM, tal como havia ocorrido no Exército Brasileiro, passou também a ser denominado “cadete”. Entretanto, tanto a terminologia antiga - “aluno oficial” -, quanto a atual - “cadete”-, coexistem concomitantemente na APM. Na prática uma não excluiu a outra, pois ambas eram utilizadas indistintamente para se referirem aos internos da APM⁵⁰. A justificativa apresentada à época por alguns oficiais era eminentemente jurídica, já que o tal decreto não teria força legal suficiente para “derrubar” uma Lei⁵¹ que, dentro do que se entende no campo do direito por “hierarquia das leis”, estaria numa posição superior.

Um outro fato foi interessante nesse episódio: a definição do nome de D. João VI para a APM. Embora a criação das PM nos estados tenha sido quase que concomitantemente, este fato parece revelar uma estratégia, agora da própria polícia militar fluminense, de reforçar a

⁴⁹ A Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG) foi criada por ocasião da transferência da capital federal para Brasília, substituindo a antiga PMDF. Na oportunidade, foi concedida aos policiais militares da então PMDF, a opção de continuarem a ter seus soldos custeados pelos cofres da União. Aqueles que assim o fizeram, permaneceram vinculados ao governo federal e ficaram conhecidos como “federais”. Assim, no momento da fusão, a atual PMERJ foi, na verdade, formada por três categorias de policiais: os “federais”, remanescentes da PMDF; os “treme-terra”, que pertenciam à Polícia Militar do antigo Estado do Rio (PMRJ), numa alusão ao seu famoso 12º Batalhão de Voluntários da Pátria, conhecido como o “Treme-Terra”, por ter combatido ao lado do exército imperial na Guerra do Paraguai; e os “guanabaras”, remanescentes da Polícia Militar do antigo Estado da Guanabara e que hoje são chamados de “azulões”, numa referência à cor de sua farda, diferente do “meganha” cáqui treme-terra.

⁵⁰ Assim, continuarei usando “cadete”, “aluno oficial”, ou, simplesmente, aluno para me referir a meus sujeitos observados, da forma como os próprios nativos o fazem.

⁵¹ Estatuto dos Policiais Militares - Lei 443, de 1º de julho de 1981.

Guarda Real de Polícia e não o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que a sucedeu e que deu início à criação das demais polícias militares brasileiras, como o seu mito de origem. Nesse caso, a PMERJ conseguiu se diferenciar pela antiguidade, já que a GRP é anterior aos Permanentes. Em outras palavras (simbólicas), é dizer que a PMERJ é a mais antiga entre as demais polícias militares brasileiras.

Quanto ao significado histórico de categoria “cadete”, recorro-me a José Murilo de Carvalho (2006), que a observou nas origens do exército brasileiro como uma sobrevivência do “cadetismo” português. Para o referido autor, esse termo tinha originariamente um sentido aristocrático e ao mesmo tempo oligárquico, porque se referia a um título reservado não apenas à nobreza, mas aos filhos da aristocracia de uma maneira geral. Passava primeiro pelos critérios do sangue e da origem, para depois privilegiar somente uma aristocracia militar (CARVALHO, 2006, p. 16). Foi dessa forma que Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, pôde ter sido cadete aos cinco anos de idade⁵². Já na República, após a Revolução de 1930, essa categoria seria resgatada pelo idealizador da reforma da Escola Militar do Realengo⁵³, General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque⁵⁴, mas com um outro significado. É o próprio General Pessoa quem diz, numa autobiografia inacabada, ter ressuscitado esse termo para que ele passasse a representar uma nova elite social, uma verdadeira “aristocracia de mérito” e não mais de sangue nem de origem como havia ocorrido em um passado recente (PESSOA, apud CASTRO, 1994; 2002, p. 38).

É interessante observar que essas mudanças também foram se reproduzindo, ao longo dos anos, como uma espécie de ressonância simbólica nas polícias militares brasileiras a partir do roteiro traçado por Pessoa para a reforma do Realengo. Embora elas perdurassem após a ditadura militar, foi sem dúvida nesse período autoritário que elas se manifestaram com mais intensidade. Numa questão de tempo, as polícias militares transformariam suas escolas de formação de oficiais em academias de polícia militar. Creio que essa reverberação simbólica

⁵² Confira em Souza (2008).

⁵³ Unidade de Ensino do Exército Brasileiro que deu origem à Escola Militar de Resende e, posteriormente, à atual Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. Segundo Celso Castro (2008), a reforma do Realengo se deu essencialmente no plano simbólico com a invenção de uma “nova tradição” a partir de símbolos estratégicos como o “Corpo de Cadetes”, o uniforme de gala que remontava às fardas do exército imperial, o “Espadim de Caxias” que era cópia em menor escala da espada de Caxias, o novo Regulamento Disciplinar do Corpo de Cadetes etc. (CASTRO, 2002, p. 38 et. seq.)

⁵⁴ Coincidência ou não, o General Pessoa, idealizador da AMAN, era sobrinho do General José da Silva Pessoa, que comandou a PMDF por duas vezes nos períodos de 1910/14 e 1919/24, bem como sobrinho de Epiácio Pessoa, Presidente da República de 1919 à 1922.

possa explicar as várias equivalentes culturais da AMAN que até hoje se vêem presentes na APM D. João VI.

Uma das poucas exceções talvez tenha sido a presença da mulher na APM. As cadetes femininas (FEM) chegaram à EsFO em 1983, sem nunca ter havido algo similar na AMAN. Provavelmente o modelo aqui tenha sido o da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que foi a pioneira nesse aspecto. Mas é interessante perceber, como o fez Soares (2001), que o restante do país só passaria a admitir a presença feminina em seus quadros após a autorização concedida pelo Exército ainda no período militar. Assim, a PM fluminense admitiria sua primeira turma de soldados femininos em 1982, já quase no final daquele período de exceção, o que, segundo a autora, teve o intuito de modernizar práticas e amenizar uma imagem já por demais desgastada pelo autoritarismo militar. As 14 cadetes que naquele ano de 1983 ingressaram na EsFO deram origem ao então Corpo de Oficiais Feminino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que mais tarde foi englobado pelo Quadro de Oficiais Combatentes, não havendo, portanto, mais a distinção terminológica entre oficiais femininos e oficiais masculinos⁵⁵.

2.3. DO “ESPADIM” À “ESPADA”. Os ritos de passagem.

As cerimônias mais importantes da APM já estão previamente estabelecidas num calendário anual de eventos (Ver Anexo I). A partir delas é que se realiza o planejamento acadêmico anual do curso. Essas “solenidades” ocorrem em datas históricas da PMERJ, marcando a passagem dos cadetes pela APM rumo ao oficialato. A primeira acontece em 13 de maio, dia da criação da Guarda Real de Polícia. O mês de maio é, nesse sentido, um mês de festas para a Corporação, que comemora seu aniversário com vários eventos, incluindo aquele em que os cadetes do primeiro-ano da APM recebem seus “espadins”. A outra solenidade é o “Aspirantado”, que acontece no aniversário de criação da Escola Profissional, em 1º de dezembro, quando os cadetes do Terceiro-ano são ordenados os novos Aspirantes da PMERJ, ao concluírem seu CFO.

⁵⁵ Para uma análise desses fatos e da presença das mulheres na PMERJ, ver SOARES, Bárbara M. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.

Nesses momentos, quando as portas da instituição são abertas ao público externo, a rotina é temporariamente suspensa para que algum aspecto da cultura nativa seja dramatizado. Os elementos excepcionalmente encontrados ali, como os uniformes de gala, a banda de músicos, os metais polidos, o palanque, as autoridades civis e militares, e o público de uma maneira geral, compõem um quadro especialmente recortado para tornar especiais aquelas ocasiões em que as tradições são reforçadas.

Turner (2005) chamou de “crises de vida” os momentos que marcam algum “ponto importante no desenvolvimento físico ou social do indivíduo”, (cf. TURNER, 2005, p.35). As solenidades da APM ocorrem exatamente em momentos críticos da vida do cadete e da PMERJ, quando vários símbolos que representam o Estado se fazem presentes, determinando quem vai ou não fazer parte de sua estrutura de poder, primeiro como militares, depois como aspirantes a oficial.

É possível perceber o discurso ritual da Corporação nesses momentos, representando a cosmovisão de seu “mundo de dentro”, composto por temas que tratam do poder a ser concedido gradativamente ao cadete pelo Estado, em sua trajetória social pela APM. As duas solenidades juntas nos informam um ciclo que percorre os três anos de duração do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Esse ciclo é aberto com o primeiro ritual, em que os cadetes recebem seus espadins, e concluído no momento em que esse “espadim” é finalmente substituído pela “espada” que consagra o Aspirante. Podemos dizer que os dois eventos fazem parte de uma mesma mensagem ritual, mesmo estando separados por um relativo espaço de tempo linear, possibilidade que já havia sido inclusive observada por Leach (1978, p.35).

A mesma mensagem nos indica que a diferença entre os eventos que a compõem não está na qualidade, mas na quantidade de poder transmitido naqueles momentos aos sujeitos rituais. Nesse sentido, é interessante observar que o símbolo central desses eventos parece ser mesmo a espada, e o discurso do ritual, que lhe promove um gradativo aumento físico - de espadim à espada -, nos informa a própria mudança de estado social dos sujeitos. Veremos adiante nos capítulos em que o CFO estiver sendo abordado, que os dados etnográficos das solenidades reforçam essa idéia de ciclo da APM como um ritual de passagem (Cf. VAN GENNEP, 1978).

Junto a essas solenidades mais elaboradas e identificadas como típicos rituais militares, uma outra, que marca o ingresso do cadete no Corpo de Alunos da APM, será ainda analisada. Embora apresentando uma menor abrangência, ela também pode ser incluída na

mesma “mensagem ritual” produzida pelas solenidades anteriores. Antes, porém, vejamos um outro evento que lhe é ainda preliminar, chamado pelos nativos de “Adaptação”.

2.3.1. A “ADAPTAÇÃO”

Quem visita a APM pela primeira vez logo percebe a diferença entre a realidade institucional construída⁵⁶ ali, no seu “mundo de dentro”, e a realidade cotidiana do lado de fora. O choque é ainda mais acentuado quando o protagonista é um novato, na mais pura acepção. Nesse caso, ocorre um estranhamento inevitável quando dois diferentes sistemas representacionais se chocam de maneira dramática. A esse respeito, vale lembrar as observações de Berger e Luckmann (2003) de que:

[...] o mundo consiste em múltiplas realidades. Quando passo de uma realidade a outra, experimento a transição como uma espécie de choque. Este choque deve ser entendido como causado pelo deslocamento da atenção acarretado pela transição. A mais simples ilustração deste deslocamento é o ato de acordar de um sonho (BERGER & LUCKMANN, 2003, p.38).

Por isso os cadetes quase sempre se referem a um “choque”, ao lembrarem seus momentos iniciais na Academia. Nos primeiros dias do chamado “período de adaptação”, a intenção dos “veteranos” (cadetes do Terceiro-ano) parece ser a de realmente chocar os “bichos” (novatos), marcando dramaticamente a diferença entre a realidade social de onde vieram e aquela nova realidade que terão de interiorizar. Antes do ingresso efetivo na APM, os neófitos passam por esse “período de adaptação”, onde recebem os ensinamentos básicos do militarismo para a sua inserção no Corpo de Alunos. Segundo alguns veteranos, a “adaptação” é necessária naquele momento preliminar exatamente porque os neófitos ainda “não sabem marchar e nem cantar as canções militares”. Este então é o momento em que se estabelece um primeiro contato com exercícios de “ordem unida”, regulando os movimentos sincronizados da marcha militar. Tais exercícios, que entre outras coisas servem para apurar a velocidade de deslocamento da tropa e calcular as distâncias que elas percorrem em determinado espaço de tempo, representam a mais fiel tradução do fazer militar. Nas

⁵⁶ “Realidades construídas”, no sentido construtivista de Berger & Luckmann (Cf. Berger & Luckmann, 2003, p.35).

solenidades, essa velocidade é cadenciada pelo som do bumbo da banda militar, ou de uma “fanfarra” militar, no caso de eventos de menor porte.

Segundo o Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro, usado também na PMERJ, as marchas militares se desenvolvem com diferentes velocidades medidas pelo número de passos que o militar dá por minuto. Essa velocidade chamada cadência estará presente nas marchas em “passo ordinário” e “acelerado”. Na primeira, o passo do militar deve medir aproximadamente 75 centímetros de extensão e apresentar a cadência de 116 passos por minuto; na segunda, o passo é executado com uma extensão de 75 a 80 cm, conforme o terreno, devendo apresentar uma cadência de 180 passos por minuto. Há ainda o “passo sem cadência”, que se executa na amplitude que convém ao militar, de acordo com a sua conformação física e com o terreno. No entanto, ele deve conservar a atitude correta, a distância e o alinhamento no grupo.

Nessa altura, o “adaptando” já deve ter compreendido que o “rompimento” da marcha se dá sempre com o pé esquerdo avançando no solo a partir de uma posição estática - a de “sentido” -, no comando de “ordinário marche!”. Logo depois desse primeiro passo, o som forte do bumbo deverá coincidir com uma batida forte do pé direito do militar no solo. Ou, como preferem os nativos, “com o bumbo no pé direito”, o que significa dizer que o paisano têm de se enquadrar à disciplina militar.

Os “adaptandos”, como são chamados os neófitos naquele início, serão integrados ao Corpo de Alunos por meio de uma solenidade militar. Se não fossem preliminarmente adaptados na caserna daquela maneira que ameniza o choque entre essas duas realidades em foco, não teriam como participar desta primeira solenidade logo que chegam à APM.



Figura 2 – “Adaptandos” e “adaptadores”.

A “adaptação” dura em torno de duas semanas e representa também um momento de reflexão para o neófito, que ali pode decidir se aquela vida prenunciada pelas “ralações” é a que ele realmente almeja. Enquanto isso, os adaptandos são estimulados a desistirem do CFO pelos veteranos e até por alguns oficiais. Os que optam por ficar e o conseguem, o fazem por muitos motivos: emprego, vocação militar, vocação policial, desejo do pai ou de um parente policial militar, etc. Mas a característica dessa iniciação é que, diferentemente das iniciações que ocorrem em sistemas totais, ela é voluntária, ou seja, a qualquer momento o neófito poderá “pedir para sair”.

Em “campo”, tive a oportunidade de observar algumas “adaptações” de calouros. Numa delas, um veterano, explicou-me que: *“esses que de alguma forma já tiveram contato com a vida militar, não sofrerão tanto, mas os ‘paisanos’, que nunca tiveram experiência na ‘caserna’, vão ter que se adaptar melhor”*. A presença dessas categorias próprias do universo militar nos discursos nativos tornava a diferença entre as diferentes realidades ainda mais chocante. Para tentar reproduzir esse primeiro contato dramático, tentarei remontar aqui minhas próprias impressões iniciais de neófito, pois creio que nenhum material possa ser

descartado *a priori*, o que está de acordo com a *participação-observante* proposta como metodologia, onde uma participação pretérita possa servir para estranhar minha própria cultura profissional.

Na primeira vez em que me deparei com aquela realidade “estranha”, a Academia de Polícia Militar D. João VI ainda não tinha exatamente esse nome. Chamava-se, então, *Escola de Formação de Oficiais*, era início de 1985 e eu havia acabado de passar no vestibular para a carreira de Oficial da PMERJ. Assim tivemos, eu e os demais aprovados no vestibular da Cesgranrio⁵⁷, de comparecer à EsFO para realizar a última fase do certame, composta de testes físicos e psicotécnicos. Esses testes são normalmente marcados para o início do ano letivo, enquanto os cadetes, principais protagonistas da APM, ainda estão de férias. Antes de chegar às instalações da EsFO, tive de passar pelo portão da guarda do CFAP que dá acesso à “Fazenda dos Affonsos”. Ali, vi sentinelas realizando malabarismos com seus fuzis numa efusão de continências corporais dirigidas às autoridades que acessavam à “Fazenda”. A complexidade e o número das peripécias variavam conforme o grau da autoridade que passava pelo portão. Após me identificar, tive a entrada autorizada por um gesto marcial, mas sem peripécias reverenciais. Depois de dobrar à esquerda, avistei a uns quinhentos metros à direita o único prédio que até então havia na EsFO. Enquanto caminhava em sua direção, tentava, intrigado, decifrar o protocolo gestual promovido pelas sentinelas. Aquilo era totalmente incompreensível para mim naquele início. Achei melhor não fazer perguntas. Talvez elas atrapalhassem a *performance* dos sentinelas, ou parecessem uma insolência de minha parte. Enfim, entendi que o momento não era o mais apropriado. No entanto, deu para perceber que eu havia entrado num mundo totalmente diferente do que eu conhecia até então. Novas formas, novos comportamentos, rituais em profusão, enfim, uma realidade bastante diferente da que eu estava acostumado e que eu só havia visto em filmes. Mesmo não tendo me deparado ainda com a Escola em plena atividade, já dava para sentir o desconforto que aquele estranho território causava. Apesar de até então não ter tido nenhuma experiência militar, a representação era a de um quartel militar. Vários elementos me indicavam isso: tudo muito ordenado; a limpeza meticulosa; o monocromatismo sóbrio; o pátio com marcações numeradas que pareciam racionalizar o espaço físico, todas aquelas características que me conduziam à idéia de um mundo militar. O fato de nunca ter estudado numa escola militar e de, na ocasião do serviço militar obrigatório, ter escapado providencialmente do “laço” do

⁵⁷ Atualmente o vestibular para a carreira de Oficial da Polícia Militar é realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, juntamente com o vestibular para as suas faculdades.

recrutamento, “sobrando” com a ajuda de um surrado “jeitinho” chamado “excesso de contingente”⁵⁸, me fizeram, portanto, um autêntico neófito na EsFO.

Após os testes, já tendo sido aprovado, voltei para iniciar meu Curso de Formação de Oficiais (CFO/85). Também passei pelo próprio “período de adaptação”. Se na ocasião dos testes, enquanto éramos apenas candidatos, a EsFO havia se apresentado como um ambiente tranquilo, ainda que desconfortavelmente estranho, o período da “adaptação”, ao contrário, foi uma verdadeira loucura conduzida pelos cadetes do Terceiro-ano, a quem devíamos chamar reverencialmente de “senhores veteranos”. Ensandecidos e parecendo querer demonstrar a qualquer custo o rigor e a rusticidade da vida militar, eles insistiam para que desistíssemos do curso. Aos berros, nos ordenavam movimentos incoerentes, cuja lógica naquele momento escapava à minha racionalidade. Nós, os “bichos”, tínhamos de “pagar” flexões, “pulinhos-de-galo” e “polichinelos” aleatórios pelo pátio; ou ainda, encenar dramas fictícios e participar de brincadeiras que chegavam às raias da humilhação.

Um dos motivos que aumentava a tensão daquele primeiro encontro era que até então eu não havia conseguido decifrar símbolos tão estranhos, que me iam sendo apresentados de uma só vez. Estrelas e espadas costuradas como divisas nos ombros dos uniformes dos “veteranos”, por exemplo, certamente possuíam diferenças que talvez explicassem o porquê de alguns mandarem mais e darem mais “esporro” que outros, talvez porque aqueles fossem os chefes. Entretanto, eu infelizmente não tinha a menor condição de decifrar quem e quantos eram esses “chefes” naquele momento. Antes que pudesse refletir sobre tudo aquilo, ou ao menos tentar conseguir aprender a me comportar dentro do coerentemente esperado naquele ambiente para assim me livrar dos constrangimentos, recebi uma reprimenda do “veterano”: não atinei que cabelos compridos e camisa colorido fora da calça, normais para jovens do Rio de Janeiro de meu tempo, seriam alvos preferenciais das piadas e dos trotes dos veteranos. Dali em diante fui perdendo cabelos e roupas que lembravam uma identidade anterior para adquirir uma aparência, digamos mais *caserna*. Quando percebi, virei um número: “oito cinco treze (8513), senhor!” Era assim que tinha de responder ao ser eventualmente interpelado por algum veterano. O número indicava o ano de minha entrada combinado com a posição da minha classificação no certame. Com ele passaria a ser lembrado durante todo o CFO. Foi,

⁵⁸ Apesar de o atual recrutamento militar não ter o caráter dramático e arbitrário como foi no início do século passado (Cf. CARVALHO, 2006 p.22), fazendo-se hoje pelo sorteio universal, é preciso enfatizar o fato de que a inescapabilidade universal, pelo menos em minha época de recrutamento, era um fardo que muitas vezes podia ser estrategicamente burlado por meio das práticas sociais de uma sociedade relacional como a nossa.

portanto, por meio desse ritual dramático, que aniquilava vestígios de uma vida “paisana”, que comecei a ingressar em minha mais nova carreira profissional.

Depois de passar por todo esse período tenso que é a adaptação, os “adaptandos” que permanecerem estarão prontos para reproduzir, diante dos olhares orgulhosos de seus familiares e amigos, o ritual da incorporação. Ali serão protagonistas de um drama onde eles próprios representaram a separação que caracteriza o sistema castrense. Nesse sentido, os trajes coloridos, a gesticulação desnecessária, a visível falta da habilidade militar devem, portanto, desaparecer com o tempo. Por enquanto são “coisas fora de lugar”, no sentido de Douglas (1991), isto é, são perigosas “impurezas”, ambigüidades que os neófitos-paisanos trazem da *rua* e ameaçam a *caserna*.

2.3.2. A “INCORPORAÇÃO DOS NOVOS ALUNOS”

Comparada às duas solenidades mais importantes do calendário festivo da APM, a “Incorporação dos novos alunos” não possui um aparato tão pomposo ou elaborado quanto, mas apresenta um significado aproximado ao delas, no sentido de também mostrar a iniciação gradativa dos cadetes pelo CFO. Primeiramente ela enfatiza a separação dos neófitos que, como indivíduos, deixam suas vidas paisanas e suas famílias biológicas; depois marca sua inserção naquela nova comunidade, a de cadetes, de forma coletiva, quando eles vestem pela primeira vez o fardamento da *caserna*, o *mug*⁵⁹. Nesse ritual, portanto, a farda funciona como “símbolo instrumental”, isto é, como um meio para a comunicação ritual (Cf. TURNER, 2005). Antes do clímax, os noviços trajam o “bichoforme”, que é o uniforme do “bicho”, composto basicamente por calça *jeans*, tênis e camiseta branca, representando a primeira tentativa de se uniformizar o paisano; o primeiro banho de *caserna* visando a purificá-los das impurezas que trazem da *rua*. O nome uniforme é sugestivo nesse momento em que se pretende “uniformizar” as posturas do indivíduo, para inseri-los num grupo que se representa exatamente pela coesão e uniformidade.

⁵⁹ Trata-se do 5º uniforme do Regulamento de Uniformes da PMERJ - RUPMERJ, uniforme de instrução que o neófito passará a usar na maior parte de sua rotina na APM.



Figura 3 – “Adaptandos” com o “bichoforme”.

Na data marcada para a solenidade, logo pela manhã, os novatos entram em forma do lado de fora da APM com seus trajes civis. Ao toque de “3ª CIA AVANÇAR!”, eles se deslocam, ao passo ordinário, comandados pelo aluno de maior hierarquia (mais antigo) na APM, o cadete-padrão. Depois, param no saguão da Ala Sul e tomam a posição de “DESCANSAR” na entrada da APM. Imediatamente à frente deles, está estendida uma fita que separa simbolicamente esses dois mundos, a *caserna* e a *rua*. O Comandante da APM caminha então em direção aos adaptandos para descerrar essa fita. Ao fazê-lo, o portão da APM estará aberto aos novos alunos.

O Mestre de Cerimônia anuncia os “novos alunos” e a Banda de Músicos toca um dobrado militar enquanto eles, depois de adentrarem o pátio, sobem aos seus alojamentos para trocarem seus trajes civis pela farda da PMERJ. Após se uniformizarem, os neófitos entram em forma como os mais novos alunos-oficiais do CFO. Nervosos pelo risco de esquecerem a coreografia recentemente aprendida, mas ainda não introjetada como *hexis* corporal, eles quase não percebem a presença de parentes e convidados que se espalham pelas alas no 2º andar do quadrilátero principal da APM. Naquela data, a escola está especialmente decorada -

como em todas as datas especiais -, para recebê-los em seu palco ritual. O Corpo de Alunos já está no pátio, ao longo da Ala Oeste, formado apenas por duas companhias (1ª e 2ª). A sua frente está o Comandante do CA, pronto para receber seus mais novos comandados. É o Comandante do CA quem determina ao corneteiro o toque de “SENTIDO”. Em seguida o aluno-padrão, ao lado do grupamento de novos alunos, comanda: “3ª CIA, ORDINÁRIO, MARCHE!”, à viva voz. A tropa então se desloca até à frente do palanque, onde permanece imóvel para a execução do Hino Nacional. A Banda de Músicos executa a introdução que todos nós brasileiros conhecemos, no que todos acompanham o mestre da Banda, cantando até a última estrofe: “... pátria amada, Brasil!”.

Já com seus novos uniformes, os neófitos ouvem as seguintes palavras do Mestre de Cerimônias em exaltação àquele símbolo que representa a nova vida na *caserna*. Ele agora é o foco do ritual:

“NOSSA FARDA IGUALA A TODOS QUE A ENVERGAM, INDEPENDENTEMENTE DE SUA ORIGEM SOCIAL, SUA COR E SEU CREDO. REPRESENTA QUASE 200 ANOS DE TRADIÇÕES HISTÓRICAS E DE SACRIFÍCIOS DE VÁRIOS COMPANHEIROS QUE IMOLARAM SUAS VIDAS EM DEFESA DA POPULAÇÃO. POR ESSES MOTIVOS, SÓ DEVE SER USADA POR QUEM POSSUA CONDUTA ILIBADA E MORAL SEM MÁCULA. ESTES JOVENS QUE VIMOS DESFILAR GARBOSAMENTE À NOSSA FRENTE, FORAM SELECIONADOS NO SEIO DA NOSSA SOCIEDADE E SE SUBMETERAM A VÁRIOS E RIGOROSOS EXAMES, ALÉM DOS QUE SÃO NORMALMENTE EXIGIDOS NO VESTIBULAR PARA INGRESSO EM OUTROS CURSOS SUPERIORES REGULARES. ORGULHAI-VOS, PORTANTO, JOVENS ALUNOS OFICIAIS, POIS VÓS SOIS OS MELHORES DENTRE OS MELHORES E DEVEIS DEDICAR SUAS VIDAS, A PARTIR DE AGORA, À DEFESA DO NOSSO AMADO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

Em seguida, os veteranos “adaptadores”, a comando de seu Comandante de Companhia, se deslocam ao centro do pátio onde colocam as insígnias brancas⁶⁰ de Primeiro-ano nas fardas dos “adaptandos”. Depois, o Cadete-Padrão apresenta a nova 3ª CIA do Corpo de Alunos - já adaptada - a seu novo comandante, em frente ao palanque da APM. Nesse momento, o Aluno-Padrão representa todos os veteranos “adaptadores” num ato que consagra o papel social do veterano naquele domínio cultural.

Depois dessa consagração múltipla, a nova 3ª CIA se incorpora às demais companhias do Corpo de Alunos, entrando em forma em “passo acelerado”, à retaguarda do Segundo-ano. Todos então cantam a Canção do Policial Militar (Ver Anexo II) e, em seguida, a tropa, agora já completa, desfila em continência à maior autoridade presente.

⁶⁰ Essas insígnias, chamadas de luvas do *mug*, são confeccionadas de pano com um espadim bordado. A cor vai variando gradativamente do branco ao dourado. Assim, as insígnias do Primeiro-ano, como eu disse no texto, são brancas; as do segundo são metade branca, metade dourada; e as do terceiro são todas douradas.

Após o desfile, o Comandante do Corpo de Alunos ordena que as companhias se dirijam as suas respectivas salas de aula, com exceção do Primeiro-ano que segue direto para o auditório onde assistirá à Aula Inaugural do CFO. Normalmente, a Aula Inaugural é ministrada pelo Comandante da APM ou por outra autoridade que ele convide. Neste caso, têm prevalecido autoridades militares e judiciárias. Depois da aula, está termina a solenidade de incorporação e, por consequência, o ritual.

2.3.3. O “ESPADIM DE TIRADENTES”

O “Espadim de Tiradentes” foi instituído em 1956⁶¹ para uso dos Alunos da Escola de Formação de Oficiais, na gestão do General João Ururahy de Magalhães, comandante Geral da então Polícia Militar do Distrito Federal⁶². Segundo a tradição nativa, foi a partir daí que o espadim se transformou no “símbolo de idealismo e destemor” do Cadete PM.

O nome cultua a memória de Joaquim José da Silva Xavier, o “*Tiradentes, Mártir da Inconfidência Mineira e Alferes da Tropa de Cavalaria de Minas Geraes*,” considerado oficialmente o “*Patrono das Polícias Militares do Brasil*”⁶³. No aspecto físico, trata-se de uma espada em dimensões reduzidas, acompanhada de uma “bainha” que o protege. Em sua lâmina está esculpida a expressão latina “*PRO LEGE VIGILANDA*” (Para a vigilância da Lei), numa alusão à atividade policial. No aspecto cultural, no entanto, trata-se de mais uma equivalência verde-oliva na PM, já que o Exército Brasileiro criou seu “Espadim de Caxias” em 1931, para ser utilizado pelos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras com lógica similar (Cf. CASTRO, 2002, p. 43).

⁶¹ Decreto n.º 38.908, em 20 de Março de 1956.

⁶² A nomeação de Oficiais do Exército Brasileiro para o comando da Polícia Militar foi regra até a transição democrática depois da ditadura militar, quando em 1983 assumiu o Coronel da PMERJ Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Antes disso, apenas alguns comandantes oriundos da própria Corporação foram exceções que comprovam essa regra. Trata-se de um reflexo da aproximação histórica entre essas duas instituições.

⁶³ Decreto n.º 9.208, de 29 de Abril de 1946.

O ritual do Espadim foi promovido pela primeira vez na Corporação⁶⁴ em 15 de dezembro de 1956. A primeira turma a recebê-lo foi a “Marechal Rondon⁶⁵”, em cerimônia realizada no Estádio do Clube Botafogo de Futebol e Regatas, na ocasião em que se formava a turma de aspirantes “Presidente Juscelino Kubitschek”, que recebeu o espadim de n.º 001. A partir de então, todos os anos novas gerações de cadetes recebem seus espadins em solenidades especiais, agora marcadas oficialmente no dia 13 de maio.

Em 13 de maio de 2007 cheguei à APM para assistir ao “Espadim de Tiradentes” da turma “Bicentenário”, nome escolhido em alusão aos 200 anos de existência da PMERJ a serem computados em 2009, no ano de seu “Aspirantado”. Aquela era mais um das muitas solenidades de entrega de espadins a que assisti em minha carreira policial militar, só que dessa vez na condição de pesquisador. A novidade era que ela seria realizada à noite. No ano seguinte, entretanto, ela voltaria a sua forma diurna original, confirmando a característica de o ritual militar ser mesmo um “rito diurno” (Cf. DaMatta, 1990). No mais, todos os elementos do ritual militar continuavam presentes naquele ano, conforme estabelecia sua “Ordem de Serviço”⁶⁶.

Como novo elemento do ritual, a luz artificial incrementava a carga dramática da solenidade. Seu foco estava agora literalmente iluminado. O feixe de luz conduzia arbitrariamente o olhar dos presentes para o que a instituição desejava ressaltar. Nesse sentido, o canhão de luz era um importante aliado do Mestre de Cerimônias. Isso, por outro lado, permitiu-me atentar para um sutil manejo ideológico dos símbolos naquele ritual, em que luz e voz guiavam as atenções das pessoas; ora para a Guarda de Honra, ora para a Bandeira Nacional, ora para a Banda de Músicos; e ora para os cadetes e seus espadins. Todos aqueles elementos eram apresentados no momento certo e no lugar certo, marcados de acordo com o *script* diligente do Mestre de Cerimônias e sua equipe cerimonial.

Desde antes do toque da “alvorada festiva”, a APM vinha se preparando para entrar naquela temporalidade especial que se diferenciava de sua rotina. Aquele era o tempo das

⁶⁴ Houve ainda, na antiga PMRJ, o “Espadim de Castrioto”, em homenagem ao Tenente Coronel do Exército Brasileiro João Nepomuceno Castrioto, primeiro comandante daquela Corporação que se uniria à PM carioca depois da fusão. Apesar de a primeira solenidade de entrega de espadins ter sido realizada pela PM carioca, a lógica das equivalências é a mesma.

⁶⁵ Tal como Celso Castro (2002) havia observado no Exército, existe na PMERJ a formalidade de se escolher o nome de um patrono para gerações de oficiais. Para uma comparação entre essas equivalências, ver: *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁶⁶ Apenas para adiantar o que será visto mais adiante, a Ordem de Serviço (OS) é um documento formal da administração policial militar detalhando minuciosamente o planejamento a ser executado por ocasião de algum serviço especial; onde cada agente toma conhecimento de sua missão específica dentro de todo o contexto.

solenidades; é um tempo de festas. Aqui, quando a APM está sempre enfeitada, com destaque para o palanque que receberá as mais altas autoridades do Estado, mesas e cadeiras são dispostas no pátio para acomodar madrinhas, padrinhos, familiares e amigos dos cadetes. É uma festa aberta à sociedade. Nas sacadas, há pessoas se acotovelando entre as bandeiras dos estados de origem dos “aratacas”, cadetes de outros estados que realizam o CFO aqui na PMERJ. Neste sentido, o “Espadim” é um ritual abrangente que relembra o vínculo político da instituição militar com a federação.

A Guarda-Bandeira⁶⁷ entra no pátio em passo⁶⁸ lento, ao som de uma marcha militar que alterna acordes estilizados do Hino à Bandeira, com pancadas fortes do bumbo. Essas batidas são sinais certos para que sua fração altamente treinada possa mudar de direção com maestria, seguindo seu trajeto ao longo do pátio até o local onde a Bandeira Nacional é homenageada. Depois disso, ela se incorpora à tropa. Vale lembrar que a “honra” de usar esse símbolo da pátria em solenidades também foi concedida à PMERJ pelo Exército Brasileiro, para situações específicas. Trata-se de um ritual nacional, portanto.

Aos poucos, as autoridades chegam para disputar as vagas do palanque central. Foram adaptadas tendas para, eventualmente, abrigar autoridades menores. Nesses momentos tradicionais, medalhas e condecorações são especialmente ostentadas por civis e militares orgulhosos. Aguardando ainda a chegada de sua excelência o Governador do estado, estão outras autoridades, entre elas o Secretário de Segurança, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Comandante Geral da PMERJ. Finalmente o Governador chega e o Comandante do CA, que nesses eventos comanda a Guarda de Honra, apresenta-lhe a tropa formada. Sua excelência o “dono do ritual” passa em revista a tropa, acompanhado pelo Comandante Geral; depois, se dirige à posição de destaque que ocupará no palanque até o término do evento.

Antes, porém, há homenagens. Primeiro são agraciados policiais militares feridos gravemente em serviço com a medalha “Nossos Bravos”; depois, são personalidades civis e militares que recebem a medalha “Mérito D. João VI”⁶⁹, entre essas personalidades, o próprio governador. Creio que essa prática, comum no Império e ressuscitada na República a partir de

⁶⁷ Pequena fração de militares em torno do oficial que conduz reverencialmente a Bandeira Nacional.

⁶⁸ Segundo o Manual de Ordem Unida do Exército, é o passo da marcha militar com aproximadamente 75 cm de extensão, em que o homem ainda preserva a atitude militar numa cadência de 116 passos por minuto. Nas solenidades essa velocidade é cadenciada pelo som do bumbo fornecido pela banda militar, ou, no caso de eventos de menor porte, poderá partir de uma “fanfara” militar.

⁶⁹ Criada pelo Decreto nº 5.72, de 17 de junho de 1982, é concedida por ato do Comandante Geral da PMERJ, na semana de aniversário da Corporação, como parte dos eventos comemorativos. O nome faz referência ao Criador da Guarda Real de Polícia da Corte, consagrando o mito de origem da Corporação, ao reforçar suas tradições

1936⁷⁰, careça de uma etnografia própria, o que não é o meu foco aqui. Talvez ela nos lembre de longe a tradicional investidura dos cavaleiros realizada pela coroa britânica, quando também havia uma distribuição de títulos de nobreza a cidadãos e autoridades civis e militares⁷¹. Os indicados para serem agraciados com esse trabalho simbólico podem, inclusive, ascender aos diversos graus na hierarquia da ordem, a partir de novas indicações, desde que, é claro, façam parte da rede certa. Aqui, “mérito” não condiz com desempenho individual, característica da ordem moderna igualitária que confere prestígio ao mais capaz, mas trata-se de um prestígio outorgado a “considerados” por condições relacionais, num sentido mais próximo ao de uma “honra mediterrânea”, presente em sistemas morais baseados no patronato e em relações clientelistas. Mesmo exceções que corroborariam esse argumento, como a Medalha Prêmio Duque de Caxias, que no “Espadim” serve para premiar o cadete primeiro colocado do CFO, parecem ter naquele cerimonial um sentido de outorga, pois são concedidas em conjunto com todas essas outras “honorarias”.



Figura 4 – A Guarda bandeira

⁷⁰ A autorização para criar e outorgar insígnias, como essas, foi concedida pela primeira vez à Corporação após a campanha do Paraguai, em que o Corpo de Permanentes participou com unidades incorporadas aos 12º e 31º Corpos de Voluntários da Pátria. Já em 1936, foram criadas ordens honoríficas militares representativas da República em moldes muito semelhantes aos das antigas ordens imperiais, algumas, até, trazidas de Portugal.

⁷¹ Nesse sentido, ver a interessante etnografia de *sir* Edmund Leach, *Once a knight is quite enough*: como nasce um cavaleiro britânico. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/man/v6n1/1970.pdf>. Acessado em 26/04/2009.

A homenagem demora além do previsto e os oficiais do Gabinete do Comando Geral (GCG), que dão suporte cerimonial à solenidade, estão tensos. A corneta orienta os movimentos dos presentes na consagração das medalhas. Os militares abatem suas espadas e, após a troca desses mimos relacionais, os homenageados finalmente deixam o palco ritual. Os alunos do Primeiro-ano já estão formados no saguão da Ala Norte, aguardando o momento certo para entrarem em cena. Eles estão trajando pela primeira vez a túnica azul-petróleo⁷², mas ainda não portam os espadins que receberão no decorrer da solenidade. Seus uniformes contrastam com as fardas históricas usadas pela Guarda de Honra que lembram as da Guarda Real de Polícia da Corte.

A Guarda de Honra está formada ao longo da Ala Oeste com as outras companhias do Corpo de Alunos. Seus respectivos oficiais, junto com o comandante e o subcomandante, estão acompanhados do cadete porta-símbolo do CA. A Guarda Bandeira já está incorporada à tropa, à frente das companhias, logo atrás da fração de comando da Guarda de Honra. O tenente que a comanda, conduz a bandeira nacional acompanhado do cadete-padrão que, por sua vez, conduz o estandarte da APM. Essa parada militar emoldurará o quadro ritual até o final, dando o destaque pretendido ao ritual.

Com todo o dispositivo pronto (Ver croquis do Anexo III), o corneteiro dá o toque de “3ª COMPANHIA AVANÇAR!”. É o sinal. O capitão Comandante do Primeiro-ano está agora no foco luminoso à frente do grupamento. Ele ordena seu deslocamento em passo ordinário até o centro do pátio, com a Banda executando uma marcha militar. Chegando ao centro do palco ritual, os alunos procuram se orientar ficando sobre “bolinhas” numeradas pintadas no chão para marcar seus locais no dispositivo da formatura. Ali, fazem o “alto!” e, logo depois, o “esquerda-volver”, ficando de frente para o palanque das autoridades. O público se silencia e contém os movimentos com a entrada em cena dos cadetes. A Bandeira Nacional é conduzida por sua guarda-bandeira, num passo mais lento que o ordinário, até à frente do grupamento. Logo depois, a banda executa o Hino Nacional que é cantado por todos os presentes.

⁷² Uniformes de passeio e solenidades estabelecido como o 3º uniforme do RUPMERJ.



Figura 5 – Os “donos do ritual” no palanque das autoridades.

Terminada a execução do Hino e com a bandeira já deslocada a seu local na Guarda de Honra, o Comandante da 3ª CIA dá aos cadetes a ordem de “APRESENTAR ARMAS!”. Eles erguem o braço direito com rapidez militar e prestam, em coro, o seguinte compromisso.

“AO INGRESSAR NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PROMETO REGULAR A MINHA CONDUTA PELOS PRECEITOS DA MORAL, CUMPRIR RIGOROSAMENTE AS ORDENS DAS AUTORIDADES A QUE ESTIVER SUBORDINADO E DEDICAR-ME INTEIRAMENTE AO SERVIÇO DA PÁTRIA, AO SERVIÇO POLICIAL MILITAR, À PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E A SEGURANÇA DA COMUNIDADE, MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA.”

Ao término do compromisso, a banda executa uma marcha dramática. O comandante do grupamento ordena que os três primeiros colocados saiam de forma, separando-os de seu grupo. A seu tempo, cada um deles toma a posição de “sentido”, gritando automaticamente o nome de guerra. Depois, os três se deslocam em passo ordinário até a uma distância aproximada de dez passos à frente do palanque, onde recebem seus espadins das mãos das mais altas autoridades presentes. O primeiro a recebê-lo das mãos do Comandante Geral da PM é o terceiro colocado da turma. O segundo colocado recebe, logo depois, o espadim das mãos do Secretário de Segurança; e, finalmente, o primeiro colocado recebe seu espadim das mãos do Governador. Nesse momento, o “espadim” passa ao foco do ritual. Flashes

fotográficos, inclusive os da imprensa, espocam na direção dos cadetes e das autoridades consagradoras. Ao mesmo tempo, o Mestre de Cerimônias profere palavras alusivas à Tiradentes, à instituição do Espadim, ao dia das mães, enfim, a toda uma série de fatos que visivelmente aumentavam a carga emocional daquele momento, prenunciando o clímax do ritual.

Depois, os primeiros colocados prestam continência às autoridades já com suas armas simbólicas que acabaram de receber, para em seguida embainhá-las. Agora é a vez dos demais cadetes receberem seus espadins. O Mestre de Cerimônias convida então padrinhos e madrinhas a fazer a entrega. A tropa relaxa da imobilidade no momento em que todos os cadetes recebem seus espadins. A banda prossegue tocando dobrados suaves e a carga emocional aumenta com a música. Muitos cadetes e parentes choram; outros estão efusivos; outros, ainda, tensos e retraídos. Após aproximadamente uns dez minutos, padrinhos e madrinhas são convidados pelo mestre-de-cerimônias a se retirar do “palco ritual”, voltando a seus lugares, nas laterais do pátio. A tropa fica em “sentido” e os cadetes se preparam para prestar o compromisso ao espadim. A Bandeira Nacional se desloca, então, com sua Guarda-Bandeira, parando à frente dos cadetes do Primeiro-ano que, cumprindo as ordens de seu Comandante de CIA para “perfilar-espadins!” e, depois, “apresentar espadins!”, retiram os espadins das bainhas e os levam automaticamente à frente de seus rostos. Nesse momento, proferem as seguintes palavras rituais: “RECEBO O ESPADIM DE TIRADENTES, SÍMBOLO DE IDEALISMO E DESTEMOR”. Rufam os tambores.



Figura 6 – A consagração do Espadim de Tiradentes. Guarda de Honra ao fundo.

Logo depois, os cadetes do Primeiro-ano perfilam seus espadins e os recolocam nas respectivas bainhas para iniciarem um desfile individual, um atrás do outro, em continência à Bandeira Nacional. Todos os policiais militares passam a cantar a “Canção do Policial Militar” (Ver Anexo II) e, logo depois, o Primeiro-ano se retira do “palco ritual” para o saguão da Ala Norte. Agora é a vez da Guarda de Honra prestar seu preito de tropa ao “dono do ritual” e depois se retirar. Depois disso, o Primeiro-ano, que aguardava no saguão da Ala Norte, regressa a seu local no dispositivo original para o tradicional “fora de forma” em frente ao palanque. Nesse momento, o Comandante da 3ª CIA grita um “FORA DE FORMA, MARCHE!” e os cadetes deixam a formação original, gritando palavras alusivas à turma, com a “vibração” que caracteriza aqueles momentos: é o fim do ritual.

2.3.4. O “ASPIRANTADO”

As duas principais solenidades do ciclo da passagem do cadete pela APM têm estruturas muito parecidas, variando um ou outro elemento para adequar sua mensagem simbólica, como é o caso da disposição dos seus símbolos focais (“espadim” e “espada”), como veremos adiante. Nesse sentido, tanto o “Espadim” quanto o “Aspirantado” comportam outros eventos festivos que se prolongam além do ritual propriamente dito; ambos, têm seus bailes que ocorrem em momentos posteriores às cerimônias de outorga; ambos, também, abrem espaços para entrega de medalhas; e ambos consagram coletivamente sujeitos rituais, tanto outorgantes, quanto outorgados.

No caso do “Aspirantado”, o número desses eventos é ainda maior. Os primeiros deles formam a “Solenidade de Declaração de Aspirantes”, em que se inclui tanto a entrega das espadas, quanto a entrega de medalhas da Ordem do Mérito Policial Militar⁷³. Além do ritual de entrega das espadas, há também um Culto Evangélico, uma Missa de Bênção das Espadas e o Baile das Espadas, que, todavia, não estarão focalizados neste trabalho. O baile das espadas ocorre num momento posterior ao da solenidade de declaração, quando o recém consagrado aspirante apresenta seu novo *status* à sociedade. Na prática, significa que ele passa a poder freqüentar um novo círculo profissional: o dos oficiais. Ali, após separar-se de sua antiga comunidade de cadetes, o novo Aspirante é de fato integrado ao “círculo de oficiais”. Nessa oportunidade, o aspirante ostenta suas novas insígnias: a farda branca do oficial (2º Uniforme do RUPMERJ) e a primeira estrela da carreira que carrega nos ombros.

Eventualmente, a solenidade de declaração tem sido promovida à noite, mas, tal qual o “Espadim”, ela é normalmente um rito diurno. Nesse caso, ela apresenta a seguinte seqüência: nas vésperas da solenidade, a Academia recebe uma pintura nova e o pátio é enfeitado cuidadosamente com as bandeiras dos estados da federação. O palanque é ornamentado com flores. Tudo é preparado para se prestigiar a turma que em breve deixará a APM. O dia amanhece com toques diferenciados e mais alegres do clarim, anunciando a “alvorada festiva”, o que indica que a APM ingressou na temporalidade do ritual. Logo depois, a Bandeira Nacional é hasteada, com o Corpo de Alunos formado apenas pelas companhias que não serão consagradas naquele dia.

⁷³ Ordem honorífica criada pelo Decreto nº 5.720 de 17 de julho de 1982, para premiar, ordinariamente, policiais militares que se destacaram no exercício da profissão e, excepcionalmente, outras corporações militares e instituições civis, bem como personalidade brasileiras ou estrangeiras que tenham prestado assinalados serviços à Polícia Militar. Trata-se da mais importante insígnia da PMERJ, com seus cinco graus hierárquicos (Grão-Cruz; Grande-Oficial; Comendador; Oficial; e Cavaleiro), onde o próprio Governador do estado é o seu Grão-Mestre. A Ordem é administrada por um Conselho cujo Presidente e Chanceler é o Comandante Geral da PMERJ.

Diferentemente do dia-a-dia, a Guarda de Honra veste traje de solenidade que imita o fardamento original da antiga Guarda Real de Polícia da Corte, na cor azul-escuro, com “barretina”, “charlateiras” e botões dourados; e ainda, com calça e polainas brancas. Os cadetes estão armados de antigos mosquetões FO 1902 calçados com baionetas. Todos esses detalhes tradicionais apontam para o mito de origem da PMERJ, ali novamente reforçado. Provavelmente também digam respeito a uma “equivalência” militar, pois, como vimos, a tradição de usar fardamento imperial já havia sido, segundo Castro, “inventada” pelo Exército brasileiro para AMAN, desde 1931, com seus próprios propósitos (Cf. CASTRO, 2002, p. 43).

Logo depois, o Corpo de Alunos, com duas companhias apenas, toma seu dispositivo no pátio, como Guarda de Honra da solenidade. Ela é comandada pelo major, Comandante do CA, e permanecerá durante quase todo o ritual de frente para o palanque, mas numa posição secundária, atrás do local reservado aos formandos.

Depois da Guarda de Honra com a banda de músicos à frente, é a vez da Guarda Bandeira chamar a atenção, no momento em que o pavilhão nacional é integrado à tropa formada (Ver Anexo IV). Imóvel e impecável, ela aguarda a chegada do representante do Estado que presidirá a solenidade como a mais alta autoridade presente. Assim que ele chega ao pátio, é anunciado pelo mestre de cerimônias. O Comandante da Guarda de Honra dá a ordem para que o toque do “exórdio” daquela autoridade seja executado pelo corneteiro. Logo em seguida, o Comandante da APM e o Comandante Geral da PMERJ se dirigem ao governador, ou a quem o represente naquele momento, que passa em revista à tropa formada. Após a revista, todas as autoridades assumem, enfim, seus lugares no palanque para o início do ritual.

A ordem hierárquica orienta as posições. O centro, em destaque, é reservado à maior autoridade do Estado presente. Depois que ele é ocupado, o Comandante da Guarda de Honra deixa a formatura em passo ordinário, acompanhado apenas do corneteiro que marcha a seu lado, e, ao chegar à frente do local onde está a maior autoridade, solicita-lhe a autorização para iniciar a solenidade. Após ter sido concedida a autorização, o ritual se inicia.

Nesse momento, antes de ser declarado aspirante, o cadete-padrão passa o estandarte que havia conduzido durante todo o ano enquanto esteve na Guarda Bandeira, às mãos de seu sucessor. Logo depois, todos cantam o hino nacional e, não raro, os convidados civis aplaudem ao término, deixando os militares constrangidos, inclusive os cadetes que

aprenderam que “o militar não bate palmas”, em especial para símbolos da pátria aos quais devem ter uma atitude respeitosa e, acima de tudo, continente.

Os “espadins” são devolvidos pela turma que será consagrada no ritual das espadas e, para isso, os cadetes passam individualmente em passo ordinário, depositando-os, um a um, sobre a mesa posicionada no pátio para aquele fim. O fato de trajarem o 3º uniforme (túnica azul-petróleo) e de ainda portarem o “espadim” significa que ainda são cadetes. Aqui, pareceu-me que a substituição desses símbolos, com destaque para o espadim, representava a morte sacrificial do cadete, necessária nos *rites de passage* para o renascimento de um novo ser, com o novo status social adquirido na “agregação” (TURNER, 2005; VAN GENNEP, 1974). Corroborando esse argumento, os cadetes sobem a seus alojamentos onde trocam suas fardas antigas pelo novo fardamento de oficial. Os signos do *status* anterior usados pelos cadetes desde o “Espadim” são, nesse momento, deixados para trás, lembrando a separação do indivíduo de sua antiga comunidade de cadetes.

Tal como ocorrera na “Entrega dos Espadins”, abre-se um parêntese para a outorga de honrarias, nesse caso, para que as medalhas da “Ordem do Mérito Policial Militar” sejam concedidas a personalidades homenageadas pela PMERJ, Civis e militares, chamadas à frente do palanque para receberem suas condecorações. A distinção ocorre na hierarquia dos seus graus que vai de Cavaleiro a Grão-Mestre (Governador), passando por Comendador, o que novamente remonta ao paradigma militar original.

Terminada a entrega das medalhas, a tropa de formandos, com seu comandante de companhia à frente, se desloca até ao centro do pátio, parando em frente ao palanque. O Mestre de Cerimônias faz a leitura da ordem do dia do Comandante Geral da PMERJ, que normalmente congratula os novos aspirantes, destacando aquele momento especial de suas carreiras e as responsabilidades que adquirirão dali para frente com a mudança estatutária. O clima é de emoção, alguns choram, outros ficam em silêncio. É muito provável que, naquele momento, estejam recordando todo o esforço despendido na passagem pela APM. Assim, se misturam sentimentos de dor e prazer, orgulho e alegria, êxtase e responsabilidade.



Figura 7 – Grupamento de Formandos.

Após a leitura da ordem do dia, os três aspirantes primeiros colocados da turma são destacados para receberem suas espadas das mãos das mais altas autoridades presentes. A partir dali, o foco estará com eles. O destaque é o mérito, no caso o desempenho dos primeiros colocados que reforçam ao mesmo tempo a hierarquia das autoridades consagradoras. Essas autoridades normalmente são: o governador, algum oficial general das Forças Armadas e o Comandante Geral da PM. Os distintos formandos, então saem de forma, um após o outro, para prestarem suas continências individuais àquelas autoridades e, delas receberem em contrapartida suas honradas armas simbólicas. Alguns cadetes juntos com o primeiro colocado da turma recebem prêmios pelos desempenhos apresentados ao longo dos três anos do CFO. Entre esses prêmios está a Medalha “Duque de Caxias”⁷⁴. Após esse reconhecimento ritual, os cadetes premiados se retiram e voltam a seus lugares na formatura.

A seguir, chega o momento em que os demais formandos recebem suas espadas das mãos de seus padrinhos e madrinhas, que são convidados ao pátio para fazerem pessoalmente a entrega. É um momento de descontração, em que a ordem do pátio é momentaneamente

⁷⁴ Instituída pelo Decreto nº 29.363, de 19 de março de 1951, para agraciar o aluno que concluir o CFO em primeiro lugar, com grau oito ou superior.

desconfigurada com a presença caótica de paisanos. A banda de músicos executa dobrados e baladas, quebrando a formalidade militar. O mestre de cerimônias profere os nomes dos formandos, um após o outro, ao som de uma música suave, até que ela própria, a banda de músicos, interrompe suas execuções para dar o sinal aos convidados de que eles devem se retirar do pátio. O mestre de cerimônias reforça o pedido e, no terceiro toque, os formandos retornam a suas posições originais no dispositivo original da formatura, já sem seus padrinhos e convidados.



Figura 8 – O primeiro colocado recebe a sua espada.

No momento seguinte, a bandeira nacional se desloca sem sua guarda para o centro do pátio, à frente dos formandos. O Comandante da companhia dos formandos (1ª CIA) ordena, à frente dela, o “ombro armas” e, em seguida, o “apresentar armas” para que o compromisso dos aspirantes perante a Bandeira Nacional, à sociedade e à instituição policial militar seja prestado. Os aspirantes levam suas novas armas ao rosto, como haviam feito com seus espadins há quase três anos atrás para, em seguida, proferirem as seguintes palavras rituais:

“AO SER DECLARADO ASPIRANTE-A-OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ASSUMO O COMPROMISSO DE CUMPRIR

RIGOROSAMENTE AS ORDENS LEGAIS DAS AUTORIDADES A QUE ESTIVER SUBORDINADO E DEDICAR-ME INTEIRAMENTE AO SERVIÇO DA PÁTRIA, À PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E A SEGURANÇA DA COMUNIDADE, MESMO COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”.

Ao término da última palavra proferida pelos aspirantes, a banda executa um dobrado com batidas fortes no tambor, revelando o clímax do ritual. O rufar dos tambores anunciam os mais novos aspirantes da PMERJ.

Após esse compromisso, os Aspirantes desfilam em continência à Bandeira Nacional, deixando o “palco ritual”, acompanhado em seguida pela Guarda de Honra que desfila em continência ao governador e que também deixa o pátio. Somente a turma dos novos aspirantes retorna ao centro do “palco” para o último e tradicional “fora de forma” comandado por seu Comandante de Cia. Com os nervos à flor da pele, os novos aspirantes bradam o grito de guerra da turma, arremessando seus quepes para o alto numa explosão de emoções. É o final do ritual de passagem pelo CFO.

2.4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O SIMBOLISMO DA ESPADA

*O rei pediu minha espada
Minha espada lhe ofertei
Com lâmina de Toledo
E copo de ouro de lei*

*O rei desejou meu elmo
Escudo e couraça lhe dei
Sempre os usei nas batalhas
Lutando pelo meu Rei*

*O rei me pediu coragem
Na guerra me desdobrei
Lutei com ardor e raça
Pela glória do meu rei*

*O rei pediu meu cavalo
Negro, que eu mesmo domei.*

*Sem relutar fui infante
Para atender ao meu rei*

*Caso o rei pedisse a honra
Da farda, que sempre honrei
De coração contristado
Diria não ao meu rei*

*Dei-lhe a espada de Toledo
Com copo de ouro de lei
Mas a honra é um bem de família
Que dos meus ancestrais herdei
Nóbrega de Siqueira⁷⁵*

Os elementos presentes nas solenidades da APM estão arrançados numa gramaticalidade que produz determinada comunicação ritual com significados compartilhados pelos nativos. Nesse sentido, creio que os rituais militares sejam instrumentos dessa ação social que comunica, como sugeriu Turner (2008), o “programa monolítico baseado no poder”, trazendo as “representações sociais” dos nativos, ou melhor, daquele grupo nativo que os organiza e que, naquele momento, possui o monopólio de sua produção simbólica. Por outro lado, percebi ainda nas práticas sociais da APM que tais representações também produziam identidades e comportamentos diferenciados. Neste capítulo, além da análise dos rituais já tratados até aqui, pretendo adiantar alguns elementos observados em outros pontos da pesquisa com o fito de elaborar uma análise preliminar da espada enquanto símbolo nativo, sobretudo nessas práticas cujos dados mais completos serão apresentados adiante. Essa análise inicial vai se consubstanciar mais tarde, quando as tais observações da dinâmica social da APM forem detalhadas, demonstrando como os símbolos despertam comportamentos ou emoções manifestas, como argumentava Turner (2005).

Já havia dito que as solenidades observadas na APM apresentavam, num primeiro momento, a maneira de a instituição ver e classificar o mundo. Para fins de análise, optei por agrupá-las de acordo com suas características observadas num discurso institucional. As que escolhi apresentavam uma elaboração sóbria que reforçava a visão de mundo oficial, porquanto eram promovidas pelo grupo de maior poder no campo, primeiramente pela cúpula

⁷⁵ Poema que se encontra emoldurado num quadro que decora a sala do CMT do BOPE. Agradeço ao amigo CEL PM Mário Sérgio de Brito Duarte por essa lembrança.

dirigente da APM e, depois, pela cúpula da própria PMERJ. Se por um lado a “Incorporação dos novos alunos” tinha um cunho interno, porque era promovida pelo comando da APM para a inserção do neófito na estrutura de poder local, as outras pareciam tratar de uma estrutura mais ampla de poder. Nesses casos era o próprio Estado que se fazia presente na figura de seus representantes diretos que, naquelas oportunidades, comandavam o ritual. Eram, pois, suas estruturas de poder que ali se reforçavam na medida em que símbolos nacionais eram reverenciados, com destaque para a Bandeira Nacional, normalmente incorporada à tropa policial militar em solenidades desse tipo.

Inseridos na gramaticalidade simbólica daquelas solenidades, estavam os valores do militarismo. A hierarquia, na forma das posições estatutárias que o indivíduo vai alcançando em sua trajetória política pela instituição; a disciplina, representada pela espera paciente do indivíduo pelo momento certo de adquiri-las junto com as prerrogativas a elas vinculadas; e a antiguidade, reforçada com a ascensão coletiva, porém ordenada, de uma geração de indivíduos onde cada um sabe e respeita o lugar que se deve ocupar nessa totalidade. Nesse sentido, a passagem dos cadetes se assemelha à ascensão gradativa dos neófitos Baktaman da Nova Guiné, em seus rituais de passagens (BARTH, 1975).

Outro elemento interessante de se observar nessas solenidades foi a emoção que, acumulada durante todo o período em que os cadetes estiveram realizando o seu CFO, era desprendida com mais ênfase nos momentos de clímax ritual. Na cultura militar, ela é entendida como “vibração”. Percebi que ali ela era estimulada, canalizada e, em seguida, aflorada por um propósito ritual. Assim, a emoção desprendida e a forma gradativa de o indivíduo ser inserido nessas comunidades políticas pareciam revelar, naqueles ritos, um sentido de controle social (Cf. TURNER, 1974, 2005).

Creio que outras referências também possam nos ajudar na análise desses rituais e na decodificação dos códigos que os símbolos rituais suscitam. Turner (2005), por exemplo, via o símbolo como a “menor unidade do ritual que ainda mantém as propriedades específicas do comportamento ritual” (TURNER, 2005. p. 49). Sua abordagem processualista permitiu-lhe observar símbolos rituais em ação sob diferentes níveis de interpretação, nos quais não se incluíam somente os significados fornecidos pelos nativos, ou aqueles que os antropólogos entendiam ser os significados para os nativos. Dessa maneira, Turner observou as maneiras como os próprios nativos se comportavam em contato com seus símbolos, já que para ele importavam ainda as emoções manifestadas na prática nativa. Por isso, suas análises sobre a estrutura simbólica do ritual, incluindo características como a polissemia e a condensação de

significados, (TURNER, 2005, pp. 49-82), se mostraram estimulantes, justamente por permitir abordar essas emoções que os símbolos despertam.

Observando ainda a “polarização” como uma outra característica dos símbolos rituais, Turner agrupou seus significados em dois pólos: um “ideológico”, ou normativo, e outro sensorial, ou “orético”. O primeiro diz respeito à ordem moral e social do grupo, retratando a estrutura de poder de onde o ritual é produzido. O segundo é relacionado aos aspectos “grosseiros” e sensuais suscitados *a priori* pela aparência concreta do símbolo e que, portanto, não teriam a necessidade imediata de análises mais abstratas. O resultado simbólico do ritual seria então a “condensação” de significados díspares que faz manifestar um pólo no outro, tornando, assim, prazeroso o normativo. Vejamos pois, por esse prisma, as solenidades da APM.

São seus próprios “símbolos instrumentais” que representam a passagem gradativa que eu havia observado na iniciação dos cadetes. Primeiramente na “Incorporação”, a farda do neófito trazia a figura de um espadim bordado como insígnia nos ombros; depois, o próprio “espadim” físico que o cadete recebia do Estado; e no fim do percurso, por ocasião do “Aspirantado”, a espada substituía o espadim no momento em que o indivíduo, deixando de ser cadete, ingressava em sua nova comunidade política. Essa comunicação ritual representa, por meio do crescimento performático da arma que representa o oficial, o crescimento simbólico do próprio indivíduo no universo da “caserna”, que se dá, a seu tempo, e com a aquiescência do Estado, senhor do mandato político transmitido por meio desses instrumentos simbólicos naqueles momentos solenes.

Creio que até aqui já tenhamos pelo menos duas possibilidades de entender os ritos da APM, o que, obviamente, não esgotaria a nossa compreensão. Enquanto a primeira diz respeito à leitura de uma mensagem no discurso ritual, a segunda, que veremos *a posteriori*, seria a possibilidade de entender esses ritos com a experiencialização concreta dos símbolos rituais a partir das práticas nativas, por meio de sua decodificação metafórica. Nesse caso a espada é o “símbolo dominante” dos nativos (TURNER, 2002, p. 50). Ela está presente na vida nativa como um fim em si mesmo, tal como a “árvore *mudyi*” dos *ndembu*. Ao mesmo tempo ela também funciona como um “símbolo instrumental” em cada um desses ritos, quando devidamente arranjada como elemento semiótico para realizar uma comunicação ritual com determinado propósito. Vejamos então seu manejo simbólico nesses rituais, desde o momento em que ela se apresenta inicialmente em sua forma miniaturizada de espadim.

Com a espada os indivíduos são ordenados nessas diferentes estruturas de poder, tanto as locais que dizem respeito à burocracia interna da APM, quanto aquelas mais amplas, relativas ao poder político do Estado. Nesse caso, o discurso ritual nativo parece nos informar que o cadete deverá buscá-la por meio da passagem que representa o CFO. Primeiramente, adquirindo o direito de ser militar, quando para isso tem de se livrar dos resquícios “paisanos” por meio da “adaptação”. Nesse sentido, é o sofrimento, muito presente nessa primeira etapa, que o legitima a envergar a farda da “caserna”, com seus “espadins” brancos bordados nos ombros (luvas) que vão ficando dourados à medida que os diferentes estágios do CFO são cumpridos. No segundo ano eles já não são mais totalmente brancos, mas metade brancos, metade dourados. No terceiro, são totalmente dourados. Na solenidade do “Espadim”, o cadete, que naquele momento já se livrou de seus resquícios iniciais de paisano, está pronto para receber sua arma simbólica: a miniatura da espada, ou seja, a espada em potência que, nesse sentido, representa o maior objetivo da passagem, a ser alcançado mais tarde no “Aspirantado”.

É interessante ainda observar que já na “incorporação” os papéis sociais da passagem são consagrados ritualmente. O do “veterano” (adaptador), como o iniciador que auxilia o oficial na iniciação do neófito e que se faz representar ali pelo Cadete-Padrão que entrega o “bicho” (adaptando) a seu novo Comandante de Companhia, e o do oficial, como o modelo a ser seguido, quando a espada que o representa é almejada pelo cadete em seu trajeto de passagem.

A espada é, portanto, uma arma simbólica usada nas práticas rituais por oficiais e que, assim, está presente como um fim na vida do cadete. O relato abaixo nos revela essa instrumentalidade ritual da espada, ao confirmar seu uso mais freqüente por oficiais que trabalham na APM.

“No meu “Aspirantado” não comprei espada para economizar. A gente, quando sai oficial, não usa mesmo, né? Então, pedi emprestada a do meu ‘veterano’, mas quando eu fui [transferido para] trabalhar na Academia, tive que comprar uma, porque aqui todo mundo tá sempre ‘enfiado’ em formatura”. (Capitão, com nove anos de serviço, trabalhando na APM).

Segundo as regras nativas, a espada distingue o oficial das praças nas solenidades. No momento em que ela é desembainhada, revela-se ainda a antiguidade do oficial que a empunha. Ele é o comandante da tropa formada, ou seja, o oficial de maior patente ou, noutras palavras, o mais antigo. Os movimentos realizados pelos que estão no comando são diferentes dos executados pelos demais. Além disso, ela também nos revela o foco ritual no

momento de seu clímax, ao ser utilizada nas solenidades que compõem o ritual de passagem do CFO, quando o oficial é enfim ordenado.

Quanto à forma como ela era empunhada nos rituais da APM, seu pólo concreto pareceu-me antecipar os conflitos simbólicos que observei entre cadetes femininos e cadetes masculinos, como veremos adiante nos capítulos que tratam das práticas sociais da APM. Características fálicas representando a virilidade masculina característica que marca a *hexis* corporal do cadete, pareceram-me antecipar a APM como espaço tipicamente masculino, como de fato observei.

De outro lado, seu “pólo normativo” também pode nos informar o objeto letal que, noutras épocas, despertava o medo pela possibilidade de derramar o sangue alheio na defesa do trono real. Esse direito assimétrico que, segundo Foucault teria ocorrido com o surgimento do soberano na sociedade ocidental, se baseava no fato de o monarca poder dispor da vida daqueles que o ameaçavam, pois “o poder formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. Afinal de contas, era simbolizado pelo gládio” (FOUCAULT, 2009, p. 148). Por esse prisma, a espada representa um poder letal que se traduz na virilidade e na destreza do guerreiro a serviço do soberano, isto é, seu “poder de gládio”. Assim, o pólo normativo ou ideológico da espada indicaria essa estrutura de poder absoluto do monarca a que a ela parece se vincular.

Nesse sentido, foi interessante observar que os rituais da APM pareciam revelar exatamente características de uma “honra pela espada”, na medida em que ela era outorgada pelo representante do poder, dentro de um certo contexto de símbolos históricos como a coroa ibérica, o nome da APM e o fardamento, por exemplo, que, ao serem exibidos como metáforas rituais, informavam relações e pactos palacianos. Ao invocarem essas estruturas de poder, os ritos da APM parecem informar uma vontade de submissão e de lealdade a um poder absoluto.

Foucault também nos informa sobre as transformações ocorridas a partir do século XIX nas estruturas do “poder de gládio”, quando as próprias estruturas da sociedade ocidental se transformaram. Nesse sentido, a espada que representava um poder absoluto, passa a representar, segundo Foucault, um “bio-poder”, quando deixa de objetivar a morte e o derramamento de sangue - sobretudo o dos não-nobres -, passando a objetivar a vida, ou melhor, o controle dessa vida que se tornava cada vez mais útil àquelas novas estruturas políticas. Com a lei, portanto, o gládio passou a representar o poder controlado que se encarregava da utilização da vida (FOUCAULT, 2009).

Afora algum exagero, é possível que os argumentos de Foucault indiquem mesmo a transformação daquele poder absoluto do soberano num poder policial, controlador da vida e controlado pela Lei. Senão, vejamos que o pólo sensorial do gládio nos indica, por seus aspectos fálicos, tanto a virilidade masculina, quanto a vida. No momento em que o sexo foi “colocado em discurso” pela “vontade de saber”, a espada passou a representar a potencialidade da vida, ou seja, o poder de controlá-la e, exatamente por isso, o gozo em poder controlá-la (FOUCAULT, 2009).

Nesse sentido, observei ainda nos ritos da APM que a espada era ostentada à maneira como faziam, por exemplo, os neófitos dos ritos de puberdade *ndembu*, em sua passagem para a sociedade dos guerreiros (TURNER, 2005): ela é desembainhada no clímax ritual e elevada à frente do rosto e, depois, do corpo, demonstrando o crescimento ritual da potência que ela representa na seqüência da mensagem ritual. No “Espadim”, as feridas desses *falus* simbólicos dão início a um processo de cicatrização que só se conclui no momento em que os novos aspirantes exibem suas espadas, daquela mesma maneira, no “Aspirantado”, quando prontas para o comando e a serviço da “biopolítica”. A espada do “Aspirantado” não seria então a espada bárbara da violência sem regras, mas a espada civilizada, ainda que com a honra do cavaleiro ordenado na fonte do poder soberano. A forma de sua concessão àqueles que obtiveram as melhores notas em seus concursos, talvez possa confundir – às vezes de forma proposital, como veremos adiante - “honra” com desempenho, caracterizando o militarismo representado na PMERJ que, naqueles momentos, muito provavelmente evoca os valores tradicionais da honra e da lealdade.

A teoria política pode nos revelar ainda o pacto da gênese do Estado nacional, no momento em que príncipes vassalvos ofertavam suas espadas a um só rei, tornando-se assim cavaleiros e, conseqüentemente, oficiais de um único exército real (ELIAS, 1993). Nessa ótica, a espada representaria o monopólio do uso da violência, símbolo do pacto político original do Estado-nação. Aquele que assim a empunhava, o fazia porque tivera a honra de se tornar cavaleiro real, passando a representar a própria estrutura de poder que o consagrava.

De alguma maneira, as solenidades da APM acabam por “naturalizar” essas estruturas de poder baseadas na honra e na lealdade que representam a *caserna*, ou melhor, a posição que ela ocupou no pacto original do Estado-nação. Aqui também é interessante observar que o Espadim de Tiradentes, numa comparação lógica com o Espadim de Caxias, o patrono do Exército Brasileiro, indica a posição subalterna que historicamente a PM teve de ocupar em relação ao Exército. O fato de Tiradentes ter sido escolhido como patrono de todas as Polícias

Militares brasileiras é sintomático nesse sentido, mesmo porque seu nome foi definido à época pela cúpula do Exército. Se o Exército tinha como patrono um fidalgo oriundo de tradicional família de militares, que havia alcançado o maior posto e todas as condecorações que sua instituição poderia ter-lhe concedido, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, era um alferes que muito provavelmente nem chegasse ao oficialato, oriundo dos estratos mais subalternos da sociedade mineira de sua época. Creio que essa metáfora tenha reforçado a subordinação legal e fática das PM ao Exército⁷⁶. Dessa forma, os ritos militares na PM não seriam assim tão anacrônicos, pelo menos sob o aspecto jurídico, já que dramatizam uma situação legalmente vigente no plano político nacional no que diz respeito à PM.

Aqui, a categoria “missão”, muito presente na cultura militar, me pareceu adequada para pensar o significado da disciplina militar naturalizado naqueles momentos. Nesse sentido, a ordem do “dono”, ou seja, daquele que ali representa o poder consagrado e consagrador, tornar-se-ia também sagrada, não no sentido transcendental da Escola Clássica Britânica, mas no sentido como a sociedade foi representada pela Escola Sociológica Francesa a partir de Durkheim, isto é, como algo dado e inquestionável (DURKHEIM, 2003). Creio que o pacto militar original possa, assim, ter-se adequadamente aos elementos do pacto formador de nosso próprio Estado nacional, a todo o momento lembrado nas solenidades da APM por meio de seus símbolos históricos.

Naquele momento, a matriz “moderadora” de um liberalismo jacobino foi adaptado pela elite política que conformava ideologicamente o Estado nacional brasileiro. Talvez por isso é que também podemos perceber um caráter nacional e holístico nos discursos rituais das solenidades promovidas na APM. Parece que, por reflexo dessa matriz “moderadora”, o que ocorreu por aqui foi mesmo uma conciliação ao invés da sucessão do “poder do gládio” por um “bio-poder”, como havia sido observado por Foucault na sociedade ocidental. Foi exatamente essa conciliação do moderno com o tradicional que o Brasão da PMERJ (Ver Anexo V) pareceu-me informar, quando insistentemente preservado nos ritos da APM. Ao analisá-lo mais detidamente, pude perceber que, junto com as garruchas que simbolizavam a atividade policial moderna, ele trazia a Coroa de D. João VI, fundador da Guarda Real de Polícia, e, dessa forma, representava o poder absoluto do monarca português no Brasil. Dentro dessa lógica, seria possível intuir que a arma de fogo, isto é, a arma de fato do policial, representava ali uma extensão da tradicional espada do guerreiro.

⁷⁶ Agradeço ao meu orientador, Roberto Kant de Lima, por me auxiliar nessa percepção.

3. A ROTINA⁷⁷

3.1. INTERIORIZANDO A “CASERNA”

É através da socialização que os indivíduos se tornam aptos para participarem dos diferentes sistemas sociais, compartilhando códigos, idéias e significados comuns. Berger e Luckmann (2003) definem socialização como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER & LUCKMANN, 2003). Sob essa ótica, são várias as instituições como a família, a escola, os grupos profissionais, entre outras que promovem a socialização dos indivíduos, interiorizando-lhes uma realidade que os capacita ao convívio social. Os mesmos autores ainda subdividem esse processo em dois tipos de socialização: a primária, “que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade”, e a secundária, como “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER & LUCKMANN, 2003, p.175).

É fácil verificar, portanto, que socializações secundárias ocorrem com uma frequência cada vez maior nas sociedades contemporâneas, graças à sua característica volátil e fragmentada. A maior “divisão do trabalho social” e o leque mais amplo de escolhas permitem ao indivíduo contemporâneo fazer parte, voluntariamente, de diferentes grupos ao mesmo tempo, o que obviamente não ocorreria em sociedades de pequena escala. Se a família promove a socialização primária, corporações profissionais e instituições militares são, entre outros exemplos, instituições que promovem socializações secundárias, inculcando nos indivíduos determinada ética junto com uma parcela de conhecimentos técnicos objetivos.

No caso da escola, há um programa sistemático continuado que organiza o saber tecnológico e normativo a ser transmitido às futuras gerações. Entretanto, dentro da lógica de separação, as academias militares são ainda, além de escolas de formação, “instituições de seqüestro” que, na definição de Foucault (2007), separam indivíduos de um mundo exterior para construir-lhes, eficientemente, um *ethos* militar, por meio de um processo de

⁷⁷ Os dados etnográficos que constam neste capítulo foram colhidos na primeira fase da pesquisa, realizada entre os anos de 2003 e 2004, e os documentos pesquisados referem-se a dados consolidados do final de 2003.

“normalização”. Portanto, ao lado de um currículo formal, existe ainda toda uma pedagogia informal que o regime de reclusão das academias militares proporciona.

Pierre Bourdieu, por seu turno, tratou da incorporação de um *habitus* que, em linhas gerais, definiu como um sistema de disposições (atitudes) duradouras funcionando como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações sociais interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência (BOURDIEU, 1980). Sob essa ótica, o indivíduo naturalizaria esquemas de percepção e de ação característicos, interiorizando determinado *habitus*. Bourdieu (op. cit.) distingue ainda dois componentes desse *habitus*: um *ethos* que compreende sistemas de valores em estado prático, isto é, esquemas em ação com uma moral praticada inconscientemente, e uma *hexis* corporal, que são posturas ou atitudes (disposições) que o indivíduo adquire durante sua trajetória de vida, ou seja, sua história praticada.

Ao identificarmos uma *hexis* típica no fazer militar, podemos encontrar similitudes entre o *habitus* de Bourdieu, as “técnicas corporais” maussianas e o processo de normalização de Foucault. Nesse sentido, ao separar indivíduos da realidade social do “mundo da rua”, as academias militares realizam uma socialização própria que compreende ainda os momentos informais na interiorização do *habitus* militar que caracterizaria a “caserna”. Creio que, ao materializar a idéia do *ethos* e possibilitar a análise da variável política, o *habitus* bourdieusiano seja compatível com as observações de uma instituição de seqüestro como a APM.

Seguindo o modelo organizacional burocrático do Exército, as polícias militares possuem, tal como o equivalente verde-oliva, órgãos especialmente designados para a formação profissional de seus integrantes. Pelo fato de os militares – e, por conseqüência, os policiais militares – estarem escalonados em dois grandes segmentos hierárquicos (praças e oficiais), a instituição militar reserva locais distintos para a formação de recrutas (praças novatos) e de cadetes (futuros oficiais). Na PMERJ, a formação dos primeiros ocorre em torno de nove meses, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), enquanto a dos cadetes ocorre em, no mínimo, três, na Academia de Polícia Militar (APM) D. João VI.

As questões surgidas aqui são: - Que o tipo de socialização a PMERJ, como instituição que conjuga dois mundos distintos, cada qual com sua lógica e seus valores, oferece a seus indivíduos? E, depois: - Seria legítimo inferir a existência de momentos especiais na PM em que essa visão dualística de mundo é interiorizada, já que percebemos um *continuum* de papéis institucionais a partir de “técnicas corporais” definidas (a policial e a militar)?

A hipótese é a de que uma instituição híbrida, do tipo XY, tipificaria papéis também híbridos, do tipo XY, e, assim, dependendo das circunstâncias e do momento em que a socialização policial militar ocorra, ou ainda, da legitimidade que essa realidade possa ter junto a seus indivíduos, surgirão (ou não) conflitos, dadas as diferenças ideológicas entre os tipos X e Y. Nesse sentido, a PMERJ produziria uma socialização bastante interessante para a análise antropológica, que, sendo priorizada nesse trabalho, poderá nos permitir uma melhor compreensão de sua realidade institucional.

Nesse intuito passarei a privilegiar, a partir daqui, o cotidiano dos cadetes na Academia de Polícia Militar D. João VI, com observações acerca de sua socialização profissional, onde tento analisar por meio de minhas categorias analíticas a maneira pela qual o sistema de valores que compõe essa realidade institucional é inculcado junto com o saber profissional disponibilizado aos futuros oficiais da PMERJ. Meu foco, portanto, estará voltado tanto para essas ideologias praticadas, quanto para o que faz com elas se manifestem da forma como se manifestam.

3.2. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A APM dispõe de pessoal próprio para o desempenho de suas atividades funcionais⁷⁸. Entretanto, os agentes diretamente responsáveis pela função precípua da APM são os oficiais do Corpo de Alunos e os oficiais da Divisão de Ensino. Os primeiros cuidam das políticas institucionais do comando da APM, notadamente dos assuntos de ordem militar, e os últimos, da execução das políticas de ensino da Corporação, o que nos revela haver uma divisão social do trabalho de formação na APM. Já os cadetes estão na outra ponta da linha desse processo de formação, como alvos das políticas institucionais de ensino e instrução da Corporação.

O comando é exercido por um oficial superior com patente de coronel ou tenente-coronel, que ao mesmo tempo é o diretor de ensino da APM. A administração segue o modelo burocrático das organizações militares e, nesse sentido, se divide em Comando e um Estado

⁷⁸ São seus oficiais e praças e, ainda, os funcionários civis contratados para desempenharem algumas funções administrativas.

Maior (EM) chefiado pelo subcomandante, que também é o subdiretor de ensino. Ele traz, além das seções administrativas comuns às demais unidades da PMERJ, seções responsáveis pela função específica de ensino. Existem, portanto, quatro seções genéricas no EM da APM, semelhantes às que encontramos nos demais batalhões da PMERJ. A P/1 é responsável pela política de pessoal, a P/2 pela inteligência policial militar e assuntos sigilosos, a P/4 pela logística, e a P/5 pelos assuntos civis. A diferença fica por conta da terceira seção do EM (P/3) que, enquanto nas demais unidades da PMERJ se encarrega do planejamento operacional de policiamento, na APM recebe o nome de Divisão de Ensino e realiza o planejamento pedagógico.

Além dessas seções, o EM possui ainda o Corpo de Alunos (CA), um modelo reduzido de um batalhão de infantaria⁷⁹, funcionando com finalidades pedagógicas próprias para a introdução dos valores militares. Para isso, o CA, como já disse, está dividido em três companhias (CIAs) que, por sua vez, estão subdivididas em pelotões. Cada companhia do CA comporta uma das três turmas de cadetes do CFO. Por ordem de antiguidade, a 1ª CIA é a turma do Terceiro-ano do CFO; a 2ª CIA é a turma do Segundo-ano; e a 3ª CIA, a do Primeiro-ano.

O Comando do CA é função de major que, por sua vez, é auxiliado por capitães comandantes de companhias e tenentes comandantes de pelotões. Assim, cada aluno-oficial faz parte de uma totalidade organizacional dentro da APM. Primeiramente de um pelotão, depois de uma companhia e, por fim, do Corpo de Alunos. Esse todo militar é organizado como nas instituições militares, com base na hierarquia e na disciplina, conceitos esses formalmente definidos no Estatuto dos Policiais Militares⁸⁰. Nesse momento é interessante observar como e onde o aluno da APM está situado no escalonamento hierárquico da PMERJ.

Como podemos observar (Anexo VI), os indivíduos na PMERJ estão escalonados hierarquicamente em linha de antiguidade na qual todos sabem quem manda e quem obedece. Eles também são divididos em dois grandes grupos: o dos oficiais, organizado em “postos” e localizado na parte superior da pirâmide hierárquica, e o dos praças, organizado em “graduações” que ocupam a parte subalterna dessa mesma pirâmide. Graduações e patentes se dividem em diferentes “graus hierárquicos” que dão nomes às categorias profissionais, ao mesmo tempo em que também se organizam em “círculos hierárquicos”. Em ordem crescente

⁷⁹ Aliás, todas as chamadas “Unidades Operacionais” da PMERJ, isto é, seus Batalhões de Polícia Militar (BPM), são, como vimos, espelhados nesse modelo por motivos históricos.

⁸⁰ Lei Estadual nº 443, de 1º de julho de 1981. O capítulo III trata da “Hierarquia e da Disciplina”.

de hierarquia, essas categorias se dividem nas seguintes graduações, soldado (Sd PM), cabo (Cb PM), terceiro-sargento (3º Sgt PM), segundo-sargento (2º Sgt PM), primeiro-sargento (1º Sgt PM) e subtenente (Sub Ten PM); e nos seguintes postos, segundo-tenente (2º Ten PM), primeiro-tenente (1º Ten PM), capitão (Cap PM), major (Maj PM), tenente-coronel (Ten Cel PM) e coronel (Cel PM). Os “círculos hierárquicos” agrupam postos e graduações distintos, cujas relações de convivência são reguladas pelo Estatuto do Policial Militar. Coronéis, tenentes-coronéis e majores formam o chamado “círculo de oficiais superiores”; capitães compõem o “círculo de oficiais intermediários”; e primeiros e segundos tenentes, o “círculo de oficiais subalternos”. Já os praças se reúnem todos num único círculo chamado “círculo de praças”.

As duas categorias de “praças especiais”, aspirante-a-oficial (Asp Of PM) e aluno-oficial (Al Of PM), ocupam uma posição intermediária nesse escalonamento. Enquanto os primeiros podem freqüentar o círculo de oficiais superiores, os últimos estão autorizados pelo Estatuto a fazê-lo somente em ocasiões especiais. A hifenização dos nomes dessas categorias nos dá uma idéia do significado especial que elas têm dentro do sistema representacional nativo, com a indefinição característica de sujeitos em formação, na passagem de um estado a outro.

A segmentação hierárquica que divide a instituição em dois grandes grupos profissionais implica socializações diferenciadas, bem como culturas profissionais distintas e complementares. Um que representa a elite política preparada para comandar e elaborar as políticas institucionais da Corporação, e o outro, composto dos chamados “elementos de execução”. Como já vimos, os oficiais geralmente ingressam como cadetes na APM, onde realizam o CFO, passando a fazer parte do chamado Quadro de Oficiais Combatentes (QOC)⁸¹; já os praças entram como recrutas no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), onde realizam o Curso de Formação de Soldados (CFSd).

Isso não quer dizer que os que “vêm de praça” não possam também chegar ao oficialato. Mas, para isso eles têm de realizar uma formação específica, cuja passagem social, por não ser nem tão longa, nem tão marcada pelos rituais militares como a dos cadetes na APM, faz com que esses oficiais que “vieram de praça” sejam vistos pelos “oficiais de

⁸¹ O oficial combatente é aquele que possui uma qualificação geral, equivalente à do infante no Exército. Além do QOC, há ainda o Quadro de Oficiais de Saúde (QOS), o Quadro de Oficiais Capelães (QOCpl), o Quadro de Oficiais Administrativos (QOA) e o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE).

academia”, ou “oficiais combatentes”, como oficiais de menor expressão⁸². Existe um concurso interno para que praças, combatentes ou especialistas⁸³, possam ascender ao Quadro de Oficiais Administrativos (QOA) e ao Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) respectivamente. No entanto, somente sargentos ou subtenentes (critério da antiguidade), aprovados neste concurso interno ou indicados (critério do mérito), fazem o Curso de Habilitação aos Quadros de Oficiais Administrativos e Especialistas (CHQOA/QOE). Aqui, eles já ingressam automaticamente no posto de tenentes estagiários. Com o curso, que normalmente dura em torno de um ano letivo e se realiza no Centro de Qualificação dos Profissionais de Segurança Pública (CQPS) - outra OAE localizada na Fazenda dos Affonsos -, esses oficiais podem chegar ao último posto de seus respectivos quadros que, atualmente, é o de Major PM. Em ambos os casos, eles passam a ser chamado costumeiramente de “oficial QOA”, ou simplesmente “QOA”, o que os diferencia do “combatente”, que pertence ao Quadro de Oficiais Combatentes (QOC).

Apesar de haver essas outras possibilidades de se alcançar o oficialato na PMERJ, a que ora nos interessa pelos objetivos deste trabalho é aquela onde o “paisano” é socializado na APM, passando diretamente da *rua* para a *caserna* para se tornar “oficial combatente”, sem ter necessariamente sido praça.

3.3. O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

⁸² Existem ainda outros meios, além desses dois, de o indivíduo ingressar no oficialato da PMERJ. Nesse sentido, há um concurso externo para graduados da área de saúde realizar o Estágio Probatório para Adaptação ao Quadro de Oficiais de Saúde (EPAO/QOS), e um concurso para o Estágio Probatório de Adaptação ao Quadro de Oficiais Capelães (EPAO/QOCpl).

⁸³ O Decreto Estadual Nº 1.411, de 19 de agosto de 1977, classifica profissionalmente os praças na PMERJ dentro do grupo chamado Qualificação Policial Militar Geral (QPMG). Este se subdivide em Qualificações Policiais Militares Particulares (QPMP). A QPMG, então, compreende dois grandes grupos de QPMP: o Combatente (QPMP 0) e o Especialista, este último composto pelas demais qualificações particulares: Manutenção de Armamento (QPMP 1); Operador de Comunicações (QPMP 2); Manutenção de Mecanização (QPMP 3); Músico (QPMP 4); Manutenção de Comunicações 5); Auxiliar de Saúde (QPMP 6); e Corneteiro (QPMP 7).

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) funciona em regime de semi-internato por um período mínimo de três anos⁸⁴. Em cada ano letivo, novos alunos são incorporados e, assim, três turmas de cadetes coexistem num mesmo espaço físico. A cada ano, gerações são promovidas e substituídas por etapas consecutivas. O “Primeiro-ano” é a turma recém-chegada à APM; o “Segundo-ano” se encontra num estágio intermediário da “passagem” e o “Terceiro-ano” é a turma dos “veteranos”, que está na etapa final do CFO se preparando para a consagração no “Aspirantado”.

A classificação de cada indivíduo no CFO, como disse, é obtida com a pontuação das provas intelectuais somada ao grau de avaliação conceitual concedido pelos oficiais da APM. Essa classificação determina a antiguidade do cadete para o ano seguinte. Assim, ocorre uma disputa pela melhor classificação, o que representa direitos e prerrogativas regularmente diferenciados, tais como melhores salários no futuro, já que no *ranking* da antiguidade, quem termina o CFO na frente, sai na frente por ocasião das primeiras promoções no oficialato⁸⁵. Diz-se, portanto, que “antiguidade é posto”, porque ela diferencia individualmente cada agente dentro do sistema hierárquico militar. Por excelência, a antiguidade é um valor positivo do mundo militar, que possibilita, nos mínimos detalhes, a previsão de relações assimétricas com regras que privilegiam o superior. Nesse sentido, entender os significados dessa categoria nativa pode nos ajudar a entender melhor o saber prático racionalizado na “caserna”⁸⁶.

A estrutura social da APM se modela por essas relações formais. As diferenças que elas estabelecem são perceptíveis em função das diferentes parcelas de poder que a instituição confere assim a cada um de seus indivíduos de maneira controlada, isto é, disciplinada. Essa estrutura se mantém ainda por meio de um elaborado sistema de vigilância e controle, em razão da hierarquia (militar) com que se organiza o espaço social da APM.

Para analisar o cotidiano dos cadetes, optei por dividi-lo em duas partes: rotina e momentos especiais festivos. A primeira compreendendo as atividades do programa curricular formal, como aulas, palestras e visitas e ainda aquelas atividades informais que, em razão do

⁸⁴ A conclusão do CFO poderá se estender a, no máximo, quatro anos contínuos, uma vez que só é permitida uma única reprovação. No entanto, em caso de trancamento de matrícula o CFO poderá se estender a até mais dois anos de afastamento, completando-se assim o tempo máximo de conclusão permitido ao cadete.

⁸⁵ As promoções até o posto de capitão na PMERJ, atendem somente ao critério de antiguidade. Após essa fase, o critério de merecimento passa também a ser incluído.

⁸⁶ Dois fatos que já vimos anteriormente como estratégias simbólicas ilustram bem como a antiguidade é posicionada dentro do sistema de valores da cultura militar. O primeiro diz respeito à escolha do nome do patrono das Polícias Militares e o segundo, à escolha do nome da própria APM.

regime de semi-internato, são vivenciadas internamente pelos cadetes fora dos horários de aula nas demais dependências da APM. A segunda parte compreendendo eventos que alteram essa rotina, como as solenidades, que ocorrem de acordo com o calendário festivo da APM evidenciando sua dimensão simbólica, ou outros eventos menos elaborados, mas ainda assim especiais.

Verifiquei que a grade curricular do CFO estava dividida em matérias do Ensino Profissional e do Ensino Fundamental. As primeiras parecendo estar relacionadas às atividades específicas da instituição policial militar, e as últimas, aos conhecimentos gerais necessários para a realização dessas atividades. Tal divisão foi estabelecida, como vimos anteriormente, no momento em que a Corporação procurava atender demandas da “ideologia da segurança nacional”. Na ocasião, a introdução de disciplinas tipicamente militares, como Operações de Defesa Interna e Territorial (ODITE), Informações e Contra-informações e ainda de um Estágio de Contraguerrilha Urbana para os alunos do último ano do CFO, fez com que o paradigma da *caserna* predominasse no CFO. Estas seguiam a linha traçada pela IGPM e tinham um claro objetivo de preparar o combatente militar para lidar com o “inimigo interno” do momento, inclusive para “estourar” seus “aparelhos”.

Com a redemocratização, essas atividades foram aos poucos substituídas. Dessa vez, a carga de matérias jurídicas, que já era considerável, foi ainda acrescida de novos títulos. Os Estágios de Contraguerrilha Urbana foram substituídos pelos “Estágios de Operações Especiais”, administrados anualmente para os cadetes pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), no entanto estes ainda pareciam guardar velhos elementos da “ideologia da segurança nacional”. Com algumas pequenas distinções, também traziam algo da *caserna*: eram marcados pela emoção e visavam, segundo os próprios nativos, a dar rusticidade ao policial para que assim pudesse encarar os perigos da *rua*. Num sentido simbólico, funcionavam como um rito de passagem da *caserna* para a rua, usurpando da APM boa parte do monopólio dessa atividade ritual.

A ideologia da segurança nacional, como vimos, marcaria profundamente a identidade institucional da PM, aproximando-a ainda mais das instituições militares por intermédio da IGPM. As normas publicadas naquela ocasião sugeriam um reforço dos valores militares, garantindo maior presença “verde-oliva” na PMERJ, principalmente em seus centros de

formação como a APM, onde atividades tipicamente militares foram intensificadas na construção da identidade do policial militar, ressaltando o drama identitário da Corporação⁸⁷.

No entanto, a atual distribuição da carga horária do CFO (tabelas 1, 2 e 3) revela uma predominância das disciplinas jurídicas em detrimento de outras, inclusive as de cunho militar. É provável que esse desenho esteja mesmo reproduzindo o atual momento democrático da sociedade brasileira. Nessa ótica, a busca pela modernização da PM teria feito com que matérias de cunho eminentemente militar, ligadas à prática tradicional que marcou aquele momento crítico de nossa história política⁸⁸, cedessem espaço às de cunho jurídico. Assim, o lado policial da instituição, que havia sido preterido durante a ditadura militar, seria agora estimulado, o que representava uma tentativa de formação moderna voltada para os interesses da cidadania. Mas é também provável, e eu aposto nesta hipótese, que essas mudanças tenham ocorrido em virtude da representação de uma prática policial eminentemente atrelada a uma concepção jurídica da realidade, resumindo-a quase que exclusivamente à mera aplicação da Lei. Nesse sentido, a matéria “Direitos Humanos”, que seria inserida no CFO logo a seguir, numa segunda atualização do programa curricular, daria a falsa sensação de que o saber prático da instituição que revelava o seu lado *rua*, isto é, o “fazer polícia”, estava ali agora resolvido pelo direito.

TABELA 1 - Matérias do Ensino Fundamental

Ano: 2003		Carga Horária		
Nº	Matérias Curriculares	1º ano	2º ano	3º ano
1	Administração Geral	-	50	-
2	Criminologia	-	50	-
3	Direito Administrativo	-	60	-
4	Direito Civil	60	-	-
5	Direito Constitucional I	60	-	-
6	Direito Constitucional II	-	60	-

⁸⁷ Para uma análise mais detalhada desse drama de identidades sofrido pelo pessoal da PMERJ, ver o capítulo 1, parte II, de MUNIZ (1999), *Azulões ou verde-olivas? Um drama identitário*.

⁸⁸ O que não foi muito diferente da realidade de outros países latino-americanos, como podemos verificar em HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

7	Direito da Criança e do Adolescente	-	20	-
8	Direito do consumidor	-	-	30
9	Direitos Humanos	-	30	-
10	Direito Penal I	-	60	-
11	Direito Penal II	-	-	80
12	Direito Penal Militar	-	60	-
13	Direito Processual Penal	-	-	40
14	Direito Processual Penal Militar	-	-	40
15	Ética	30	30	30
16	Expressão Oral e Escrita	40	40	40
17	Introdução ao Estudo do Direito	70	-	-
18	Medicina Legal	-	40	-
19	Metodologia da Pesquisa	40	-	-
20	Psicologia	-	-	30
21	Sociologia Geral	30	-	-
22	Técnica de Pesquisa	-	30	-
23	Legislação Penal Especial	-	-	30

Fonte: Divisão de Ensino da APM

TABELA 2 - Matérias do Ensino Profissional

Ano: 2003		Carga Horária		
Nº	Matérias Curriculares	1º ano	2º ano	3º ano
1	Administração na PMERJ	-	-	120
2	Armamento	40	40	-
3	Atividades de Inteligência	-	-	40
4	Chefia e Liderança	-	30	-
5	Comunicação Social	-	-	20

6	Comunicações	30	-	-
7	Conhecimentos Gerais sobre o RJ	20	-	-
8	Controle de Distúrbios Cíveis	-	50	-
9	Defesa Pessoal	60	60	60
10	Didática	-	40	-
11	Educação Física	125	125	125
12	Estatística na PMERJ	30	-	-
13	Ética Policial Militar	30	30	30
14	Evolução Histórica da PMERJ	40	-	-
15	Informática	30	30	30
16	Instrução Policial à Cavalo	50	-	50
17	Instrução Tática Individual	70	-	-
18	Investigação e Perícia Criminal	44	-	70
19	Legislação básica para a PMERJ	70	50	-
20	Negociação de Conflitos	-	-	30
21	Ordem Unida	54	40	20
22	Prática Operacional	-	-	60
23	Prática Processual	-	-	70
24	Saúde, Higiene e Primeiros Socorros	30	-	-
25	Segurança Pública	70	80	-
26	Tiro Policial	50	60	60

Fonte: Divisão de Ensino da APM

TABELA 3 – Total da carga horária do CFO

Total de Matérias	24	24	22
Carga Horária Parcial das Matérias	1173	1225	1105
Matérias Complementares do Ensino	Carga horária		

Estágios	--	36	36
Palestras	64	64	64
Visitas	48	48	48
Atividades Extracurriculares	Carga horária		
Férias Escolares	72	72	72
Feriados Escolares	36	36	36
Solenidades e Treinamentos	92	92	92
Eventos Esportivos	72	72	72
Verificações Finais e Suplementares	36	36	72
Carga horária total por ano	1593	1681	1597
Carga horária total do CFO	4871		

Fonte: Divisão de Ensino da APM

Segundo um oficial que na época trabalhava na Divisão de Ensino da EsFO e diz ter testemunhado essa alteração naquele início de redemocratização, essas mudanças começaram a ocorrer de fato quando uma comissão instituída pelo Coronel Cerqueira⁸⁹ modificou todos os currículos da PMERJ, no intuito de afastá-la dessa concepção ideológica orientada pela “Segurança Nacional”. Na oportunidade, foram retiradas as matérias que mais lhe pareciam relacionadas e, mais tarde, após a promulgação da Constituição de 1988, o currículo seria mais uma vez alterado, dessa vez pelo comandante da academia que, à época, resolveu aumentar ainda mais a carga jurídica do CFO.

Por outro lado, verifiquei no atual currículo do CFO alguma carência de assuntos e temas relacionados à polícia ostensiva de preservação da ordem, que, por força constitucional, é a atividade da PM por excelência. Nesse sentido, a matéria “Segurança Pública”, que mais se aproximava dessa da PM, onde poderiam estar incluídos assuntos referentes a seu fazer prático, era ministrada somente nos dois primeiros anos do CFO, perfazendo a carga horária de 150 horas-aula contra as 700 horas-aula das 14 matérias jurídicas ministradas em todo o CFO (Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Constitucional I, Direito Constitucional

⁸⁹ Oriundo das fileiras da própria PMERJ, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira foi o primeiro comandante geral do atual período democrático. Tomou posse em 1983, como Secretário de Estado de Polícia Militar, nomeado pelo então Governador Leonel de Moura Brizola, que havia sido eleito diretamente pelo voto popular após 21 anos de ditadura militar e criou aquela Secretaria. Cerqueira ficou muito conhecido por seu perfil humanitário e seu diálogo com organismos de Direitos Humanos

II, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, Direito Humanos, Direito Penal I, Direito Penal II, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal, Direito Processual Penal Militar, Introdução ao Estudo do Direito, Legislação Penal Especial). Além disso, essas matérias jurídico-normativas preteriam outras que especificamente estudam fenômenos sociais, como a sociologia geral (30 horas, no 1º ano) e a criminologia (50 horas, no 2º ano), cujos instrumentais teóricos fundamentariam, em tese, uma abordagem científica prevencionista e, portanto, relacionada diretamente à atribuição constitucional da PM.

Chamou-me a atenção ainda o fato de uma matéria técnica como a estatística não possuir tópicos relacionados ao moderno planejamento policial, como o georreferenciamento, por exemplo. E mais: de não se fazer qualquer alusão ao fluxo dos dados criminais no estado, como também não haver, em qualquer matéria do CFO, tópico abordando as chamadas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)⁹⁰, conceito utilizado desde 1999, fundamental para o entendimento dos programas de segurança pública do estado. Aliás, os alunos do terceiro-ano, prestes a serem declarados Aspirantes, sequer sabiam o que realmente constituíam essas AISP.

Todavia, ao serem debatidas em sala de aula, essas questões referentes à realidade social contemporânea elevavam a conscientização do individualismo moderno a limites nunca vistos na APM, aguçando ainda mais o conflito ideológico entre a *caserna* e a rua. A priorização das matérias jurídicas, trazidas agora com maior ênfase para as salas de aula, resultou, portanto, num certo pragmatismo por parte dos cadetes, instrumentalizando seus pleitos por garantias e liberdades civis, sobretudo quando acusados em algum Processo Administrativo Disciplinar,⁹¹ e tinham que responder formalmente junto à Administração por eventuais infrações cometidas.

⁹⁰ O conceito de AISP como unidade geográfica para aplicação das políticas públicas de segurança está disponível na página eletrônica do Instituto de Segurança Pública (ISP): <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=45>

⁹¹ O Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que diz respeito à conveniência e oportunidade do funcionário público permanecer na instituição, é, como seu nome sugere, de natureza administrativa. Nesse sentido, em razão do interesse público, baseia-se, como todo o processo administrativo, numa presunção de desigualdade formal entre o Estado e o indivíduo, com predominância do primeiro. Entretanto a constituição de 1988 impôs ao processo administrativo princípios do processo acusatório, de natureza igualitária (contraditório e ampla defesa), ao que a doutrina jurídica chamou de “jurisdicionalização do processo administrativo”. Nesse sentido, o inciso LV, do artigo 5º, da Constituição da República determina que: “*aos litigantes, em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes*”.

Os PAD a que estão sujeitos os cadetes são basicamente dois: o Documento de Razão de Defesa (DRD, que até 2005 era chamado de Portaria), usado ou como contraponto acusatório, ao final de procedimentos de natureza inquisitiva a que eventualmente o cadete pode responder, como a sindicância e a averiguação, ou como o rito

Por não ser um sistema totalmente fechado, a APM torna-se cada vez mais vulnerável às transformações contemporâneas. As novidades chegavam tanto pelas salas de aula, quanto pelas eventuais liberações do Corpo de Aluno, ou ainda pelas bandas largas da Internet, agora disponibilizada aos alunos pela Sociedade Acadêmica Tiradentes (SAT). Nesse sentido, esses espaços informais e privativos dos cadetes, como os alojamentos ou o prédio anexo onde fica a SAT, também contrastavam ideologicamente com o ambiente público da APM, de caráter coletivo e homogeneizante. Por tudo isso, o atual cadete passou a ser visto pelo CA como um “questionador” das normas tradicionais e, na visão dos oficiais mais antigos, havia se tornado um “indisciplinado”.

Essa representação de “disciplina” talvez explique o aumento dos conflitos e o aumento do número de punições disciplinares no CFO, o que parece prenunciar uma possível crise do paradigma *caserna* na APM. É evidente que esse pragmatismo não era bem recebido pela burocracia tradicional da APM. Num ambiente cunhado por regras de iniciação militar, parece haver certo desconforto em ter de lidar com as transformações contemporâneas e as regras democráticas de direito apresentadas e discutidas nas salas de aula. Nesse caso, as regras de cunho igualitário que a *rua* representa, quando interiorizada pelos cadetes por ocasião das aulas jurídicas, entravam em conflito com as regras da desigualdade naturalizada na *caserna* com a ajuda dos rituais. A entrevista seguinte, concedida pelo Chefe da Divisão de Ensino em 2004, apontava essa possível crise de legitimidade da *caserna*, ao alegar que ela, a “disciplina”, não estaria sendo bem introjetada pelos cadetes como antes. Segundo o entrevistado, os cadetes de agora eram muito mais “indisciplinados” que os de seu tempo, o que tornava cada vez mais imprescindível a presença externa e vigilante do agente de punição disciplinar para que as regras da *caserna* fossem de fato cumpridas. E mais: no seu entendimento, a igualdade democrática - que a *rua* representa - estaria cerceando as regras da APM - que materializam a desigualdade liminar da *caserna*.

“O cumprimento das normas está muito atrelado à presença da autoridade. Hoje em dia, os cadetes têm mais acesso à Internet e mais liberação, e estão no momento de questionamento das autoridades, e nós somos a autoridade, e se o cadete não reconhece na autoridade a legitimidade, ele não vai cumprir. Isso aí tem uma consequência imediata para a gente aqui: o oficial antes não precisava lançar mão de certas formalidades, o trote; hoje o trote é formal e de fato proibido. Se o oficial desconfiar, ele vai punir. O trote sempre foi formalmente proibido, mas informalmente ele era tolerado. Antigamente, [havia] aquele pavor que o aluno tinha

sumário que trata especificamente de deslizes disciplinares mais simples e corriqueiros que não resultem em demissões; e o Conselho Escolar de Disciplina (CED), de rito formal, utilizado para julgar os casos de indisciplina mais graves que podem resultar na demissão do acusado.

de ficar de LS, hoje não tem, pois não há trote dos “aratacas”⁹², e os punidos chegam a encarar a punição quase como uma indiferença. A APM, hoje, tem um nível de conforto que a gente não tinha. Tem piscina, computador com banda larga, Internet, TV por assinatura e até namorada, se quiser namorar alguma cadete”. (major da PMERJ, com 16 anos de serviço)

Evidentemente a alternância que prioriza apenas um desses aspectos identitários no programa curricular, quer seja a *caserna*, quer seja a *rua*, limita a compreensão da totalidade do universo policial militar e de seu saber-fazer já por demais complexo. Aliás, essa complexidade da prática policial militar já foi inclusive tema de uma etnografia focando o trabalho dos praças (MUNIZ, 1999). Um dos argumentos era que as contingências a que o policial militar se submete na ponta da linha (*blue line*) são tais, que os códigos e categorias transmitidos de forma burocrática em sua formação profissional estariam de tal forma inadequados para que pudessem ser operados por ele de fato.

Quanto à inclusão dos estágios prático-operacionais para os cadetes do Terceiro-ano no atual currículo, creio que ela nos revele uma outra representação do fazer policial militar. O fato de uma unidade especial como o BOPE ser a responsável exclusiva por promover esses momentos simbólicos da passagem do cadete, pode representar muita coisa na disputa pelo monopólio do saber-fazer policial militar. Senão vejamos, o BOPE é uma unidade criada nos moldes das Forças Especiais militares para realizar ações especiais - e não as ordinárias - do universo policial militar. Vimos que dessa forma ele representa um ideal da *caserna* dentro do universo institucional da PMERJ, que tem invariavelmente invadido a *rua*, sobretudo por esse viés simbólico. É muito provável que assim se possa explicar a representação do mundo prático da rua sob o *habitus* da *caserna*, conforme a observamos nas respostas fornecidas pelo Aspirante ao serviço de psicologia da APM⁹³. Nesse caso, eu diria que em sua socialização profissional a inculcação de esquemas de percepção próprios da *caserna* teria sido mais eficaz. Foi interessante verificar essa mesma representação construída com a ajuda simbólica dos “caveiras”⁹⁴ nos discursos de alguns oficiais recém-formados a quem perguntava sobre o estágio prático-operacional:

“Meu estágio não teve marcha de 50Km. Foi muito interessante, na [Favela] Tavares Bastos. Teve armamento, tiro, patrulha e foi no terreno que historicamente nós teríamos que trabalhar. Teve conduta de patrulha na favela, treinamento com

⁹² Como havia mencionado antes, essa categoria nativa designa os alunos de outros estados que vêm realizar o CFO no Rio de Janeiro. Neste caso, o entrevistado se refere aos “aratacas” veteranos, que poderiam ainda aplicar o “trote” em momentos informais dos finais de semana, ou em eventuais liberações do CA, já que são residentes na APM. No entanto, o trote vem sendo repudiado cada vez mais pela sociedade no atual momento democrático, o que, de certa forma, limita moralmente essa estratégia.

⁹³ Ver o tópico 1.3 A ESTÉTICA MILITAR COMO MARCA PARADIGMÁTICA.

⁹⁴ Terminologia pela qual os integrantes do BOPE que possuem o Curso de Operações Especiais são conhecidos e chamados, numa estratégia política de criação de sua identidade.

blindado. Não teve Ribeirão das Lages. Eu estava esperando essas “sugas” todas, inclusive durante o estágio, o que não aconteceu. O final foi uma situação real, no [Morro do] Pereirão; muito real, muito prático. Teve turma, no passado, que ficou acampada, usando coisas que não usaríamos hoje no dia a dia”. (2º Ten B., 01 ano de formado no CFO).

Aqui se percebe a legitimação de uma prática policial militar em substituição à prática exclusivamente militar dos antigos estágios de guerrilha e contra-guerrilha, que ocorriam em Ribeirão das Lages, local adequadamente inóspito para a realização de uma das fases mais difíceis daqueles estágios, a “sobrevivência”, em moldes muito parecidos com os dos ritos do Exército para a construção de seu guerreiro militar. É interessante perceber ainda que esses discursos naturalizam, no entanto, locais específicos para a prática policial militar, isto é, o morro e a favela. Como outros tantos discursos, o de meu entrevistado acima também legitimava tacitamente o BOPE como o detentor do monopólio de um saber-fazer policial militar modelado pela cosmovisão da *caserna* que institucionaliza a favela como o *locus* privilegiado de sua *praxis*.

Assim, levando-se em consideração a posição ocupada por essa unidade especial no *continuum* identitário da PMERJ, podemos aqui inferir que o paradigma militar tenha preponderado na disputa simbólica pelo monopólio do saber-fazer policial militar; em outras palavras, a *caserna* teria englobado a *rua* nessa representação da prática policial militar. Não obstante, percebe-se que o BOPE tem obtido êxitos na transmissão desse conhecimento, ajudado principalmente por um elaborado mecanismo de produção simbólica e pelo vácuo deixado pela própria APM em seu papel de produtor oficial do saber policial militar.

Outro aspecto interessante que aqui vale ressaltar é a valorização positiva da repetição mimética como forma de consagração e transmissão de conhecimento nas práticas do ambiente militar, conforme observei na APM. Esse mimetismo introjetado, sobretudo por ocasião e com a ajuda dos rituais, se diferencia das formas cultivadas em outras sedes de socialização secundária e de transmissão do conhecimento formal e sistematizado, como a que ocorre no mundo acadêmico, onde a “oralidade professoral” predomina no contexto pedagógico (PINTO, 1999). Na APM, é a tradição prática que é valorizada, inclusive, na transmissão ritual de uma *hexis* corporal característica da *caserna*. Nesse sentido, dificilmente os cadetes vão aprender a hierarquia e a disciplina nos regulamentos e nas leis, porque elas são apreendidas principalmente com a *praxis* ritual.

O BOPE já conta inclusive com autonomia pedagógica para ministrar não só o estágio para os Alunos do CFO, mas também vários outros cursos e estágios para policiais militares, cujos programas curriculares não passam pelo crivo da DEI, conforme constatei junto a

profissionais daquela Diretoria. Esses cursos funcionam como verdadeiros rituais de passagem que ora complementam os ritos da APM, ora tem o condão simbólico de transformar o policial “convencional” em “caveira” (STORANI, 2008). Dentre esses cursos e estágios, o mais emblemático é mesmo o Curso de Operações Especiais que é voluntário para soldados e cabos, na Categoria C; para graduados e oficiais até o posto de Capitão na Categoria B; e para oficiais superiores, na Categoria A.

Do ponto de vista das práticas profissionais, esse *continuum* identitário se manifesta em diferentes momentos do campo profissional. Por um lado, podemos ter um fazer policial com decisões racionais que valorizam a iniciativa individual e, por outro, um fazer militar caracterizado pela emoção, sobretudo a produzida nos rituais que edifica a estética militar fabricando corpos fortes e dóceis, onde o coletivo invoca um espírito de corpo que o faz prevalecer sobre o individual.

As técnicas corporais ali manifestadas por meio de metáforas que caracterizam a *caserna* revelam esse espírito coletivo de seu fazer. São “grupos de combate” em “condutas de patrulha”, onde o “teatro de operações” tem local definido. Nesse sentido, a existência de um espaço exclusivo para o treinamento desse fazer *caserna* na APM é de fato sintomático, já que não existe em contrapartida um espaço equivalente para o exercício do fazer *rua*. Esse local de fato existe e seu nome oficial é Pista de Abordagem de Edificações, mas ele é mais conhecido pelo grupo nativo como “favelinha,” o que, na prática, serve de palco para a consagração do saber *caserna* na prática policial.

A existência de um local específico para essas práticas policiais sob os contornos da *caserna*, talvez nos indique uma representação do fazer policial militar onde a rua se equivalha à favela, mas ao mesmo tempo também, onde a *rua*, com sua ideologia igualitária e cidadã, esteja mesmo sendo simbolicamente descartada como fazer prático policial militar.



Figura 9 – A “favelinha”.

3.4. UMA PEDAGOGIA INFORMAL

Evidentemente, a rotina da APM não se resume apenas às salas de aula ou a outras atividades curriculares. O regime de internato parcial do CFO possibilita uma gama de atividades alternativa que ajuda a completar a socialização dos cadetes. Em regra, eles somente retornam a suas residências nos finais de semana. Assim, o período de passagem pela APM deve ser observado sob o ponto de vista de uma totalidade que inclui, além do currículo formal, concretizado principalmente com as aulas ministradas em sala de aula e outras atividades curriculares, uma intensa atividade paralela que ocorre nos interstícios sociais da APM, operando uma espécie de pedagogia informal para a introjeção de determinado *habitus*.

Não obstante a tentativa de se priorizar a *rua* nas salas de aula, os interstícios informais não cobertos pelo conteúdo programático oficial nos mostram a APM tradicional privilegiando aspectos militares da instituição. Quando há lacunas imprevistas no Quadro de Trabalho Semanal⁹⁵ (QTS), como a falta de algum professor, por exemplo, é bem provável que os cadetes recebam a instrução de ordem unida, aquela mesma usada na “parada militar”, com exercícios que materializam os valores da *caserna* no treinamento exaustivo e detalhado dos corpos para a execução racional de movimentos marciais. Esse fato corrobora meu argumento de que, apesar de o currículo formal do CFO vir, no atual período democrático, tentando se adequar às representações do fazer policial caracterizado pela *rua*, os interstícios da APM ainda priorizam, com sua pedagogia informal e simbólica, o fazer militar da *caserna*.

Outro dado que mostrou a priorização da *caserna* nessa socialização intersticial da APM foram as “canções de guerra”⁹⁶ que, semelhantes àquelas canções entoadas em diversas ocasiões rituais, são levadas para esses espaços por ocasião dos deslocamentos das turmas. Nesse sentido, elas funcionam como ingrediente complementar na construção dos guerreiros. No entanto, mais uma vez não se trata da oralidade professoral, mas sim de uma espécie de ação performática que, numa arena de lutas simbólicas, põe em jogo o “poder mágico das palavras” (TAMBIAH, 1968). Assim se percebem resquícios da “ideologia da segurança nacional” contradizendo ali o currículo formal do CFO, na medida em que o discurso oficial do Estado democrático é simbolicamente desqualificado. Essa disputa, portanto, vai nos mostrar mais uma vez que a APM é mesmo esse espaço dicotômico em que, de um lado está a sala de aula posicionada como o lugar de manifestações individualizadas, predominantemente jurídicas, e de outro o pátio, que a ela se opõe como o lugar da rotina ritual, da pedagogia informal e da manifestação do coletivo e de seus aspectos holísticos. Nesse sentido, enquanto percebemos a presença da *rua* na sala de aula, o pátio é o espaço da APM onde mais se cultiva a *caserna*.

A individualidade da sala de aula é, todavia, uma individualidade controlada, pois, ao mesmo tempo em que os cadetes ali podem se munir dos princípios e garantias individuais da “Constituição Cidadã”, percebe-se uma estratégia racional de controle e vigilância homogeneizante, partindo da instituição como um processo semelhante ao “esquadrinhamento” observado como “tática política” por Foucault (2007). Nesse sentido, a

⁹⁵ Confeccionado pela Divisão de Ensino da APM para informar ao Corpo de Alunos a distribuição dos horários e das disciplinas que serão ministradas naquela semana, a partir do programa curricular do CFO.

⁹⁶ Conforme também foi demonstrado por Pereira com relação à formação dos praças da PMERJ (PEREIRA, 2002)

liberdade inerente à individualidade, ou ao individualismo moderno, é concedida gradativamente num processo controlado pela instituição. Em sala, os cadetes ficam posicionados individualmente em carteiras distribuídas numa organização matricial. Ao invés de números, como ocorre no pátio, eles são chamados e conhecidos pelos instrutores por seus nomes. Trata-se de um processo semelhante ao que ocorria nas “instituições de seqüestro” observadas por Foucault (2007), onde se reproduziam estratégias de poder que visavam a docilizar o corpo e, assim, afastar o perigo representado por grupos indisciplinados. Para Foucault, a disciplina moderna, longe da liberdade apregoada pela ideologia liberal, possibilitava a “normalização”, isto é, a sujeição do indivíduo a uma tática de poder que objetivava canalizar racionalmente sua força produtiva para o moderno sistema de produção material.

Embora na APM ocorresse um processo similar de “docilização” dos corpos, ele se manifestava de uma forma diferente, mais intenso no pátio, onde indivíduos são homogeneizados em blocos anônimos segundo os valores coletivos da *caserna*, numa “normalização” que refletia o próprio processo de socialização da APM. Ao contrário do que Foucault havia observado nas “instituições de seqüestro”, o perigo na APM pareceu-me, nesse sentido, estar localizado no indivíduo questionador e suas liberalidades, isto é, no “indisciplinado” segundo as regras nativas e não no coletivo disforme. Ou seja, na APM não havia *classes dangereuses*, mas o indivíduo com seu individualismo *dangereuse*. Nesse sentido, o intuito não seria o de prioritariamente disciplinar a massa, uniformizando-a para controlar suas forças segundo determinado propósito, mas sim o de controlar a individualidade representada por uma ambigüidade perigosa diante de objetivos institucionais confusos e até conflitantes. Talvez isso explique a ênfase na socialização coletiva e nos rituais de passagem, com forte significado de controle social.

3.4.1. O trote

Dentro do que eu estou chamando de pedagogia informal, observa-se ainda uma agência legitimada na iniciação do militar que é o “trote”. Peculiar também na iniciação dos neófitos da APM, o “trote” existe ali de uma forma velada, já que sua prática é vista como

abusiva e inadequada no Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, ele vem sendo cada vez mais questionado na “sociedade geral”. Algumas vezes, dependendo do comandante, ele é até autorizado na APM, desde que tenha regras claras, mas evidentemente não expressas em nenhum regulamento. Os oficiais sabem delas e, desde que não sejam consideradas abusivas ou humilhantes, fazem-lhes vista grossa. Prefiro dizer que as normas do “trote” estejam mesmo dentro de um conjunto de regras ao que Turner chamou de “pedagogia da liminaridade” (TURNER, 1974, p. 129).

Para efeito do “trote”, o CFO possui três turmas representando os três anos de sua duração. Os novatos do Primeiro-ano são os “bichos”, ou seja, os calouros que acabaram de chegar à APM depois de terem sido aprovados no concurso vestibular. Alunos do Segundo-ano são os “contemporâneos”, enquanto os “veteranos” formam, como vimos, a turma do Terceiro-ano. Somente os “veteranos” e seus “bichos” participam de “trote”, pois, dentro dessas regras informais, o “trote” não pode ser praticado e nem recebido por “contemporâneos” (alunos do Segundo-ano), que são, como alegaram-me os próprios nativos, a “mortadela do pão”, isto é, estão numa posição intermediária, excluídos dessas interações sociais.

Vimos que os calouros passam por um “período de adaptação” que dura desde o momento em que são aprovados definitivamente no certame até sua incorporação ao Corpo de Alunos, antes do início das atividades propriamente curriculares. Esse treinamento é promovido por alguns oficiais do CA encarregados por tal “missão”, bem como por “veteranos” do terceiro-ano escolhidos como seus auxiliares. Já os trotes, como ritos peculiares da iniciação militar, duram em regra até o “Espadim”, no dia 13 de maio. Dependendo do tipo do “trote” aplicado, poderá nascer ali uma relação entre bicho e veterano que perpassa todo o oficialato.

Na APM, percebem-se pelo menos duas categorias distintas de “trote”: uma de significado positivo, legitimamente aceita pelos próprios bichos que a chamam de “brincadeira” e que tende a suavizar a rigidez das regras formais, aproximando os dois pólos da relação; e uma outra, com significado negativo para os “bichos”, que por isso a chamam de “babaquice” ou “sacanagem”, que não deixa de ser também uma brincadeira, só que de mau-gosto. Neste caso, ao invés de aproximar bicho e veterano, o trote os afasta, podendo até mesmo criar um conflito de dimensões maiores, o que vai depender do sentimento de reprovação despertada, na medida em que as respectivas turmas vão se envolvendo no processo. O descumprimento das regras dessa “pedagogia liminar” pode então ser

interpretado como uma ameaça ao “espírito de corpo” e, conseqüentemente, à coesão do grupo. Assim ocorre quando o desviante, ou sua turma, desperta uma repressão passional coletiva devido à reprovação social que seu comportamento ensejou, tal como ocorreria em sistemas simples de “solidariedade mecânica”, conforme sugeriu Durkheim (2008).

Além dos “bichos” do Primeiro-ano, a quem de uma forma geral pode dar trotes, cada “veterano” possui também seu próprio “bicho direto”, ou seja, aquele neófito que entrou no CFO com a mesma classificação obtida por ele no vestibular de dois anos antes. Assim, por exemplo, o cadete 0416, que obteve a décima - sexta colocação no concurso para o CFO de 2004, foi o “bicho direto” do cadete 0216, que alcançou a mesma classificação no concurso do CFO de 2002. Entretanto, em 2003, ao passar para o Segundo-ano do CFO, ele deixou de ser “bicho” e, como não era veterano ainda, passou a ser apenas “contemporâneo” dos cadetes das outras duas turmas. Dessa relação iniciada já nos primeiros contatos do neófito com a Academia, nasce para o “veterano” a responsabilidade de apresentar a nova realidade a seus “bichos”, sobretudo a seu “bicho direto”, de quem é o iniciador. Os “bichos”, por sua vez, precisarão assimilar essa realidade o mais rápido possível para poderem conviver com alguma tranqüilidade no espaço social da APM. Assim, torna-se compreensível que nesses espaços e momentos informais o “veterano direto” seja o principal responsável pela formação de seu “bicho direto”. Nesse caso, seu prestígio junto ao grupo tende a aumentar conforme for sua capacidade de “fazer” um “bom bicho”.

Portanto, nos momentos mais relaxados de suas rotinas, os “veteranos” ensinam aos “bichos” as práticas da vida cotidiana na APM, como, por exemplo, arrumar a cama, engraxar os coturnos, marchar na ordem unida, além de poderem exigir deles as “pagações de completas” e “sugas” físicas ou mentais quando não corresponderem adequadamente. Aqui, o significado de “sugar” é o de roubar as forças físicas ou mentais do aluno, quando este é submetido a esforços extremos. Dentro da cultura desenvolvida nos ambientes militares, a “suga” é uma ação valorizada positivamente desde que percebida em seu sentido prático, isto é, como necessária para a construção social e física do militar, de seu *habitus*, de sua “técnica do corpo”. Nesse sentido, tal como ocorre no trote, ela é tida como uma “brincadeira” e, do contrário, também poderá ser percebida como “babaquice” ou “sacanagem”.

Essas “brincadeiras” abrem espaço para relações jocosas, tudo dentro do mesmo pacote pedagógico liminar em que se encontra o “trote”. Há também relações de troca do tipo “eu arrumo sua cama e você me trata bem e, ainda por cima, me ensina o ‘caminho do milho’”, conforme me explicou uma cadete referindo-se ironicamente ao sentido prático que

se encontra presente no mimetismo rotineiro da APM. “Aqui não basta saber e nem ponderar nada, basta que os ‘pintinhos’ sigam ‘o caminho do milho’”. E, nesse sentido, quem joga o “milho” é, obviamente, o veterano.

Na pauta dessa pedagogia informal, percebe-se que a *caserna* é priorizada como a nova realidade institucional a ser inculcada pelos neófitos, pois até aquele momento não se aventavam assuntos relativos ao saber policial militar a ser praticado na *rua*. Nesse sentido, o que mais uma vez se reforça nesses momentos é o lado militar da instituição, em detrimento de seu lado policial, o que, em termos dumontianos, faz com que a *rua* seja mais uma vez “englobada” pela *caserna* (DUMONT, 2000).

Uma observação precipitada talvez fizesse com que as punições aplicadas ali naqueles interstícios parecessem injustas quando comparadas a um contexto de regras republicanas, mas no contexto liminar da APM, elas pareceram-me plenamente adequadas às regras socialmente construídas para aquele momento de passagem. Assim é que, tanto as punições disciplinares, muitas das vezes interiorizadas pelos cadetes como justas e necessárias para a sua formação, quanto os “trotos” e as “sugas” de significado positivo, eram percebidos dentro da cultura nativa como ritos necessários para o amadurecimento do neófito rumo a seu novo *status* profissional.

No entanto, para que aqui tivesse ocorrido uma “normalização” nos termos de Foucault (2007), creio que deveria ter havido algum consenso como em tese ocorreria num espaço igualitário, em que primeiramente se constrói a igualdade consensual para depois se naturalizar a desigualdade baseada num *rank*⁹⁷ de desempenhos individuais diferenciados. A iniciação militar na APM só permitia aos neófitos uma revelação gradativa das informações a partir da desigualdade estrutural construída liminarmente naquele espaço, o que impedia o consenso necessário para haver a normalização igualitária dessas regras. Por isso o mistério, que é uma das principais características desse tipo de iniciação, fazia com que o consenso sobre as regras fosse intencionalmente afastado por uma estratégia de poder, como ficará patente mais adiante quando o processo de punição disciplinar for analisado. Por outro lado, essa realidade diferenciada produzia também diferentes representações acerca do militarismo, percebidas de maneira variada pelos grupos que compunham aquele espaço sociocultural.

⁹⁷ Nesse sentido, ver o capítulo 9, de KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaio de Antropologia do Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

Todavia, há sinais de fadiga nessa estrutura de trotes. De um lado isso ocorre por pressões externas da opinião pública e de familiares que percebem neles um primitivismo anacrônico para os padrões democráticos da sociedade contemporânea, de outro, pelas críticas tácitas vindas de muitos dos próprios cadetes que resolveram rejeitar tanto o seu papel social de “bicho”, quanto o tipo de tratamento liminar que lhes é dispensado nessa situação, o que será visto mais adiante no “teatro dos cadetes”.

Assim, ao exigirem um tratamento pautado por regras formais de direito encontradas de uma forma geral na Constituição Federal, ou até mesmo nos regulamentos policiais militares, muitos cadetes passaram a questionar o sistema e suas regras liminares, incrementando ainda mais os conflitos entre a *caserna* e a *rua*. É essa ameaça de um rompimento com a rotina instituída que faz surgir, nos termos de Berger & Luckmann (2003), um “problema” para a instituição. Um fato ocorrido em 2003, quando eu era subcomandante da APM, ilustra bem esse tipo de conflito. Na época, o comandante do CA havia encaminhado ao comandante da APM um aluno do Primeiro-ano que se negava peremptoriamente a receber uma vacina que naquela ocasião estava sendo administrada a todo o CFO. Ele pleiteava assumir o risco de não ser vacinado, alegando que tal intervenção poder-lhe-ia provocar reações alérgicas e que era ele, e não a APM, quem deveria decidir sobre o que seu organismo necessitava.

O impasse foi tomado inicialmente como uma “indisciplina” contra o comando, e talvez em outros tempos o recalcitrante recebesse sanções morais dentro das regras da pedagogia informal do CFO: uma “suga” ou uma “pagação”, por exemplo. No entanto, o “problema” já havia chegado ao conhecimento do comandante da APM, que resolveu solicitar a opinião de seu Estado Maior - o que me incluía - para solucioná-lo. Foi quando percebi a oportunidade de observá-lo etnograficamente.

Solicitei então ao comandante para não opinar *a priori*, mas lhe sugeri que fossem convocados ainda o major Chefe da Subseção de Justiça e Disciplina, um reconhecido “garantista”, como se referem os profissionais do Direito aos que defendem os direitos e garantias individuais, e mais dois oficiais do CA, tidos como “escrotos” do tipo “disciplinado e disciplinador”, ou seja, uns “caxias”. Agora muito provavelmente a situação estaria um pouco mais equilibrada, tornando interessante a discussão que até aquela altura pendia para a punição do aluno em nome do interesse coletivo.

Como bom militar, o Comandante não tolerava atitudes como aquela do aluno que, para ele, soavam como uma afronta aos preceitos da hierarquia e da disciplina. Cauteloso e

atento à vigência do Estado democrático, ele percebeu a importância de sua decisão, optando por deixar inicialmente a palavra com os presentes. De um lado, os “caxias” iniciaram o debate pedindo a punição sumária do “indisciplinado,” o que, pelo tamanho da insolência, poderia significar um “arrocho” adicional na forma de trotes para todo o Primeiro-ano. Do outro lado, o major garantista solicitava a admoestação do cadete, convencido pelos princípios democráticos de que ele realmente não estava obrigado a proceder daquela forma até então rotineira na APM.

Nesse momento eu os provoquei lembrando que fato semelhante já havia ocorrido em nossa recente história política: a “Revolta da Vacina”. Parecia que o conflito carioca, surgido com a polícia sanitária do Professor Oswaldo Cruz havia ressurgido ali com novos elementos do cotidiano do cadete. Em ambos os casos, houve uma indefinição sobre os limites do poder do Estado de dispor de direitos consagrados ao corpo do indivíduo. No caso da revolta da vacina da APM, o comandante decidiu fazer com que o cadete compusesse uma redação cujo tema seria a “Revolta da Vacina” histórica. Decidiu também que, caso não quisesse, o cadete não precisaria ser vacinado, mas também não receberia seu licenciamento do final de semana, que, segundo ele, não seria um direito adquirido, mas mera concessão do comando [!]. O aluno, é óbvio, muito prático, optou em ser vacinado a receber aquela punição às avessas.

3.4.2. “Império Ímpar” versus “Soberania Par”

No CFO, a identidade das turmas começa a ser construída a partir de uma estrutura de relações que organiza de maneira peculiar o espaço social da APM. As posições são definidas por meio de estratégias baseadas num simbolismo próprio que cria pertencimentos diferenciados. Dentro do sistema de representações nativo, cadetes de “turma par” (que entraram no CFO em anos pares) são tidos como mais intelectuais e reflexivos que os de “turma ímpar”, fazendo juz a seu símbolo: a “caneta”. Porém, são mais “sem-saco” e menos “vibradores”, não possuindo a disposição física que tem um autêntico “turma-ímpar”, cujo símbolo é o “capacete”. Nesse sentido, enquanto os “ímpares” ressaltam suas qualidades físicas e emocionais que os permite cumprir a ordem recebida com o moral elevado, sem questionamentos e sobretudo com “muita disposição”, os “pares”, em contrapartida,

ressaltariam suas qualidades racionais e pragmáticas. Assim, está lançada a disputa entre a “caneta” e o “capacete”.

Uma grande possibilidade de observarmos essas disputas ocorre quando as turmas se deparam durante suas atividades rotineiras fora das salas de aula, se desafiando mutuamente e simbolicamente por meio de brados (ver anexo VII) e canções entoadas com o fito de elevarem o espírito de corpo e o moral da tropa. Muitas dessas canções são compostas por seus integrantes como estratégia para demarcar suas fronteiras simbólicas. Nesses momentos, as principais “virtudes” de um grupo são destacadas em detrimento das qualidades depreciadas no *outsider* (Cf. ELIAS & SCOTSSON, 1994). Elas geralmente são entoadas quando dos deslocamentos coletivos das turmas pelo pátio, ou nas corridas de Educação Física pelas ruas da Sulacap. Ultimamente, as companhias do CFO têm se autodenominado com nomes que lembram as mesmas qualidades das turmas utilizadas na composição dessas canções. Assim, por exemplo, “Soberania par” e “Império ímpar” revelam grupos em posições contrárias dentro do campo sociocultural da APM, que, ao se classificarem com tais denominações-desafio, identificam gerações específicas que passaram pelo CFO, reforçando suas identidades por oposição complementar, mas, ao mesmo tempo, contribuindo para perpetuar a disputa entre as futuras gerações. As turmas, nesse sentido, se reconhecem como diferentes, embora num contexto em que a comunidade de cadetes é evocada, elas se vejam como uma verdadeira *communitas*. Isso ocorre, por exemplo, por ocasião dos jogos acadêmicos, nas disputas desportivas com outras academias do país.

A turma do Segundo-ano representa, assim, uma minoria social que não pode “piruar”, porque as regras da liminaridade a desautoriza a dar palpites no aprendizado do “bicharal”. Por isso, o segundo ano é sempre lembrado como um período de esterilidade, tanto social quanto ritual. As relações construídas a partir do trote fazem com que os alunos, nesse período de margem em que não são nem “bichos” e nem “veteranos”, fiquem excluídos da dinâmica informal que caracteriza o espaço social da APM, notadamente os seus interstícios pedagógicos. A representação é a de que, nessa fase do curso, os cadetes são esquecidos e, por isso mesmo, conseguem um melhor desempenho escolar. A idéia é a de que, ao serem socialmente obrigados a abrir mão de uma participação mais efetiva na vida social da APM, eles têm a oportunidade de se concentrar nas atividades formais cotidianas, inclusive dedicando mais tempo às estratégias de estudo.

Portanto, com relação a essa estrutura em que os indivíduos e suas turmas se encontram no CFO, observei que existem pelo menos dois tipos de relação: uma alternada,

entre “contemporâneos”, e outra direta, entre “bichos” e “veteranos”. Diferentemente das relações entre “contemporâneos”, a relação entre “bicho” e “veterano” é permeada por uma aproximação que, como vimos, pode se estender para além dos muros da APM. Da mesma forma, é comum que oficiais de turmas alternadas preservem a mesma relação formalmente distanciada, como as mantinham com seus “contemporâneos” dos tempos de academia. Esse distanciamento fica ainda mais explícito com os tratamentos utilizados pelos cadetes no CFO. Ao mesmo tempo em que os cadetes do Primeiro-ano tratam os do Terceiro por “veterano”, chamam os do Segundo-ano por “senhor aluno”.

Creio que as observações de Victor Turner (Turner, 1974) possam mais uma ilustrar essa estruturação que encontrei no espaço social da APM. Nesse sentido, as regras presentes no ambiente sociocultural da APM refletiriam a instabilidade de estado que caracteriza os sujeitos rituais em seu estágio liminar. Ao mesmo tempo em que sua dinâmica cultural diferencia os cadetes em turmas, a categoria aluno-oficial se apresenta de uma forma una e indivisa nas normas do Estatuto do Policial Militar. Usando a terminologia de Turner, eu diria haver, nesse caso, uma comunidade relativa ou rudimentarmente estruturada em três “*communitas*” representando as gerações concomitantes em seus diferentes estágios do CFO. De uma maneira relativa, também é possível dizer que a fase intermediária do CFO, isto é o segundo ano, trata-se de uma outra “liminaridade”, porque seu cadete está num “estado” intermediário e transitório dentro da comunidade de cadetes. Seria como uma fenda que se abre no seio da liminaridade maior que a APM significa no universo social da PMERJ. O cadete no Segundo-ano do CFO, portanto, seria duas vezes liminar, primeiro por pertencer a uma comunidade especial – a de cadetes - e, depois, por estar à margem do sistema social que a APM constrói internamente. Por essa ótica referencial, poder-se-ia dizer que o Segundo-ano se encontra numa liminaridade da liminaridade, ou seja, na antiestrutura daquela fase interestrutural que representa o CFO, onde em tese devam prevalecer as regras da mesma impessoalidade encontrada na “sociedade geral”, o que explica a valorização negativa do individualismo, considerado pelos nativos como egoísta e desagregador.

3.4.3. Com o “bumbo no pé direito”

Vimos que, no regime de internato parcial do CFO, os cadetes permanecem reclusos na APM durante toda a semana letiva, sendo liberados somente nos finais de semana. Vimos também que a rotina dos cadetes apresenta atividades de controle numa temporalidade meticulosamente racionalizada, o que deixa a APM com características parecidas com as de algumas “instituições disciplinares” que, na sociedade industrial, se especializaram na “docilização” de corpos (FOUCAULT, 2007, p.117-142).

Nesse sentido, a rotina dos cadetes, geralmente orientada por toques de corneta que lhe ditam um ritmo escandido, tem sua ordem mantida por normas e regulamentos específicos. As Normas Gerais de Ação (NGA), por exemplo, definidas pelos comandantes das unidades militares, têm o objetivo de regular a rotina e as atividades coletivas internas. Como uma unidade militar, a APM também possui suas NGA regulando condutas cotidianas, dentro das quais há normas específicas para o Corpo de Alunos. Qualquer alteração nessa rotina regularmente estabelecida deve ser publicada no Boletim Interno⁹⁸ (BI) por meio de “notas instrutivas” que são adicionadas às NGA. Assim, todos podem, em tese, tomar conhecimento das mudanças ocorridas nessa normatização interna. No entanto, vimos que é nas práticas que a maioria dos cadetes aprende como deve proceder.

Existem ainda outros regulamentos, dentre eles o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) que trata dos serviços do aquartelamento e que, apesar de originário das Forças Armadas, é adotado pela PM por ser comum a toda unidade militar, e o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (RDPM ou “RD”) que trata da justiça e da disciplina militar na PMERJ.

Aprovado pelo Decreto nº 6.579 de 05 de março de 1983, o RDPM é um – senão o principal - mecanismo formal de controle social que prevê sanções, tanto positivas (elogios e recompensas), quanto negativas (punições), para os policiais militares, embora sua representação seja a de um instrumento de punição apenas. É interessante ressaltar, no entanto, que ele define transgressões policiais militares pelo viés do militarismo, pois a maior parte delas se refere a condutas típicas da *caserna*, numa transcrição quase que literal do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

⁹⁸ Documento informativo diário oficial que toda unidade militar possui, onde estão publicados os atos do Comando. Trata-se, portanto, de uma interessante fonte para pesquisas da vida formal da Unidade e de seus integrantes. Existem ainda os boletins da PM (BOL PM) onde são publicados atos do Comando Geral da PMERJ que, normalmente, dependendo do interesse das Unidades e da determinação do Comandante Geral, são transcritos no BI das Unidades.

As punições do RDPM têm como alvo originário a PMERJ, só sendo aplicadas na APM em casos específicos, já que as chamadas “faltas de aluno” requerem punições mais brandas, como o Licenciamento Sustado (LS) que cerceia o cadete de sua liberação de fim de semana e que existe apenas nas Unidades de Ensino. Apesar de esse tipo de sanção mais branda estar prevista nas NGA, observei que estas não contemplavam uma tipificação clara dos fatos em que tal sanção devesse ser aplicada, o que me levou a concluir que seu uso dependia de uma interpretação daquelas regras de procedimento estabelecidas nas notas instrutivas⁹⁹ conforme a sensibilidade moral de quem as aplicasse no momento.

Outro regulamento importante para a ordenação do espaço social da APM é, sem dúvida, o Regulamento de Continências (RCONT), também comum a todas as instituições militares, tanto estaduais quanto federais. Ele “dispõe sobre Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas” (BRASIL, 1997), padronizando, nesse sentido, os procedimentos rituais e os cerimoniais militares promovidos por essas instituições militares. Trata-se, portanto, de um regulamento bastante usado na APM, sobretudo naquelas solenidades que marcam a passagem das diferentes gerações de cadetes pelo CFO.

Essa preocupação com a manutenção da ordem interna fez com que, mesmo com o passar dos anos, não ocorressem grandes alterações na rotina dos cadetes. Um ou outro procedimento pode ter sido incluído, suprimido ou substituído, ou ainda pode ter tido seu horário alterado, mas certamente tais mudanças não comprometeram a estrutura de rotinas da APM, de maneira que um dia normal de atividades, o que exclui os momentos festivos, continua apresentando mais ou menos o seguinte quadro:

05h30min - Alvorada

A corneta acorda o quartel no início da manhã com o “toque de alvorada”, obrigando os cadetes a estar de pé logo pela manhã, o que normalmente os deixa sempre irritadiços e mal-humorados. Com poucas palavras, já incluídas as interjeições, os cadetes são

⁹⁹ Em 2003, eram 22 Notas Instrutivas que compunham as NGA da APM versando sobre os seguintes assuntos: HORÁRIOS E ATIVIDADES DO CA; PARADA DIÁRIA DO CA; SERVIÇOS ATRIBUÍDOS AOS CADETES; USO DO UNIFORME; UTILIZAÇÃO DOS APARTAMENTOS; CONTINÊNCIA NA ACADEMIA; CIRCULAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA APM; PROCEDIMENTO NO RANCHO; CORTE DE CABELO; ATIVIDADES CO-CURRICULARES; ENXOVAL E MARCAÇÃO DE PEÇAS; VISITA MÉDICO-ODONTOLÓGICA; VISITAS AOS CADETES / RECEPÇÃO; REGALIAS E OBRIGAÇÕES DO CADETE PADRÃO; PENAS DISCIPLINARES; UTILIZAÇÃO DO TELEFONE; QUADRO DE ORDENS E AVISOS; DESLOCAMENTO; LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO QUARTEL; DISPENSAS DO CA; PROCEDIMENTO EM SALA DE AULA; E ASSUNTOS DIVERSOS. A maioria desses assuntos foi tratada neste trabalho, quando observada a dinâmica social da APM.

monossilábicos nesses momentos iniciais de sua rotina diária. A qualquer momento um cadete mais antigo da equipe de serviço pode entrar no alojamento anotando recalcitrantes que ficaram mais tempo na cama. Alguns preferem mesmo correr esse risco, a largar os braços oníricos de “Morfeu”, o que lhes poderá render, como punição, um final de semana a mais na Fazenda. Nesses momentos iniciais, os cadetes realizam sua higiene pessoal - os homens fazem ainda a chamada “tricotomia facial”, ou seja, a barba - e se aprontam para a educação física.

06h00min - Educação física

O expediente previsto no QTS tem início com a prática da educação física. Ao observarmos a distribuição da carga horária no programa curricular, percebemos a importância dessa disciplina para o CFO: são-lhe reservadas nada mais nada menos que 180 horas-aula em cada ano do curso. A forma como na maioria das vezes ela é praticada, com movimentos coletivos padronizados, é muito parecida com a que se utilizava nas instituições militares, a chamada “calistênica”. Normalmente a aula de educação física reúne, de um lado, o desespero de quem está abaixo das condições físicas da média do grupo e, de outro, o prazer daquele que está bem e interiorizou essa prática como um valor.

No início do curso, há os infundáveis “corridões” que parecem fazer parte do mesmo pacote de provações que marcam a iniciação do neófito. Geralmente os cadetes dão a “volta ao mundo” nas segundas e nas sextas-feiras, quando realizam um circuito de aproximadamente dez quilômetros, saindo da APM, indo até o bairro vizinho de Deodoro, atravessando a Vila Militar e, depois, retornando à Sulacap por Marechal Hermes.

Essas aulas preparam o aluno para as provas de educação física que vão ocorrer durante todo o ano letivo. A parte fixa dessas provas se constitui no chamado TAF (Teste de Aptidão Física), que contém barras, abdominais e uma corrida de 12 minutos. A outra pode eventualmente conter a natação, a corrida *cross country*, a ginástica localizada, ou, ainda, as recreações com variadas práticas desportivas.

07h15min - Desjejum

Após a aula de educação física, os alunos se dirigem ao rancho para o café e depois se dirigem rapidamente a seus alojamentos para o banho. Logo depois, ele se vestem

rapidamente com uniformes de parada para o hasteamento da bandeira que ocorrerá às oito em ponto: a ela, todo o militar deve o seu preito ritual como determina o RCONT. Portanto, antes das oito, a corneta já chama as companhias para o posicionamento padronizado no centro do pátio interno, reunindo os cadetes à frente do saguão da Ala Sul para o deslocamento de todo o CA em direção ao pátio externo. Ali estão os mastros que sustentarão os pavilhões, nacional e estadual, a serem hasteados durante o evento.

08h00min - “Paradão”

A “parada diária” é um elemento essencial da cultura militar. Ela apresenta aquele mesmo “mecanismo básico de reforço” que encontramos no ritual militar das comemorações do Dia da Pátria (Cf. DAMATTA, 1990). Na APM, um tipo especial desse ritual se refere ao momento em que todo o aquartelamento se reúne para a chamada “parada geral” ou “paradão”. É um daqueles momentos em que o tempo é suspenso para que o Corpo passe em continência às autoridades, aos valores militares e aos símbolos nacionais. Noutras ocasiões esse mesmo aparato também vai emoldurar os principais cerimoniais da APM, ajudando a reforçar os valores militares da APM.

Outros quartéis da PMERJ deveriam realizar a “parada diária” como determina o RCONT, no entanto, devido à ambigüidade do fazer policial militar e aos objetivos institucionais da Corporação, que fazem com que o policial esteja, na maioria das vezes, desempenhando o trabalho policial na rua, é normal que esse preito deixe de ser realizado, quer por falta de efetivo, quer por falta de interesse. Mesmo quando promovido nos Batalhões de Polícia Militar (BPM), ele quase sempre deixa de seguir, à risca, os detalhes exigidos no RCONT.

Na APM, dependendo do comando, pode haver períodos em que ele seja realizado somente com a equipe de serviço do dia. Normalmente isso ocorre nos finais de semanas e feriados, quando a maioria dos cadetes não está presente. Entretanto, é certo que o “paradão” ocorra nas sextas e/ou nas segundas feiras. Nessas ocasiões, as companhias entram em forma por ordem de antiguidade, uma após a outra. A primeira CIA, composta pelos “veteranos”, vem na frente; depois, a segunda e, por último, a terceira, formada pelos “bichos” do Primeiro-ano. O conjunto forma um bloco compacto que representa a totalidade do CFO. À frente das CIAs vão seus “comandantes-alunos”, que, segundo a Nota Instrutiva nº 025, são os alunos do Terceiro-ano que obtiveram as melhores médias na passagem do segundo para o

terceiro-ano (do 2º ao 10º colocados), adquirindo assim o direito de comandá-las e de comandar seus pelotões. Trata-se já de um exercício para a profissão, pois, como se pode concluir da frase do General Pessoa, ali o cadete está justamente para aprender a comandar. Assim, a parada avança com os cadetes marchando ao som da corneta, ao passo de “ordinário, marche!” e com o “bumbo no pé direito”!



Figura 10 – O “paradão” segue.

Com movimentos sincronizados, quase sempre acompanhados pela melodia da marcha militar executada pela Banda de Músicos - que vai à frente da formatura -, ou mesmo de uma canção entoada à viva voz pelos próprios cadetes, o “paradão” segue firme até o local onde diariamente são hasteadas as bandeiras nacional e estadual. Os alunos do Terceiro-ano o comandam até a chegada dos oficiais. “É uma forma de eles treinarem para a vida profissional”, dizem os oficiais. Assim que o oficial mais antigo assume o seu lugar na parada, reservado bem de frente para o Corpo formado, o aluno mais antigo sai de forma e se dirige até ele numa teatralidade marcial de passos lentos e cadenciados, para lhe passar o comando do “paradão”. É um momento tenso para o cadete que ali tem de se separar de seu grupo, o que é raro de ocorrer naquele espaço estruturado dentro de uma lógica holística de

individualização regulada pelo CA, mas que faz parte de um objetivo programado. A frequência desses momentos vai aumentando com o decorrer das etapas do CFO, o que revela uma passagem gradativa do coletivo à individualização: se o cadete representa o coletivo, o oficial de estar individualizado no comando das frações. Esse processo guarda, portanto, alguma similitude com o que Foucault chamou de “individualização controlada” (Cf. FOUCAULT, 2007).



Figura 11 – Apresentação do “paradão” para o hasteamento da Bandeira.

As bandeiras são hasteadas às oito horas em ponto, ao mesmo tempo em que é executado o hino nacional. Todos prestam suas continências (individual ou coletiva) e, logo depois, os cadetes se preparam para se deslocarem em direção ao palanque, no pátio interno da APM. Ali, eles prestam mais uma vez a “continência de tropa”, agora ao oficial mais antigo que se encontra justamente naquele palanque construído especialmente para momentos solenes.

Todas as turmas passam em ordem de antiguidade e, após cada uma delas prestar sua continência, se posicionam no lado oposto do palanque, de onde, sem cessar a cadência

marcial, continuam seus deslocamentos em filas indianas, seguindo na direção de suas respectivas salas de aula na Ala Leste, logo atrás do palanque.

08h10min - Início do 1º expediente em sala de aula

Geralmente, por volta das oito horas e dez minutos, os alunos já estão em sala de aula esperando, até no máximo às oito e quinze, o professor ou instrutor que dará início à seqüência das aulas do primeiro expediente. Antes disso, no entanto, os cadetes ficam de pé, na posição de sentido, prestando-lhe a devida reverência ritual. O primeiro expediente prossegue assim até por volta das onze e quarenta e cinco, quando ocorre um intervalo para o almoço.

11h45min - Almoço

Os alunos saem de suas salas para o almoço, marchando coletivamente pelo pátio em passo ordinário até o rancho, da mesma maneira que se deslocam para o auditório, por ocasião das reuniões ou outros eventos extraordinários. Quando não há necessidade de deslocamento coletivo, apenas veteranos e cadetes do Segundo-ano, ou os “extropiados” podem caminhar enquanto os “bichos”, pelo menos até o “Espadim”, têm de atravessar o pátio sempre em passo “acelerado”, isto é: “- Correndo, bicho!”.

Do rancho, onde almoçam, os alunos são dispensados para um pequeno descanso em seus apartamentos. É evidente que os cadetes do terceiro-ano terão um tempo maior, porque entram no rancho na frente - antiguidade é posto - e, conseqüentemente, saem para seus apartamentos também na frente dos demais. Neste sentido, o “bicharal” quase não tem tempo de subir e descansar, “ainda mais com esses efetivos enormes. O atual Primeiro-ano tem mais de cem alunos¹⁰⁰!”, como reclamou um cadete do Terceiro-ano do CFO/2003. O bicho só consegue fazer, no máximo, a higiene bucal e, com sorte, alguns outros atos que a fisiologia humana, agora ritual e literalmente equiparada a de bichos, eventualmente venha lhes exigir. Assim, para os últimos:

“cagar e mijar é luxo que a gente só consegue rapidinho nos intervalos das aulas. Assim mesmo, somente no banheiro do pátio. Muito concorrido. Os outros estão no [Prédio] Anexo, que é área proibido para o ‘bicharal’ [no início de CFO]” (cadete do Primeiro-ano do CFO/2003).

¹⁰⁰ Ultimamente não tem sido raro as turmas terem efetivos com mais de cem alunos.

13h00min – Início do 2º expediente em sala de aula

Por volta da uma da tarde, os cadetes descem e entram novamente em forma; ouvem a leitura do BI, que contém informações específicas da APM, mais as informações gerais transcritas do Boletim da PMERJ. Depois disso, eles seguem mais uma vez para suas salas.

O segundo expediente começa por volta das treze horas e vinte minutos, quando os cadetes já devem estar prontos aguardando o professor para a primeira aula, exceto nas sextas-feiras, dia de liberação em que só há o primeiro expediente, o expediente da APM termina às quatro e quinze da tarde.

Após o término do último expediente, os cadetes estão liberados até o jantar. Alguns aproveitam para participar das equipes desportivas, que normalmente treinam nesse intervalo. Alguns o fazem pelo prazer, outros pelo prestígio ou para driblar a pressão daquela rotina; outros, ainda, por razões práticas, “piruando” conceitos melhores como veremos adiante.

18h00min - Jantar

Por volta das dezoito horas, os cadetes entram em forma em frente ao rancho para o jantar. Antes disso, são conferidos pelos mais antigos da equipe de serviço. “Só vai entrar quem botou o nome no vale de rancho!”, advertem. O rancho é uma atividade entendida como serviço e, por isso, o cadete é cobrado a comparecer devidamente uniformizado, mesmo quando fora do expediente, como se estivesse de serviço.

Depois do jantar, o Corpo de Alunos é dispensado até o “pernoite”, última apuração (confere) do dia. Mas estar escalado de “pernoite” nos finais de semana sem ser da equipe de serviço funciona também como uma punição informal: a “Rev Rec”, isto é, Revista do Recolher, que obriga o cadete a se deslocar até a APM para essa única finalidade.

Após tudo isso, os horários são flexíveis na APM. Para o “bicharal” vale, nesse caso, a seguinte máxima difundida pelos veteranos: “bicho, a noite é uma criança”. É o momento tradicionalmente propício para o “trote”. Para os alunos do Segundo-ano, então livres dessa relação, é uma excelente oportunidade de colocar os estudos em dia.

22h00min - Silêncio

Ao toque do “silêncio”, todas as luzes dos alojamentos, exceto as do banheiro, devem ser apagadas e todos os cadetes devem, em tese, estar na cama. No mundo militar, o “silêncio” significa descanso. Mas, como descanso para cadete é relativo, na “alvorada” ele já têm de estar de pé, às 05:30 h, para a nova jornada. Além do mais, é possível que haja os trotes da madrugada. Contudo, o toque do “Silêncio”, conhecida composição da lavra de Nini Rosso, é bem diferente do toque da alvorada. Sua melodia melancólica é a mesma que dali por diante preencherá os momentos de dor na carreira policial militar, marcando a separação do companheiro morto em serviço, nos rituais fúnebres.

3.4.4. Ordem, limpeza e controle

Como pudemos ver até aqui, controle é a palavra-chave que dá coerência ao ambiente social da APM. As condutas dos cadetes são reguladas através do que foi previsto e planejado. Nesse sentido, todas as atividades são cuidadosamente elaboradas. A visita de uma autoridade, por exemplo, é planejada nos mínimos detalhes por documentos formais que foram elaborados pela Divisão de Ensino, como ocorre com as chamadas “ordens de serviço” (OS).

“Uma Ordem de Serviço é um documento formal elaborado com base numa espécie de manual que se chama ‘Trabalho de Comando’, construído a partir de um ‘TTP’ (Trabalho Técnico Profissional) do Coronel Portela, quando ele fez o CSP¹⁰¹ e adaptou, para a PMERJ, várias normas das Forças Armadas. As ordens formais são duas, e podem surgir de duas maneiras distintas, a primeira é a ordem de operações (O/Op), que dizem respeito mais especificamente aos serviços das atividades-fim, ou seja, das operações policiais militares. A outra é a O/S propriamente dita, mais genérica e que diz respeito ao serviço de uma maneira geral, seja ele de qualquer natureza. Elas podem advir tanto de uma Diretriz que, no caso, pode ser determinada pelo Comando Intermediário ou pelo próprio Comando Geral, quanto do próprio Comandante da Unidade. Uma diretriz de operações (Dtz Op) gera O/Op e uma Diretriz de Serviço (Dtz S.), gera O/S”. (Oficial da Divisão de Ensino da APM).

É a própria Divisão de Ensino que, com pelo menos uma semana de antecedência, elabora também o “QTS” (Quadro de Trabalho Semanal), onde está estabelecida toda a rotina acadêmica da semana. Cabe, ao comando do CA, cobrar dos alunos o fiel cumprimento dessas

¹⁰¹ Curso Superior de Polícia, requisito para que o oficial superior (majores e tenentes-coronéis) atinja o último posto na carreira que é o de coronel PM.

atividades rotineiras. Uma rotina assim, tão detalhada, indica preocupação com o controle dentro de um ambiente regido por regras que compõem a disciplina militar.

O aspecto físico e os símbolos que permeiam o mundo objetivamente compartilhado da APM trazem esses significados de controle coletivo. Nesse período de formação, os futuros oficiais são postos em contato com valores peculiares da *caserna*, intrinsecamente associados à ordem, ao mesmo tempo em que lhes é exigido um comportamento asséptico, com ações que vão da limpeza do ambiente e do uniforme, ao asseio do próprio corpo. Alguns momentos são reservados para essas atividades de purificação física. O corte dos cabelos, por exemplo, ocorre em dias específicos para cada uma das turmas do CFO e, nessas oportunidades, a barbearia é intensamente disputada. A tricotomia facial, embora não tendo um horário pré-estabelecido na NGA e a princípio apresente um caráter individual, acaba sendo realizada num mesmo horário pelos cadetes, ou seja, logo quando acordam. Nesses momentos, os alojamentos masculinos, com cerca de cinco a oito cadetes em média, apresentam contornos de um ritual coletivo, cuja coreografia asséptica nos mostra aqueles cadetes que melhor interiorizaram a *caserna* lustrando mais intensamente seus sapatos e coturnos. Outros talvez os acompanhem mais pelo cálculo da sobrevivência social do que pela “vibração”, contudo faz-se a limpeza do ambiente, do uniforme e do próprio corpo quase sempre em momentos específicos e coletivos.

No mesmo sentido, o uniforme é alinhado logo depois da alvorada até um último retoque na frente do espelho das alas; os metais do espadim e os botões da túnica são polidos; as camas arrumadas; o alojamento limpo; os objetos do armário e das camas alinhados; e, após a educação física, o banho é tomado. Esses são, sem dúvida, comportamentos socialmente exigidos naquele contexto, o que configura uma coreografia repleta de significados que relacionam ordem limpa a uma limpeza ordenada. Aqui, portanto, são inevitáveis as considerações de Douglas (1991) para a análise desses dados.

Em certas ocasiões, como nas solenidades e nas liberações dos fins de semana, essa coreografia é ainda praticada com mais rigor em razão das diferentes temporalidades que pontuam o cotidiano da APM. Há todo um comportamento especial indicando o tempo das festas logo nas vésperas das solenidades de maior envergadura, como o “Espadim” e o “Aspirantado”. Nessas ocasiões especiais, que se iniciam inclusive com um toque especial de “alvorada festiva”, diferente daquele primeiro toque de corneta cotidiano na APM, os uniformes de gala, indumentária também especial para as cerimônias, são limpos e os metais são polidos com mais ênfase.

Nesse sentido, o caos que representa impureza e desordem é altamente negativo no ambiente institucional da APM. O desleixo na observância dessas regras de asseio pode, inclusive, ser considerado “falta de cadete”, punível com “LS”. De fato, uma das causas mais freqüentes desse tipo de punição é a “cama em desalinho”, conforme mostram os registros do CA¹⁰². Assim, esses símbolos que indicam pureza e se identificam com a ordem ascética do militarismo podem facilmente ser observados nas instalações físicas de uma APM que está dentro dos chamados “padrões militares”. Isso explica a imponência de cores sóbrias, porém discretas, que lá encontramos e que vão desde um plácido azul celeste a um branco pacífico. De uma maneira geral, podemos dizer que elas indicam ordem, paz e pureza. Da mesma forma, o padrão retilíneo das linhas arquitetônicas e o corte aparado, tanto dos canteiros da APM, quanto dos cabelos dos cadetes, revelam, nessa mesma continência, que os símbolos e valores militares é que devem ser interiorizados e praticados coletivamente pelo cadete da PM em seu cotidiano.

O controle, em termos militares, significa a previsibilidade pela qual se garante a manutenção da ordem institucional. Noutras palavras, essa previsibilidade representa a segurança institucionalmente almejada. Afinal, ali são socializados militares, que em linhas gerais são profissionais de segurança pública. Portanto, “ordem”, “segurança”, “planejamento” e, principalmente, “controle”, categorias típicas do universo militar, ou seja, da *caserna*, são também recorrentes na APM.

Significados semelhantes também foram anotados em campo por Leirner (1997), quando de sua etnografia realizada na Escola de estado Maior do Exército (ECEME).

Se, por um lado, tudo havia se passado tão rápido que a minha presença mal pudesse ser notada, por outro, este mesmo fato, talvez por causa da recepção absolutamente precisa e sincronizada na sua seqüência de atos, me passava a sensação de que havia algum tipo de conhecimento prévio da minha pessoa. Foi aí que percebi que estava lidando com um grupo para o qual não havia muito espaço para o imprevisto, o desconhecido, o aleatório e o casual (LEIRNER, 1997, p.33)

Já Muniz (1999) observa as mesmas representações típicas no comportamento de oficiais da PMERJ.

Toda vez que me encontro diante de um oficial da PM, imediatamente vem à minha mente a seguinte questão: como eles conseguem, após um dia inteiro de trabalho, aparentar ter acabado de sair do banho? Até bem pouco tempo, essa minha despreziosa impressão estava somente dirigida aos padres e pastores. Penso que os policiais militares buscam causar a impressão de que nunca se encontram desprevenidos, largados ao sabor do acaso, do imprevisto ou da deriva que, em boa medida, conformam o ambiente de trabalho policial ostensivo. De algum modo, isto

¹⁰² Documentos de controle do CA, a que tive acesso em meu trabalho de campo, onde constam o processo punitivo do Corpo de Alunos, com as faltas observadas e a respostas do cadete.

operaria com uma espécie de contraponto simbólico à experimentação da incerteza, e à conseqüente percepção ampliada do perigo. A disciplinarização do corpo e o seu requinte apresentam-se, portanto, como uma espécie de testemunho da possibilidade de intervir e contornar aquilo que se mostra arredo, inesperado ou contingente. Os PMs, particularmente os oficiais, procuram estar sempre impecáveis, encenando um estado continuado de prontidão, ou melhor, de engajamento cerimonial. Seu visual, principalmente quando fardados, estaria fazendo uso do próprio jargão policial, sempre “pronto” para ser passado “em revista” pelo Comando e pela sociedade. (MUNIZ, p. 93, 1999).

A entrevista abaixo, concedida por um oficial da APM, traz indícios dessa valorização positiva da ordem e da previsibilidade militar, ao tratar de um incidente ocorrido durante uma solenidade de entrega de espadins. Nela, ainda podemos perceber os contornos da mesma teoria nativa que representa a PM, no momento em que esses valores da *caserna*, de um militarismo ideal ali representado pelo Exército, é colocado diante de uma PM com seu complexo de patinho feio que não saberia realizar corretamente os ritos militares.

“Uma vez o Comandante Militar do Leste tinha chegado e, a princípio ele era a maior autoridade presente Se fosse seguir o regulamento, só o primeiro oficial general ou, no caso, a governadora, teria direito [ao toque do corneteiro]. Os demais que fossem chegando não tinham, porque já gastou o toque de oficial general. Ministro ou Chefe de Estado tem direito à toque em missão oficial. Se o Ministro da Educação visitar a Academia sempre tem, porque é o Ministro da Educação; como o governador também sempre tem. O problema é que foi chegando o Comandante Geral, o [Secretário de Segurança Pública] Josias Quintal e aí, por ‘piscção’¹⁰³, o comandante da Academia mandou dar o toque prá todo mundo. Rasgou o regulamento. Todo mundo que chegava recebia toque e aí o general do Comando Militar do Leste ficou puto, sem entender nada. Deu aquela idéia de bagunça”.

3.4.5. O Cadete-Padrão e a “política do CA”

Com a classificação obtida no vestibular, o primeiro colocado da turma do Primeiro-ano é o seu “zero - um”, ou seja, aquele cadete que traz a primeira numérica da turma (01) logo depois do ano de entrada no CFO e adquire, por isso, atribuições especiais. Assim, cada turma tem o seu zero-um que, mais que uma numérica, representa o aluno mais antigo, elo entre a turma e o comando do CA. Nessa função, o cadete fica encarregado de trazer e fazer com que sejam cumpridas pelos próprios companheiros de turma, as determinações do CA.

¹⁰³ “Piscar”, é uma categoria nativa que significa o medo do militar em contrariar a ordem da autoridade hierarquicamente superior, dizendo-se então que fulano “piscou”. Segundo meu interlocutor o comandante da APM “piscou” ali, diante daquele dilema institucional.

Nos anos seguintes o zero - um pode deixar de caber ao mais antigo de entrada (do vestibular), já que a disputa passa a envolver também as notas das provas curriculares de todo o período letivo do CFO, que, juntamente com o grau do conceito individual atribuído pelos oficiais da APM, comporão a média final dos cadetes naquele respectivo ano. Assim, a cada ano letivo, é bem provável que a classificação do CFO seja alterada com o balanço final dos resultados obtidos no período.

O primeiro colocado do Terceiro-ano representa um caso especial, pois, além de ser o zero - um da turma, é também o cadete mais antigo de toda a Academia. Nesse caso, o zero - um passará a ser chamado de “cadete-padrão” ou “aluno-padrão” e, ao adquirir essa posição, “auxiliará os oficiais do CA na sua ação disciplinar sobre os demais cadetes”¹⁰⁴. A cada ano a Academia tem seu cadete ou aluno-padrão que, segundo as NGA, é escolhido por um conselho escolar entre os três primeiros colocados do segundo para o terceiro ano. No saguão que liga o pátio principal ao Prédio Anexo, há um mural com as fotos de todos os cadetes consagrados como “aluno-padrão” da Academia.

A disputa para obter essa posição de destaque começa no final do segundo ano letivo e envolve os nomes dos três cadetes mais bem classificados “por nota”, ou seja, pela média dos pontos que obtiveram nas matérias curriculares. Para almejar ser cadete-padrão, o aluno também deve ficar atento ao conceito a ser inserido na Ficha de Avaliação Disciplinar¹⁰⁵ (FAD) preenchida pelos oficiais do CA, pois, como vimos, esse grau entrará no cálculo de sua média final. O conceito, portanto, poderá ser fundamental nos momentos decisivos, pois, dependendo da situação individual do cadete, pode alterar sua ordem final de classificação. O nome do cadete-padrão da APM poderá ainda não ser o do primeiro colocado “de nota”, já que a escolha recai sobre qualquer um dos três primeiros colocados.

Segundo os cadetes mais antigos, antes havia o chamado “conceito horizontal” que eles próprios emitiam entre si e que era somado ao “conceito vertical” emitido pelo CMT da Cia. Ao longo dos anos, o CA percebeu que havia nesse conceito horizontal uma possibilidade de os alunos manipularem a escolha do zero - um, promovendo um movimento orquestrado para “derrubar o aluno-padrão do CA”. Houve então, segundo eles próprios, uma

¹⁰⁴ Conforme constava na Nota Instrutiva nº 014, da NGA do Corpo de Alunos.

¹⁰⁵ A Ficha de Avaliação Disciplinar é confeccionada pelos oficiais do CA e representa o grau numérico baseado no conceito individual do aluno. Cada cadete possui, portanto, a sua FAD, onde consta o conceito recebido pelos oficiais da APM. A FAD entra no cômputo final das notas dos alunos e pode mesmo, segundo a legislação interna da APM, influenciar na mudança de classificação, para mais ou para menos, dependendo do conceito que o aluno obtiver, embora essa possibilidade seja bem pequena.

correção desse mecanismo acabando com o conceito horizontal e permanecendo com a FAD e seu conceito vertical.

É interessante perceber que há por parte dos alunos uma grande desconfiança de que ocorra mesmo uma manipulação do CA na definição do nome dos três que disputarão a posição de cadete-padrão. Muitos me alegaram que a FAD teria sido a responsável por suas eventuais posições dentro do *ranking* hierárquico do CFO, ou mesmo, pelo fato de não terem conseguido ser um “zero de turma” (classificado entre os nove primeiros).

Os momentos que antecedem a “escolha” do zero - um são envoltos por um clima de mistério, principalmente quando os três concorrentes, um de cada vez, treinam na Guarda-Bandeira, local tradicionalmente reservado para o cadete-padrão, para a solenidade do Aspirantado. Esse mistério, que na opinião dos alunos é intencionalmente instituído porque ninguém sabe a princípio quem será o cadete-padrão, parece ser um sinal claro de que o CA detenha a ingerência na classificação do CFO e de que as posições meritocráticas, conquistadas por nota de acordo com seus desempenhos individuais, possam ser alteradas. Tal fato talvez reforce a representação de que o cadete-padrão seja mesmo o “escolhido do CA” e não o vencedor de um concurso de regras claras e universais, como as estabelecidas no Regulamento Interno da APM (RIAPM) para a atividade acadêmica. Por esse prisma, não bastaria apenas ser o melhor aluno no sentido eminentemente intelectual, mas também estar enquadrado naquela espécie de ética institucional que os cadetes freqüentemente chamam de “a política do CA”.

Ser o cadete-padrão significa, portanto, ter uma posição diferenciada no Corpo de Alunos, pois o “escolhido” vai “conduzir a escola” à frente do Terceiro-ano. Nesse sentido, apesar de os veteranos “mandarem na Escola”, é o cadete-padrão, como chefe da disciplina e representante da “política do CA”, quem “comanda a escola”. Além disso, essa condição de quase-oficial o gabarita, caso consiga se manter como zero - um de sua turma até o final do CFO, a deixar a APM já como segundo-tenente, sem passar pelo posto de aspirante, já que o zero - um de saída é o único cadete que ingressa no oficialato já como segundo-tenente. Outro benefício que destaca sua posição diferenciada é o fato de não concorrer à escala de serviços dos alunos¹⁰⁶, tirando somente o primeiro e o último serviço de oficial-de-dia daquele ano letivo, que ritualmente é passado de cadete-padrão que sai para cadete-padrão que entra. Seu serviço é, nesse sentido, o de conduzir disciplinarmente a Escola.

¹⁰⁶ Essas atividades serão mostradas num capítulo mais adiante.

O cadete-padrão é instituído na mesma cerimônia em que ocorre a entrega das espadas aos novos aspirantes (Aspirantado), num espaço aberto para a sua consagração como o novo “porta-estandarte” da Escola. Ele, então, recebe a faixa e o estandarte da APM das mãos de seu antecessor que, naquele momento, estará deixando a escola. Dali por diante, toda a vez que o cadete-padrão conduzir esse símbolo nas solenidades mais importantes, lembrará a todos a sua posição social e que ele é o “mais digno e competente” para conduzir o Corpo de Alunos em nome do CA.

Nas solenidades de maior vulto, a Bandeira Nacional é incorporada por meio de um cerimonial à parte, com toda a tropa formada. O cadete-padrão fica posicionado na Guarda-Bandeira, empunhando o estandarte da APM como o seu porta-estandarte. Nessa posição, ele acompanha mimeticamente os passos do oficial responsável pela Guarda que, nesses momentos, empunha a Bandeira. Assim, conduzindo o estandarte, o cadete-padrão já vai aprendendo com o oficial a maneira correta de conduzir aquele símbolo nacional.

Tanto nas solenidades que ocorrem nos momentos festivos da APM, quanto em alguns de seus rituais rotineiros, o cadete-padrão é separado do restante do Corpo - a mesma lógica da separação militar que constrói a desigualdade entre semelhantes -, ficando posicionado junto aos oficiais. Isso ocorre, por exemplo, na parada diária e na leitura das punições disciplinares. Nesses momentos, sua posição é simbolicamente reforçada perante o Corpo, da mesma maneira como ocorre com os símbolos militares nos focos rituais. De certa forma, o cadete-padrão representa um símbolo vivo do CA, e, nesse sentido, o bom cadete-padrão para o CA é o que pode manter a escola disciplinada, isto é, controlada e em ordem.

Aqui talvez seja interessante recuperar uma idéia de símbolos rituais em DaMatta, (1990) a partir de suas observações de Turner (2005), isto é, como objetos ou papéis sociais que, ao serem deslocados estrategicamente de um domínio social para outro, “promovem uma aguda consciência de passagens e interferências de domínio uns nos outros” (DaMatta, op. Cit., p.78), suficiente para produzir determinado discurso simbólico. Nesse sentido, na medida em que o cadete-padrão (ou seu corpo) é estrategicamente deslocado do restante do Corpo para nortear o comportamento dos cadetes por meio de um discurso corporal construído pela própria instituição, ele se torna uma extensão viva da “política do CA” e, assim, pode ser entendido como um verdadeiro símbolo da disciplina militar na APM, o que vai reforçar a representação de que o cadete-padrão é quem “comanda a escola” como porta-voz do CA.

É evidente que nem todos os cadetes estarão ajustados a esse padrão ideal, talvez nem o próprio cadete-padrão empírico. Nesse caso, o processo cotidiano disciplinar da APM,

ajudado pelo sistema de valores impingido nesse corpo-símbolo, cujas qualidades são fundamentais no processo de socialização dos futuros oficiais, parece focar no ajuste dos que se desviam desse padrão político. Creio podermos aqui também vislumbrar um sistema de valores institucionais a partir da observação do cadete-padrão como uma personificação das qualidades idealizadas pela instituição para a construção de seu oficial. Como já discutimos antes, é interessante entender aqui o corpo como um objeto possível da análise antropológica. Nesse sentido o corpo é sempre um *locus* privilegiado de observações; seja como “técnica corporal”, como propôs Marcel Mauss (2003); seja como “estratégias políticas” e “práticas discursivas” que nele se manifestam sob a forma das “disciplinas”, como pretendeu Michel Foucault (2007); seja como o fez Pierre Bourdieu (1998), observando e identificando o *habitus* a partir de uma *hexis* corporal aprendida e praticada como estruturas estruturadas e estruturantes que, por meio dele, se materializam (Cf. BOURDIEU, 1998).

Quanto a isso, tanto as minhas quanto as observações de meus interlocutores em campo indicaram algumas, senão as principais qualidades que o cadete-padrão deve ter. “Uma boa voz de comando, ser ‘vibrador’, disciplinado e disciplinador, além de ser bom em educação física”. Essas seriam, portanto, algumas das qualidades necessárias para ser cadete-padrão, conforme me explicou um oficial do CA. É fácil perceber que elas se assemelham às qualidades necessárias para a construção de líderes guerreiros, e, num certo sentido, são semelhantes às qualidades observadas por Celso Castro na construção mitológica de Caxias como patrono do Exército Brasileiro (CASTRO, 2002). Neste caso, percebe-se a importância da lealdade como valor militar, mas a qualidade a ser destacada no “cadete-padrão” pareceu-me novamente ser mesmo a “vibração”, ou seja, a qualidade de despertar nos outros a emoção necessária para a formação de um espírito de corpo; o que se torna quase uma obrigação moral para o grupo militar.

A percepção dos sentimentos como uma obrigação moral, à parte dos fenômenos psicológicos e individuais, portanto, já havia sido identificada, sobretudo em estudos de sociedades simples por Mauss (2003). No que diz respeito especificamente à “vibração”, DaMatta (1990) discutiu o significado dessa categoria, observando que:

No Brasil, a palavra “vibração” denota tais aspectos de alto teor emocional, indicativos talvez de um sentimento de *communitas* quando se pode “ver” virtualmente esse aspecto básico do sistema na sua representação através da parada militar, nas continências às autoridades e no momento em que se canta o hino nacional. (DAMATTA, 1990, p.56)

Portanto, a “vibração” do cadete-padrão é esse sentimento que aglutina o Corpo, incentivando a *communitas* que aqui é representada na *caserna*. Nesse particular, a categoria

“cadete-padrão” nos remete ao mito militar¹⁰⁷ com seus valores da coesão e da lealdade para com a sua instituição, o que mais uma vez nos indica uma socialização preponderantemente militar na APM, com os cadetes interiorizando a *caserna*. De fato, esse “teor emocional”, marca do *habitus* militar, se opõe sistematicamente ao pragmatismo da *rua* presente num possível *habitus* policial.

Ao trazer essa *hexis* característica como uma espécie de *longa manus* militar, o cadete-padrão carrega consigo, e para dentro do Corpo de Alunos, a política do CA. Assim, caberia a ele conduzir a escola com “boa voz de comando” e “muita vibração”, dentro da disciplina da *caserna* orientada pelo CA. Em contrapartida, o CA lhe retribui com “consideração”, refletindo a lógica da honra e da distinção do indivíduo, também dentro de uma dimensão moral. É interessante perceber as semelhanças nos significados desta categoria nativa, com os de uma categoria homônima já definida por Luis Roberto Cardoso de Oliveira¹⁰⁸. Com efeito, Oliveira (2002) argumenta que a “consideração” é valorizada em ambientes sociais que apresentam uma visão de mundo caracteristicamente hierarquizada, na qual os atores encontram dificuldade para dissociar mérito de desempenho, o que, por outro lado, não ocorreria em ambientes sociais em que a ideologia moderna predomina com seus valores individuais universalizáveis. Por isso o autor conclui que “os brasileiros costumam valorizar muito mais expressões de consideração à pessoa de seus interlocutores do que aos direitos (universalizáveis) do cidadão genérico” (Cf. OLIVEIRA, 2002, p.105). Nesse sentido, quando elegemos alguém que não merece nossa “consideração”, negamo-lhe também seus direitos individuais. Ao contrário, a consideração é depositada naqueles em quem reconhecemos serem “merecedores” de tais direitos. Dessa forma, categorias que refletem “consideração” só teriam eficácia em ambientes relacionais, no sentido de DaMatta (1990), que naturalizam a desigualdade, já que o “indivíduo ideológico” rejeita, em tese, essa lógica da honra e da distinção.

Muitos companheiros de turma entendiam que o escolhido com tal honraria havia mudado mesmo era de posição, isto é, deixou de ser “ponderão” (questionador), de lutar pelos

¹⁰⁷ É interessante notar que as qualidades do cadete-padrão não nos remetem ao mito de Tiradentes, patrono das PM, mas ao patrono do Exército. O que me pareceu uma incoerência, afinal, Tiradentes se contrapõe a Caxias em termos de disciplina, já que representa um indivíduo que questionou o sistema na luta por liberdade. Dessa forma, para uma instituição que idealiza seus futuros oficiais disciplinados no sentido de “Caxias” para a própria manutenção do *status quo*, ter um patrono como Tiradentes é, no mínimo, intrigante. Mais: Tiradentes era alferes, algo talvez indesejável de se ver consagrado como padrão num ritual militar brasileiro.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Luís R. C. de. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 2002

interesses da turma, passando a fazer parte da “política do CA”. Nesse sentido, o cadete-padrão está numa posição contrária aos interesses dos alunos naquele campo de disputas, como deixou transparecer uma cadete do Terceiro-ano:

“A zero - um do meu primeiro-ano era a S.; ela era bem ‘ponderona’; mas ponderava tudo em benefício da turma. Hoje ela é bem calada, tranqüila; mudou bastante, até mais do que precisava”. (Cad R., do 3º ano do CFO/2003).

É fácil perceber que, sendo o cadete mais antigo do CFO, o cadete-padrão é considerado quase um oficial. Assim, ele pode “comandar a Escola” em nome do CA, já que comandar é a arte do oficial, arte que aqui estará relacionada a seu poder de punir, ou de pelo menos iniciar o processo punitivo disciplinar, como veremos adiante. Para alguns, a “escolha” do zero - um é fruto do reconhecimento de sua “vibração” e da dedicação manifestada no “controle” dos alunos, anotando e participando, ao CA, as faltas cometidas por seus próprios companheiros. É assim, nesse sentido, que o cadete-padrão materializa a “política do CA”.

“O Aluno-Padrão tem legitimidade, mas é mais pela ‘caneta’. A participação dele é punição certa. Ele tem usado [a caneta] mais dentro da própria turma que é a mais difícil de controlar. Ele é o Zero-um de nota também. Admiro muito a dedicação dele nos estudos. Em época de prova, nem banho ele toma, só estuda. Ele é do meu apartamento. É um preço a pagar, porque a turma..., quando ele era do Primeiro-ano todo mundo gostava dele. Hoje, tem muita gente que tem raiva... Ele teve que mandar porque teve que cobrar. Ano passado ele esqueceu uma camisa no apartamento e ninguém quis guardar, para deixá-lo ser anotado pelo Terceiro-ano. Ele é o Zero-Um desde o segundo ano”. (Cadete I., do 3º ano, CFO/2003).

Essa representação também ficou patente na entrevista que me foi concedida pelo cadete M., zero - dois (02) do Terceiro-ano, que havia perdido a disputa para o atual Cadete-Padrão no ano anterior. No entanto, a disputa entre ambos parecia continuar de forma velada durante aquele ano. Na oportunidade em que me concedeu a entrevista, M. havia sido punido com LS e tentava justificar, tanto a punição, quanto sua classificação no CFO, por não estar enquadrado nos moldes idealizados para um cadete-padrão, segundo a “política do CA”.

“Antes de vir para a APM, eu servi no CPOR¹⁰⁹, era intendente. A diferença entre o CPOR e a APM é que lá a preocupação era com o aspecto técnico e aqui com a rigidez disciplinar. Por isso eu sou muito mais ponderado na anotação das faltas dos cadetes; por isso tenho características diferentes do [atual] Cadete-Padrão, o que não agrada ao CA. Ele [o Cadete-Padrão] é muito rígido e pouco flexível. A orientação passa pelas noções de Chefia e Liderança aprendidas nas aulas, mas a ‘política do CA’ destrói isso tudo. A política é de punir e punir. As aulas não valem de nada, pois o que se aprende em relação à liderança é assimilado nesse dia-a-dia. Em relação à prática, essas aulas são uma utopia. ‘Profissionais não se improvisam e o mando cabe ao mais digno’ diz aquela frase [do General Pessoa], mas o mais antigo é quem manda e manda mesmo. É a máxima do boçal e soberano. Hoje eu estou cumprindo uma punição, mas acho que ela foi mais simbólica, pois podia ter sido

¹⁰⁹ Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, que forma o Oficial da Reserva (R/2) do Exército Brasileiro, capacitando-o à convocação temporária para o serviço ativo.

relevada pelo CA, por tudo o que faço pela Escola. Não é o que o Capitão Peixoto disse no julgamento do cadete Vasconcelos? Que ele teve consideração? A função do Cadete-Padrão é punir. Dentro da hierarquia e da disciplina, há um espaço para o exercício do diálogo e da chefia e liderança. O que tá sendo valorizado é a ausência do diálogo. O oficial tá chegando na tropa com essa visão de disciplinador; de ser o exemplo". (Cadete M., do 3º ano, CFO/2003).

Quase sempre essas qualidades, que dizem respeito à disciplina e à “vibração”, faziam a diferença na hora da “escolha” do CA. E a torcida aumentava mais ainda nas vésperas das notas finais. Nesses momentos, o principal assunto nas poucas “rodinhas” que havia durante o expediente na APM era a “escolha” do cadete-padrão; era ele quem, pela antiguidade alcançada, iria “comandar a escola”. Agora, se ele seria o “mais digno e competente”, como pretendia o General Pessoa, os cadetes tinham lá suas dúvidas.

Havia mesmo, na APM, aquela representação de que a FAD tinha um valor muito maior do que realmente ela tinha. Na realidade, a possibilidade de alteração da nota para a escolha do cadete-padrão, era mínima; no nível dos décimos, ou mesmo, dos centésimos de ponto. Mas, como de fato a FAD já havia alterado posições em disputas acirradas pelo primeiro lugar, isso com certeza reforçava a representação de que ela era mesmo a vilã manipuladora da ordem natural dos graus de desempenho obtidos nas provas.

Foi interessante notar mais uma vez que havia uma disputa ideológica entre *caserna* presente na política do CA, com sua lógica da honra e da “consideração”, onde a FAD era o seu maior exemplo, e a ideologia liberal moderna presente nas disputas pelo desempenho individual que ocorria nas salas de aula. Foi interessante perceber, também, que as qualidades militares e os valores coletivos que formam o “padrão” do CA, por meio do qual se pode mapear o sistema de valores do programa ideológico institucional, quase sempre se manifestavam nas FAD.

Para tentar compreender o *habitus* que ali se constrói, ou seja, aquele arquétipo institucional vivido e corporificado (Cf. BOURDIEU, 1980), resolvi conversar com o próprio Cadete-Padrão de 2003, enquanto fazia minhas anotações de campo. Com uma estrela amarela no uniforme, do lado esquerdo do peito, que o distinguiu dos demais cadetes, o cadete G. me pareceu um pouco preocupado com a conversa, fato que pude verificar nas frases de palavras cuidadosamente colocadas. O clima só ficou mais tranquilo quando, entendendo o valor que a lealdade podia representar para ele naquele ambiente, informei-o de que minha pesquisa estava autorizada pelo comando da APM, fato que remontava mais uma vez ao mito de Caxias (Cf. CASTRO, 2002). Aliás, foi interessante notar que a *hexis* corporal de G. parecia ter como referência o Exército. Ele confirmou essa predileção após a entrevista, na

continuação da conversa sobre a pesquisa. Na oportunidade, mostrei-lhe alguns livros que trazia comigo na linha antropológica, para tentar descontrair o ambiente e fazer com que minha presença não fosse confundida com um serviço de P/2, o que naquele ambiente de vigilância e controle era temido até pelo cadete-padrão. Apresentei-lhe então aqueles livros que, se houvesse interessasse, poderiam ser levados para uma rápida leitura naquele final de semana. Dentre os livros apresentados, dois se referiam à socialização de cadetes. O primeiro tratava de uma etnografia realizada na Academia da Polícia Militar do Ceará (SÁ, 2002). O segundo era uma etnografia que tratava da construção de uma “identidade militar” (CASTRO, 1990). Foi justamente este último, a etnografia da AMAN, que G. resolveu levar emprestado.

Não era a primeira vez, portanto, que a AMAN surgia como referência para a APM. Em determinados momentos ela pareceu mesmo ser um modelo ideal. Bastava ler aquela etnografia de Castro (1990) para, ao compará-la com a realidade da APM, se compreender isto. Evidentemente, o que havia me chamado a atenção naquela escolha não fôra o fato dela demonstrar a curiosidade de G. em conhecer uma realidade diferente da sua, mas sim o fato de o Exército surgir mais uma vez como uma referência para o policial militar.

Este comportamento tem se reproduzido com o sentido seletivo onde “os mais adaptados continuam e os mais fracos desistem”. No entanto, os valores que orientam essa adaptação na APM são, na verdade, parte de uma estratégia de manutenção de suas estruturas sociais. O comportamento de G., o cadete-padrão e, em tese, o mais adaptado dos cadetes naquele momento, reflete o mesmo comportamento dos oficiais que idealizam a *caserna* como valor exclusivo e que, no caso da APM, mantêm a AMAN como referência na construção social dos futuros oficiais. Verificando as trajetórias das duas academias, podemos perceber certo paralelismo entre elas indicando uma confusão referencial da PM com o Exército, pronta para produzir a mesma crise identitária percebida por Muniz (2001).

G. parecia tenso, medindo cada palavra que dizia e cuidando estrategicamente da manutenção simbólica de sua imagem. Ao mesmo tempo em que aparentava orgulho, parecia preocupado ora com a impositação da voz, ora com os movimentos corporais. Também permeava a conversa com frases do tipo “eu não gosto de aparecer” que condiziam com aquela *hexis* corporal idealizada, mas que, repetidas várias vezes ao longo da entrevista, pareciam convencer um comportamento corporal empírico em constante manutenção. Isso também parecia aparentar uma valoração negativa da autopromoção, mesmo que inconscientemente as palavras de G. proporcionasse, a *contrario senso*, uma espécie de auto-penitência por esse desvio egocêntrico.

Nesse sentido, fica fácil concluir que os homens, representados em nossa sociedade por sua virilidade característica, são os candidatos naturais a cadete-padrão, o que a princípio descartava as mulheres dessa “torcida” do CA. Quando alguma “FEM” era zero-um, ou cadete-padrão, as explicações mais comuns eram as de que a média de suas provas escritas foi alta demais para que o CA, com o conceito da FAD, pudesse alterar sua classificação. A fim de entender melhor essas qualidades, perguntei a uma cadete do Terceiro-ano, se ela teria chance de ser a Zero-Um:

“Eu? Com certeza, não. É impossível, porque o G. (Cadete Padrão) é muito “cepão” (estudioso). O M. (zero-dois) compete com ele com relação à nota, mas o M. tem a FAD mais baixa”. (Cadete Fem R., 3º ano do CFO)

Ao insistir, perguntando à R. se, caso tivesse nota, ela seria candidata à posição de cadete-padrão, ela retrucou-me de um modo ainda mais esclarecedor:

“Certamente, não, porque já teve experiência [na APM] com FEM e não foi muito boa, porque o pessoal achava que ela tinha que dar mais bronca do que dava; tinha que ser mais ríspida. Ela era minha veterana direta, eu acho que ela era uma excelente pessoa, e cadete também. Eu não acho que ela era ríspida. Eu acho que, se for com polidez, se consegue a mesma coisa. Se eu fosse a Zero-Um, eu continuaria a mesma coisa, devido a maioria ser masculina. Eles acham que as FEM não têm perfil, mas eu acho que têm”¹¹⁰. (Cadete FEM R., 3º ano do CFO)

Aqui, a entrevistada parece querer separar o cadete-padrão de sua essência humana, talvez, para desumanizar a figura do cadete-padrão empírico. Por isso, sua veterana não havia sido uma boa cadete-padrão, já que, representando a sensibilidade feminina, ela parecia “fraca” em face das qualidades do guerreiro militar. Esse fato pareceu reforçar a representação do cadete-padrão ideal, caracterizado especialmente pela força, rispidez e insensibilidade, qualidades incompatíveis com as características culturalmente construídas para o gênero feminino na sociedade ocidental.

O universo da APM é, portanto, representado como um espaço social essencialmente masculino, onde a mulher eventualmente sobrevive. Esta percepção tem gerado algumas estratégias de comportamento por parte das cadetes femininas, como a de tentar apresentar as mesmas expressões marciais com as quais o cadete masculino é representado naquele ambiente sociocultural. Isso se torna mais fácil de observar, à medida que a FEM se apresenta com trejeitos masculinos, como, por exemplo, a impostação grave da voz, a prestação automática da continência, enfim, com as atitudes viris exigidas pelo militarismo. Nesse sentido, os ritos de iniciação da *caserna* tratam originalmente da iniciação masculina e, especificamente, da iniciação do guerreiro militar.

¹¹⁰ O fato de Roberta não acreditar que seria a 01 é bem sintomático, no sentido de saber que não tem o perfil, mas apesar de não aprová-lo, aceita com naturalidade o fato.

Entretanto, as regras da igualdade sexual formal na modernidade contemporânea permitiram a atual realidade da APM. Só que esses fatos que observei na APM contrariava aqueles “outros objetivos” que orientaram o ingresso das mulheres nas PMs brasileiras, inclusive na PMERJ, conforme vimos antes em Soares (2001), ou seja, “o de modernizar as PMs e ‘humanizar’ sua imagem social, fortemente marcada pelo envolvimento com a ditadura” (SOARES, 2001, p. 29).

Nesse sentido, percebi que as FEM vêm, a exemplo dos homens, se amoldando ao padrão espartano de conduta, seja por uma estratégia pragmática, ou mesmo pela “vibração” introjetada como valor. Aqui, fica mais claro o sentido de obrigação moral que essa categoria representa, quando leva indivíduos a se emocionarem na medida em que estes interiorizam os valores da caserna. Não descartei, portanto, a possibilidade de que essa “vibração” não passasse também de uma tática com que os cadetes tiravam proveito junto ao CA na construção de suas imagens públicas. Neste último caso, poderíamos falar numa falsa vibração.

Essas observações me levaram a crer que, por não ser um espaço culturalmente feminino, a APM, embora comportasse mulheres em seu efetivo, não reforçava de maneira útil as qualidades femininas pretendidas pela Corporação quando esta decidiu aproveitá-las na prestação de seus serviços. Ao contrário, há um esforço maior das FEM em se empenhar cada vez mais nas provas físicas e nas qualidades guerreiras para, assim, conseguirem também a “consideração” do CA. Entretanto, como as diferenças biológicas entre os sexos são respeitadas nas provas físicas do CFO, os conflitos aumentavam quando o cadete masculino percebia, ali, um privilégio que ludibriava a igualdade de condições pleiteada pelas próprias FEM. A explicação de minha informante ilustra essa situação:

“Os meninos encaram as FEM como ‘vagas roubadas’. TAF¹¹¹ diferente é um absurdo para eles. Alguns se sentem roubados, mas a mulher se destaca, no aspecto intelectual. Estou concorrendo para ser aluno-padrão, mas não tenho as características necessárias. Estou sendo a 1ª colocada em nota. Acho que não serei [cadete-padrão], porque não tenho ‘plus’. Aqui dizem que ‘FEM não pode cometer crime propriamente militar¹¹², porque não tem plus’ (alusão ao órgão genital masculino). Não tenho marcialidade, o Zero-Um é aquilo que é: características físicas, morais e intelectuais. A pessoa que mais se enquadrar nesse tipo terá as condições de representar bem a Corporação. Sou disciplinada, mas sou mais de dar suporte com características mais administrativas, contrárias à virilidade, coisa meio física; aquela continência padrão, meia-volta barulhenta, parte de ordem-unida, voz

¹¹¹ Teste de Avaliação Física, contendo as provas de flexões na barra, corrida de 12 minutos e abdominais e que é utilizado para avaliar periodicamente o militar. Na APM, o TAF conta ponto para a classificação, dentro da matéria curricular de Educação Física.

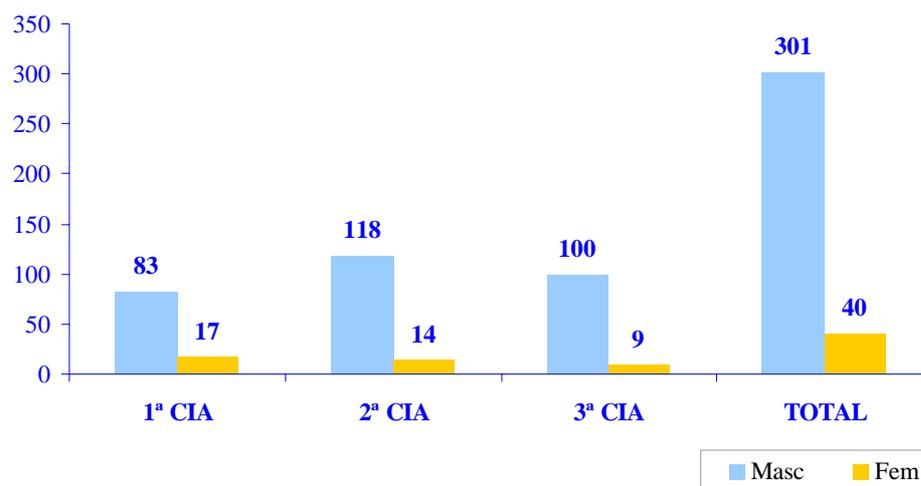
¹¹² Segundo a doutrina jurídica militar, crime propriamente militar é o “crime de soldado”, isto é, só o militar pode cometer, pois só existe no Código Penal Militar sem similar no Código Penal comum.

potente, né? No fim eu me acho fraca. É preciso ser autoritária, no sentido da autoridade. Mandar”. (Cadete FEM D., 3º ano do CFO)

Esse conflito entre gêneros ficou evidentemente reforçado nos discursos de outros cadetes masculinos. O discurso abaixo, de um cadete masculino do Segundo-ano, condenava a determinação da cúpula da PMERJ de transferir todos aspirantes recém-promovidos da turma de 2001 para o Grupamento Especial Tático Móvel (GETaM), com exceção das mulheres, o que seu autor entendeu como um privilégio.

“FEM na minha opinião eu odeio, por causa dos privilégios que elas [as FEM] têm através de vantagens ... A boa FEM é a que não procura se valer de seus dotes femininos, pois existem privilégios. São duas medidas, mas na hora da promoção é a mesma coisa. Por exemplo, quando a maioria dos tenentes foi para o GETaM, elas não foram”. (Cadete J. do 2º ano do CFO)

Gráfico 1 - APMD. JOÃO VI (Efetivo/2003)
Relação masculino / feminino
Total: 341 cadetes



A percepção dos cadetes masculinos era a de que as qualidades da FEM não serviam para fazer dela um bom cadete-padrão. Ao contrário, poderiam lhes render privilégios e consideração dos oficiais, desde que estrategicamente trabalhadas, o que para eles burlava as regras de uma disputa igual. Nesse caso, entendiam entre outras coisas que, apesar de fisicamente diferentes, todos os cadetes, independentemente do gênero, deveriam concorrer em igualdade de condições às promoções da carreira, a começar por ali, na APM, já que todos estavam no mesmo quadro ¹¹³.

¹¹³ Uma percepção muito similar também foi observada na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), a partir do ingresso da primeira turma de cadetes femininos, em 1996. Nesse sentido, ver TAKAHASHI, Emilia Emi. *Notas sobre a formação das primeiras mulheres na Academia da Força Aérea*, 2007, disponível em http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Emilia_Takahashi_12-08-07.pdf. Acessado em 07 abril de 2009.

3.4.6. Serviços e “alterações”

Além das atividades acadêmicas previstas no Quadro de Trabalho Semanal (QTS), os cadetes cumprem ainda uma escala de serviços internos na APM. Segundo os oficiais, tais serviços têm a finalidade de estimular-lhes a iniciativa, preparando-os para a realidade que encontrarão nos batalhões depois de formados. “É como um treino para a prática do oficialato, da mesma maneira como ocorre com os futuros advogados nos escritórios-modelo das faculdades de direito”, revelou-me um oficial do CA. Em muitos aspectos, esses serviços equivalem mesmo aos que já estão sendo estabelecidos pelo Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), que é aplicado em toda unidade militar, inclusive na APM.

No entanto, o “serviço de rua” dos oficiais por excelência, ou seja, a “supervisão de oficiais”, não possui um equivalente na APM para o aprendizado dos cadetes. Esse primeiro contato específico com a *rua*, no serviço de supervisão, eles só terão de fato depois de formados aspirantes, quando classificados em suas novas Unidades.

A “Escala de Serviço” dos cadetes, contendo a relação dos cadetes e dos serviços em que estes estão escalados naquele dia, é publicada diariamente no Boletim Interno (BI) da APM. Trata-se de um documento de planejamento formal que, diferentemente de outros documentos desse tipo, como a ordem de serviço (OS), por exemplo, não é elaborado pela Divisão de Ensino, mas fica a cargo do próprio CA. Na verdade, essa é uma atribuição da companhia que o confecciona por meio de seu aluno P/1. O CA, nesse caso, vai apenas conferi-lo depois de pronto.

Vale dizer que, além de seu P/1, cada companhia tem outros cadetes desempenhando funções equivalentes às funções de Estado Maior das unidades policiais militares. Para cada função, um cadete é voluntário ou escalado para auxiliar o CA. É por meio dessa divisão social do trabalho, portanto, que os alunos da APM desenvolvem suas potencialidades e os oficiais do CA adquirem mão de obra extra para a realização de tarefas demandadas pelas três companhias do CFO.

Os alunos do Primeiro-ano são iniciados nessas atividades laborais como sentinelas ou plantões, “tirando” (cumprindo) os chamados “quartos-de-hora”. Nesse caso, há uma necessária rotatividade para que todos tirem a mesma quantidade de serviço e sejam “rendidos” (substituídos) de maneira equânime pelos companheiros após cumprirem suas etapas. As sentinelas (ou plantões) compõem a chamada “Guarda do Quartel” e devem zelar por determinados postos físicos durante os seus quartos-de-hora. São chamados de “plantões de ala”, “da bomba de gasolina”, “do saguão da Ala Norte”, do “Anexo”, etc. São essencialmente serviços de execução, equivalentes aos serviços tirados por praças nas unidades policiais militares. Esse fato vai reforçar as “regras da liminaridade” daquele espaço de iniciação e preparação do futuro oficial que, antes de comandar, deve aprender a obedecer (Cf. TURNER, 1974).

É normal que os plantões tenham também que passar recados aos moradores dos apartamentos daquela ala, ou prestar-lhes algum serviço personalizado chamado informalmente de “acordômetro”. Isso ocorre geralmente durante a madrugada, quando os mais antigos necessitam levantar-se para realizar algum afazer, como estudar, tomar remédios, ou mesmo “render” seus companheiros de serviço. Assim, eles solicitam que os plantões os acordem. Nessas ocasiões, o plantão deve anotar com esmero o horário de o solicitante acordar. Deixar de fazê-lo, ou mesmo esquecer de fazê-lo no horário solicitado é um erro que, dentro do mesmo pacote pedagógico das regras liminares da APM, é passível de punição. De fato, foi esse o motivo que levou o cadete J., do Primeiro-ano, a ser sancionado com dois dias de Licenciamento Sustado (LS) na grade de punições do dia 26 de setembro, de 2003, cuja nota de culpa dizia o seguinte: “*Realizar ‘acordômetro’ do cadete PM Italo, com 20 minutos de atraso, quando na função de plantão da ala Oeste*”¹¹⁴.

Assim, dependendo da ala em que o plantão estiver escalado, seu serviço se torna ainda mais difícil. Segundo os cadetes do Primeiro-ano: “a Ala Oeste, onde moram os veteranos, é o serviço mais puxado”. Por isso, os mais modernos são geralmente os escalados para ‘tirarem’ o serviço ali, onde a pressão é maior. Nesse caso, a chance de sofrerem trotes aumenta consideravelmente, sobretudo durante a madrugada, cúmplice silenciosa nesses momentos velados. No dia seguinte, o cadete que “tirou” serviço de plantão da Ala Oeste pode surgir como um verdadeiro “zumbi” para assistir as suas aulas, ou seja, um morto-vivo

¹¹⁴ Conforme Portaria de nº 353/2003, do Livro de Portarias do CA.

que foi “sugado” a noite inteira pelos veteranos. Nesse caso, seus muitos e inevitáveis cochilos em sala, ainda que passíveis de punição, quase sempre são relevados.

No segundo ano, os alunos cumprem um serviço eminentemente intermediário entre o comando (terceiro ano) e a execução (primeiro ano). São serviços que equivalem aos desempenhados por graduados nas unidades militares. Nessa ocasião, os cadetes são escalados, por ordem de antiguidade, de Auxiliar do Aluno Oficial de Dia (Aux OF Dia), Adjunto do Aluno de Dia ao CA (ADJAL) e Comandantes da Guarda do Quartel. Nesses casos, ficam subordinados aos alunos do Terceiro-ano. O Comandante da Guarda cuida da segurança de todo o aquartelamento por meio das sentinelas. Muitas vezes a “arribação” do plantão (ausência deliberada do posto) - outra falta passível de punição - é anotada pelo comandante da Guarda em sua supervisão aos postos de serviço da APM. Essa fiscalização, no entanto, deve ser realizada com certo cuidado e assim mesmo sob o controle dos cadetes do Terceiro-ano que estiverem de serviço, pois, como vimos, as regras morais da iniciação na APM proíbem uma maior aproximação do Segundo com o Primeiro-ano, mesmo que seja para orientações ou cobranças regulamentares, já que essa seria uma atribuição típica do “veterano”.

Os cadetes do Terceiro-ano tiram serviços de Aluno Oficial de Dia e de Aluno (ou Cadete) de Dia ao CA, que, dentro do sistema de representações nativo, são os serviços mais valorizados. Por necessitarem exercitar cada vez mais o comando e a liderança durante o período de formação, eles têm nessa oportunidade a chance de experimentar provisoriamente um *status* de oficial. Pareceu-me que, aliado a esse treinamento, havia também a vontade de obterem antecipadamente o poder que têm os oficiais para que, assim, pudessem punir potenciais concorrentes naquele campo de disputas, como veremos a seguir.

Seguindo a ordem de valorização nativa desses serviços, os cadetes do Terceiro-ano são escalados de acordo com sua antiguidade. Primeiramente como Oficial de Dia e, depois, como Aluno de Dia. Existe ainda um terceiro tipo de serviço do Terceiro-ano, menos valorizado que os anteriores, que é o de Aluno de Dia ao Anexo, surgido com a inauguração do Prédio Anexo, em meados dos anos 1990. Nessa condição, o cadete funciona como um Oficial de Dia descentralizado que, no entanto, não conta com a mesma estrutura que tem o cadete escalado como Oficial de Dia, à frente de todos os serviços da APM. Por isso mesmo, entende-se que o Aluno de Dia ao Anexo tenha menos poder que os demais cadetes de serviço do Terceiro-ano.

Como afirmei acima, o Aluno Oficial de Dia é o responsável por todo o aquartelamento. Seu serviço equivale ao mesmo serviço de Oficial de Dia regulado pelo RISG para toda a unidade militar. Pode-se dizer então que o AL OF de Dia é uma espécie de aprendiz de Oficial de Dia, serviço típico da *caserna* encontrado também nos quartéis da PM. O Oficial de Dia é quem fiscaliza o funcionamento e a segurança interna do quartel, o efetivo de serviço, o uso dos recursos logísticos, o armamento, o rancho etc. Para isso, ele deve tomar conhecimento de todas as ordens de serviço (OS) que deverão ser executadas durante o seu serviço. Ele tem autonomia relativa à do comandante da unidade, principalmente depois que este e seus oficiais já tiverem se ausentado do quartel. Antes, havia na APM um oficial escalado especificamente como Oficial de Dia durante as vinte e quatro horas do serviço, mas agora é o próprio cadete quem cumpre esse serviço¹¹⁵. Nesse caso, há um oficial de Permanência que só é acionado na eventualidade de ocorrer algo que demande uma providência mais elaborada e que o cadete não seja ainda capacitado para tomar. O “Permanência” não é, portanto, o encarregado direto pelo aquartelamento, porque essa tarefa ficava a cargo do Al Of de Dia, mas, como vimos, ele podia ser eventualmente acionado para auxiliá-lo, o que era raro ocorrer. Caso ocorresse, isto seria visto por todos como uma interferência indesejável: pelos cadetes, porque tiraria sua autonomia e poder, e pelos oficiais, porque eles, como Permanência, detestariam ser acionados precipitadamente por razões de menor importância, principalmente durante o repouso noturno.

Havia uma percepção clara dos cadetes do Terceiro-ano de que, com esse tipo de serviço sem a presença direta do oficial, eles tinham adquirido maior autonomia em seus serviços, pois anteriormente sua iniciativa era constantemente tolhida pela presença do oficial. Na verdade, essa justificativa pareceu-me trazer embutida uma necessidade do *status* momentâneo que o serviço conferia ao cadete, aumentando provisoriamente seu poder naquele campo. Foi o que pareceu indicar a informação abaixo, fornecida por um cadete do Terceiro-ano que tirava o seu serviço de Al Of Dia:

“Antigamente a gente não tava com tanta autonomia para trabalhar não. Tinha o Oficial de Dia. Agora melhorou. É bom porque a gente vai treinando. Quando assumimos o serviço, temos que procurar saber as alterações daquele dia. Por exemplo, se tem algum aluno fora da APM. Uma vez eu tirei serviço quando havia

¹¹⁵ É bom frisar que essa era a escala vigente no momento em que realizei minhas observações de campo de 2003. Como não se trata de um documento rígido, como um regulamento, por exemplo, a escala de serviço dos cadetes dependerá do comando. Dessa forma, o serviço de Oficial de Permanência pode ou não existir, ou ainda, pode ser “tirado” tanto em casa quanto na APM; pode até inexistir por ser considerado supérfluo, quando há a determinação do comando para que o serviço de Oficial de Dia seja executado exclusivamente por oficial, ao invés de cadete. Atualmente, em 2008, ele havia sido extinto, deixando o serviço de Oficial de dia de ser tirado por cadete, passando a ser executado exclusivamente por oficial.

um surto de conjuntivite¹¹⁶ por aqui. Foi uma trabalhadora danada, porque tive que saber tudo onde os cadetes estavam, encaminhar para o hospital e dar [lançar] as alterações deles [no LPD]" (Cadete E., do Terceiro-ano, de serviço de Al Of de Dia)

Como se vê, “tirar” um serviço típico de oficial consagra um *status* diferenciado ao cadete perante o grupo; é uma maneira de exibir a confiança concedida pelo CA que, naquele momento, lhes legitima o poder de “mando” na forma de “consideração”. A entrevista acima pode justamente ser lida nesse sentido, ou seja, de que, por trás de tais atos “consagradores” existia mesmo toda uma estratégia para o acúmulo de poder numa estrutura marcada por disputas simbólicas (BOURDIEU, 1998; 2005).

O pleito tácito por um tratamento individualizado, num grupo que valoriza a uniformização, surge em virtude do mérito de terem galgado posições durante as etapas da passagem pelo CFO, em sua trajetória de individualização controlada. Essas diferentes posições, que no entanto não são contempladas no instrumento legal onde se definem as posições sociais na estrutura hierárquica da PMERJ, formam uma “antiestrutura” caracterizada pela desigualdade liminar. A rigor, o Estatuto dos Policiais Militares, como já havíamos visto, não faz nenhuma distinção entre os alunos da APM, quer sejam eles do Primeiro, Segundo ou Terceiro-ano, porque os classifica igualmente numa mesma categoria profissional: Aluno - Oficial. Essa categoria é, portanto, uma só e se encontra alocada no círculo das “Praças-Especiais”. O Estatuto apenas chama a atenção para que, nesse caso, a “antiguidade” deva ser observada individualmente. Cumpre-me esclarecer que aqui existe, em tese, o que nós nativos chamamos de “precedência” e não a superioridade hierárquica que de fato se constrói entre os Alunos da APM. Lembro mais uma vez que isso talvez possa ser explicado sob o prisma da liminaridade construída naquele ambiente cultural da APM, com sua antiestrutura relativamente diferenciada, pelo fato de os cadetes serem iniciados coletivamente, mas em etapas consecutivas, o que cria diferentes pertencimentos.

O Cadete de Dia ao CA é o responsável pela disciplina e pelo controle de todo o Corpo de Alunos. Ele se encarrega mais especificamente das atividades cotidianas dos cadetes, principalmente durante as aulas, quando, em geral, cuida de fiscalizar se estão todos nos lugares onde devem estar. Ao contrário do serviço de Al Of de Dia, que é mais abrangente por estar previsto no RISG para todos os quartéis militares, o serviço de Cadete de Dia é um serviço peculiar das unidades de ensino.

¹¹⁶ Em caso de doença infecto-contagiosa, como a conjuntivite, os cadetes não podem permanecer na escola. São dispensados para suas residências, mas quem estiver de serviço deve anotar todas essas alterações.

Considera-se falta quase injustificável o fato de cadete ser observado em lugares indevidos, ou apresentar comportamento impróprio nos locais onde estiverem sendo desenvolvidas as atividades coletivas do expediente acadêmico. Corroborando esse argumento, os registros de controle disciplinar que observei no CA, continham um grande número de notas de punição com expressões do tipo “fora-do-lugar”, “fora-dos-padrões”, “em desalinho”, “em local impróprio” etc. Outra atribuição do Cadete de Dia ao CA é a fiscalização do Rancho. Além de ser um espaço físico reservado para alimentar os militares, esse local representa ainda toda uma atividade logística estruturada para que o provisionamento do aquartelamento seja corretamente desempenhado. Podemos perceber, pela extensa escrituração específica que regula essa atividade logística, a mesma preocupação peculiar do modelo militar com a ordem e a previsibilidade. A alegação de que assim se evitam desperdícios e eventuais desvios de material, explica porque o erro na escrituração, incluindo a dos documentos de controle do Rancho, também seja considerado falta passível de sanção. Nesse caso, o alvo da vez é o chefe de turma (ou xerife) que, entre outras tantas atribuições, é o responsável pelo preenchimento do “vale de rancho”, documento de apuração dos que vão realizar determinada refeição na unidade. Vez ou outra, no entanto, a mão punitiva do CA alcança também o espertinho que tentou ludibriar a fiscalização da equipe de serviço, por ter esquecido de “dar o nome para o vale de rancho”. Como se pode ver, o vale de rancho também é documento de controle e conferência que serve para apurar se os cadetes vão ou não faltar às refeições previstas como serviço.

Nesse sentido, os vales de rancho devem ser preenchidos com cautela, pois um número equivocado implica desperdício de alimentos ou necessidade de se confeccionar um número a mais de refeições que o previsto, o que destrói a lógica da previsibilidade da ordem militar. Para cobrir o déficit, o lacre da dispensa do rancho é aberto e uma quantidade de gêneros alimentícios a mais do que a planejada é sacada. Pelo prejuízo causado à ordem militar, essa “alteração” do serviço também é objeto de punição disciplinar.

O chefe, ou “xerife” da turma, é o cadete responsável pela condução de sua turma nas atividades pedagógicas diárias, naquela semana. É ele quem faz a apuração do efetivo e prepara a sala para as instruções. Por isso, deve de imediato tomar ciência de qualquer ausência para poder repassá-la como alteração ao CA, ou por meio da equipe de serviço, ou por meio dos instrutores. Na eventual falta de algum instrutor, o “xerife” deve imediatamente procurar a Divisão de Ensino para saber da programação alternativa.

Nos curtos intervalos entre as aulas, ele tem de comparecer ao CA para obter, junto aos oficiais de sua CIA, as determinações militares que devam repassar a seus companheiros. Cada semana um novo chefe de turma assume e, devido a essa rotatividade, que ocorre também dentro daquela mesma lógica do treinamento, nem sempre os chefes de turma são os mais antigos; todos, de uma maneira geral, devem ser avaliados nessa função. Para os alunos, esses também são momentos delicados de exposição individual dentro daquela rotina coletivizada.

Além do “vale de rancho”, o chefe de turma confecciona um outro documento de controle, o “pernoite”, que é utilizado na Revista do Recolher como último confere programado do dia. Este documento serve para apurar quem está escalado para dormir no quartel. Na prática, ele serve para saber se alguém “arribou”, isto é, se algum cadete se ausentou clandestinamente do aquartelamento.

Geralmente, a Revista do Recolher ocorre por volta das vinte e um horas, com um toque de corneta característico. Nesse momento, cada turma toma sua posição de antiguidade no pátio para ser apurada pela equipe de serviço. Normalmente, a Revista do Recolher é comandada pelo Al Of de Dia. Quando se trata da tradicional revista no horário previsto, o “xerife” tem tempo de apurar sua turma com antecedência e tranqüilidade, mas, se o caso for de uma “revista inopinada”, é vital que ele já tenha adquirido certa agilidade para não se expor a possíveis sanções.

Depois de a turma ter sido apurada, os chefes de turma passam as alterações (ausências) a seus superiores até que essas cheguem ao cadete mais antigo da equipe de serviço ou ao cadete-padrão, caso ele esteja comandando a revista. Caso haja oficiais presentes, o cadete que recebeu as alterações por último deve apresentar todo o efetivo formado, de uma maneira solene, ao oficial mais antigo, informando-lhe todas as alterações, caso estas sejam por ele solicitadas.

Após essa formalidade, o mais antigo da equipe pede a permissão para encerrar a revista. Como nesses casos a presença de todos os cadetes é obrigatória, o “macete” é que o documento de apuração (pernoite) seja preenchido com uma certa margem de tempo, pelo menos, com uns vinte minutos antes do término da última aula no último expediente. Caso contrário, o risco de o cadete se atrapalhar aumenta.

Muitas vezes, ocorre de algum chefe de turma negligente ter de sair, em desespero, atrás de informações sobre o paradeiro de seus companheiros de turma. Para facilitar a vida de

quem, no momento, for o responsável pela apuração, já existem formulários próprios que os cadetes confeccionam antecipadamente e onde constam os nomes de todos os componentes de sua companhia ou pelotão. Depois, é só destacar as alterações dos ausentes, como, por exemplo, os “estropiados” por motivos de saúde, ou os da equipe de serviço daquele dia, e colocar seus destinos, à parte, para melhor informar ao superior.

Normalmente, o serviço na APM dura vinte e quatro horas e, em sendo assim, os cadetes que integram a equipe de serviço do dia já estão escalados desde as oito da manhã. Há, no entanto, exceções como a dos sentinelas que somente assumem efetivamente seus postos após o término das aulas, pois, em tese, apenas a justiça poderia preterir a instrução. Por isso mesmo é que os cadetes do Terceiro-ano e do Segundo, logo após assumirem seus serviços na parada diária, são eventualmente substituídos por graduados escalados pela Divisão de Comando (P/1) no horário das aulas. São esses que ficam à frente do serviço, quando os cadetes estão em sala de aula. Todavia, nem sempre essa regra é respeitada, pois, quando os oficiais do CA empenham cadetes em “missões militares”, eles quase sempre deixam as salas de aula. Essa interferência de assuntos militares no campo acadêmico só não vai ocorrer se o status de quem estiver à frente da instrução ou da aula¹¹⁷ for superior ao do posto do oficial do CA que empenhou o aluno.

Assim, podemos perceber novamente uma disputa velada entre a *caserna*, representada pelo CA, e a *rua*, que a Divisão de Ensino representa; entre o poder militar, presente no espaço coletivo da APM, e a autoridade acadêmica do professor em sala de aula. Na verdade, essa é uma das muitas lutas simbólicas travadas entre aquelas diferentes ideologias que estruturam o domínio social da PM.

O Chefe de Apartamento, da mesma maneira que o Chefe de Turma, também é escalado dentro do espírito da rotatividade. Cada semana um dos alunos que integram determinado apartamento atuará como o seu chefe e primeiro responsável pela ordem e apuração das “alterações de apartamento”. Falhando nas apurações, na arrumação e na limpeza, eles também são passíveis de punição, desde que o erro tenha sido detectado por meio de alguma “revista de apartamento”, que, em regra, são realizadas pelo menos uma vez por dia pela equipe de serviço do Terceiro-ano.

¹¹⁷ Nas Unidades de Ensino da APM, o termo “instrução” se refere à aula ministrada por militares e, nesse sentido, se diferencia de “aula” que é ministrada por professores civis.

Essas alterações geralmente acontecem por motivos alheios à vontade do próprio Chefe de Apartamento e, por isso, vão depender mais da colaboração dos demais integrantes do que da própria iniciativa do chefe. Quase sempre, quando algum cadete deixa um apartamento desarrumado, o chefe torna-se também seu responsável solidário nessa alteração, por se entender que ele não “fiscalizou” corretamente o apartamento. Por isso, o chefe sabe bem o risco que representa ter como companheiros de apartamento os desajustados, relapsos e atrapalhados.

Ao incriminar o comportamento mal ajustado e individualista do cadete, com a punição do Chefe, o CA visa estimular o espírito de corpo de uma maneira coercitiva nos cadetes, visando a promover um constrangimento no grupo. Há, inclusive, uma expressão nativa que demonstra a eficácia de tal estratégia: “a merda une”.

Os cadetes, em geral, quando em sua função de mantenedores da ordem, buscam detectar eventuais “alterações” de serviços, mas também estão preocupados em acumular poder dentro do “campo de disputas simbólicas” que representa a APM. Poder esse adquirido com o status diferenciado que se produziu com passar dos anos e, também, por ocasião do serviço. Neste caso, o CA lhes concede esse poder para fazê-los funcionar como uma engrenagem dessa estrutura de vigilância e controle. O status vem acompanhado, portanto, desse poder que se materializa no ato de apontar as “alterações” de outros alunos e, numa dimensão simbólica, é revertido em capital reputacional junto ao CA.

Assim, “alterações” podem ser definidas em linhas gerais como coisas ou condutas fora de ordem ou de lugar que, ao serem observadas pelos cadetes ou oficiais e informadas ao escalão superior, iniciam um processo de incriminação. Nesse sentido, alterações são consideradas condutas desviantes dentro do sistema representacional nativo e, quando não são justificadas, arquivadas ou anuladas pelo CA, resultam em “punições de aluno” ou, se consideradas mais graves, em “punições de RD”.

Enquanto as “transgressões disciplinares” estão previstas no Regulamento Disciplinar (RD), as “faltas de aluno” são de natureza escolar, mais amenas e, portanto, punidas com LS. A rigor, essas faltas de aluno não têm uma previsibilidade normativa. Tudo o que está fora de lugar ou da ordem pode ser, *a priori*, considerado uma alteração. A decisão que diz se ela vai ou não resultar numa punição, seja de qual tipo for, será estabelecida na hora do julgamento pelos oficiais. Os motivos apresentados nas “notas de punição” dos cadetes - espécie de libelo acusatório - que pude verificar no CA apresentavam os mais variados motivos.

Raramente se aproveitava a redação de um deles para se relatar literalmente uma outra falta, a não ser nas alterações coletivas, quando vários cadetes envolvidos eram anotados pelo mesmo fato. Não há, portanto, a anterioridade, princípio penal que estabelece a previsibilidade da conduta desviante. Não é difícil supor que, devido a essa indefinição, o cadete vai aprendendo o comportamento adequado por tradição oral, ou observando, na prática, as condutas inadequadas sendo punidas em rituais punitivos que marcam sujeitos e comportamentos desviantes de maneira teatralizada nas liberações do Corpo de Alunos.

Nesse sentido, existe uma sensibilidade moral que, com alguma insistência, pode ser percebida por meio de uma análise mais acurada desses variados motivos. Assim, pude observar que eles quase sempre se referiam à estética militar, isto é, ao “padrão” que eventualmente era ofendido no momento por algum comportamento displicente. Neste caso, esses comportamentos reprováveis quase sempre se resumiam ao descumprimento de uma ordem superior qualquer, a alguma eventual falta de asseio com equipamentos, uniformes ou materiais, ou ainda, à falta de asseio com o próprio corpo, por exemplo. O significado dessas “alterações”, portanto, pareceu-me estar intrinsecamente relacionando à algo fora da ordem, ou de lugar, isto é, uma “impureza”, como já foi observado antes por Mary Douglas (DOUGLAS, 1991).

As “faltas de RD” (transgressões disciplinares) são consideradas de maior gravidade por extrapolarem o ambiente da aprendizagem, atingindo também, dessa forma, o universo de todo o efetivo da Polícia Militar. Assim, elas estão tipificadas no Anexo 1 do Regulamento Disciplinar da PMERJ. As sanções que lhes são aplicáveis são de natureza administrativa e vão desde a advertência, passando pela repreensão e prisão em separado, até o Licenciamento a Bem da Disciplina.

O balanço da quantidade e da qualidade dessas punições reflete a vida disciplinar do policial militar, contabilizada num documento chamado Ficha Disciplinar, onde é regulado o “comportamento policial militar”. O número acumulado de punições faz com que esse “comportamento” varie de excelente a mau, podendo, nesse último caso, culminar num processo demissionário do transgressor que chegar a ferir à ética e o “pundonor policial militar”.

Ao contrário da transgressão disciplinar, o LS não altera as anotações comportamentais formalizadas em ficha disciplinar profissional, mas, entendendo que a punição de aluno não seja mais capaz de corrigir seu comportamento fático, é bastante provável que o CA passe a utilizar o RD para punir o recalcitrante. Os oficiais alegam que isto

geralmente ocorre quando os alunos do Terceiro-ano já estão mais próximos de sua formatura, pois se entende que “agora, o tratamento é de oficial e não mais de cadete”. Atualmente, porém, os cadetes são cada vez mais precoce nas punições de RD, o que revela um aumento da litigiosidade desses conflitos na APM, ou pelo menos a percepção de que sejam mais indisciplinados, como eu já havia mencionado anteriormente.

Muitas vezes, os serviços representam momentos tensos, com prováveis constrangimentos para aqueles que os executam. É o que ocorre, por exemplo, com os cadetes do Segundo-ano, que nessas oportunidades estão mais expostos à fiscalização do Terceiro-ano. Embora sejam os cadetes do Segundo-ano que, no serviço, escrituram os Livros de Partes Diárias (LPD), mais conhecidos como “brochuras”, eles não têm o poder definitivo de “canetar” seus pares nessas mesmas “brochuras” sem que a observação passe antes pelo crivo dos cadetes do Terceiro-ano, pois aqueles que, como se diz na APM, têm o poder da “brochura”, isto é, o poder de “canetar”.

Canetar é dar “parte”, ou seja, cientificar oficialmente o comando de que ocorreu uma “alteração” que tenha fugido ao controle da situação. Dentro do militarismo policial militar, trata-se mesmo de uma obrigação formalmente prevista no artigo 11 do RDPMERJ para casos de transgressão disciplinar (ver Anexo VIII). Aliás, tal prática é de fato reconhecida mais como uma prerrogativa do oficial do que uma obrigação do policial militar; inclusive há uma expressão nativa que ilustra bem essa percepção: “A caneta é a arma do oficial” e, dessa forma, os cadetes vão pleiteando esse poder de iniciar a punição disciplinar, à medida que se sentem mais próximos do oficialato. Os do Terceiro-ano são, portanto, os que têm uma maior quantidade desse poder, por estarem mais à frente nesse processo de passagem que representa o CFO, e, dentre eles, o mais poderoso seria nesse sentido o cadete-padrão.

4. UM DUELO SIMBÓLICO

4.1. O RITUAL PUNITIVO

Tratarei aqui dos ritos de punição disciplinar, que ocorrem como forma de ajuste constante do comportamento dos neófitos que porventura não tenham se enquadrado na “política do CA”. Antes de tudo, é preciso esclarecer que o que eu chamo aqui de ritual punitivo ou ritual da punição disciplinar, ao contrário das solenidades analisadas até agora, não têm ordenação, esquema, ou qualquer estrutura expressamente estabelecida nos regulamentos militares, notadamente o RCONT, nem são reduzidos a um planejamento nativo como as ordens de serviço produzidas pela Divisão de Ensino, mas se reproduzem com um formato muito similar, há anos, nas práticas da APM. Desde o meu CFO, eu já o conhecia daquela maneira. Essa foi, portanto, uma das características que me fizeram atentar para esse evento coletivo, cujo material cultural é passado de geração para geração no CFO.

Geralmente, esses eventos ocorrem nos momentos que antecedem uma “grande liberação” do Corpo de Alunos, quando os cadetes se preparam para deixar a APM no final de semana, cumprindo o regime de internato parcial do CFO. Trata-se de um ritual que periodicamente expõe, à coletividade, os cadetes que foram flagrados pelo sistema de vigilância e sancionados num processo disciplinar conduzido pelo CA.

Em síntese, esses ritos dramatizam um conflito específico existente entre o comportamento do cadete e o programa estabelecido como padrão na “política do CA”. Sob essa perspectiva, uma outra possibilidade se torna bastante interessante de ser analisada: o seu caráter antitético, isto é, o de comunicar valores negativos com relação ao *ethos* que ali se produz; valores que de alguma forma representam uma ameaça à ordem institucional estabelecida. Por isso é que, ao contrário da maioria dos ritos militares que reforçavam os valores institucionais positivos e normalmente comunicados no programa oficial, como a hierarquia e a disciplina militares, aqueles ritos evidenciavam os anti-valores nativos, numa pedagogia dramática de purificação moral como veremos adiante. Era meu entendimento que, ao observar esses ritos punitivos na APM, eu obtivesse acesso, a *contrario senso*, ao próprio sistema de valores nativo.

Dadas essas características obtidas inicialmente em minhas observações sobre a punição disciplinar dos cadetes da APM, optei por abordar esses ritos punitivos sob a perspectiva processualista, o que tornava a APM um “campo” sociocultural no sentido de

Turner (2008), para tentar compreender seu caráter simbólico e comunicativo. Além da comunicação e dos códigos transmitidos nesses momentos, incluo ainda as observações sobre as diversas maneiras pelas quais os nativos os incorporam. Assim, para analisar todos esses significados, a punição disciplinar será tratada como um todo, onde procuro observar o drama da punição disciplinar dos cadetes e suas conseqüências como um todo, a partir das “pré-liminares” encontradas na dinâmica social da APM.

4.1.1. Enquanto isso, a “naba voava”.

[...] é complicado porque eu não sabia que tinha errado..., eu não lembrava que tinha deixado os meus óculos em cima da cama. Uma veterana minha chegou para mim e falou: ‘ó, você foi lançada [na brochura]’ e eu ali, sem nem o que fazer. Chegou a portaria para eu responder e o que veio escrito dava a impressão que eu fui desleixada; relaxada no material, e eu fiquei... pôxa, não foi assim. Só que na verdade fui injustiçada, pois por uma coisa tão simples eu estou sendo tachada como uma relaxada e eu justifiquei que tava com pressa e aquilo tudo, mas mesmo assim fui punida com LS 2. Foram dois dias que tiraram da minha liberdade e eu não entendia de jeito nenhum. Fiquei revoltada, sabe? (Cadete Feminino. M., do 3º ano do CFO, falando de sua primeira punição).

Pode-se dizer que essas pré-liminares começam com a extração da “portaria”, documento pelo qual o cadete toma ciência de que está sendo formalmente acusado, após a administração ter sido informada sobre alguma “alteração” em que ele esteve recentemente envolvido¹¹⁸. Os dados sobre o fato que originou a acusação formal são geralmente extraídos das “brochuras” do Oficial de Dia ou do Cadete de Dia ao CA, ou ainda, são oriundos de alguma “parte especial”, que é a informação (participação) por escrito, apartada do LPD.

Com os dados e relatos extraídos das “brochuras”, as portarias são confeccionadas pelo comandante da CIA a que pertence o cadete anotado, auxiliado nesse mister por seus oficiais subalternos (tenentes). Em síntese, os dados da portaria são: o nome, o número interno e a CIA do anotado, acompanhados ainda por um relato sucinto da dinâmica do fato observado. Há também, no mesmo documento, um espaço reservado para que o cadete possa se defender por escrito. Diz-se: “responder a portaria”.

¹¹⁸ Pelo Boletim da PM n.º 156, de 24 de Agosto de 2005, o termo Portaria foi alterado para Documento de Razões de Defesa (DRD), Em linhas gerais não mudou muita coisa para o cadete, pois só padronizou o documento de defesa para todos os policiais militares, oficiais e praças.

Logo depois de confeccionadas, as portarias são enviadas aos Chefes de Turma que, por sua vez, as distribuem aos “anotados”. Isso ocorre geralmente em sala de aula. Toda essa tramitação é controlada por meio de um livro de controle e registro, cuja responsabilidade é do graduado auxiliar do CA.

“Os alunos cometem a falta, ou são anotados, ou vem do LPD, ou é o próprio oficial que participa. No CA, quando toma conhecimento, o Comandante de Companhia extrai a portaria que é respondida e depois retorna para o próprio Comandante da Cia; que a remete para o subcomandante e depois vai para o major Comandante do CA. Existem três livros de controle de portarias: um para cada Cia. Os resultados podem ser: RD (Regulamento Disciplinar), LS (Licenciamento Sustado) ou pernoite, ou pode ser justificada a portaria”. (Sargento V., graduado auxiliar do CA).

Em 2003, foram extraídas 445 portarias para o Terceiro-ano (1ª CIA), 796 para o Segundo-ano (2ª CIA) e 513 para o Primeiro-ano (3ª CIA), perfazendo um total de 1.754 portarias. Esse número considerável talvez possa ser explicado pelo disperso poder de “lançamento” existente no sistema de controle social da APM. Como vimos, não só oficiais “canetam”, mas cadetes mais antigos também o fazem, sobretudo os do Terceiro-ano. A pretexto de no futuro se tornarem “bons oficiais”, esses cadetes eram incentivados pelos oficiais do CA a produzirem “participações” dentro do processo punitivo da APM (punição de “LS”), o que servia como treinamento para a “realidade” que, em tese, encontrariam na PMERJ, após se formarem (punição de RD).

Vimos antes que o artigo 11 do Regulamento Disciplinar da PMERJ impõe a todo o policial militar a obrigação de participar ao comando qualquer transgressão da disciplina militar com a qual se depare, mas as práticas sociais da APM impedem ao mais moderno “canetar” o mais antigo. Isso ocorre principalmente porque, como vimos, são criadas diferenciações para a categoria Aluno-Oficial na realidade sociocultural da APM, mesmo que estas não sejam previstas no Estatuto dos Policiais Militares. Muito embora o RDPM não fale em participar pessoas, mas fatos, aquela realidade naturaliza a desigualdade com base numa visão de mundo hierárquica¹¹⁹, possibilitando, assim, a existência de uma “antiestrutura” com relações assimétricas, onde essas diferentes coletividades são ritualmente legitimadas sobretudo nas solenidades.

Na medida em que essa assimetria estrutural é naturalizada, surge na APM um sistema de vigilância e controle que produz um número cada vez maior de conflitos. Devido a esse número, é quase impossível um julgamento acurado que garanta a imparcialidade ao sistema.

¹¹⁹ Nesse sentido é interessante conferir, com Kant de Lima (2008, p. 261-289), as diferenças entre uma realidade social igualitária, que naturaliza valores universais da ideologia moderna, e a realidade social hierárquica, que naturaliza a desigualdade, na distribuição particularizada dos recursos coletivos.

Em alguns momentos, é possível que esse sistema seja mesmo usado de forma privada pelos próprios cadetes em suas “pequenas políticas” cotidianas, onde tratam de aliança, competição e cooperação entre eles, almejando para si ou para suas turmas o acúmulo de reputação¹²⁰. Meus dados apontavam para essas possíveis estratégias orquestradas com certa autonomia pela “facção”¹²¹ que tinha o maior “poder da caneta” dentro daquele “campo”, ou seja, o Terceiro-ano. Eles também não descartavam a existência dessas disputas dentro de uma mesma facção. Nessa dimensão, o sistema de controle social da APM é estrategicamente manipulado, com os cadetes visando o prejuízo moral de seus potenciais adversários. Era provável que verdadeiros processos de estigmatização se iniciassem a partir dessas estratégias, onde os mais poderosos se valiam do aparelho institucional repressivo para ajudar na construção das “carreiras desviantes”¹²² de seus adversários.

Contudo, os cadetes do Terceiro-ano sabiam também que não estavam soberanos nesse sistema. Eventualmente eles contavam com a ajuda de oficiais do CA, quando não de oficiais da própria APM, nesse controle. Normalmente, o processo punitivo se iniciava na parte superior da cadeia hierárquica, com os oficiais indicando ao Terceiro-ano o seu papel dentro daquela estrutura de vigilância e controle. Nesse sentido, percebi que ao Terceiro-ano caberia “fiscalizar” as demais turmas que compunham o sistema, sendo que seu prestígio junto ao CA aumentava na medida em que tal ação fiscalizadora era exercida com eficácia. Por outro lado, os oficiais também deixavam claro que o próprio Terceiro-ano poderia ser vítima do mesmo processo, já que ele também era vigiado pelo CA.

O desviante revelado, efetivamente apontado e punido pelo sistema, sofria por sua vez um desfalque em seu estoque de capital reputacional. Assim, o alvo preferencial do Terceiro-ano, seu potencial adversário nessa disputa pelo poder disciplinar, parecia ser, sobretudo, o Segundo-ano, que, em tese, teria um estoque de reputação próximo do seu. Seguindo essa mesma lógica, o Primeiro-ano seria o alvo potencial do Segundo, com quem, de acordo com as regras morais da APM, não mantinha uma relação cotidiana de proximidade. Além disso, poderia ocorrer ainda uma disputa interna entre cadetes da mesma turma, como a que pareceu

¹²⁰ Recorro-me, aqui, à “*small politics*”, como foi utilizado por Bailey (1971), por entender nessas atividades aparentemente corriqueiras, que tratam de assuntos aparentemente pequenos ocorridos em comunidades miúdas, características similares às das atividades que tratam dos grandes temas presentes na grande política. Para Bailey, ambas merecem a mesma atenção intelectual, porque: “*the same principles serve for political competition and political alliance alike in great issues and small*” (Bailey, 1971, p. 3).

¹²¹ Aqui utilizo o termo, com o sentido de Bourdieu (1989), visando a trazer também a noção política simbólica deste autor para ampliar as discussões sobre a APM, a partir das categorias de Bailey.

¹²² Confirma essa categoria de análise em Becker (1977).

existir entre o cadete-padrão da APM e o cadete M., Zero-Dois do Terceiro-ano, segundo transpareceu a entrevista deste último, há algumas páginas atrás.

Como muitas vezes os resultados dessas disputas eram reproduzidos nas FAD, é plausível que esse exercício de autoridade e controle sobre as turmas do CFO fosse mesmo incentivado pelo CA, o que mais uma vez corroboraria meu argumento sobre a existência dessa disputa estratégica entre as turmas. De qualquer forma, ela também foi sugerida pelas lacunas deixadas na explicação abaixo, fornecida por um cadete do Terceiro-ano que, na oportunidade, “tirava” serviço de Aluno Oficial de Dia. Senão vejamos:

“[...] de vez em quando tem um ranço que é..., é..., é coisa de turma para turma, sabe? Mas confesso que quando fui Segundo-ano eu nunca sofri isso [perseguição] e também nem fiz isso agora que sou Terceiro-ano”. (Cadete S. do 3º Ano do CFO)

Apesar da flagrante esquiva do entrevistado, o Segundo-ano, com um efetivo de 132 alunos e 400 punições, foi proporcionalmente a turma mais punida com LS naquele ano, apresentando uma taxa de 3,03 punições por aluno¹²³. Dentre essas punições, havia um número significativo aplicado aos cadetes do Segundo-ano em serviço, notadamente por rasurarem tópicos do LPD, o que representou um risco maior de punição para o Segundo-ano nessas ocasiões. Enquanto isso, o Terceiro-ano, com um efetivo de 100 alunos e 233 punições sofridas, foi proporcionalmente a turma menos punida, com taxa de 1,33 punição por aluno¹²⁴,

¹²³ Aqui eu só me ative às punições de LS, tidas pelos nativos como “sanções de aluno” e, portanto, mais próximas do que eu estou chamando de “pequenas políticas” dos cadetes.

¹²⁴ Não há, no CA, um controle estatístico sistemático das punições dos alunos. Para analisar meus dados, portanto, tive de confrontá-los com as informações sobre as punições sofridas pelos cadetes em 2003, que obtive junto aos Livros de Controle de Portarias do CA. Neles constam o número das portarias extraídas, a data dos fatos, os nomes e a companhia dos acusados, os motivos das “alterações” que ensejaram a extração e o acompanhamento do resultado do processo punitivo disciplinar, que ali se inicia. A partir dali, eram confeccionadas grades semanais com o nome dos efetivamente punidos, para serem lidas por ocasião da liberação do Corpo de Alunos. Os motivos eram, no entanto, os mais variados e, quase sempre, não se repetiam para que deles se pudesse extrair algum padrão literal, porquanto não havia tipificação sistemática das condutas desviantes. Nesse sentido, precisei criar categorias que melhor classificassem todas essas “alterações”. Os critérios de classificação foram adotados com a ajuda dos dados colhidos no momento em que esses motivos se materializavam, como ações, em meus sujeitos observados. Assim, tanto o lugar quanto a situação em que o cadete se encontrava no momento da “alteração” foram relevantes. Nesse sentido, foi interessante observar ainda que o fato dessas alterações se orientarem de acordo com a percepção nativa de desordem fazia com que os registros se referissem geralmente a algo fora do lugar, incluindo como tal a impureza (DOUGLAS, 1991), ali traduzida pela falta de asseio pessoal, de limpeza do ambiente, de limpeza do equipamento, de limpeza do uniforme, entre outros, o que confirmava meus dados. Embora o objetivo desse trabalho não fosse, *a priori*, uma análise em termos quantitativos, pois que ele trata de representações, a metodologia que me valho nesse momento, mesmo sob o risco da arbitrariedade da escolha de critérios que foram baseados em categorias de análise e não em categorias nativas, serviu para checar a coerência dos dados colhidos nas observações de campo. Assim, pude criar 12 (doze) categorias para agrupar, da forma mais adequada, as 766 (setecentas e sessenta e seis) alterações observadas e efetivamente punidas pelo CA, no ano de 2003.

fato que pode ser explicado pelo maior poder de “caneta” que seus cadetes tinham no “campo”, em comparação a seus concorrentes.

O serviço, portanto, se revelou uma ótima oportunidade para o Terceiro-ano alcançar seus objetivos “pequeno-políticos”, uma vez que seus adversários imediatos ficavam à mercê de suas participações, como adjuntos de seus serviços e responsáveis pela escrituração dos documentos. Talvez, se não fosse a perspectiva das “pequenas políticas”, essa “alteração” fosse mesmo interpretada como uma falta imperdoável dentro do sistema nativo, atingindo um valor consagrado para o grupo, dada apenas a sua quantidade de punição. Mas meus dados, sob a perspectiva qualitativa, iam indicando algo a mais, como mostra a entrevista concedida num tom irônico por um cadete do Segundo-ano.

“Engraçado que as punições da minha turma, na maioria, são de erros na brochura. Isso parece ser uma tradição na APM, que o Segundo-ano tem que ser cobrado com mais rigor” (Cadete FEM D., 2º ano do CFO).

A possibilidade de uma disputa simbólica novamente vinha à tona nas palavras de um capitão do CA, comandante de CIA. Para ele: “a perseguição do Terceiro-ano [ao Segundo-ano] é maior [do que ao Primeiro-ano], por uma questão de turma par e de turma ímpar”. Seu discurso refletia, portanto, a forma como o poder era utilizado em função da maneira como cada grupo se representava naquele contexto sociocultural.

Eram os cadetes do Terceiro-ano que detinham, nessas oportunidades, o poder da “caneta”, portanto eram eles que decidiam quem ia ou não entrar naquele *index* disciplinar chamado “brochura”. Além dos oficiais, só eles é que podiam fazê-lo a qualquer tempo. Nesse sentido, muitos cadetes do Segundo-ano me disseram já ter recebido a temida ordem de Terceiro-ano, quando de serviço: “aproveita e se lança, aluno!”. Segundo eles, isso ocorria especialmente quando um erro de escrituração era detectado, o menor que fosse, o que talvez possa explicar o fato de a cadete D., do Segundo-ano do CFO/2003, ter achado “engraçado” que a maior parte das punições de sua turma ter ocorrido por erros na brochura.

Por coincidência ou não, esses fatos ocorriam exatamente quando os cadetes do Segundo-ano estavam naquele momento de invisibilidade social em seu estágio intermediário do CFO, quando são percebidos marginalmente - nesse caso, como indivíduos - na “*communitas*” que o CFO representa. Isso, com certeza, fazia com que o Segundo-ano fosse cobrado com mais rigor no que diz respeito a esses aspectos formais. Ainda nesse sentido, os livros de controle de portarias do CA mostravam que, das 400 punições sofridas pelo Segundo-ano, o uso equivocado do uniforme havia sido a alteração mais punida, com 72

punições, representando 18% desse total. A segunda causa foi *desrespeito e desobediência*, com 67 punições, representando 16,75 %, (Tabela 4). É interessante ressaltar que os dados que mostravam os dois tipos de alteração sendo, na maioria das vezes, detectados por alunos do Terceiro-ano, o que, de certa forma, representava a visão que o Terceiro-ano tinha dos alunos do segundo, isto é, de desenquadrados e individualistas intempestivos, cujos comportamentos afrontavam as regras morais construídas naquele contexto holístico.

TABELA 4 – Controle de punições

TIPO DE ALTERAÇÃO	3º Ano (1ª CIA)	%	2º Ano (2ª CIA)	%	1º Ano (3ª CIA)	%
Em forma	1	0,75%	5	1,25%	15	6,44%
No apartamento	37	27,82%	65	16,25%	27	11,59%
Asseio Pessoal	9	6,77%	14	3,50%	4	1,72%
Balbúrdia	6	4,51%	10	2,50%	16	6,87%
Comando e Chefia	10	7,52%	42	10,50%	38	16,31%
Desobediência e Desrespeito	17	12,78%	67	16,75%	25	10,73%
Displícência	23	17,29%	8	2,00%	13	5,58%
Dissimulação	0	0,00%	13	3,25%	1	0,43%
Dormir na instrução	10	7,52%	23	5,75%	11	4,72%
Em serviço	7	5,26%	43	10,75%	10	4,29%
Faltas / Atrasos	12	9,02%	38	9,50%	52	22,32%
Uniforme	1	0,75%	72	18,00%	21	9,01%
TOTAL	133	100%	400	100%	233	100%

Fonte: CA/APM

Os mesmos livros também revelavam um Terceiro-ano bastante punido em serviço, contudo, por não fiscalizar corretamente as alterações cometidas pelo Segundo-ano em serviço (“*Não fiscalizar a confecção do Tópico nº18 do LPD Impar*”, “*Não fiscalizar a confecção do tópico que tratava do corretivo de Praça Especial*”, etc.). Aqui havia o fato de os oficiais do CA entrarem no sistema considerando como “alteração”, não só a rasura na

brochura, mas também a “falha” pela não-observação dessa alteração por parte de quem tinha moralmente o dever de fiscalizá-la, ou seja, o Terceiro-ano. Tal fato levou-me a concluir que essa devia ser mesmo uma obrigação moral do Terceiro-ano na APM, isto é, a de, em serviço, iniciar o processo coletivo de incriminação, apontando o dedo disciplinar do sistema para o elemento desviante, o que parece não ter ocorrido naqueles casos.

A perspectiva de tais estratégias compondo o mecanismo de controle social da APM certamente ajudou-me a revelar a lógica com que esse “campo de lutas” morais se estruturava dentro do espaço social da APM. Nesse sentido, as “tomadas de posição” em que os cadetes “tiravam” seus serviços tentando aumentar seus estoques de poder e reputação junto ao CA, fiscalizando outros cadetes, traziam à tona um dilema: nesses momentos, a maior exposição individual aumentava também o risco de eles próprios serem punidos.

Por outro lado, ocorrendo a punição do cadete que agiu dentro da lógica do “campo”, seguindo os padrões de conduta sinalizados pelo CA, é porque provavelmente não houve para com ele a esperada “consideração” como contrapartida do CA, sendo que essa “honra” somente era concedida aos “considerados” e por quem tinha o poder institucional para tal. Esses comportamentos morais ficavam ainda mais claros sob a perspectiva das trocas maussianas, quando a obrigação é elemento estrutural em “sistemas de prestações totais”:

Mesmo em tribos realmente primitivas como as australianas, o ponto de honra é tão melindroso como nas nossas, e as pessoas se satisfazem por prestações, oferendas de alimentos, precedências e ritos, assim como por dádivas. Os homens souberam empenhar sua honra e seu nome bem antes de saberem assinar. (MAUSS, p. 241, 2003).

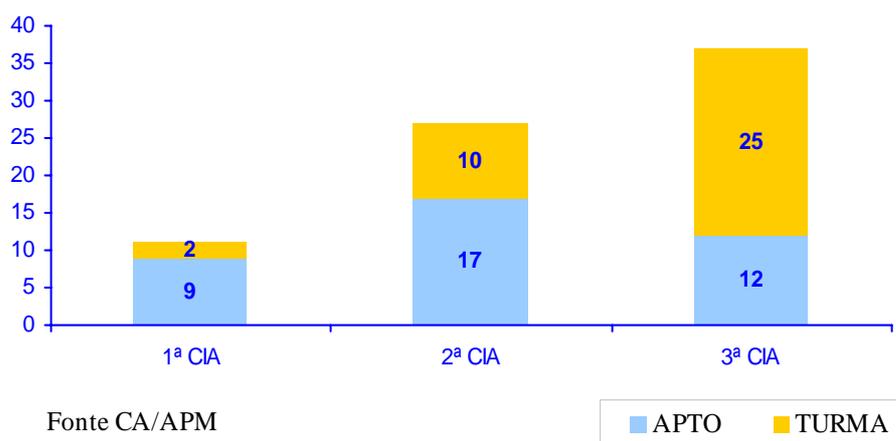
Embora indesejável, o rompimento desse pacto tácito entre os cadetes e o CA podia ser compreendido como um efeito colateral por aquele que, eventualmente, tivesse optado por construir estrategicamente sua “honra”, mas tal atitude era geralmente entendida como uma “desconsideração”, isto é, como um “insulto moral” nos termos de Luis Roberto Cardoso de Oliveira, que embora não seja contemplado na dimensão jurídica do direito legal, é capaz de produzir uma “retórica do ressentimento” (OLIVEIRA 2002).

Como peças fundamentais do sistema de controle do CA, os cadetes se tornam geralmente vigilantes uns com os outros, e até com eles mesmos. Muitas vezes estão tensos, preocupados com suas imagens; noutras, são dissimulados e irônicos, mesmo não emitindo palavras. É plausível que aqueles que apoiavam o CA nessa empreitada controladora, o fizessem porque realmente haviam interiorizado os esquemas de percepção da *caserna* que eram produzidos ali naquele contexto, mas verifiquei que havia também aqueles que

cumpriam a “política do CA” por algum interesse pragmático, esperando pelo prestígio necessário e, conseqüentemente, pela aquisição de uma maior parcela de poder, o que garantia a manutenção do sistema. Entretanto, muitas vezes quando não havia interesse do CA, ou quando o cadete não fazia parte do rol de “considerados”, o que não foi raro, eles tomavam posições contrárias naquele jogo simbólico.

Quando as faltas observadas diziam respeito aos momentos em que o “canetado” estava no *Comando* de alguma fração de tropa, ou desempenhava funções de *Chefia* (turma ou apartamento), os alunos do Primeiro-ano em geral foram mais punidos na chefia de turma. Provavelmente porque a exposição do “xerife” era muito maior nesses casos, principalmente nos primeiros meses da adaptação, quando tinham de conduzir suas turmas marchando pelo pátio, sem ainda terem adquirido a confiança necessária para fazê-lo nos moldes desejados. Por isso, esse padrão não se repetiu com relação às outras turmas (Cf. Gráfico 2), muito provavelmente porque seus cadetes já estivessem mais acostumados à tais atribuições, e portanto, menos propensos a erros nessas ocasiões. No entanto, pareceu-me que o problema para as outras turmas era especificamente o da chefia de apartamento, pois a chefia de turma, sobretudo no que concerne às apurações, já não era naquela altura mais nenhuma novidade. Nesses casos, tanto o Segundo, quanto o Terceiro-ano, já teriam aperfeiçoado suas técnicas de “apuração” com a rotatividade na função.

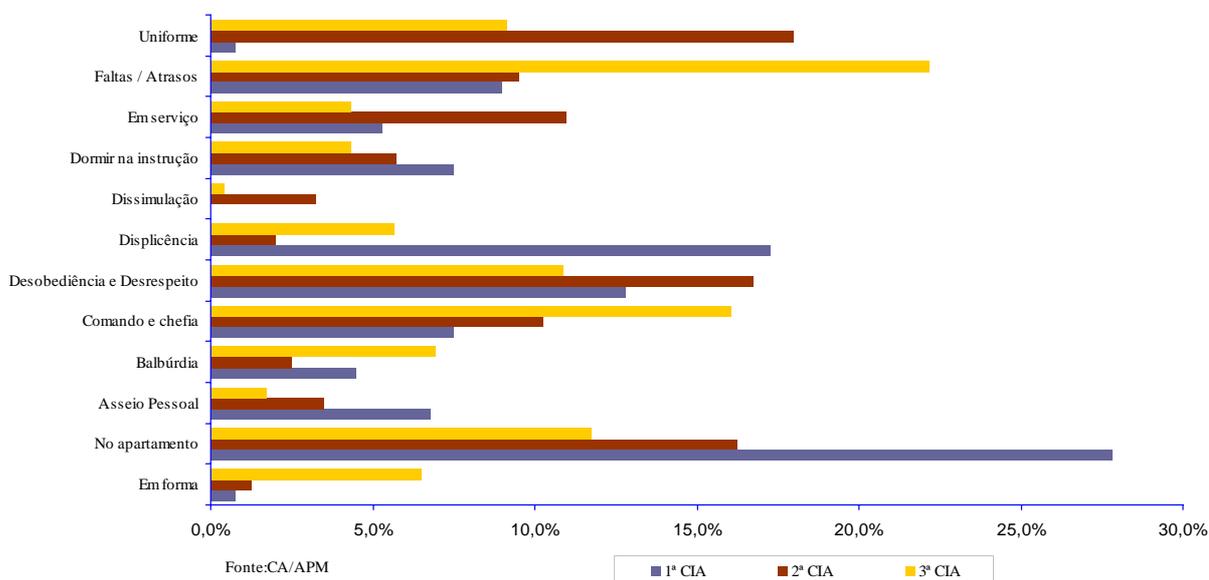
Gráfico 2 - Chefia



Aliás, não foram as punições ocorridas na chefia de apartamento que me chamaram à atenção no Terceiro-ano, mas as alterações lançadas por ocasião das revistas *No apartamento*. Essa foi, sem dúvida, a maior causa de punição no Terceiro-ano, com 37 punições de um total de 133, o que representou 27,8% das sanções sofridas pela turma. No Segundo-ano ela foi a

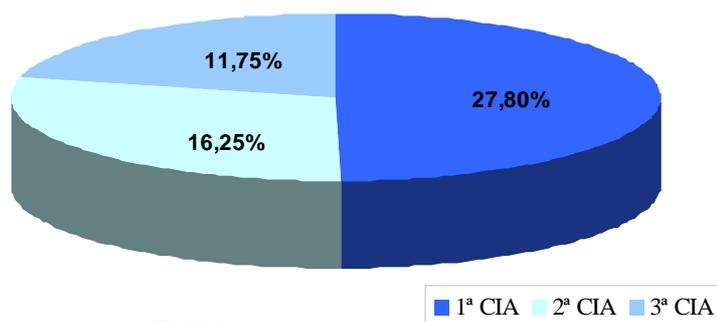
terceira causa mais punida, com 65 punições que representaram 16,25% de suas punições; e no Primeiro-ano, apesar de não ter aparecido entre as três alterações mais punidas, teve uma frequência de 11,75%.

Gráfico 3 - Alterações por turma



O fato de o Terceiro-ano ter sido bastante punido nesses casos, mesmo sendo a facção de maior poder em relação às outras turmas, pode ser explicado pela interferência “tática” utilizada pelos próprios oficiais do CA, que lançam mão dela quando pressentem a Academia “largada”. Assim, eles utilizam de sua discricionariedade para revistarem, eles próprios, os apartamentos do Terceiro-ano. Sabem que com esse estímulo inicial todo o sistema será imediatamente afetado. Isso provavelmente foi o que produziu às anotações que resultaram naquele número de punições para o Terceiro-ano. Existe, aliás, uma máxima nativa muito utilizada nesses momentos que nos ajuda a entender essa lógica: “parafuso se aperta pela cabeça!”.

Gráfico 4 - No apartamento



Os próprios oficiais também orientavam diretamente o Terceiro-ano sobre a maneira “correta” de se realizar uma revista de apartamento; sobre o que se deve e o que não se deve observar nessas ocasiões. Assim, tradicionalmente, vai surgindo uma padronização tanto da fiscalização, quanto das atitudes autorizadas. É dessa forma, inclusive, que se obtém a ordem do material da sapateira, das roupas do varal do banheiro, da arrumação e da identificação das camas. Mas essa ordem é frágil, já que uma mudança repentina pode ser guardada pelos oficiais do CA como estratégia política a ser usada nesses momentos em que seja preciso equilibrar o sistema, o que poderá alterar tudo isso.

“Os oficiais fazem as revistas nos apartamentos do Terceiro-ano que é para ensinar como é que se faz; geralmente no início do ano, e daí o Terceiro-ano faz nos apartamentos do Segundo-ano e assim vai. Geralmente, Terceiro-ano não anota Terceiro-ano. Pode até acontecer, mas é raro. Na maioria das vezes, quando o Terceiro-ano anota apartamento do Terceiro-ano é porque tá com o oficial do lado.” (Cadete S. 3º ano CFO).

“Quem geralmente faz a revista nos apartamentos é o Aluno de Dia [ao CA]. Elas geralmente ocorrem no ‘intervalão’ das aulas. Os oficiais também fazem quando querem apertar o Terceiro-ano. Subimos, entramos nos apartamentos e vemos se as camas estão alinhadas, as luzes apagadas e se o chão e o banheiro estão limpos; se os sapatos estão na ordem, nas sapateiras. A ordem é a seguinte: coturno, sapato, ‘bananada’¹²⁵, tênis e chinelo. Tem que estar no padrão, se não tiver a gente anota. Vemos também se o varal não está arriado, se as nossas fotos estão nas camas e nos armários. Depois o Aluno de Dia informa ao CA, quando ele for se reunir no pátio para o segundo expediente. Essas coisas, isso é, o padrão em que elas têm que estar, a gente aprende na fase de adaptação, com o ‘manual do cadete’” (Cadete E. 3º CFO).

Embora um ou outro aluno me tenha dito que aprendeu a “revistar [apartamento] no Manual do Cadete”, não constatei a existência desse tipo de material e nem sua consulta de fato por parte dos cadetes no dia-a-dia. Mas havia nas NGA alguma padronização, demonstrando que os alunos não sabiam exatamente onde aquilo tudo estava regulado. Tais procedimentos, assim como outros tantos, eram na verdade repassados tradicionalmente de veterano para bicho.

Não obstante a portaria ser definida formalmente como um meio de o acusado exercer, dentro do processo administrativo disciplinar, seus consagrados direitos da ampla defesa e do contraditório, nem sempre ela era vista pelos cadetes como um mecanismo isento para assegurar esse fim. Muitas vezes era representada como um instrumento das “táticas políticas” que oportunizam a manifestação das estruturas do poder institucional (FOUCAULT, 2007). Nesse caso específico, do poder que informa a lógica hierárquica daquele sistema de

¹²⁵ Trata-se de uma espécie de tênis-padrão fornecido pela PMERJ que, por sua cor, espessura e baixa qualidade, os alunos os comparam aos doces de banana que são vendidos na cantina da APM. Já “tênis”, propriamente dito, significa o calçado mais sofisticado e de melhor qualidade que os próprios cadetes adquirem para a realização da corrida, na prática da educação física.

vigilância, mostrando a todo o Corpo de Alunos que ali o discurso do superior tem peso maior para a “descoberta” da verdade processual.

“Tem aquele cadete que está pré-determinado em lançar um aluno e aproveita o serviço para lançar. Por exemplo, está na função de cadete de dia, aí ele vem aqui nesse apê aqui para fazer revista de apartamento, aí tem aquele cadete pré-determinado que ele quer lançar. Ele vem aqui, entra no apartamento, por exemplo, vê a cama, olha, por exemplo, a fronha, ‘ah, tá lançado porque a fronha tá suja’, ou ‘tá lançado porque a sapateira tá em desalinho’, ou ‘tá lançado porque a cama tá amassada’, ou, se a pessoa for chefe de apartamento, porque cada semana tem um chefe de apartamento, ele liga o ventilador, fala que a luz tá acesa, que o chão tá sujo. Por exemplo, vai e anota e isso vai lá pro comandante de CIA, ele vê o que tá escrito ele, não sei assim se obviamente acredita no cadete, extrai a portaria prá a gente. A gente tenta se justificar, fala que não tava que não sei o quê, que o apartamento tava padrão, mas 99% não adianta: a gente fica punido. Mesmo porque a gente não tem nem como provar se realmente a luz estava acesa, é a sua palavra contra a do cadete mais antigo. Vale a palavra do cadete do Terceiro-ano que tem essa função de fiscalizador.” (Cadete L. do 1º, punido com LS).

“Outra coisa que fica muito difícil de, como é que se diz? De ‘quebrar a portaria’ é a falta de contato que a gente tem com o próprio oficial. Então é um comandante de CIA para 110 cadetes, ou seja, para a gente ter acesso para conversar com o oficial e para o oficial saber a nível de cada um, como cada um pensa, do primeiro e do Terceiro-ano é muito difícil a gente conseguir provar no papel aquilo que realmente aconteceu ou argumentar melhor. Tem gente que tem mais facilidade para falar do que para escrever e outra coisa, essa parte emocional e essa parte até para poder se justificar, ajuda você a não ficar punido e passar mais a verdade.” (Cadete T. do 1º ano, punido com LS).

Assim, essa representação se reforçava com o reduzido efetivo de oficiais do CA¹²⁶ para o julgamento de todas as portarias respondidas pelos acusados, o que impossibilitava um julgamento isento, nos moldes jurídicos de um Estado democrático de direito. Além disso, os conflitos eram administrados por meio de uma maneira peculiar de se ver o mundo como vimos, onde a verdade se define com base na autoridade hierárquica do discurso do “mais antigo”.

Dentro dessa lógica, a contestação da verdade por parte do “mais moderno” pode ser interpretada como “indisciplina” à hierarquia estabelecida, mesmo sob o argumento de terem sido concedidos o contraditório e ampla defesa. Nesse caso, tal afronta pode até gerar a “retronaba”, ou seja, uma outra portaria para aquele que resolveu se comportar com base nas normas universais, questionando o “discurso da autoridade” local, como tem ocorrido freqüentemente, segundo uma aluna do Primeiro-ano.

“Se você citar um cadete do Terceiro-ano nessa portaria, volta outra. Foi o que aconteceu com o nosso amigo aqui [apontando para um par]. Ele falou que foi culpa do veterano, que foi lançado..., realmente voltou outra portaria para ele. Ele ficou doze dias [LS 12]! Ficou um mês aqui dentro! Tudo começou por causa disso, porque ele citou um cadete do Terceiro-ano. O que acontece? Gerou uma revolta de

¹²⁶ Em 2003 eram 5 oficiais no CA: um major comandante, três capitães comandantes de CIA e dois tenentes, comandantes de pelotão, para um efetivo de 341 cadetes.

outros que começaram a perseguir ele e que só parou com a interferência do cadete-padrão que viu que ele tava sendo perseguido e mandou parar.” (Cadete L., 1º ano CFO).

Percebem-se aqui características de uma realidade social típica das “sociedades simples” mencionadas por Durkheim, cuja “solidariedade mecânica” deriva das semelhanças, e onde o direito repressivo prevalece sobre as normas que regulam as relações privadas (DURKHEIM, 2008, p. 40-83). Como já vimos, a ordem social na APM é consagrada coletivamente em detrimento da individualidade e, em contextos como esses, a ação ofensiva contra algum indivíduo ganha dimensão holística, passando a ser encarada e reprimida como uma ameaça à coesão social.

É aqui que a representação da irreversibilidade da portaria ganha força. Nessas horas em que se espera o pior, o chefe de turma é a “ave agourenta”, ou o “mensageiro do mal”, e a portaria é representada por uma metáfora fálica: a “naba”. Assim, ela é percebida como uma violência similar à do estupro. Com a expressão nativa, “a naba está voando”, esse instrumento de poder ganha também - além das asas - um significado de onipresença vigilante, característico do sistema panóptico, cuja tensão gerada é similar à que antecede o ataque de uma ave de rapina. Por esse prisma ainda há esperanças de o cadete escapar da punição até aquele momento crítico; depois do bote, só por um milagre.

“Quando você responde a portaria e ainda não tem resposta..., você fica naquela..., LS 1 ou 2? O cadete sempre está errado. Quando a gente está certo sempre..., às vezes, dá pra “quebrar”. Na minha opinião, o LS sempre vem, [a portaria] é mera formalidade. ‘Explica, mas não justifica’ (entre risos discretos). Essa é a melhor frase que já ouvi sobre isso” (Cadete P. do 1º ano do CFO).

4.1.2. “Invente uma historinha, aluno”

Como se pode concluir, não há uma definição prévia para o que sejam “faltas de cadete” puníveis com “LS”; as NGA só falam muito rapidamente em sua possibilidade. Na verdade, se o LS estivesse numa dimensão jurídica, certamente feriria um princípio clássico do direito penal moderno: o da anterioridade, que veda a pena sem prévia definição legal. Mas como não está, tanto o enquadramento do fato como uma “alteração”, quanto a aplicação da respectiva punição, são frutos de subjetividades: primeiro a de quem o observa e o anota, depois a do oficial que o julga. Nesse sentido, tentar entender o que sereia um fato punível com LS, pode se tornar um drama kafkaniano.

Para Kant de Lima (2008), o processo de “normalização” implica consenso de normas num ambiente social igualitário, o que não ocorria no CFO. Como pude observar, ali não se legitimava e nem se naturalizava relações de igualdade, senão de assimetria. Nessa perspectiva, não ocorria também a interiorização de regras, já que daquela forma elas não eram claramente definidas, não podendo, portanto, ser partilhadas universalmente por todos e para todos.

Na verdade, a imprevisibilidade era a tônica do poder que o tipo de vigilância hierárquica da APM produzia. Ao contrário do que predispõe Kant de Lima (op. cit.), ali a opacidade das normas parecia ser mesmo uma estratégia, onde a incerteza que ela gerava era geralmente aproveitada contra pretensos transgressores nos processos punitivos disciplinares instaurados depois das portarias. Nesse caso, havia, como diria Foucault, um “poder difuso” de vigiar e punir com a pretensão do controle máximo, onde tudo deveria ser interrogado contra o dever de tudo se dizer, o que configurava “lógica da confissão” (Cf. FOULCAULT, 2009).

Geralmente o cadete tinha até o final do expediente para responder a portaria por escrito e devolvê-la ao chefe de turma, que por seu turno deveria fazê-la chegar ao CA, onde ela era finalmente julgada. Entretanto a punição parecia ser mesmo algo irreversível no entendimento dos cadetes, sobretudo, para os mais modernos.

“A gente já vai ligando pra casa avisando e preparando o espírito: ‘olha, não vou pra casa esse fim de semana porque vou ficar de LS’. Porque a gente já sabe.” (Cadete L., do 1º ano do CFO).

Nesse sentido, a portaria funcionava como mera formalidade no processo da punição já dada como certa, mesmo que de fato ela não ocorresse:

“Recebi a portaria,..., a gente fica meio apreensiva..., fica naquela expectativa quando o Corpo de Alunos se reúne para ler a grade de punidos na sexta-feira. Dependendo da portaria, o cadete responde já sabendo que vai ficar punido. Eu tinha certeza que ia ficar punida, quando o Tenente Coronel G. [Comandante do GETAM que estava realizando uma palestra na APM] me anotou por não ter prestado uma continência para ele, mas não fui [punida] por sorte” (Cadete FEM. D., 1º CFO)

Vimos antes que o modelo nativo tentava explicar essa percepção como uma disfunção do sistema de controle da APM, que, pelo alto número de portarias extraídas, impossibilitava o surgimento da “verdade real”, como se essa “verdade” fosse de fato colidida do processo de litígio entre aquilo que havia sido anotado e o que os cadetes tinham a dizer. Nas prováveis causas dessa disfunção, incluía-se ainda o número reduzido de oficiais para realizar um julgamento justo das portarias, fazendo com que, muitas vezes, os cadetes se sentissem frustrados tentando expressar suas “verdades”.

“O que falta é um processo dialético com o oficial de argumentar e contra-argumentar. Você escreve ali, o oficial vai ler, se aquilo não tiver condizente ele não vai..., você não vai ter esse direito de contra-argumentar. Ele não vai te dizer ó, você escreveu isso aqui, mas você tá punido por causa disso. Ah, mas você: ‘isso não é isso, é aquilo; foi desse jeito. Você não tem esse contato; é uma coisa absolutamente formal. Tem um jeito certo de escrever é até impessoal que é na terceira pessoa, carimba assim e envia. Se foi, foi.” (Cadete L., do 1º ano do CFO, punido com LS).

“Eu acho que no caso da minha punição tinha muito cadete anotado, são quase quatrocentos na APM, e como tinham poucos oficiais eu acho que não dá para apurar tudo. Eu acho que a portaria é válida, mas o oficial não a avalia cem por cento.” (Cadete P., 2º ano do CFO).

Dessa forma, justificar uma portaria era quase sempre visto pelos cadetes como uma tentativa vã. Geralmente, os mais céticos entendiam que podiam até se prejudicar com uma resposta mal colocada. Sendo assim, alguns se antecipavam ao provável prejuízo com um cálculo prático: resolviam confirmar a acusação de suas faltas, mesmo quando convictos de terem agido corretamente. Outros ainda, talvez os que já houvessem de alguma forma interiorizado a desigualdade estrutural do militarismo, entendiam que seriam “indisciplinados” com seus superiores, caso tentassem “justificar” as faltas apontadas por eles, e também as confirmavam. Assim, muitos dos que acabavam concordando com a acusação e, por conseguinte, com o erro cometido, respondiam a portaria com uma conhecida expressão: “ciente do fato”.

“Quando eu respondo a portaria procuro me respaldar em algum regulamento, mas se tiver errada: “ciente do fato”. Tá errada mesmo, né?” (Cadete FEM D., do 2º CFO)

“Coloquei exatamente o que ocorreu. Foi a primeira vez que fiquei punido com RD. Já havia respondido portarias outras vezes, mas só no 1º ano. Nunca justifiquei ou tentei justificar. Sempre coloquei: “ciente do fato”, porque eu reconhecia que havia errado. Barba mal feita, por exemplo.” (Cadete B, do 3º ano do CFO).

Todavia, o “ciente do fato” havia sido censurado por um oficial do CA que, segundo os cadetes, os orientava a sempre tentar justificar suas faltas. Foi a partir dali que essa resposta resignada foi praticamente abolida no CFO. “Na portaria não pode colocar ‘ciente do fato’ por determinação do nosso capitão comandante de CIA; tem que justificar de alguma forma”, disse-me uma cadete. Provavelmente, esse tipo de resposta suscitava uma provável “redefinição” dos papéis objetivados (Cf. BERGER e LUCKMANN, 2003), o que punha em xeque a lógica punitiva do sistema que, como se viu, era baseada na confissão ou, como nós nativos mesmos dizemos, na busca da “verdade real”. Talvez, os oficiais tivessem pressentido que a ausência de litígio não produzia a necessária eficácia para que as instituições de poder e controle do militarismo pudessem cumprir o seu papel.

Tal postura lembrou novamente a “tática” adotada pela sociedade ocidental para tratar do sexo no século XIX. De acordo com Michel Foucault (2009), a despeito dos que alegavam

ter existido naquele momento uma proibição do assunto - a “hipótese repressiva”-, o que teria havido mesmo foi uma “vontade de saber” que colocava o “sexo em discurso”, possibilitando a construção de uma verdadeira “*scientia sexualis*” com a manipulação política do discurso sexual. É nesse contexto que a lógica da confissão passa a ganhar destaque (FOUCAULT, 2009).

“Na minha época já tinha. Eu acho que o aluno, até com medo de piorar a situação dele, resolve não mexer mais. Mas quando chega alguma [portaria] assim, a gente manda voltar para explicar, mesmo que invente uma historinha, geralmente quando a gente observa que não tem jeito...” (Tenente, comandante de pelotão do CA).

Nesse sentido, o processo punitivo da APM parecia-me também apresentar uma “vontade de saber”, onde tudo devia ser dito, tudo o que tinha ou não relação com o fato-alteração, nem que fosse para “inventar uma historinha”. Apesar de os oficiais ressaltarem que as regras formais do processo administrativo disciplinar os obrigavam a conceder direitos e garantias individuais aos cadetes, como o “contraditório” e a “ampla defesa”, eles também sinalizavam que o que prevalecia, na prática, eram as regras inquisitoriais baseadas na desigualdade com que se constrói a realidade institucional da APM. Essa assimetria se revelava quase sempre nas punições sofridas pelos cadetes, sobretudo nos LS. Noutros contextos, essas punições talvez até fossem consideradas arbitrárias. Contudo, ali dentro daquele ambiente sociocultural em que o neófito devia sofrê-las para que sua iniciação tivesse eficácia, elas eram legitimadas.

No Direito Administrativo brasileiro a Administração Pública, ou Estado-Administração, como dizem os juristas, parece estar sempre posicionado num nível acima dos indivíduos. Os próprios “princípios do Direito Administrativo” indicam essa assimetria. Um exemplo clássico em que ela se dá é o inquérito policial, que no Código de Processo Penal Brasileiro, aliás, está localizado na chamada fase administrativa da persecução penal¹²⁷. Ali, à guisa da investigação dos delitos, toma-se sempre a iniciativa de se cercear direitos individuais que, em tese, serão resguardados na próxima fase - processual e acusatória -, em nome do interesse público. Assim, o inquérito é muitas vezes percebido como um instrumento de poder do Estado contra o cidadão. Todavia, ele parece estar perfeitamente conforme à lógica assimétrica que estrutura o campo jurídico-administrativo brasileiro. Esta primeira fase

¹²⁷ A persecução penal é o caminho tomado pelo Estado com o objetivo de identificar, processar e aplicar penas àqueles que cometerem delitos penais. No Brasil, a persecução penal é dividida em duas fases. A primeira, que é administrativa e inquisitorial e está a cargo do Executivo, visa à identificação do criminoso e do fato (apuração de autoria e materialidade); e a segunda, que é processual e acusatória e fica a cargo do Judiciário, visa ao julgamento do acusado. São duas fases completamente distintas no que se refere à relação Estado *versus* indivíduo. Na fase inquisitorial, a relação é assimétrica, com a supremacia do Estado e do interesse público, e na segunda prevalece a representação da igualdade entre as partes.

persecutória traz características de um “sistema inquisitorial” que é marca das sociedades hierárquicas e cuja burocracia jurídica, segundo Kant de Lima, se especializou a partir de um modelo católico de produção da verdade (Cf. KANT DE LIMA, 1992).

Já, em sua segunda fase, a persecução penal traz características do sistema acusatório presente em sociedades representadas pela ideologia moderna que têm, no indivíduo e seus atributos da igualdade e da liberdade, a base de seu sistema de valores (Cf. DUMONT, 2000). A lógica dessa fase acusatória, portanto, diferentemente do que ocorre na fase inquisitorial, encontra-se baseada na igualdade de condições entre as partes, ou seja, numa relação simétrica entre Estado e indivíduo. Por isso, o “contraditório” e a “ampla defesa” são os mais importantes princípios processuais do processo acusatório. Eles permitem igualdade de condições processuais aos litigantes¹²⁸ para que estes possam compor seus argumentos com provas admissíveis em direito, o que vale também para o próprio Estado. Nesse sentido, o sistema jurídico-criminal brasileiro é classificado como um sistema “misto” pela doutrina jurídica brasileira, exatamente por reunir traços desses dois sistemas distintos de produção da verdade jurídica. Segundo Kant de Lima (1992), isso representaria uma esquizofrenia característica do sincretismo de um sistema de Justiça Criminal que reúne, num mesmo contexto, o moderno sistema acusatório americano e o tradicional modelo inquisitorial ibérico (KANT DE LIMA, 1992).

A “constituição cidadã” de 1988, em seu compromisso de resgatar direitos e garantias individuais, importou esses dois mais importantes princípios do sistema acusatório para a cultura administrativa, notadamente para o processo administrativo disciplinar. Até então eles eram estranhos à lógica da desigualdade que estrutura o campo jurídico-administrativo brasileiro. No que se refere à realidade policial militar, hierarquizada e construída a partir da mesma noção de desigualdade estrutural entre a Administração militar e os indivíduos militares, estes valores inseridos de forma arbitrária naquele contexto jurídico-cultural certamente rivalizaram com os valores da própria cultura nativa. Desse modo, tal como ocorreu na sociedade brasileira, foi inevitável uma explosão de litigiosidade que cada dia tem aumentado na APM, onde a cultura local (da desigualdade hierárquica) ainda resiste a esses princípios igualitários trazidos pelo texto constitucional de 1988. Essas considerações talvez expliquem o fato já mencionado de que as aulas jurídicas ofertadas na APM¹²⁹, trazendo à

¹²⁸ Esta noção se baseia na da igualdade formal ou legal, ou seja “igualdade perante a lei, ausência de barreiras ou incompetências jurídicas e legais na busca pelos objetivos de cada um” (Cf. BARBOSA, 2002).

¹²⁹ Do total de 3503 horas-aula das matérias do CFO, isto é, levando-se em conta os dois módulos de ensino (Profissional e Fundamental), aproximadamente 20% são destinados às matérias jurídicas. Quando considerado

baila questões do processo administrativo disciplinar, ainda que estranhas às desigualdades históricas e estruturais do militarismo, passaram a expor contradições no próprio sistema interno. Quando servem de subsídios para os cadetes responderem suas portarias, fazem com que alguns passem a ser vistos como “questionadores” e “indisciplinados”.

Conforme havíamos visto, tais conflitos se desenvolvem em razão de uma assimetria estrutural que é produzida naquele campo e cujo equilíbrio pode ocorrer quando o indivíduo “questionador”, após ter sido derrotado no campo jurídico administrativo militar interno, busca proteção para seus direitos na justiça comum. Cumpre observar que tais novidades poderão, num futuro próximo, trazer mudanças na forma de se administrar os conflitos internos, o que provavelmente afetaria as próprias estruturas sociais da APM.

Com relação ao resultado desses processos administrativos disciplinares, o cadete geralmente “pega um LS”, quando, dentro da dimensão “liminar” da “consideração”, sua falta é entendida como uma “falta de aluno”. Do contrário, isto é, quando a falta é percebida como uma transgressão mais grave, ele poderá pegar uma “punição de RD”, como ocorre, por exemplo, no caso de ser detectada alguma “falha de caráter” do cadete.

Além das NGA e do RDPM, o Licenciamento Sustado está previsto ainda no Regulamento Interno da Academia de Polícia Militar D. João VI – RIAPM. Portanto, ele só é aplicado a cadetes que, nesses casos, ficam impedidos de serem liberados nos finais de semana juntamente com o restante do Corpo de Alunos. A quantidade de dias que o punido é extraordinariamente obrigado a ficar na Academia varia de acordo com a classificação numérica do LS, decidida por ocasião do julgamento da falta. O LS1, por exemplo, o impede de sair por mais um dia depois da liberação normal; o LS2, por dois dias, e assim por diante.

Já as punições do RD, por serem aplicáveis não só a alunos (nos casos mais graves), mas também a todo o policial militar, são consideradas mais graves e, por isso, se diz que elas são “faltas de policial” e não “faltas de aluno”. O que, além da maior gravidade do fato, pressupõe-se uma maior experiência e, conseqüentemente, uma sensibilidade jurídica mais amadurecida. Por isso a sanção tende a ser mais grave, nesses casos.

Como disse anteriormente, não existia nenhuma regra padronizando a modulação entre a gravidade das transgressões cometidas e as punições a elas aplicadas. Apesar de o militarismo pressupor previsibilidade, o que prevalecia nesses casos era a subjetividade do

julgador. No entanto, pareceu surgir algum consenso em torno dos discursos de oficiais e alunos. Para uma cadete do Terceiro-ano do CFO, por exemplo, o tempo era pressuposto do amadurecimento do cadete, no momento em que a punição lhe era aplicada:

“Vai depender do ano que a pessoa tá na Escola, ou exatamente da falta que ela cometeu. Uma falta que eu cometia no 1º ano, por exemplo, se um [cadete do] 1º ano deixa de cortar o cabelo ele é punido com LS, um LS pequeno. Se no 2º ano ele comete o mesmo erro, ele é punido com LS, mas um número maior de dias que ele vai ficar aqui. Já no 3º ano, é uma falta que já não se admite mais, então aí ele já pega uma punição de RDPM, uma punição baixa de RDPM e a gradação é feita assim. Ou em casos graves que independem do ano, como crimes..., crimes não, eu não tô sabendo me expressar..., casos graves que envolvam aqueles desvios de caráter maior que não significam um simples corte de cabelo. O LS é uma falta branda, mais uma falta de aluno, uma coisa comum.” (R., Cadete do 3º ano do CFO).

Para um comandante-aluno do Terceiro-ano¹³⁰, as punições são padronizadas conforme a subjetividade do comandante do CA, que é quem determina o que deve ou não ser observado como falta, o que de certa forma orientaria o sistema:

“ Isso [as anotações das alterações] depende da diretriz do Corpo de Alunos. Por quê? Determinados oficiais têm essa diretriz mais severa, então eles vão pedir que esses cadetes [comandantes de companhia] observem o cabelo grande, o papel jogado fora da lixeira e o braço cruzado. Outros vão pedir para esses cadetes olharem os fatos mais graves, tipo: o atraso ao serviço, o atraso para a instrução, o desempenho na educação física, né; o fardamento completo, se está em desacordo. Então, isso depende do oficial. Outra linha diz que, por exemplo, é... que querem só as faltas do Terceiro-ano: o atraso do Primeiro-ano é punido com LS e o atraso do Terceiro-ano é punido com RD. Outros já adotam essa postura para todos os anos, se um dos cadetes cometerem alguma falta de regulamento né? Faltou ao serviço, mesmo se for do Primeiro-ano, vai ser punido com Regulamento Disciplinar.” (Cadete V., 3º ano do CFO).

4.1.3. “Até que enfim é sexta-feira”.

“A alvorada das sextas-feiras é diferente. O corneteiro pode fazer o diabo que não irrita a gente, porque tudo é festa. Afinal é dia de liberação. Hoje é sexta-feira!” (Cadete I., do 3º ano do CFO).

Existem várias possibilidades de liberação do Corpo de Alunos durante a semana, momento em que o regime de semi-internato é excepcionalmente suspenso. Uma delas ocorre com a chegada dos últimos cem dias que antecedem o Aspirantado. É o “almoço dos cem

¹³⁰ Os comandantes-alunos são os “zeros de turma” Terceiro-ano, com exceção do cadete-padrão, que adquirem o direito e a obrigação de treinarem o comandamento das turmas do CFO. Nesse sentido, cada turma tem o seu comandante-aluno que é o responsável pela disciplina da turma comandada, a quem seus alunos procuram primeiro, antes de se dirigirem, por algum problema, ao cadete-padrão, ou mesmo aos oficiais do CA.

dias”, onde ocorre uma espécie de comunhão especial entre os cadetes do Terceiro-ano e seus possíveis futuros comandantes de unidade. Outra ocorre ainda no período das provas finais, quando o regime do CFO passa a ser o do externato, com os cadetes sendo liberados diariamente após o término do expediente letivo e regressando à APM no dia seguinte. Mas a principal liberação, a mais significativa, é sem dúvida a do final de semana que, além de significar um período maior de liberação, também representa o tradicional licenciamento do Corpo de Alunos.

Nos dias que o antecedem, há uma excitação que vai aumentando ante a iminência desse período maior de liberdade. Com o passar do tempo, ocorre um verdadeiro frenesi no Corpo de Alunos. Muitos demonstram impaciência com seus próprios companheiros de apartamento ou com qualquer fato que atrase ainda mais a esperada liberação, revelando o alto nível de estresse acumulado durante toda a semana. Esse é um momento especial na APM, pois ao mesmo tempo em que para os cadetes representa a possibilidade do reencontro com suas famílias e amigos, para os oficiais do CA, ele representa também o risco de contágio do cadete pelo “mundo de fora”, ou seja, a *rua*, mundo do caos e da indisciplina. Um contato mais longo como ele pode pôr a perder todo o trabalho de interiorização disciplinar realizado durante a semana. Creio que deva ser por isso que os ritos punitivos ocorram normalmente nesses momentos que antecedem a liberação. Estes ritos vão desde simples e enfadonhas orientações, até a uma elaborada comunicação simbólica que reforça os valores da *caserna* com a dramatização punitiva do cadete.

O que eu chamo de ritual da punição disciplinar acontece normalmente nesse contexto emocionalmente especial, já que o dia da liberação de fim de semana ocorre após um intenso período em que os cadetes estiveram mergulhados na rotina da *caserna*. Assim, os cadetes têm a chance de se despirem das amarras da ordem militar, pelo menos enquanto durar o final de semana letivo, que vai do meio-dia de sexta-feira até o amanhecer da segunda.

O único período de expediente das sextas-feiras é normalmente reservado pela Divisão de Ensino para alguma matéria atrasada, ou para atividades extras, como as palestras, por exemplo. “Às vezes aqui tem essas palestras sobre algum assunto. A maioria, papo furado”, dizia um cadete com quem eu conversava no auditório enquanto aguardava a palestra daquele dia. Ele parecia querer me mostrar toda a sua indignação, denunciando a palestra prestes a ser proferida por um Coronel da reserva. Era um dia em que eu fazia minhas observações de campo e resolvi assistir à tal “palestra do Coronel”, enquanto aguardava, juntamente com

meus sujeitos observados, pelo ritual da punição que também ocorreria ali a qualquer momento.

Como de hábito, eu estava posicionado estrategicamente nas últimas fileiras para iniciar minhas anotações. Em suas palavras, o palestrante afirmou que havia entrado para a PM em 1966, onde permaneceu até 1999, por 33 anos, portanto. Os alunos ainda não sabiam qual seria o tema da palestra. Aliás, pelo que me disseram, eles nunca sabiam – “Somos os últimos a saber”. Então, empatou - disse a eles - pois também não sei de nada e estou aqui, como vocês, para assistir à palestra.

Na verdade, a palestra se tratava da apresentação de um livro de autoria do próprio Coronel sobre *Rock and Roll*: suas origens e mitos. “Propaganda pura. Palestra imprópria...! Livro de Rock? Putz...” – Resmungava em voz baixa um cadete sentado na poltrona atrás da minha e que, até então, não havia percebido a minha a minha presença.

Antes de a palestra começar, resolvi arriscar uma conversa com o resmungão e com outros cadetes a sua volta, no intuito de saber a percepção deles naqueles momentos:

- E o que seria uma palestra interessante? Perguntei.

- As que são voltadas para a vida profissional são interessantes. Por exemplo: trazer policiais militares condenados para mostrar o exemplo negativo – Exemplificou-me o Cadete S., do 2º ano.

- O que vocês estão pensando nesse momento?

- A noção é a de esperar a liberação, mas a gente nunca sabe o que vai fazer, o que vai realmente acontecer com a gente. Normalmente, a gente espera ler a grade de presos. Vêm os comandantes de CIA, dão as recomendações, regresso, horários de regresso, grade de punidos, depois lêem o boletim, se tiver, depois libera. Quando No internato a ansiedade era ainda maior..., medo de ficar punido..., se tiver com uma portaria ‘voando’, como o pessoal diz. Mas se não tiver, não tem como você ficar punido. É quando você responde a portaria e ainda não tem resposta..., você fica naquela..., LS 1 ou LS 2? O cadete sempre está errado. Quando a gente está certo sempre..., às vezes, dá pra ‘quebrar’. Na minha opinião, o LS sempre vem, [a portaria] é mera formalidade. ‘Explica, mas não justifica’ (entre risos discretos) é a melhor frase que já ouvi sobre isso – Explicava-me o Cadete P., do Primeiro-ano, momento em que era auxiliado pela Cadete B. do segundo:

- Injustiça foi a da ‘sirene’¹³¹ que tocou de madrugada e eu não levantei: fui punida com 4 dias de detenção.

- Tem uma diferença das portarias de oficial para as de cadete. Nunca vi um aluno que tenha tomado uma portaria de oficial que se justificou (Cadete D., do 1º ano do CFO).

Enquanto isso, na palestra: “- Eu não estou dando ordens, estou explanando”, dizia o palestrante. “- Eu estou mostrando uma pessoa que trabalhou na Polícia Militar durante 33 anos..., se ninguém comprar o livro, eu vou fazer a palestra assim mesmo”. Ninguém comprou

¹³¹ Toque de reunião determinado pelo aluno mais antigo que estiver de serviço.

um livro e a “palestra do Coronel” acabou assim, meio sem graça. Mas pelo menos ela serviu para eu sentir o clima dos cadetes no momento imediatamente anterior ao ritual, quando nem todos gozam do benefício da liberação. Alguns, não se sabe quem, continuarão retidos na caserna cumprindo seu LS, ou mesmo sua punição disciplinar (RD), enquanto o restante do CA é liberado. Nesse aspecto, aquele momento me pareceu taticamente bastante adequado para que a pedagogia disciplinar operasse numa dimensão simbólica.

O ritual da punição disciplinar, nesse sentido, pode ser observado sob o prisma da performance como um drama teatral. Ali, a emoção dos cadetes é canalizada para reforçar os valores institucionais num discurso onde o corpo simbólico daqueles que trazem consigo os antivalores institucionais serve de metáfora, quando da marcação do desviante. Os que, durante a semana, já haviam sido considerados culpados no processo administrativo disciplinar eram, finalmente, anunciados e punidos às vistas do coletivo. Após serem separados e marcados simbolicamente perante todo o Corpo de Alunos, os punidos entravam numa liminaridade marginal que se materializava com o confinamento físico que ocorria durante os dias em que cumpriam seu LS ou RD. De certa forma, esse ritual lembrava as flagelações corporais observadas na Europa pré-moderna por Foucault (2007), quando o corpo do condenado era fisicamente empossado pelo poder absoluto do monarca. Só que no ritual da APM, contextualizado na civilidade moderna, não era o corpo físico do cadete que era marcado como ocorria com o condenado em contextos pré-modernos¹³², mas sim, o seu corpo simbólico, supliciado na aquele festival punitivo onde lhe sangravam a reputação.

Nesse sentido, a carga emocional parecia aumentar durante a performance que seguia em direção ao clímax. Ao serem chamados pelos números internos, os acusados se destacavam de seu grupo e, de pé, respondiam, em voz alta, o nome de guerra e a numérica. Era um daqueles raros momentos em que ocorre a individualização controlada do sujeito na APM. Nesse sentido, o ritual da punição parecia servir de controle simbólico de forças desconhecidas e ameaçadoras da ordem, ganhando significados muito parecidos com os dos “ritos de aflição” (TURNER, 2005).

¹³² Num passado recente, os militares ainda eram punidos fisicamente com a chibata. Seus últimos resquícios foram apagados com a “Revolta da Chibata”, que amotinou praças da marinha brasileira em novembro de 1910. Dessa forma a lógica, da disciplina militar, mais incrementada ainda com esses contornos dramáticos, diferenciava os militares, distanciando-os mais ainda da realidade do “mundo de fora”. Parece que, no entanto, este assunto carece de um estudo mais detalhado sobre uma possível história das penas disciplinares abordando essas mudanças, o que complementaria o que foi realizado por Foucault com relação às penas na sociedade européia.



Figura 12 – A punição ritual do cadete no CFO.

4.1.4. Hora da “porrada”: O drama da punição

Em meus trabalhos de campo na APM, observei ao todo cinco eventos como aqueles. Por sinal, todos muito parecidos. Mudava uma coisa ou outra na forma, mas a estrutura permanecia praticamente a mesma, inclusive quando comparada com a dos rituais do meu tempo de cadete da EsFO. Às vezes mudava o lugar ou o uniforme, mas de uma maneira geral eles quase sempre apresentavam a mesma forma que eu havia encontrado por ocasião de meu CFO. Por isso, optei por tomar como base um daqueles rituais que eu havia observado, mais precisamente o que ocorrera numa sexta-feira de novembro de 2003, para, a partir de sua descrição, fazer minhas análises:

No último dia da semana, terminado o expediente com todas as aulas já finalizadas, os Chefes de Turma se dirigem ao CA para alguma determinação de última hora. Enquanto isso, os demais cadetes aguardam ansiosos em sala. O momento é de excitação, afinal, é dia de

liberação e os cadetes sabem que alguns deles não irão para casa rever amigos e parentes que já não viam desde a noite do último domingo, quando regressaram à Academia. Talvez com a exceção dos “aratacas” e outros “residentes”, todos tenham motivos para estarem ansiosos, principalmente os anotados, que aguardam a solução de suas portarias.

Os Chefes de Turma recebem determinações do CA para deslocarem suas respectivas turmas até o auditório, onde deverão assistir a “leitura das punições” e compartilhar o drama da punição. O deslocamento, como sempre, ocorre de forma coletiva, com cada turma seguindo o mesmo destino em passo ordinário. Todas elas, uma após a outra, atravessam o pátio da APM, obedecendo à hierarquia que ordena seu rumo e, depois, se posicionam lado a lado, em frente ao auditório, onde fazem o “alto”. Seus chefes finalizam suas respectivas “apurações”, passando-as em pequenos formulários padronizados ao cadete-padrão, que em poucos minutos tem nas mãos a localização de todo o Corpo de Alunos.

Depois disso, as turmas são autorizadas a entrar no auditório, também em ordem hierárquica (as mais antigas sempre na frente), onde aguardam sentadas a chegada dos oficiais para o início do evento. Os “donos do ritual” ainda estão no CA, aguardando o “pronto” do cadete-padrão para se dirigirem ao auditório. Tais procedimentos são naturalizados pelos oficiais como uma verdadeira obrigação moral. Eles largam seus afazeres materializados nos vários documentos dispostos em suas mesas, para se dirigirem, um ao lado do outro, ao auditório onde os cadetes os aguardam impacientes; uns, por não saberem se estão ou não punidos, e outros, por já terem essa informação obtida por meio de mecanismos relacionais, querem apenas saber a quantidade extra de dias que ainda terão de permanecer na APM. Contudo, a grande maioria está louca para ir logo para casa e relaxar daquelas regras, nem que seja para contar aos familiares as bravatas da semana.

Ali, durante o trajeto para o auditório, já se percebe um ar solene nos oficiais. Seus movimentos são marcados; os passos firmes, lentos e bem cadenciados; as mãos quase sempre estão unidas e para trás; as palavras, quando as há, são curtas e num tom baixo. Assim, o comandante do CA chega ao auditório com seu séquito, onde sua presença é anunciada em voz alta pelo cadete-padrão. Este ordena que os cadetes fiquem de pé para que a reverência regulamentar ao mais antigo seja prestada. Com os cadetes na posição de “sentido”, o cadete-padrão apresenta o Corpo de Alunos ao reverenciado que autoriza o “à vontade”. Todos então voltam a seus lugares. Geralmente, é o próprio comandante do CA quem preside o evento, mas, no caso de sua ausência, o oficial mais antigo é quem normalmente o conduz.

O comandante do Corpo de Alunos já sabia de minha presença e dos objetivos da pesquisa. Ao me receber, disse-me que eu estava com sorte, pois naquela sexta-feira, dia de liberação e de leitura da grade de punidos, havia também alguns elogios. Entre os que acompanhavam o Comandante do CA, havia conhecidos meus: dois capitães e uma sargento que há anos era auxiliar do CA e que, daquela vez, seria elogiada. Antes de entrar, falei com o Comandante do CA de minha intenção em permanecer discreto, num canto, para poder observar melhor o evento, no que fui atendido. De cara, notei uma diferença na forma geral do ritual e, nesse caso, pareceu-me que o motivo havia sido logístico. Em tempos de contenção de despesas, a APM não havia conseguido fornecer a túnica azul petróleo¹³³ para todos os cadetes. Assim, nem todos possuíam o uniforme tradicionalmente exigido na revista de fardamento que ocorria no pátio, antes do ritual punitivo, por ocasião das liberações de fim de semana. Por isso aqueles eventos vinham sendo realizados no auditório, antes de os cadetes colocarem seus (trajes) “paisanos”, com que agora deixavam a APM. Dessa forma, o ritual havia passado a se realizar com os cadetes trajando o uniforme utilizado na última aula da semana.

“Antigamente a gente tinha que entrar rapidamente em forma, em cerca de dez minutos, quando havia a túnica para todos. Os punidos não entravam em forma, ou entravam em forma de uniforme, mas separado do restante do grupamento. Mas cada comandante lia as punições para sua Companhia em separado”. (Cadete M., do 3º ano do CFO/2003).

“Com a túnica era um rigor danado. Todo mundo fazendo revista, olhando os botões, os sapatos, se a saia estava passada. Os oficiais, os veteranos... Com o tempo a gente se acostuma, incorpora, mas no começo saía olhando pros lados para ver se tava tudo certo. Era um horror, eu queria sair correndo dali”. (Cadete V., do 3º ano do CFO/2003).

Naquele dia, como de costume, o ritual também teve início com a leitura das notas de culpa da grade de punidos que constam da 4ª parte (justiça e disciplina) do Boletim Interno da APM. Suas seqüências progrediram mais ou menos da seguinte forma:

- 1- O Comandante do C.A. proferiu algumas palavras, em tom instrutivo, informando a “essência” do Regulamento Disciplinar (RDPMERJ) e o seu entendimento acerca da punição; que não gostava de fazer aquilo, mas que era necessário e, como que para demonstrar que não somente punia, falou sobre os elogios que também seriam lidos naquele dia. Pareceu-me, pela ênfase dada ao assunto e por uma quase imperceptível reação dos alunos, que o elogio, ou sanção positiva, não

¹³³ A túnica azul-petróleo é um uniforme militar usado em situações especiais, equivalente ao passeio completo do mundo civil, cujo nome oficial é 3º Uniforme do RUPMERJ (Regulamento de Uniformes da PMERJ).

era a praxe naqueles eventos semanais, mas uma exceção à regra de informar somente sanções negativas da semana. O Comandante do CA deu ainda orientações gerais, falando sobre algumas amenidades, mas, em síntese, reforçou expressões como “anestesia antes da porrada”; filosofia da “porrada e da goiabada” etc.

- 2- Logo depois a palavra foi passada ao Capitão P., Comandante da 3ª CIA, que funcionou como uma espécie de mestre de cerimônia do ritual, passando a ler, primeiramente, as punições de LS do Primeiro-ano (3ª CIA). Depois, foram lidas as punições dos alunos do Segundo-ano (2ª CIA). Naquele evento não houve LS para os do Terceiro-ano (1ª CIA), somente “RD”. “Quase no fim do ano letivo, não podem mais ser tratados como alunos e sim como oficiais” explicou-me um cadete. Ao ouvirem seus nomes e números em voz alta, os alunos citados se levantavam, tomavam a posição de sentido, permanecendo assim durante toda a leitura da dinâmica das faltas e da quantidade de punição aplicada a cada caso. A “casa está cheia”, comentou comigo um oficial, “agora é comum, aqui na APM, ter um número enorme de punidos”.
- 3- O momento posterior é o de ler as punições mais graves, as de “RD”. Um fato fugiu à normalidade: o cadete 0247 J., do Segundo-ano, depois de ouvir o relato de sua punição, tentou contestá-la por entender que o que havia sido informado na leitura de sua punição não coincidia com a sua versão da verdade. Ele foi repreendido no ato pelo próprio Capitão que, em linhas gerais, o advertiu dizendo que aquele momento não era propício para contestações, pois tudo já havia sido apurado e julgado anteriormente. O oficial então mandou que o punido se sentasse: “os fatos já foram apurados...” “Já ponderou o que tinha para ponderar? Senta!”.
- 4- Passou-se então à fase dos elogios. Primeiramente, foi lido o elogio da Sargento V.: “...pela forma prestimosa com que se houve durante todo o tempo em que trabalhou no C.A ...”. É curioso que, nesse momento, a seqüência dos elogios tenha deixado de seguir a hierarquia, pois o da Sargento V. precedeu aos dos demais cadetes elogiados [?]. Foi dada

então a palavra à V. que agradeceu dizendo ao microfone acreditar que “isso [o elogio] foi o reconhecimento porque faço [o meu trabalho] como se fosse para meus filhos”, “eu me sinto mesmo como mãe de todos no C.A., independentemente de hierarquia”.

- 5- A seguir vieram mais elogios, mas esses pareciam ter sempre um caráter coletivo, diferentemente das punições. Primeiro foram elogiados todos os alunos que competiram a tradicional Corrida Sargento Ceará, realizada anualmente pela APM. Nesse caso, não houve individualização, todos foram chamados de uma só vez e, dessa forma, tomaram juntos a posição de “sentido”. Ouviu-se, em seguida, uma salva de palmas. Apesar de as palavras iniciais do comandante do CA terem enfatizado os elogios, não houve, como disse, elogio individual para os alunos, apenas coletivos. Com exceção do elogio da Sargento V. e de um elogio dado individualmente ao “Cadete-padrão”, todos os demais elogios foram coletivos: um para os comandantes-alunos das CIAs do CA (cadetes 02, 03 e 04 do Terceiro-ano, responsáveis respectivamente pelas 1ª, 2ª e 3ª CIAs), e o outro, para os cadetes diretores da Sociedade Acadêmica Tiradentes (SAT). Entendi o do cadete-padrão como uma estratégia de consagração contínua do símbolo que personificava a ética do CA, num conflito simbólico com os valores negativos que deveriam ser expurgados naquele palco ritual. Saberia depois, com outras observações de campo, que os elogios individuais ao cadete-padrão eram recorrentes naquelas oportunidades.
- 6- Depois foi a vez de ser lido o elogio (sempre coletivo) das comissões de cadetes que receberam delegações de outras academias militares do Brasil, quando da realização dos Jogos Acadêmicos na APM. Novamente foram lidos todos os nomes, sem pausa, com todos tomando a posição de “sentido” numa só vez.
- 7- A palavra voltou ao CMT do Corpo de Alunos que pareceu tentar justificar as punições com os elogios, como se a justiça ocorresse nessa economia de compensações (punição *versus* elogio / “porrada” *versus* “goiabada”): “Ninguém quer ser verdugo de ninguém”; “Os exemplos positivos devem ser realçados”; “todos os que foram

elogiados, o foram por seus próprios méritos”, referindo-se aos elogios mencionados acima. Na oportunidade, o Comandante do CA fez questão de também destacar as qualidades do Cadete-padrão. Após isso, todo o Corpo de Alunos foi apresentado pelo cadete-padrão ao Comandante do CA que autorizou sua liberação, com a exceção dos punidos.

Há aspectos interessantes a serem destacados nesses dados que dão conta de que o ritual punitivo é uma espécie de dramatização performática da realidade social, ou mesmo, de como ela é representada. O esquema das seqüências gennepianas (VAN GENNEP, 1974) nos moldes de Turner (1974; 2005) pode servir de parâmetro para meus argumentos. Nesse sentido, a primeira fase do ritual retrataria o momento em que o punido é separado do restante do grupo, gritando o seu número interno. Depois, já de pé, numa posição de destaque, ele permanece assim até o término da leitura de sua punição, quando finalmente é reagregado ao restante do Corpo.

Essa é, portanto, a história ritual do processo de punição disciplinar dos cadetes, ou de como ela deveria ser aos olhos da instituição. Dessa forma, o punido não só fica de pé, mas permanece assim retido na APM durante todo o tempo em que durar aquele período liminar de reclusão, ao passo que o restante do Corpo de Alunos é licenciado. Sobre a percepção desse aspecto da punição disciplinar, a cadete V., do Terceiro-ano do CFO, falou-me que:

“O momento mais crítico não é o momento que se toma ciência [da punição], pois, na maioria das vezes o cadete toma ciência antes. A angústia maior é quando a turma vai embora. A punição coletiva não sente muito. A separação é o momento mais dolorido. No ritual dá constrangimento. Todo mundo te olhando. Aquele ali é marginal. Daqui a 5 minutos passa; mas há a estigmatização: o cadete fica marcado. Injustiça”. (Cadete V. do 3º ano do CFO)

Percebi também que, embora houvesse punições coletivas, com grupos de alunos ou até mesmo toda uma turma recebendo sanções negativas de uma só vez – na grade havia descrições de um mesmo fato para vários cadetes ao mesmo tempo -, essa não me pareceu ser a regra geral, pois os cadetes sempre eram individualizados para ouvirem suas punições, ao contrário do que ocorria no caso dos elogios (sanções positivas), onde todo o grupo elogiado era destacado de uma única vez. Tal fato me levou a concluir que o tema daquele ritual era mesmo o da punição (sanção negativa), de onde as “sanções positivas”, ao contrário do que pretendeu demonstrar o comandante do CA, eram moralmente excluídas.

Foi interessante também perceber uma certa confissão ritual do punido que ouve sua nota de culpa, impassível, diante de estruturas que se apoderam de seu corpo simbólico

visando purificar o restante do Corpo. Por sua vez, o punido parecia realmente admitir sua culpa com aquela expressão corporal resignada. Concluo então que essa confissão corporal do punido no ritual seja a condição para a eficácia simbólica do ritual, o que me pareceu mais claro depois da celeuma criada em torno da inesperada atitude do cadete J., causando um curto-circuito na ordem ritual.

A finalidade daqueles encontros coletivos, portanto, parecia ser mesmo a de expor, em sacrifício, o corpo simbólico do punido para que este recebesse uma sanção negativa, reforçando, a *contrario senso*, os valores preconizados no discurso oficial das solenidades. A gramaticalidade ritual daquele discurso, ou seja, a forma como os elementos do cotidiano eram ali arranjados, mostrou-me uma maneira de as forças liminares serem contidas pela instituição.

Outro dado interessante foi perceber que o cadete padrão, como o campeão do CA, personificava o *habitus* institucional diante de todos com sua presença, adicionada à disputa simbólica no clímax ritual. E, muito embora o Comandante do CA afirmasse - e talvez acreditasse - que a finalidade do encontro não era somente a de expor as punições (sanções negativas) em destaque, mas também exibir as sanções positivas na forma de elogios, a representação dos cadetes era mesmo a de que ele servia apenas para expor individualmente os punidos e suas alterações individualistas que, ali, eram sacrificadas por meio de uma linguagem simbólica que reforçava os valores da *caserna* com a presença do padrão vivo.

Nesse sentido, procurei saber do próprio Comandante do CA, o significado de alguns elementos que encontrei nos seus discursos, por ocasião daqueles rituais punitivos:

“O principal objetivo da punição, tá até dentro do regulamento, mas ninguém entende isso, a grande maioria não entende, é que o motivo principal da punição é a educação. A gente não tem que punir por punir. Ninguém aqui é verdugo de ninguém né? A gente não gosta de ser verdugo e eu costumo falar pro CFO quando eu vou ler uma grade de punição, que eu não gosto de ler punição, o que eu mais gosto é de chegar à frente do CFO e de dizer para eles ‘boa tarde, tenham um bom final de semana. Hoje nós não temos nenhum punido’. Era isso que eu gostaria de fazer toda a sexta-feira, porque aqui a gente não gosta de ser verdugo. Não gosta de punir e tem muito cuidado e critério na punição pra não cometer injustiça. Eu até disse isso, né? Eu até usei essas palavras pra eles, porque aqui a gente não quer ser verdugo de ninguém, mas é a nossa função é a nossa tarefa. Eles, como oficiais, vão vivenciar isso, ao ter a tarefa de fiscalizar e até de punir. Punir com orientação e a orientação também é uma forma de punição. Eles não podem esquecer isso que a gente fala que punição, quando você faz a demonstração verbal você está punindo, então, até o chamar a atenção de uma maneira verbal é também uma punição que também é válida; que, às vezes corrige um ato errado. Não é só punir tirando o dia do cara, tirando a liberdade do cara.” (Major Comandante do CA).

Por fim, eu quis saber a que ele se referiu quando utilizou a metáfora “porrada” *versus* “goiabada”.

“Eu sempre fiz questão de colocar isso público. Não só elogiar o cara, ‘legal, meus parabéns’, mas elogiar através de boletim, publicar o elogio em boletim para que toda a Unidade veja também aquele aspecto positivo e que isso possa ser de uma maneira que se irradie: ‘Ó, legal, o cara fez o correto, extrapolou nas suas funções, fez mais ainda e foi elogiado por isso! Pô legal’. ‘Quer dizer que não tão aqui só pra dar cacetada na cabeça da gente’. Usando um termo vulgar: ‘Não tão aqui só pra dar porrada não, quando a gente faz alguma coisa certa, a gente é elogiado, ganha goiabada entendeu?’ Então, é um aspecto que eu, fico até muito feliz que o meu Subcomandante [do CA] pensa assim também; né? Um aspecto que ele também vislumbra; que ele também comunga desse meu pensamento de que a gente acha que a gente não pode só punir. A gente tem que elogiar, quando o cara merece. Não só o cadete, até o praça. Até é engraçado, você até participou de um dia que tiveram vários elogios, porque foram acumulando, acumulando e não publicava e, quando publicou... a gente acabou fazendo tudo junto ali no auditório, mas foi rotineiro, não foi naquele dia só. Outros elogios também aconteceram”. (Major Comandante do CA)

Quanto aos valores em jogo naquela disputa simbólica, percebi que as “alterações” perseguidas na vigilância panóptica da APM, e agora sancionadas simbolicamente na no ritual punitivo, faziam referência a possíveis resquícios de uma vida anterior à *caserna*, percebidos no comportamento do punido como uma falha em sua adaptação. Nessa situação, alguns punidos contumazes muitas vezes eram chamados de “largados”, “mulambos”, “questionadores”, “imundos”, “indisciplinados”, dentre outros tantos apelidos que apontavam para aquelas características já reveladas na dinâmica social da APM como antíteses dos valores da *caserna*. Portanto, estava claro que naqueles eventos o “foco do ritual” era o indivíduo fora de controle, isto é, o cadete que fugia da individualidade controlada pretendida pelo CA. Era esse indivíduo desviante, ou melhor, seu comportamento caótico, que ameaçava a *caserna*. Esta, por sua vez, de posse dos mecanismos oficiais de produção simbólica e pretendendo reorientar tais impulsos em prol da ordem institucional, o submetia àquela espécie de ortopedia ritual

Sob o ponto de vista da performance ritual, a *rua* era ali representada como um paradoxo da *caserna* e, assim, ela era percebida pelo sistema cultural, ou seja, como uma ambigüidade, da mesma forma como pareceu ocorrer na dinâmica social da APM. Sob esse aspecto, é interessante lembrar as diferentes maneiras como alguns grupos sociais buscam resolver seus dilemas a partir de suas próprias cosmovisões. Turner (1974), por exemplo, observou como o fenômeno da generalidade era tratado ritualmente por algumas tribos africanas, em que as soluções apresentadas pendiam ou para a destruição, ou para a sacralização de um ou de todos os gêmeos, o que tinha a ver com as forças que esses elementos pareciam evocar nas diferentes culturas, ora percebidas como criativas, ora como destrutivas. Turner não descartava ainda o sentido prático dos nativos às voltas com o problema da racionalização alimentar que, de alguma maneira, era levado à dimensão

simbólica da cultura para ser resolvido ritualmente (TURNER, Op. Cit., p. 63 et. seq.). Creio que, de forma parecida, o ritual punitivo dos cadetes nos mostra como o paradoxo do *pato* é resolvido na APM. Neste caso, descarta-se um dos “gêmeos” que formam a ambigüidade identitária da Polícia Militar. Pareceu-me, assim, que, ali no altar da *caserna*, e, portanto, sob o seu ponto de vista, a *rua* era sistematicamente sacrificada para a coerência cultural do sistema. Nesse sentido, o ritual estava ali para controlar simbolicamente o processo de individualização, conforme a temporalidade peculiar do militarismo, isto é, por meio das sucessivas etapas hierárquicas que são construídas a partir dessa visão de mundo. Esses valores sacrificados do *pato* em nome da ordem hierárquica do militarismo ficaram patentes no episódio em que o cadete J. tentou, em vão, contestar a acusação imputada pelo oficial porta-voz do CA. Tal atitude pareceu contrariar as regras culturais básicas que ordenam o ritual, pois, como sugeriu a reprimenda do Capitão P., os cadetes, mesmo quando individualizados naquele estado liminar do processo punitivo, não estavam autorizados a falar, só a ouvir, resignados, suas punições que eram assim confessadas corporalmente. Portanto, o punido não tinha voz naquele espaço como ocorreria num espaço construído sob a ideologia igualitária. Essas regras pareciam inclusive terem sido naturalizadas pelos próprios companheiros de turma de J., que o classificavam como “piruão” ou “ponderão”, ou seja, um questionador inoportuno, o que, de certa forma, revelava a eficácia simbólica do ritual. J. teria afrontado, portanto, a lógica da confissão resignada que parecia perpassar o ambiente sociocultural da APM. A punição ritual tinha, ali, apenas o caráter de dramatizar elementos percebidos como importantes sob o ponto de vista da “política do CA”, que, devidamente arranjados, serviam para a construção de sua mensagem ritual.

“Geralmente o CMT do CA, que é o primeiro a falar, faz um extrato da semana, mais especificamente sobre os aspectos positivos e negativos. Ele dá, então, a palavra a seus oficiais, mas nunca ao auditório (platéia de cadetes), o auditório nunca fala, ele fica em silêncio e estático.” “Mas o J. é uma exceção o J. é “piruão”... lê muito sobre aspectos filosóficos, mas no militarismo não existe isso não... essa oportunidade..., mesmo no caso de haver uma injustiça. Ali não é o momento de ponderação, pois isto já foi feito na portaria,... é o ápice”. (Cadete D. 2º do CFO/2003).

Creio que seja por isso que o ritual seja promovido naqueles limites simbólicos representado pela liberação ante à iminência do contato com a *rua*. Nesse sentido, ela, com sua ideologia moderna, junto com o indivíduo e seus atributos ideológicos - igualdade e liberdade -, tornam-se potenciais perigos para a *caserna*. A entrevista a seguir ilustra esse ponto de vista, por confirmar que o internato permitia à Academia vigiar e punir os alunos com mais eficácia, pois as falhas eram mais detectadas na APM. Não que houvesse, nesse caso, uma maior oportunidade dessas faltas serem cometidas, mas que os comportamentos

perigosos tornavam-se mais perceptíveis diante do sistema de vigilância panóptica da *caserna*. Na rua, portanto, o controle das individualidades não seria assim tão eficaz.

A mensagem ritual nesses momentos de passagem entre um domínio e outro era, nesse sentido, bastante sugestiva:

“Esse ano teve muito mais punição que no ano passado, e um número parecido com o do ano retrasado, porque no ano passado houve externato desde o início do ano, e o externato impede que os alunos sejam anotados”. (Cadete M. 3º ano CFO/2003).

A punição, entretanto, não marcava a todos com a mesma eficácia, provavelmente porque isso dependesse da medida em que a *caserna* havia sido interiorizada naquele processo de normalização.

“Para as pessoas ‘certinhas’ é um momento impactante, mas para os outros que já banalizaram a punição, isso não quer dizer nada, apenas uma informação do que não se deve fazer para não ficar mais tempo na Academia. A pessoa, não se consegue formar..., já é”. (Cadete D. 2º ano CFO/2003).

4.1.5. “Isso tudo é um teatro”: Estigmas e estratégias na “ilha da fantasia”

A eficácia da ação simbólica que comunica o programa monolítico da APM, baseado em seu poder institucional era relativa, pois, como eu disse, dependia da forma como esse programa era assimilado pelos cadetes em sua socialização. Apesar de o ingresso no CFO ter sido voluntário, cada um tinha o seu motivo para permanecer ali. Nesse sentido, a construção da identidade do futuro oficial, com a inculcação do novo *habitus* ali produzido, era, portanto, negociada entre os indivíduos e a instituição. Ela resultava de um processo envolvendo inúmeros arranjos, estratégias, assimilações, cooperações e conflitos no cotidiano dos cadetes.

A estruturada social da APM tem propiciado uma realidade dinâmica onde, como acabamos de ver, os conflitos são dramatizados ritualmente. Isso vai produzir tipos diversos que vão, desde o “enquadrado”, ou seja, aquele que se adequou perfeitamente ao programa oficial, até o seu extremo oposto com uma gama de “inadaptados”, excluídos da pretensa “normalidade” estabelecida pelo sistema.

Devido ao poder difuso do CA, que a tudo pretende controlar, esse padrão muitas vezes é algo difícil de definir. Nesse sentido, apesar de não haver regras claras, algo pode ser percebido nas categorias de pensamento produzidas e reproduzidas no contexto da *caserna* e ativadas pelo sentido estético da ordem. Num “sentido prático”, até o cadete inadaptado pode criar estratégias de sobrevivência social naquele “campo”, desde que esteja atento a essa dinâmica, mesmo que para isso tenha de utilizar algum disfarce simbólico. Sutilmente, o olhar etnográfico pode perceber com os rituais essas posturas imitadas, ao invés daquela “técnica corporal” realmente adquirida como *hexis* da *caserna*¹³⁴. Certa vez, conversando com cadetes que haviam acabado de ter seus corpos simbólicos sacrificados naqueles rituais punitivos, ouvi um deles dizendo que: “agora vou ter que seguir os conselhos do meu veterano: ‘ Bicho, sai da janela! Desaparece! Isso aqui tudo é um teatro, uma ilha da fantasia. Tem que representar, entendeu?’” Era interessante observar o sentido prático nesse tipo de orientação recebida por meu informante. De certa forma, aquela era uma velha receita para o indivíduo já detectado e marcado pelo sistema de vigilância da APM, mas que não pretendia iniciar uma carreira desviante.

Tais palavras me levaram às seguintes questões: Será que, num campo de estruturas rígidas e com pouca margem para a manobra individual, haveria momentos ou espaços não cobertos por sua vigilância panóptica, onde o desvio pudesse de fato “desaparecer”, ou aquele seria um sentido figurado? Haveria mesmo essas brechas ou pontos-cegos do sistema, mesmo que de um ponto de vista simbólico? Concluí que, de fato, esses interstícios existiam. Um deles parecia ocorrer no alojamento dos cadetes, representado como lugar de descompressão da ordem disciplinar. Apesar de, a todo o momento, o sistema tentar invadi-lo com suas indefectíveis revistas, era ali que os cadetes podiam se manifestar com alguma liberdade, o que, de certa forma, o tornava imprevisível para a pretensão controladora do sistema.

Decidi, então, procurar meus sujeitos nesses contextos para tentar convencê-los a conceder algum depoimento. No início, eles se mostravam tensos, desconfiados de uma possível invasão, ou mesmo pensando se tratar de mais uma “revista” punitiva, mas, depois de descobrirem que aquele não era de fato o meu intuito, começavam a falar sobre essas “brechas” simbólicas. Foi aí que pude descobrir alguns tipos excêntricos, resultantes da dinâmica social da APM. Assim me foram apresentados, por exemplo, o “landro” (malandro) e o “jonsem” (joão-sem-braço), de comportamentos bem parecidos, que nunca são flagrados pelo sistema de vigilância do CA e com habilidade suficiente para conseguirem até uma boa

¹³⁴ No sentido de Bourdieu (1980).

FAD. Os cadetes mais “enquadrados” normalmente não aprovam esse tipo de comportamento por considerá-lo individualista e, nesse sentido, desagregador, mas também não os entregavam ao sistema, por entenderem que essa tarefa de detectá-los e puni-los fosse mesmo exclusiva do CA, o que revelava as diferentes posições adotadas naquele campo.

Aliás, com relação às FAD, soube também que havia os “caça-FAD”, cadetes que fazem de tudo para aparecer bem aos olhos dos atarefados oficiais do CA. Eles emprestam estrategicamente seus serviços, esperando ser recompensados nos conceitos. Trata-se, como havia dito anteriormente, de uma troca maussiana onde o cadete espera sua retribuição no momento em que as FAD são definidas. No entanto, se isso não ocorre, o que pelo que vimos não é raro de acontecer, o “desconsiderado” pode até mesmo adotar uma posição contrária à do CA, numa clara afronta ao “padrão” estabelecido naquele campo.

Existem ainda os “piscões”, que são os amedrontados diante das ações do CA, e os “moitas”, que, ao contrário dos “caça-FAD”, preferem o anonimato ao risco de uma maior exposição à sanha punitiva do sistema. O “moita” é o “‘apagado’ que tem boca e não fala”. Assim, têm mais tempo para estudar e conseguir, por meio das notas, o que não conseguiram quando estrategicamente deixaram de caçar conceitos. Aos olhos do CA, ele é um “inadaptado” que não possui a valorizada “vibração”, mas, como os “landros”, também passam batido pelo sistema, mas por conseguirem se ocultar estratégica e sistematicamente da vigilância panóptica da APM. A seguinte entrevista nos dá uma boa idéia dessa dinâmica:

“Piscão é aquele que fica pesquisando o que se deve e o que não se deve fazer; se ‘caga’ todo na hora da [leitura da] grade [de punidos]. Presta a continência toda padrão. É o militar certo. É o mais disciplinado por ‘cagaço’. A gente começa a inventar apelidos para eles, por exemplo: ‘piscolino’, ‘piscolildo’. O moita, tem gente que gosta de se voltar pra si mesmo, não gosta de conversar. O moita pra mim é o apagado. Existe o esperto que quer se passar por moita quando tem a situação de ficar muito se expondo e ser punido. O ranço é o estigma: FEM, arataca, ex-praça e vai por aí.” (Cadete D., 2º ano do CFO)

Os marcados simbolicamente pelos ritos punitivos e que continuam prosseguindo com suas carreiras desviantes criam, muitas vezes, verdadeiras liminaridades crônicas dentro do Corpo. Uns geram tipos que podem ser percebidos por meio de algumas categorias nativas, como, por exemplo, “caga-pau”, que é bastante sintomática por se referir ao cadete sempre punido por suas “bisonhices”, o que corresponderia, nos termos de Becker (1977), a um contumaz “desviante revelado”. Embora tenha cautela suficiente para tentar evitar o cometimento de alguma alteração, o “caga-pau” não consegue fugir do sistema panóptico do CA como o “jonsem”, porque, por serem mais “bisonhos”, fazem tudo errado por pura incompetência adaptativa. São, como diria Geertz, “tolos”, inaptos que não usam o “senso

comum” com bom senso (GEERTZ, 2001, p. 114-115). Nesse sentido, é bem interessante a seguinte informação de um cadete classificado como “caga-pau” naquele contexto, tentando justificar seu processo de estigmatização como uma injustiça ou possível falta de legitimidade do sistema:

“Fui bastante punido, acho que foi azar. Perseguição não, não foi ... [pausa, parecendo temer falar algo que provoque alguma retaliação]. É mais cagação de pau. Estava errado mesmo. O problema não é só a perda do fim de semana, mas pelo aspecto profissional é um mau exemplo. Perde a credibilidade com os seus comandados. Uma vez o veterano com o coturno todo sujo veio querendo cobrar sapato limpo, depois todo mundo comentou aquilo. Não tem moral”. (Cadete I., 3º ano do CFO)

Mas, de todos esses tipos, os mais estigmatizados pelos ritos punitivos talvez sejam mesmo os “seis-por-cento”, que erram por dolo e não pela bisonhice do “caga-pau”. Entretanto, por não terem a habilidade do “jonsem” para escaparem do sistema, quase sempre ficam de LS como os caricatos “caga-paus”. Reza a lenda que esse apelido se refere ao percentual que sempre representam dentro do universo de cada turma. Por isso, num sentido contámidor da liminaridade que representam, tanto os “caga-paus”, quanto os “seis-por-cento” são um risco a mais para aqueles que ainda insistem em tê-los como companhia nos lugares públicos da APM, (DOUGLAS, 1991; TURNER, 1974). Aonde vão, trazem consigo o foco punitivo do CA, que, como os cadetes bem sabem, não possui nenhuma precisão cirúrgica.

Percebe-se nesses tipos marginais que a *rua* novamente é descartada como ambigüidade classificatória da identidade que ali se pretende construir. Um exemplo claro dessa percepção de “impureza” é o do cadete que foi praça da Corporação antes de ter ingressado na APM, que tem suas ambigüidades de ex-praça identificadas como um “ranço” pelo grupo. Quando comparado com o cadete ex-militar, valorizado positivamente dentro do sistema nativo, esse ex-PM era, a *contrario senso*, desvalorizado numa percepção binária. Creio que o fato de o cadete J. ter “vindo de praça” talvez tenha contribuído de alguma forma para a sua tipificação de “piruão” por parte de seus próprios companheiros de turma.

Dessa dinâmica, surgem também os “especialistas”, ou seja, os práticos que sabem responder as portarias como ninguém, com sua habilidade legitimada por já terem conseguido “quebrar” algumas delas. Estes quase sempre são procurados para ajudar alguém a contar sua “historinha” na portaria. Segundo meus entrevistados, os “especialistas” não recebiam pelo serviço, mas trabalhavam pelo prazer de serem, cada vez mais, reconhecidos pelas “voltas” que davam no CA.

Foi gratificante para o etnógrafo perceber que, mesmo num sistema rigidamente controlado como o da APM, havia espaços para o escapismo. Esses “pontos-cegos” do sistema se expunham com mais facilidade na “Semana Cultural”, que era promovida pelos próprios cadetes por meio da Sociedade Acadêmica Tiradentes (SAT) e fiscalizada pelo CA. Era ali, na forma de peças teatrais, músicas e poesias, entre outras atividades mais descontraídas, que os cadetes revelavam seu desconforto com a ordem controladora do sistema. Sabia-se que eles aproveitavam aquele momento para manifestarem suas críticas, até então veladas, sobretudo contra os oficiais do CA, seus alvos preferidos. Apesar de uma aparente descontração, comparei a “semana cultural” com os ritos punitivos, também sob o aspecto da dramaturgia ritual (TURNER, 2008), por ambos apresentarem um confronto entre diferentes representações. Ademais, tal como os ritos punitivos, a “semana cultural” também se voltava para o público interno, pois seu tema geralmente tratava de algo que também não se pretendia revelar ao público externo, ao contrário do que ocorria nas solenidades. Nesse sentido, ambos apresentavam uma lógica da roupa suja que se lava em casa.

Apesar de os eventos da “semana cultural” terem o seu momento certo e autorizado, eles não estavam padronizados em regulamentos ou ordens de serviço, da mesma forma como ocorria com os ritos punitivos. Assim, os cadetes colocavam em prática ritual toda uma habilidade cínica que aprendiam de geração para geração nos bastidores da APM, mas de uma maneira controlada pelo CA.

Por outro lado, pareceu-me que a organização da “semana cultural”, como um espaço para a revelação daqueles assuntos escondidos, pudesse ainda ser parte de uma tática do próprio CA de tentar trazer à luz do sistema as “brechas” e os “pontos-cegos” da APM. Essa tática do CA parecia estar baseada em seu poder difuso que, como vimos, apresentava uma espécie de “vontade de saber”¹³⁵ num contexto onde a “lógica da confissão” perpassava todo o ambiente sociocultural da APM e se manifestava, sobretudo nos rituais. Creio, portanto, que os assuntos tratados de forma velada nos bastidores da APM eram “colocados em discurso”¹³⁶ por meio dessa “tática política”¹³⁷ para serem, como veremos a seguir, também controlados pelo próprio CA, mas de uma maneira estrategicamente indireta.

¹³⁵ Foucault, 2009.

¹³⁶ Foucault, 2009.

¹³⁷ Foucault, 2007.

4.2. A REVANCHE DOS CADETES

4.2.1. “Semana Cultural”

“É divertido ver os alunos se divertindo. A maioria participa dos jogos, do teatro. Pode variar, mas o que sempre tem são os jogos, o teatro. É para divertir os oficiais. Os oficiais ficam sabendo na hora. O Terceiro-ano é quem gerencia esse teatro através da SAT. Esse ano não teve por causa dos Jogos Pan-americanos; não teve tempo. Nos anos em que trabalhei aqui, ocorreu em setembro, em agosto. É o chefe da Educação Física quem determina a data que não pode coincidir com a corrida Sargento Ceará”. (Capitão; à época, oficial do CA).

A “semana cultural” acontece na virada do primeiro para o segundo semestre letivo. Nessa oportunidade, o CA convida cadetes que possuam alguma aptidão artística para divertirem uma platéia formada por oficiais e cadetes. Na ocasião, são organizados eventos competitivos e culturais que, apesar de não terem uma data certa para acontecer, ocorrem geralmente na semana que antecede o início das férias escolares, quando as provas (verificações) já terminaram. Neste sentido, o oficial Chefe da Educação Física marca as datas de suas provas de maneira que elas não coincidam com os jogos esportivos acadêmicos¹³⁸ e nem com a tradicional “Corrida Rústica Sargento Ceará”¹³⁹. Seus eventos, apesar de organizados pela SAT, passam pela aprovação do Comandante do CA, podendo variar de ano para ano, mas tem sempre a gincana, a banda dos alunos e o teatro dos cadetes.

A gincana é um jogo de perguntas e respostas onde as três turmas do CFO disputam, com seus conhecimentos, as diversas modalidades. As perguntas são retiradas da internet pelos oficiais e dirigidas aos cadetes escolhidos pelas próprias turmas para representá-las. Segundo um oficial do CA, essas perguntas servem “para medir a capacidade intelectual das turmas e saber qual delas é a mais forte”. Após a contagem dos pontos obtidos em todas essas modalidades, obtêm-se a turma vencedora. É muito comum, nesses momentos, as torcidas mais uma vez manifestarem a disputa havida entre “capacetes” e “canetas”, remontando a rivalidade entre os pares e os ímpares, inclusive quando seus competidores trazem os símbolos de suas identidades internas desenhados em seus trajes de disputa.

¹³⁸ Trata-se da competição desportiva em que a APM representa a PMERJ contra outras academias militares brasileiras

¹³⁹ A “Sargento Ceará” é uma corrida rústica promovida anualmente pela APM, em homenagem ao sargento da reserva da PMERJ que teve o nome homenageado em reconhecimento a seu passado de exímio competidor da modalidade. Dela participam corredores civis e militares, da PMERJ e de outras corporações.

A banda dos cadetes, que ultimamente vem se apresentando com o nome de “Banda LS”, toca músicas modernas e descontraídas na “Semana Cultural”, num claro contraste com a sobriedade musical apresentada pela Banda de Músicos nas Solenidades da APM. A peça teatral é preparada com antecedência pelos próprios alunos, sob a coordenação do Terceiro-ano. Antigamente, cada turma escrevia sua própria peça, agora há somente uma peça organizada e escrita pelos alunos do Terceiro-ano, que contam, ainda, com a participação dos cadetes de outras turmas para o desempenho do restante dos papéis. “Só os ‘moitas’ não participam da semana cultural, porque ali é lugar de visibilidade” - revelou-me um cadete organizador.

Apesar de algumas poucas mudanças, a “semana cultural” tem forma muito semelhante com a que vem sendo promovida há anos. Nesses momentos, a rotina dos alunos se inverte para dar vazão aos “pontos cegos” do sistema no palco ritual alternativo montado dentro do auditório com a autorização do próprio comando. Num ambiente onde a crítica a superior hierárquico é proibida, pelo menos nas formas tradicionais (verbal e escrita), este é o momento ideal para que algumas “coisas sejam ditas”. É através daquela gramaticalidade simbólica produzida ali pelos cadetes que os oficiais tomam conhecimento de como suas imagens são percebidas. Ora, se os oficiais têm a “parte” e a “caneta” como instrumentos de poder, os cadetes têm, aqui, o “teatro” como um contraponto criativo desse poder.

Entretanto, há regras nesses procedimentos; não escritas, mas há. As críticas não devem ser acintosas, ou pelo menos, não tão claramente acintosas. É necessário um comportamento adequado para tratar de um assunto delicado dentro da cultura nativa. São permitidos a crítica sutil, a ironia fina e algum humor ambíguo, que vai da galhofa controlada à reverência sarcástica. Afinal, o teatro é formado, a princípio, para que cadetes e oficiais se divirtam sem constrangimentos. Ou seja, diz-se o que se tem para dizer, ouve-se o que se tem para ouvir, vê-se o que se tem para ver e, no dia seguinte, a vida continua como numa quarta-feira de cinzas. Com alguns ajustes nos papéis aqui, com a alma lavada acolá, com algumas diferenças expostas, é verdade, mas com o sistema renovado. Vejamos o que me comentou um cadete a respeito disso:

“A gente percebeu que a postura de alguns oficiais mudava. Aquela postura exagerada que a gente botou na peça para brincar com o oficial, sabe? Por exemplo, os oficiais deixavam de se comportar assim e tal porque sabiam que a gente estava reparando neles” (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano do CFO).

Dessa forma, as estratégias de parte a parte pareciam funcionar normalmente até que, no teatro de 2006, as regras foram quebradas. Muito provavelmente esse havia sido o motivo

para que a “Semana cultural” até hoje não fosse mais realizada. Em 2008, o pretexto foram os Jogos Pan-americanos e, por isso, quando retomei à campo na segunda parte de minha pesquisa, não consegui mais observar nenhum evento daqueles. Entretanto, o teatro de 2006 chamava-me a atenção no sentido de um “drama social”, um divisor de águas que permanecia vivo na lembrança dos que o testemunharam e que a ele se referiam como um momento emblemático da “Semana Cultural”. Pareceu-me que lá, naquela oportunidade, o teatro dos cadetes teria apresentado conflitos que muito provavelmente deixaram mais expostos tanto a lógica do sistema, quanto os valores e representações nativos. Uma pena eu não tê-lo testemunhado. Mas, antes de me lamentar, decidi remontá-lo com a ajuda de relatos de algumas de suas testemunhas oculares e de um vídeo produzido por ocasião daquele evento.

Alguns oficiais, que na época eram cadetes, foram os que me concederam informações valiosas a respeito da peça daquele ano, cedendo-me, inclusive, o vídeo a que assisti junto deles. Sobre a peça, a maioria de meus informantes reconhecia ter havido um excesso, o que naquele momento significou um risco sabido e calculado. Mas, por outro lado, eles também tentaram justificar esse excesso pelo fato de os oficiais “alfinetados” (atacados simbolicamente) na peça virem, por sua vez, “extrapolando os limites”.

4.2.2. “Cadê a minha goiabada”. Dorothy no “Show da Virada”

Foi dentro desse clima que os alunos elaboraram a “Semana Cultural” de 2006. A peça teatral foi baseada no *Mágico de Oz*, filme simbolicamente sofisticado de Victor Fleming, cujo tema principal trata do desejo da garotinha Dorothy em conhecer o mundo que havia atrás do arco-íris. Por um toque de magia, ela chega ao fantástico Mundo de Oz, mas, ao tentar retornar, não consegue, iniciando assim a sua saga pelo caminho dos tijolos amarelos, a procura de um mágico que pudesse lhe ajudar. No caminho, ela se depara com personagens fantásticos: um espantalho maluco que quer um cérebro; um homem de lata à procura de um coração; e um leão covarde que deseja adquirir coragem. Esse foi o mote para que os criadores do teatro de 2006 colocassem em prática um plano de ataque a seu principal alvo. Havia ali ingredientes suficientes para isso: um mundo fantasioso; uma menina ingênua; e

personagens caricatos, cujas idiossincrasias, desde que bem trabalhadas, certamente serviriam para esses seus objetivos.

Assim, os mentores resolveram reduzir o espaço das “brincadeiras” entre cadetes, para aumentar o que chamavam de “alfinetadas” contra oficiais. O vídeo mostra o “Show da Virada”, nome que parece ter sido sugerido pelo próprio subcomandante da Academia para marcar o momento de passagem do semestre letivo, mas que os cadetes, por sua vez, aproveitaram com um significado velado de revanche. O show contou com uma peça secundária, apresentada antes e rapidamente pelo Segundo-ano. Um de meus informantes dizia tratar-se de uma piada interna, não compartilhada pelas demais turmas. “Antes, o teatro tinha essa conotação hermética, onde a gente contava nossas histórias de bastidores”. Isso veio mudando com o tempo, e o teatro passou a abranger questões gerais com o objetivo aparente de divertir a todos.

A peça principal, e mais esperada daquela noite, foi iniciada por dois duendes anões (alunos agachados) e orelhudos que narravam a introdução. Eles indiretamente comparavam Oz à Academia. O duende mais baixo “soprava” partes do texto no ouvido do outro. Segundo o autor da peça, aquilo era uma forma de representar o antigo zero - um “mandando” na escola através do atual cadete-padrão. A introdução sugeria comparações entre Dorothy e o Terceiro-ano, aproveitando para apresentar ainda o Mago dos Affonsos, cujo nome trazia uma alusão direta à Fazenda dos Affonsos.



Figura 13 – Os duendes (Zero-um e Zero-dois).

Logo na primeira cena surge Dorothy. O aluno que a representa traça um vestido rosa, coturnos e uma longa peruca preta. O ator traz também um coldre de perna¹⁴⁰, contrastando fortemente com o resto de seu vestuário. Segundo meus informantes, aquilo era um protesto velado a uma determinação do CA, que proibia o uso desse tipo de coldre para os cadetes. Proibição, aliás, que, por não ter uma explicação tecnicamente razoável, os decepcionava por partir de quem eles esperavam ter conhecimento capaz de melhor orientá-los, ou seja, o oficial.

Dorothy conversa com o Mago dos Affonsos – Comandante da APM ou do CA, o que não fica claro – e lhe diz que está ali em Oz, buscando sua “goiabada”. Aqui, esse símbolo traz referências de temas presentes nos ritos oficiais analisados anteriormente. No ritual da punição disciplinar, a “goiabada” se contrapõe à “porrada”, cuja imprevisibilidade dá ao processo punitivo um caráter de imparcialidade: “Se hoje foi a ‘porrada, amanhã poderá ser a ‘goiabada’”. Essa “goiabada” também pode ter sido representada como aqueles privilégios que vão sendo alcançados pelos cadetes na medida em que as turmas cumprem corretamente suas etapas no processo, ou ainda como mérito individual, dentro do sistema de valores nativo. Em ambos os casos, ela representa o gozo após a dor, isto é, o sofrimento prazeroso do vencedor. Aqui, Dorothy, ou melhor, os cadetes parecem reivindicar esse prazer na forma de “direitos”, ou expectativas de direito não concretizadas, mesmo após eles terem passado por todas as provas previstas no que chamei, com base em Turner (1974), de “pedagogia da liminaridade” na APM.

¹⁴⁰ Equipamento de uso proibido pelo CA, por ferir a padronização estabelecida pelo RUPERJ, mas que apesar disso, é preferido pelos que alegam ser um equipamento tecnicamente mais eficiente que o coldre de cintura, usado como padrão na PMERJ.



Figura 14 – O Mago dos Affonsos

E quais seriam esses “direitos”? A resposta para esta pergunta parece estar em outros signos que vão sendo mostrados na peça. Creio mesmo que os cadetes se referiam, aqui, a “direitos” inerentes às diferentes posições das turmas, ou seja, a símbolos de poder do novo *status* a ser adquirido gradativamente nos estágios do ritual de passagem do CFO. Por já serem “quase oficiais”, os cadetes do Terceiro-ano entendiam que deveriam ser tratados com mais “consideração” com relação aos demais alunos do CFO e os do Segundo, por sua vez, achavam que deveriam ter mais privilégios que os do Primeiro. Pelo visto, a percepção deles indicava que, de fato, isso não havia acontecido naquela ocasião, senão, vejamos.

A cena seguinte mostra Dorothy segurando uma enorme espinha de peixe modelada em cartolina branca. Segundo os criadores da peça, aquilo significava o estacionamento, exclusivo para os veículos dos oficiais que havia, com esse formato, ao lado do prédio principal da APM.

“A tal da espinha de peixe era o estacionamento externo ali da bomba de gasolina, que sempre foi assim. Enquanto a gente foi Primeiro e Segundo-ano, o Terceiro-ano sempre utilizou aquele estacionamento. Essa era uma reivindicação razoavelmente até boba. A gente só queria colocar o carro mais próximo. Uma coisa de certa forma de tradição na Academia e isso foi vetado pra gente. E isso não foi dado. A gente só usou aquele do ginásio. Na peça a gente comenta sobre a espinha de peixe, porque naquela altura, no meio do ano, não tinham concedido ainda. (...) A espinha de peixe era um símbolo da conquista do Terceiro-ano, uma forma de quem está abaixo ver que o Terceiro-ano realmente é o dono da escola – ‘poxa o Terceiro-ano coloca o carro aqui, a gente tem que colocar lá atrás; quero ser Terceiro-ano’. E outras coisas que a gente não teve direito. Pelo contrário, teve vezes de o Segundo-ano por o carro lá, porque o comandante de companhia dele era bom com eles e o nosso comandante não queria. E isso vivia acontecendo” (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano e um dos escritores da peça de 2006).

Após negar a “espinha de peixe” à Dorothy, o Mago dos Affonsos aconselha-a a continuar trilhando seu caminho para tentar conquistar a tão almejada “goiabada”. Para isso, lhe sugere ainda que busque a ajuda de três personagens. Neste momento surge Espantalhoso, com sua exótica cabeleira vermelha, não falando coisa com coisa e se exasperando a todo o instante por meio de gestos histéricos; depois, vem o Leão, medroso e indeciso; e, por último, o Homem de Lata, comandando “sugas” e “ralações”, insensível e, às vezes, estúpido no massacre da língua pátria. Se, no filme, o óleo era vital para o Homem de Lata que precisava ser lubrificado constantemente para não ser imobilizado por uma ferrugem voraz, na peça teatral, a coca-cola foi o substituto ideal, porque revelava o oficial “alfinetado”, em sua conhecida aficção por esse refrigerante na vida real.



Figura 15 – O Homem de Lata e Espantalhoso

Creio que a cumplicidade entre o Homem de Latas e Dorothy (Terceiro-ano), marcada nos momentos em que ele era abastecido com seu refrigerante predileto pela garotinha, reforçava a maneira como as características daquele personagem encontravam-se posicionadas positivamente no sistema de valores nativo. Inclusive, parece ter sido essa a percepção do próprio “alfinetado”. Assim, tanto o “trote-brincadeira”, quanto a suga positiva se legitimavam.

“Nesses três oficiais, a gente queria dar uma ‘alfinetada’ maior; sendo que num deles ficou bem *light*, porque a gente usou coisas que ele não se incomoda. Seria algo que para ele não seria nenhuma ofensa. Já os outros dois foi um pouquinho mais pesado, né? O homem de lata não se incomodou, mas o espantalhoso e o leão, aliás, o leão nem tanto, mas a espantalhoso... foi a que mais se incomodou.” (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano e um dos autores da peça de 2006).

Havia um uso diferenciado das estratégias simbólicas: contra uns usava-se a “alfinetadinha” de significado positivo, semelhante ao “trote-brincadeira”, contra outros, a “alfinetada” intencionalmente mais contundente, com o mesmo sentido da “sacanagem” que afasta por seu caráter negativo e conflituoso. Noutras palavras, a “sacanagem” era entendida como uma intencional piada de mau gosto.

O sentido original da “Semana Cultural” era, de fato, o da “brincadeira”. Porém, naquele ano, prevaleceu a “sacanagem” contra os oficiais em resposta às “sacanagens” que os cadetes percebiam sofrer por parte daqueles. Apesar disso, os próprios organizadores reconheceram que, em alguns momentos da peça, a estratégia teria fugido de seu controle, fazendo com que a “brincadeira” pudesse ser percebida como uma “sacanagem”. Uma delas, inclusive, pareceu ter carregado o tom da peça, transformando seu “riso festivo” do passado, num “humor negativo” que a sátira daquele ano passou a revelar (Cf. BAKHTIN, 1999, p. 10-11).

“A gente pegou mais pesado até com oficiais que talvez até não merecessem. Analisando friamente depois, a gente percebeu que nem de longe ele merecia ser sacaneado como se fosse um abobado mental. Ao mesmo tempo, nesse aspecto a gente não queria zoar ele não, foi que o cara que imitava ele tinha esse trejeito de falar e ele só sabia interpretar daquele jeito. Acho que até pela empolgação do momento, ele exagerou na interpretação. Foi uma coisa que não foi combinada, foi meio que sem querer. A gente não falou: ó, faz um débil mental, a gente quer comparar ele com um doente. Não foi. Não foi programado. Saiu na hora, ele só sabia interpretar daquele jeito, e aí ficou com esse caráter que pareceu que a gente quis pegar muito no pé, mas não foi. O que a gente quis foi ‘zoar’ ele foi com outras situações engraçadas”. (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano e um dos autores da peça de 2006).

E parece que o resultado também não foi o esperado:

“O aluno que imitou o Capitão B. foi perseguido. A gente via que a fiscalização passou a ser maior. Nós acabávamos pegando um LSzinho. O Comandante [da APM] falou que tinha gostado, mas acho que não gostou muito não”. (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano).

“Teve uma cena no Mágico de Oz, acho que foi do Capitão B., e houve uma perseguição do CA. Tentaram pegar o aluno [ator que representou o capitão] no ‘coturno sujo’. Eu entendi que o Terceiro-ano passou dos limites”. (2º Tenente; à época, cadete do 2º ano)

Os oficiais perceberam-se como alvo da afronta e, ao compararem o teatro daquele ano com os dos anos anteriores, identificaram uma perigosa ameaça às regras do militarismo.

“Em 2005 foi divertido”. Falava de ‘Um dia no CA’ e começava com o Capitão J. S. jogando um jogo fictício com as portarias; quem tinha mais punição. Pagode nos intervalos. Era como se o CA fosse uma grande festa e quando os alunos entravam aqui, virava uma formalidade. Confetes. Já no mágico de Oz havia críticas desnecessárias. Um oficial abobado, como se fosse desconectado do mundo. Não havia crítica aos alunos, eram vários personagens, mas todos se relacionavam aos oficiais da APM. Dava para perceber quem era quem. Quem não conseguia perceber eles colocavam nomes grandes, insígnias grandes que, às vezes, nem existiam, para

identificar os oficiais Teve gente que gostou, mas os que foram citados de forma acintosa não gostaram, mas não disseram. Achei que não deveria ser feito daquela forma. Cada oficial tinha seu personagem específico. Leão, sem coragem; Marlin, era o mago, não era do CA; Homem de Lata, sem coração; Espantalho, ... A menina Dorothy era o Terceiro-ano. Eu era a única mulher do CA, por isso, era notório quem estava sendo representado. Tinham nomes engraçados, mas não lembro”. (Capitão; à época, comandante de pelotão no CA).

A peça segue satirizando as características de vários oficiais da APM e, para muitos, aquilo já passava dos limites. Tendo deixado de lado o espírito do “riso festivo” de antes, quando os próprios alunos “brincavam” entre si para humanizar o sistema, a “semana cultural” entrava agora numa fase mais agressiva, a da “sacanagem” contra os oficiais. Um risco calculado que, segundo os cadetes organizadores, significava o seu “grito de liberdade”. A cena final traz os personagens principais reunidos em torno do Mago dos Affonsos, aguardando que seus pedidos sejam atendidos. O primeiro a falar é Espantalhoso:

- Preciso de um cérebro – diz ele

- Eu vou falar só uma vez: você não precisa de um cérebro; você já tem um – retruca o Mago.

- Tá, tá – resigna-se Espantalhoso.

- Eu vou te dar uma coisa muito melhor, e pelo que eu sei, é muito do seu agrado: uuumaaaa.... CHAPINHA! - grita o Mago, segurando um aparelho de alisar cabelos que, segundo os autores, significava um ataque alusivo às madeixas desalinhas e sempre fora do padrão da escola, que era uma das características da oficial alfinetada.

Agora era a vez de o Leão receber sua “coragem”, simbolizada nas três medalhas que o Mago lhe oferece. Tal como ocorre nas solenidades da APM, o Leão é condecorado com a “Sangue de Herói”, a “Nossos Bravos” e a medalha do “Mérito D. João VI”. Mas quando fica sabendo o preço delas, as devolve:

“O quê? Setenta reais? Não quero. Toma elas de volta, Mago”.



Figura 16 – Dorothy, Espantalhoso, Homem de Lata, com o Leão à frente

Aqui há uma crítica direta ao fato de os cadetes terem tomado conhecimento de que algumas medalhas ofertadas na PM, e usadas por muitos de seus oficiais, são compradas pelos condecorados. Esse talvez seja o caso da Medalha Sangue de Heróis, cujo valor é revertido em receita para uma associação de ex-pracinhas do Exército. Parece que aqui prevaleceu também a crítica, tanto à uma “honra” meio que comprada, quanto à busca estratégica e articulada por sua outorga, o que conflita com os fundamentos do verdadeiro mérito pelo desempenho individual.

Nesse momento, o Homem de Lata se aproxima e pergunta ao Mago dos Affonsos:

- Eu não tenho coração, mas o que você tem para me arrumar? O Mago então lhe oferece um enorme coração cortado em cartolina vermelha.

- Para que é isso? Eu não quero isso - grita, irritado, o Homem de Lata, arremessando longe o coração de cartolina vermelha que acabara de receber e passando a procurar algo que o substitua dentre os objetos que compõem a cena.

Nesse momento, o Mago pega alguma coisa dentro da caixa de ofertas, pára e se vira para platéia a quem mostra uma enorme insígnia do Curso de Operações Especiais do BOPE, com a caveira e as pistolas que a caracterizam.

- Ah! Isso aqui você vai quereeer - diz ele.

E o Homem de latas, parecendo ter ficado satisfeito com seu novo presente, o cola com toda a força no peito, gritando o brado do BOPE, acompanhado de um sonoro palavrão:

- C A V E I R A, Pooorrra!

A platéia vai ao delírio.

Agora é a vez de Dorothy perguntar:

- E, agora, Mago, cadê a minha goiabada?

Dessa vez o Homem de latas substitui o Mago na condução da cena, mostrando novamente uma proximidade entre ele e a menina que representa os cadetes do Terceiro-ano. Com o seu jeito bronco, ele entrega o desejo de Dorothy:

- Calma, minha pequena. Você vai ganhar a sua goiabada. Ela estava com você o tempo todo – diz ele.

- Ah, comigo não - rebate ela.

- É verdade. Eu a estava guardando para quem a MERECESSSE. Hum, deixa eu ver (olhando para os dois duendes): Um certo duende Zero - um?

- Sim, senhor - respondem juntos os duendes.

- Vocês merecem a goiabada? - pergunta o Mago, parecendo duvidar da legitimidade da escolha do cadete padrão.

- É, concordo que não – resigna-se o duende Zero-um.

- Viu, como eu disse, você vai ganhar a sua goiabada. Dirigindo-se novamente a Dorothy.

O Homem de latas, então, entrega à menina uma lata imensa, cujo rótulo traz escrito a palavra goiabada em letras garrafais. No início, Dorothy parece feliz, mas, na medida em que procura por algo que não encontra, vai ficando cada vez mais preocupada.

- Mas, Homem de lata, essa lata está fechada. Onde está o abridor para eu abrir minha goiabada?

- Ah! Isso vocês vão ter que conquistar!

- ?

E assim, com uma estrondosa gargalhada da platéia e com alguns oficiais nitidamente constrangidos, termina a peça do Teatro dos Cadetes de 2006.



Figura 17 – Dorothy recebe sua “goiabada”

4.2.3. Resumo da Ópera

Fica evidente nesse confronto entre diferentes percepções acerca do discurso ritual da APM a existência de algum consenso que ratifica as regras liminares do CFO. O próprio tema da goiabada no Teatro dos Cadetes parece guardar, na verdade, semelhanças com o significado da espada nos ritos de passagem que compõem o universo cultural nativo. Tanto uma quanto a outra deveriam ser conquistadas por meio de um sofrimento transformador capaz de despertar no indivíduo a quantidade necessária de “vibração”, elemento essencial daquela alquimia ritual. A fala dos personagens que representavam os oficiais no Teatro de 2006, alegando sempre que a “goiabada” devia ser conquistada e não simplesmente adquirida, serve para evidenciar esse argumento.

Creio que a percepção dos oficiais sobre o fato de os cadetes do Terceiro-ano não terem obtido seus “direitos” de vencedor como esperavam no final daquele estágio da passagem, era a de que a cota de sacrifício necessária para a eficácia do processo não havia sido desprendida. Aquela simples falta de “vibração”, portanto, pode ter sido suficiente para

comprometer a eficácia do ritual, fazendo com que a transformação social de seus *status* não tenha ocorrido como deveria.

Pareceu-me que os cadetes, por sua vez, sentiram-se injustiçados por entenderem que, apesar de até então terem sido disciplinados, aguardando pacientemente pelo incremento gradativo do poder, como manda o figurino da hierarquia militar, não haviam ainda adquirido seus “direitos” naquela passagem. Por retratar essa insatisfação dos cadetes como uma espécie de revanche ritual, a peça revelou-se como contraponto simbólico aos ritos punitivos promovidos pelo CA. Creio que nesses dois espaços se pretendesse atingir o estoque de reputação no corpo simbólico do outro que, naquele momento, era o adversário político desprovido de poder sobre os mecanismos de produção simbólica do ritual.

“Aquilo [no primeiro ano] dava uma sensação de igualdade; não havia privilégios. Minha turma era tudo “filho de zé”; não tinha filho de coronel como em outras turmas. Por causa disso, nosso Primeiro-ano foi exemplar. Então, não tinha o que protestar no teatro do primeiro ano (2004), não havia nenhum sentimento de vingança. Era só uma forma de se expressar, de mandar um recado, de brincar com o veterano. Era tanto, que a gente brincava só com quem a gente gostava. A peça daquele ano foi feita assim, para que ninguém se aborresse depois, mas mesmo que tivesse alguém aborrecido, nós estávamos autorizados. Sabíamos que poderíamos contar com os oficiais se algum veterano nos perseguisse, pois a missão foi dada por eles. A gente percebia que alguns mudavam a postura só porque a gente tinha brincado com eles no teatro. Uma caricatura exagerada na peça, por exemplo, o cara ia lá e não se comportava mais assim, porque sabiam que a gente tava reparando neles” (2º Tenente, à época, cadete do 3º ano).

Em 2004, quando os organizadores da peça ainda estavam no primeiro ano do CFO, não havia razão para destilar nos adversários o que Bakhtin (1999) chamaria de “humor negativo”. Naquele momento o Teatro ainda tratava da relação entre bicho e veterano, sem promover grandes “alfinetadas”, pois, segundo esses mesmos organizadores, havia cooperação entre os grupos que compunham o campo político da APM. Isto me levou a crer que, na época, o ritual de passagem vinha funcionando de acordo com o esperado por todos aqueles grupos posicionados.

“Para a peça [de 2004] a gente foi incrementando as caricaturas das pessoas, a nossa e a dos nossos veteranos; alguns trejeitos, o que um tinha de mais engraçado. Mas, dava uma exagerada é claro. O tema era a rotina da APM, desde que o cadete era candidato e fazia o vestibular da UERJ. Canções militares, sendo vividas de forma caricata pelo aluno. O ‘contemplando o horizonte’ do hino Nacional, por exemplo, mostrando o bicho bem apaisanado, com o olhar perdido no horizonte. Era aquele choque que tem até o momento do espadim. Na peça tinha um ET [extra-terrestre] que fazia uma comparação do filme com o aluno da APM, que representava o contato do bicho com o veterano. O bicho ali, todo assustado, mas tocando o dedo do veterano, com cumplicidade. Eles ali, né, meio que não se entendiam, mas ao mesmo tempo, havia cumplicidade, tinham uma relação de amizade” (2º Tenente; à época cadete do 3º ano e um dos escritores da peça de 2006).

No segundo ano, todavia, isto é, em 2005, algo pareceu não ter saído como o socialmente esperado no curso da passagem que representa o CFO. Assim, os cadetes pressentiram que algo deveria ser feito, ou melhor, ser dito “àqueles oficiais alheios a tudo”. Era necessário um ajuste e, pelo que parece, o teatro foi visto como uma boa oportunidade para a renovação do sistema. Aqui, portanto, o teatro dos cadetes guarda alguma semelhança com aqueles “rituais de rebelião” observados por Max Gluckman (1974) no sudeste africano. Primeiro, a própria ordem estabelecida - a da *caserna* - era quem reservava esse espaço, ou seja, o Teatro, para a sua renovação controlada; depois, o alvo do ataque não era a ordem em si, mas o desempenho inadequado de alguns papéis sociais, cujos modelos eram informados pelos rituais que compunham as solenidades militares da APM. Por isso, da mesma forma como ocorreu à Gluckman, o Teatro não me pareceu ter um sentido revolucionário, senão o de rebelião.

“A peça era importante para turma, porque tudo de ruim que acontecia com a turma, vinha algum aluno e perguntava: isso aí vai entrar na peça né? Vai botar aquilo na peça né? Porque era um anseio da turma em ver aquilo explodindo; de ver os outros oficiais, os bons oficiais, que não sabiam que aquilo acontecia, tomando conhecimento daquela forma. A ponto de depois ter discussão entre os oficiais. Mas é isso? Você não faz e você cobra? Era uma forma de se expressar, era o famoso ‘chutar o balde’, era a forma de se tomar conhecimento de tudo o que acontecia no CFO até aquele momento, inclusive as coisas mais sórdidas. Cada um reagia da forma que sua índole julgasse”. (2º Tenente; à época, Cadete do 3º ano e um dos autores da peça de 2006).

Desde que foram convocados pela primeira vez pelo então Comandante do CA para, junto com os cadetes das demais companhias, elaborarem as peças teatrais de suas turmas, esses organizadores já vinham se especializando para, naquele segundo ano, se tornarem, já num tom incipiente de “rebelião”, os renovadores da ordem social estabelecida. Foi, portanto, por um descuido do próprio sistema de vigilância da APM que o Teatro passou a se transformar num espaço de explosão criativa do indivíduo e suas liberdades dentro de uma estrutura rigidamente controlada.

“Naquele ano [2005] tivemos a primeira grande mentira do CFO; o primeiro grande mito havia sido quebrado: a de que o Segundo-ano está na escola para só descansar, malhar e se preparar intelectualmente para ser um Terceiro-ano ainda melhor. Mentira! O outro Segundo-ano na nossa frente já tinha sofrido isso também. Nós não tivemos isso no primeiro ano, porque nosso comandante de CIA era uma pessoa muito justa, o que não ocorria com o deles. Não se respeitava o militarismo, a hierarquia. A liberação, por exemplo, enquanto o Segundo-ano estivesse sendo sugado: ‘- sobe, troca de roupa!’, enquanto não fosse liberado, o nosso comandante de companhia não liberava nossa turma. Muita gente da minha própria turma achava aquilo certo, mas eu achava que era errado e que era uma tradição. Então não fazia sentido o Segundo-ano não estar liberado e o Primeiro-ano sim. Só se fosse alguma coisa extra, algum serviço extra que o Primeiro-ano não pudesse fazer, ou prever, algo assim. Principalmente quem está novo na Academia isso é importante”. (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano e um dos escritores da peça de 2006).

Havia um consenso nos discursos de cadetes e oficiais de que as peças dos anos anteriores haviam sido menos acintosas do que a do último. Creio, portanto, que esse clima apoteótico só pôde enfim ser atingido em 2006, devido ao ensaio inicial dos organizadores, que se especializaram enquanto observavam sua própria geração seguindo normal o fluxo controlado de sua passagem. Mas, como vimos antes, por algum motivo esse fluxo pareceu ter-se desgovernado.

A peça do terceiro ano (2006) foi, portanto, uma “alfinetada” maior e, segundo componentes de todos os grupos posicionados naquele “campo”, ela havia mesmo excedido os limites pré-estabelecidos pelas regras nativas. Alguns oficiais entenderam que o comportamento dos cadetes organizadores confirmava, de fato, a percepção que tinham do Terceiro-ano, isto é, de que “aquela era uma turma indisciplinada”. Segundo esses mesmos oficiais, o grupo mentor “monopolizou” o teatro com esse propósito de afrontar o militarismo. Apesar disso, esses oficiais se resignavam diante da força da hierarquia, por entenderem que aquele espaço, apesar de perigoso, havia sido criado e autorizado pelo próprio escalão superior da APM, a quem não convinham contestar:

“Nunca ninguém foi preso ou punido; acabaram se relevando porque se abriu essa lacuna. Mas ela foi autorizada. Entendem que é uma festa, que não precisa supervisão. Depois de feito, ... Eu acho que não tem que ter mais, mas acho que se fosse de outra forma seria mais divertido; se fosse separado [cada turma fazendo o seu teatro] não haveria esse monopólio de informações. O Terceiro-ano é que está querendo bagunçar. Hoje inventam umas histórias ...” (1º Tenente, à época, comandante de pelotão da 1ª CIA).

Como disse, aquele pareceu mesmo ter sido o “grito de liberdade” dos cadetes, já que seus “direitos” não vinham sendo concedidos, mesmo depois de ele terem sido devidamente “sugados” no primeiro ano e de não terem ficado “esquecidos” no segundo, conforme obrigava a tradição. Nesse sentido, como os privilégios inerentes aos estágios alcançados não surgiam, a percepção foi a de que o “pacto” havia mesmo sido quebrado.

“No terceiro ano, a gente viveu a segunda grande mentira da Academia: foi dito à gente que o Terceiro-ano mandava na escola. A gente não mandou em nada. Pelo contrário, o Segundo-ano mandava mais do que a gente em alguns aspectos, né? Porque eles [os oficiais do CA] queriam que a gente punisse o Segundo-ano e o Primeiro-ano, mas principalmente o Segundo-ano. Para isso, eles começavam a cortar alguns direitos nossos sem dar justificativa, tipo: inventavam um deslize da turma e cortavam um benefício nosso. E diziam que a gente tinha que conquistar, que tínhamos que merecer e que aquele não era o momento daquele benefício. Era o que diziam para a gente: que a gente tinha que conquistar, que tinha que aguardar, que não era o momento. Davam como justificativa de que a gente não punia o Segundo-ano suficientemente para que os direitos deles fossem vetados, para que eles pudessem brigar..., porque era uma inversão de valores, que dizer, os oficiais da nossa companhia queriam brigar para que o Primeiro-ano e o Segundo fossem muito ruins, para que o Terceiro-ano pudesse gozar desses privilégios, quando na verdade tinha que ser exatamente o oposto. Não havia uma preocupação em querer realçar o

nosso lado positivo. E aí a gente viu a terceira grande mentira da Academia, que durante os três anos do CFO a gente ouviu que a nossa turma é uma das melhores turmas que todo mundo já viu. E essa tal melhor turma que todo mundo já viu nunca ganhou nada, só foi punida, só sofreu, só teve o licenciamento sustado, estudo obrigatório. E os direitos, que era uma tradição da academia, tinham de ser conquistados, quando esses ritos fossem sendo cumpridos, a gente não conseguia, e foi assim durante todo o ano. Aí a peça, pela proximidade de estar saindo da Academia, foi ‘alopração’ total. Aí foram piadas pesadíssimas, jogando na cara dos oficiais todas as podridões que já foram feitas. Tudo que a gente detectou no CA” (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano e um dos escritores da peça de 2006).

Para os oficiais, aquele comportamento inadequado do Terceiro-ano se deu porque seus componentes “piruavam” muito, eram “melindrados” demais e não tinham “vibração” alguma. Aqui, ao evidenciar a falta de controle da ordem estabelecida - e creio ter sido isso o que os organizadores também pretendiam - o teatro pareceu ter perdido finalmente aqui a referência de um “rito de rebelião” (GLUCKMAN, 1974), no entanto, vários outros aspectos do ataque mostravam que ele ainda continuava a não contestar à estrutura em si, mas o comportamento de algumas pessoas específicas do grupo adversário.

Nesse sentido, apesar de ambos os grupos terem percebido uma quebra do “pacto”, segundo suas próprias representações, o sistema parecia não ter sido o alvo principal do ataque, o que de certa forma ainda o ratificava. Dessa maneira, as “alfinetadas” de maior intensidade, que pareciam fugir ao controle do CA, se dirigiam àquelas pessoas cujos comportamentos eram percebidos como não-adequados. “Não se respeitava o militarismo, a hierarquia”. Era exatamente isso que a *contrario senso* ocorria nos ritos punitivos, onde o sistema se atualizava quando os punidos eram simbolicamente atingidos. Ali, os cadetes também eram punidos depois de terem sido julgados como não-cumpridores de seu papel social estabelecido, segundo a percepção dos dominantes, que, naquele momento, tinham o poder sobre os mecanismos da produção ritual. No Teatro, alguns oficiais também eram simbolicamente atacados depois de terem seus comportamentos julgados inadequados, agora, pelos dominados. E tudo isso sem que a ordem fosse colocada em questão, ao contrário ela era confirmada. Creio que, por isso, os cadetes aceitavam aquele sofrimento como algo necessário para a construção social de suas identidades de oficiais, contanto que esse sofrimento ocorresse sob regras universais do ponto de vista do “militarismo” e não sob regras casuísticas e particularizadas. Nesse sentido, o Homem de Latas, que apesar de ter sido um dos “alfinetados” na peça, apresentava características positivas para os cadetes. Seu jeito bronco de infante, sua racionalidade tímida e o brevê do curso de operações especiais condensavam significados emocionais que caracterizam a *caserna*, ao mesmo tempo em que revelavam a posição que esses valores ocupavam no sistema cultural nativo.

“Nossa turma nunca reclamou por mais que a gente visse que a suga era exagerada; a gente entendia o propósito. E a gente tinha em mente que não bastava só querer ser oficial, a gente tinha que sofrer na pele as dificuldades da profissão. Ninguém ali era cego. Tinha muito ex-praça na minha turma que falava que a realidade na favela era aquela. Tem certos momentos que não se pode vacilar, que não pode ter nojo, pois é nesse momento que o policial militar acaba sendo ferido. Nesse aspecto até a suga ajudava, porque a gente acabou perdendo muitos dos receios da vida civil. Não é animalizar o homem, é prepará-lo para, se necessário for, ele agir daquela forma, o instinto de sobrevivência dele não se limitar por algum melindre”. (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano do CFO).

Tanto o sofrimento, quanto a “igualdade” hierarquicamente relativizada, e alegada por eles como um dos seus “direitos”, pareciam mesmo estar dentro desse propósito da formação profissional militar. Dessa forma, os cadetes pareciam não concordar com o tratamento privilegiado que o CA dispensava aos “considerados” sem um critério hierárquico. Da mesma forma, pareciam também discordar da falta de critério nas punições que acreditavam extrapolar o espírito da formação militar estabelecido no “pacto ritual”. Para eles, tanto a punição educativa, quanto a “suga” do tipo “brincadeira”, percebidas positivamente como elementos necessários na construção do novo *status*, eram bem aceitas, ao contrário da punição banalizada que já havia perdido o seu sentido de ajuste devido aos desvios do sistema. Essas “injustiças”, pelo visto, haviam sido o principal motivo da rebelião simbólica do Terceiro-ano.

“A gente já estava num nível que não se importava se ia vir punição ou não. A gente só queria era dar esse grito de liberdade, porque no primeiro ano a gente deu umas alfinetadas em certos veteranos e viu que a postura deles mudou, e a gente tentou fazer a mesma coisa com os oficiais” (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano do CFO e escritor da peça).

“Eu ajudei a montar o cenário do último teatro. A idéia surgiu com a vontade de afrontar os oficiais. Pensamos que iríamos ser tratados como oficiais no Terceiro-ano, mas houve mesmo foi muita punição. Minha turma tinha mais de 600 DRD¹⁴¹. A nossa revanche foi mostrar as características dos oficiais. O pessoal se exaltou e parece que passou dos limites. Antes não passávamos, só alfinetávamos”. (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano do CFO).

Mas, como eu disse, essa “igualdade” pleiteada pelos cadetes também tinha um significado de privilégio quando confrontada com a universalidade democrática que encontramos na ideologia da “rua”. Nesse sentido, o pleito dos cadetes estava mais para uma reação contra o que eles acreditavam ser um “insulto moral”¹⁴² por parte do CA, isto é, uma experiência de injustiça vivenciada em razão de uma “desconsideração”¹⁴³ numa dimensão moral, do que uma afronta contra uma regra estabelecida oficialmente. Aquele pleito, que poderia parecer a princípio um comportamento típico da *rua*, se posicionava, portanto,

¹⁴¹ Vale lembrar que o DRD - Documento de Razões de Defesa - havia substituído a Portaria, desde 2005.

¹⁴² No sentido de Oliveira (2002).

¹⁴³ Idem, *ibidem*.

segundo as regras da *caserna* e seu contexto hierárquico. A “igualdade” pleiteada era, então, relativa e se referia a privilégios “naturais” concedidos “igualmente”, mas dentro do critério militar da “antiguidade” que as turmas adquirem na medida em que vão ultrapassando os diferentes estágios de seu processo de formação. Essas diferenças talvez ocorram por um efeito da temporalidade interestrutural do ritual que existe especialmente naquele espaço liminar. Nesse sentido, vale lembrar que o Estatuto Policial Militar não estabelece diferenças legais e estatutárias para categoria de Aluno-Oficial PM na estrutura organizacional da PMERJ. Elas são criadas, portanto, pela própria dinâmica do campo.

“Pô, revista de cabelo e de fardamento a gente tinha solicitado que fosse no alojamento, até para não expor o Terceiro-ano, para não ficar fazendo a mesma coisa que o Segundo e o Primeiro. A gente não queria deixar de fazer a revista, mas que fosse realizada no alojamento. Isso era plenamente possível e já que era realizado assim na época dos meus veteranos. A revista de farda do Terceiro-ano era sempre feita no alojamento, reservada. Para o Terceiro-ano ter imponência, porque ele precisa ser o braço direito dos oficiais. Ninguém melhor para conhecer e identificar as sementes podres no CFO, do que o Terceiro-ano. E essa ferramenta, ao meu ver, só foi utilizada corretamente na época do meu primeiro-ano, em que o Terceiro-ano foi realmente utilizado como um braço gigante de um polvo que abraçava ali o CFO, fiscalizava e via tudo e se reportava aos oficiais. Não houve isso; meu Terceiro-ano ficou ali reles no mundo. O importante é que o Terceiro-ano é uma ferramenta de muito poder para os oficiais. É uma questão de lógica; o que é mais fácil, 140 fiscalizar 140, ou três fiscalizarem todo o CFO. É até um desperdício não utilizarem o Terceiro-ano”. (2º Tenente; à época, cadete do 3º ano).

Assim, o teatro dos cadetes apresentava uma lógica similar a do ritual punitivo, só que produzida a partir de diferentes posições e percepções dentro do “campo”. Ele atacava, por seu turno, a usurpação do papel de “veterano” por parte do oficial que, extrapolando suas funções, se imiscuía nas “sacanagens” e “brincadeiras” típicas do “adaptador”. Assim, ficava claro o que os cadetes esperavam do oficial, isto é, um comportamento típico de orientador, talvez o do guru em sua incumbência de ter de lhes apresentar os *sacra* da profissão, e não o do indivíduo inoportuno que se intromete nas “pequenas políticas” do CFO. Naquela altura, já não cabia mais ao oficial participar diretamente do processo de adaptação dos cadetes e, nesse sentido, as “alfinetadas” dos cadetes funcionavam como um ajuste para aquele que, eventualmente, havia se desviado do curso de seu papel social. Mas elas também só eram eficazes no momento em que os oficiais alfinetados realmente interiorizavam essa punição às avessas, retornando ao comportamento socialmente esperado dentro daquela representação das regras de iniciação militar. Como se pode ver, os cadetes também desenvolveram, de forma criativa, seus próprios mecanismos simbólicos para dramatizarem sua representação de punição contra oficiais desviantes, tal como eles próprios eram ajustados nos ritos punitivos da APM.

4.3. SOBRE OS RITUAIS DA APM

Observando atentamente todos esses rituais na APM, tanto os que ocorriam por ocasião das solenidades para tratar da “grande política” da PMERJ, quanto os que ocorriam na margem da passagem dos cadetes pelo CFO, tratando daquelas “pequenas políticas” elaboradas em seu campo sociocultural, pude verificar que, como ações sociais, eles formavam um sistema de comunicação simbólica por meio do qual a cultura nativa transmitia significados (LEACH, 1978; GERTZ, 2003). Nesse sentido, era curioso que uma instituição extremamente preocupada com a transmissão literal de seu programa oficial (ordens de serviços, regulamentos, etc.), ainda se fazia valer tão intensamente desses mecanismos de comunicação não-escrita.

Analisar essa dimensão simbólica me permitiu, sem dúvida, concluir que, apesar da representação militar da APM como um ambiente extremamente harmônico e controlado, ela na verdade apresentava conflitos interessantes para se entender a lógica da construção de sua identidade institucional. Dessa forma, também pude perceber que, apesar de os significados transmitidos nessas comunicações rituais serem compartilhados pelos nativos, o modo como eles eram apreendidos dependia tanto do posicionamento do indivíduo, ou do grupo em que naquele momento ele estava integrando, quanto da maneira pela qual seus esquemas de percepção eram interiorizados. Por isso que, para entender esse processo, tive de estender minhas observações até à dinâmica do campo, ritualmente dramatizada naqueles eventos.

Semelhantemente às constatações de Castro na construção do que este autor havia chamado de “espírito militar” (CASTRO, 1990), a *caserna* também se manifestava na APM com uma lógica contrastiva de separação simbólica, inclusive na construção das identidades desses grupos internos. Estas identidades devem, portanto, ser observadas de uma maneira dinâmica por conformarem totalidades relativas. Seus indivíduos que ora são policiais, ora militares e, ora, policiais militares, internamente também são “bichos”, “veteranos”, “ímpares”, “pares” e, numa totalidade mais ampla, são cadetes da APM, ou ainda oficiais da PMERJ. Essas diferenças têm se reproduzido, de geração para geração, dentro de uma dinâmica que proporciona interpretações diferentemente posicionadas acerca do militarismo e

das regras da iniciação do cadete. É aqui que fica evidente a grande riqueza simbólica que dá vida a uma intensa atividade ritual, como a observamos na APM. Ao informarem diferentes visões de um mesmo mundo em conflito, esses rituais, que aparentemente se conservariam dentro de uma ordem militar estática, apresentam um dinamismo próprio capaz de dramatizar, por exemplo, as relações alternadas entre as turmas. Para que seus significados fossem observados, foi necessário primeiramente tentar entender essa dinâmica social.

Creio que a maneira peculiar de cada grupo se apropriar do conteúdo cultural na APM se deva, em grande parte, à “vibração” que alimenta os rituais. Esse elemento alquímico, ou melhor, a parte dele que de maneira particularizada se manifesta no indivíduo é, sem dúvida, fundamental para a “eficácia simbólica” daqueles rituais. Nesse sentido é que eles, isto é, os rituais da APM se assemelhavam de fato aos ritos militares observados por DaMatta (1990). A “vibração”, ou, como diria Turner, a “emoção praticada” (Cf. TURNER, 2005) era estimulada coletivamente pelos “adaptadores” na APM, mas, por outro lado, ela também se manifestava de uma maneira diversa nos indivíduos, ou mesmo nos diferentes grupos que participavam da socialização promovida pelo CFO; quando não, ela era uma emoção fingida, utilizada num sentido prático pelo indivíduo em sua luta pela sobrevivência social naquele ambiente dinâmico.

A relatividade dessa eficácia foi evidenciada pelos diferentes discursos da APM que, quando vistos dentro de uma mesma mensagem ritual, apesar de seus momentos distintos¹⁴⁴, proporcionavam um interessante duelo simbólico a partir de um código comum. De um lado, havia a maneira pela qual o CA representava a *caserna*, e do outro, o discurso “alternativo” dos cadetes acerca dessa mesma *caserna*. Em ambos os domínios, alguns papéis sociais eram atacados pelos diferentes grupos com suas diferentes representações. Os alvos se diferenciavam, mas a lógica punitiva era a mesma, ou seja, o que se pretendia era o ajuste do comportamento inadequado, o que me levou a crer que, em ambos os momentos, havia de fato uma purificação renovadora da *caserna*.

O fato de vários cadetes legitimarem, com o “Teatro”, o que entendiam ser a “disciplina” e a “hierarquia” militares vai nos mostrar exatamente essa ratificação da *caserna*. As características do Homem de Lata legitimavam a “suga” positiva como fundamental na “docilização do corpo”, que, em sendo ali valorizada, ajudava interiorizar a *caserna*. Ocorre que essa “docilização do corpo” atendia somente aos propósitos da *caserna*, com a construção

¹⁴⁴ Possibilidade que já vimos anteriormente em Leach (1973)

de seus guerreiros, em detrimento da *rua*, o que ficou patente coma reação da platéia aplaudindo o Homem de Lata quando este recebia a insígnia da caveira das mãos do Mago.

Outro dado que também me pareceu importante, foi a ausência de uma comunicação verbal que informasse as regras de comportamento de uma forma clara e universal. Creio que essa ausência fosse intencional e fizesse parte da mesma estratégia política que perpassava toda a dinâmica social da APM, onde era necessária uma aura de mistério capaz de gerar a imprevisibilidade suficiente para o estabelecimento de uma diferenciação hierárquica entre as turmas naquela socialização parcializada do CFO. Talvez, essa fosse mesmo mais uma das táticas de um poder-saber difuso, no sentido de Foucault (2007; 2009). Assim, ao mesmo tempo em que os critérios hierárquicos estabeleciam o poder na APM, ou, em tese, deveriam estabelecê-lo, eles também orientavam a fórmula diferenciada de se distribuir o conhecimento àqueles que ascendiam no sistema. Nesse aspecto, a socialização dos cadetes da APM guardava alguma semelhança com a dos Baktaman da Nova Guiné, observada por Fredrik Barth (Cf. BARTH, 1975).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de pretender pesquisar meu próprio grupo nativo com certeza me exigiu um esforço maior de estranhamento, mas, por outro lado, permitiu-me também enxergar minha própria Corporação profissional de um ângulo mais esclarecedor. Diria que passei a vê-la “com outros olhos”. Se antes optei por um objeto clássico da antropologia que eu sabia existir em profusão na APM - o ritual -, pensando em, com ele, testar teorias antropológicas que me ajudassem a entender e a mapear significados da cultura nativa, como faria qualquer iniciante da disciplina, após esse exercício maior de estranhamento, eu já problematizava a própria presença daquele elemento na cultura nativa.

Problematizando assim aqueles ritos militares promovidos na APM, eu pude detectar em mim mesmo essas “naturalizações” a respeito da PMERJ, o que me fez cogitar as seguintes questões: - Porque tais ritos, entre outras tantas “equivalências” militares na APM, estariam assim tão presentes numa instituição que também era policial? Afinal de contas, por que razão a APM se representava como uma unidade de ensino militar, tal qual as que existem nas instituições genuinamente militares, se ela é um órgão da *polícia militar*, instituição que, como o próprio nome sugere, deveria abrigar, num mesmo arcabouço institucional, aspectos identitários de duas outras instituições já existentes de forma autônoma na sociedade brasileira? E se ela é assim tão “naturalmente” militar, em que momento da carreira os nativos incorporariam a parte policial da instituição? Creio ter sido a partir dessas questões que eu deixava de aceitar “naturalmente” a APM como uma academia militar.

O termo “caserna”, com que os cadetes freqüentemente se referiam à APM, bem como os símbolos trazidos do universo militar, pareciam-me fortes indícios de que apenas uma parte da instituição era privilegiada na socialização que ali se realizava. De fato era. Em campo, verifiquei a prevalência da ideologia militar na socialização dos cadetes, o que foi possível constatar sobretudo na observação de uma dimensão simbólica, cujos rituais evidenciavam conflitos com “fins não confessos” antagonizando os dois paradigmas que pareciam compor o *habitus* policial militar. Restava então a terceira questão: Em que momento da carreira policial militar o oficial interiorizava a *parte* policial desse *habitus*?

Estas questões se tornaram mais relevantes na medida em que a APM me foi apresentada pelos próprios cadetes como um espaço diferente, isto é, como uma “ilha da

fantasia". Diante disso, entendi que para compreender sociologicamente a APM e suas diferenças deveria fazê-lo com relação ao universo maior em que ela está inserida. Noutras palavras, para entender a "ilha" eu deveria conhecer um pouco mais do "oceano". Só sabemos o que a "ilha" representa e, conseqüentemente, o que essa representação nativa significa, quando a comparamos com o oceano institucional que a cerca. Foi observando a dimensão simbólica da APM, com toda aquela sua intensa atividade ritual, que eu chegaria à conclusão de que os conflitos existentes entre os pólos do *continuum* identitário institucional da PM possibilitava a geração de uma gama de tipos institucionais e de *habitus* peculiares.

Depois de interromper minha "aventura etnográfica" e retirar-me do "campo" por motivos alheios à minha vontade, pude refletir mais detidamente sobre aquele objeto, inclusive nas conversas que travei com policiais militares de outras Unidades. Foi então que percebi uma representação externa, que em parte se adequava à interna, onde a APM também era vista como um espaço diferente, sobretudo porque priorizava a *caserna*.

Ao contrário dos discursos internos, os discursos externos, não por acaso, apresentavam as categorias "polícia" e "rua" agrupadas num mesmo feixe de significados positivos, que geralmente se opunham à "caserna" e à "militar". Uma percepção que parecia corroborar o sentido adquirido pelo termo "polícia" no Ocidente. Os Romanos o latinizaram do grego *politéia* que significava tanto a *res publica* (coisa pública) quanto a *civitas*, isto é, os "negócios da cidade". Assim, ele teria se tornado *politia* em referência à *polis* e, com esse sentido, se aproximou de *imperium* que noutras palavras significa o poder coercitivo do Estado. Polícia e Estado então se confundem quando uma é a extensão do outro. Dessa forma, polícia passa a fazer parte de uma consciência coletiva ocidental como materialização do poder do Estado (*imperium*) na administração da coisa pública, e, apesar de cada sociedade construir organizações policiais a partir de suas peculiaridades, há certo consenso em torno desse conceito de polícia e de que seus agentes operariam internamente o monopólio da violência legítima do Estado.

Atualmente, a representação de uma "polícia-cidadã" tenta afastar a instituição policial do Estado tradicional para adequá-la a uma concepção de ordem burguesa. Embora Huggins (1998) observe que essa tentativa pode, na verdade, estar ocultando estratégias similares às que encontramos na tradicional hipótese da particularização do Estado por parte das facções politicamente dominantes (Cf. HUGGINS, 1998, p. 12-14), o fato é que a polícia agora atua nos burgos modernos junto a seus "súditos". Então, seja por meio de ações ou estratégias visíveis, seja por meio de uma agenda oculta, como se referiu Huggins, seu *habitat*

institucional é o espaço público representado pela vida cidadina, ou seja, a “rua”. É ali que presumivelmente a encontramos como uma instituição moderna. Nesse aspecto, os discursos de fora da APM, como o daquele policial militar me dizendo que “[os cadetes] *só aprendem mesmo a ser policiais é na rua*”, ganham coerência. Em outras palavras ele parecia dizer que, se a APM era “mais militarizada”, o que fazia dela o espaço onde o cadete “aprende a marchar”, era na rua que ele aprendia mesmo a ser policial, indicando que o complemento de sua socialização profissional se fazia com a prática cotidiana nesse espaço institucionalmente consagrado para a polícia.

Por esse prisma, os conflitos entre a *caserna* e a *rua* deflagrados na socialização do cadete não terminariam com “Aspirantado”. É provável que eles continuem numa segunda, terceira, ou, quem sabe, quantas socializações forem necessárias para que a *rua* seja interiorizada. Mas, como vimos, a instituição policial militar não reservava um espaço oficial para a socialização eminentemente policial, como a que existia de forma tão elaborada para a interiorização da *caserna*. Poderíamos então dizer que não há uma sistematização da *rua* sob o controle da Corporação, porque ali, na APM, a *rua* ainda é descartada sistematicamente como uma perigosa ameaça para a ordem institucional. Os rituais analisados neste trabalho mostravam que, naquele momento institucional, havia mesmo essa opção da instituição pelo descarte ideológico da *rua* como elemento perigoso da identidade policial militar, em nome da manutenção e da coerência de sua ordem simbólica. Esse mesmo elemento também era, de fato, rechaçado na dinâmica social que proporcionava iniciação e a formação dos cadetes, sobretudo porque os neófitos não o tinham em seus programas curriculares.

Contudo, seria preciso conhecer mais dessa socialização não sistematizada da *rua*, onde creio que tal hipótese pudesse de alguma forma se inverter. Nesse caso, a *caserna* é que seria englobada pela *rua* no momento em que a posição do indivíduo com relação ao Estado fosse invertida. Muito provavelmente lá também haveria ritos, mas com uma gramaticalidade invertida, quando os discursos partissem prevalentemente desse segundo pólo do *continuum* identitário policial militar. Todavia, esse é um objeto para futuras pesquisas. Por enquanto bastou entender que os discursos e comportamentos nativos observados já apontavam essa dicotomia.

Observar a APM como um ritual de passagem, à maneira de Turner (1974), ajudou-me também a entender esses valores praticados na própria dinâmica de seu campo sociocultural, sobretudo quando os cadetes estão entre um estado e outro, na fase liminar de sua transição, onde sabemos que “as características dos sujeitos são ambíguas”. Entre outras tantas coisas,

ritos de passagem ou de transição podem servir para controlar forças desprendidas nessa fase crítica que, dependendo da percepção dos que os promovem, são criativas ou destrutivas.

Na APM não foi diferente: havia um sistema de vigilância e controle com esse intuito na fase liminar da passagem dos cadetes pelo CFO. Por isso, observar seus processos punitivos, inclusive ajudado por uma análise quantitativa das punições disciplinares sofridas pelos cadetes, foi importante para entender o conflito latente entre esses valores e, ainda, as posições que os grupos tomavam de uma forma dinâmica em suas “pequenas políticas”. Somente a análise quantitativa, no entanto, seria insuficiente para perceber essas dinâmicas. Nesse sentido, os ritos militares sempre “diziam” alguma coisa segundo as representações de cada um desses grupos, dominantes e dominados, no sistema de vigilância e controle da APM; os últimos, quando buscavam, por um meio alternativo manifestar seu “grito” subversivo contra o discurso oficial produzido nos ritos punitivos. De uma maneira criativa, os cadetes utilizavam os mesmos mecanismos de comunicação simbólica para, assim, conseguirem projetar sua “voz” num espaço em que são ideológica e tradicionalmente silenciados como indivíduos. Nesse sentido, foi interessante perceber que os ritos militares produzidos ali na APM guardavam objetivos simbólicos muito parecidos com os dos ritos que remontavam as origens do Estado nacional com sua ideologia holística e coletiva que, em determinados momentos da história ocidental, travou combates ideológicos com outras cosmovisões, como o fisiologismo liberal burguês, ou mesmo o socialismo e o comunismo.

Todavia, tanto o discurso oficial da APM, quanto o discurso alternativo que partia de suas camadas subalternas convergiam para uma representação muito parecida acerca do “militarismo”. Num certo sentido, ambos reproduziam o mesmo processo de individualização gradativo controlado pela instituição para a aquisição de reputação e poder. Esse “protesto institucional” dos cadetes não se dirigia à ordem da *caserna* em si e nem a essa representação da “disciplina militar”, mas a papéis sociais que entendiam estarem inadequados para a hierarquia militar. De certa forma, esse fato mostrava uma eficácia relativa desses mecanismos, na medida em que eles também confirmavam a *caserna*, mesmo que de uma ótica diversa, em detrimento da *rua*.

Nesse sentido, foi interessante observar que o ritual militar, esse mecanismo de produção e reprodução simbólica, foi reforçado na PMERJ sobretudo durante a - e pela - ditadura militar. E foi no mínimo intrigante perceber que, não obstante os esforços da pedagogia formal pautada pela percepção de uma ideologia individualista moderna que se materializava nos currículos do CFO, ele ainda permanecia ali, vivo e pulsante, como um

dispositivo de retardo reproduzindo a *caserna* no coração da APM. Não haveria então por que se falar em “reforma da polícia”, inclusive com a criação de uma matriz curricular moderna e democrática para a PM como ultimamente vem sendo debatido, enquanto esses mecanismos continuarem “dizendo” um discurso ideologicamente diferente.

Dentro dessa perspectiva simbólica, creio que os argumentos que identificam no ritual militar um mecanismo de controle eficaz para melhor controlar policiais militares acabem se tornando contraditórios na medida em que afirmem também que o militarismo seja anacrônico para o serviço policial. Na verdade, observei que esses ritos controlavam sim – e descartavam – comportamentos percebidos ideologicamente como inadequados para a instituição militar, mas que, sem dúvida, eram mais compatíveis com os objetivos da instituição policial numa sociedade democrática. Creio que tais argumentos poderiam então ser robustecidos com a inclusão dessas hipóteses simbólicas, pois, para que de fato houvesse qualquer mudança em sua ordem institucional, talvez fosse primeiro necessária uma intervenção em sua ordem cultural, tal que propiciasse a inversão das posições ocupadas por esses elementos ideológicos no sistema de valores nativo.

Num momento em que a sociedade brasileira clama pela adequação de suas instituições ao atual panorama político - o que vale também para as instituições policiais –, a opção pelo descarte de forças consideradas destrutivas sob um enfoque ideologicamente anacrônico, representa um desperdício considerável numa eventual necessidade de mudanças. Nesse sentido, o controle exagerado - muitas vezes focado numa estética adequada – que nesses processos de transição, iniciação e socialização, tem orientado a manutenção de um *status quo* descontextualizado, pode significar perigosa represa para a criatividade individual, dentro de uma concepção ensimesmada do militarismo como me pareceu ocorrer na APM. Para todos os efeitos, a disciplina como característica da racionalidade moderna, mesmo a militar, pode perder seu caráter pragmático no momento em que lida com objetivos que se confundem por serem construídos em meio a essa dualidade identitária existente na PM entre a *caserna* e a *rua*.

Creio que os rituais militares possam, nesse sentido, apresentar a eficiência que tiveram no passado, quando se precisou intensificar a *caserna*, sobretudo na ditadura militar. Com certeza eles agora operariam a “naturalização” de uma eventual solução encontrada para o aparente dilema institucional da PM, o que daria coerência lógica para a existência do “pato” no mundo democrático. Assim, talvez se possa construir, já a partir de seus espaços de

iniciação e socialização, uma gramaticalidade simbólica devidamente ajustada aos princípios exigidos pela modernidade contemporânea e segundo o discurso da própria instituição.

A despeito dessas disputas simbólicas, pareceu-me que ocorria mesmo o surgimento de tipos e identidades que variavam num interessante *continuum* que ia desde a *caserna* até à *rua*. Portanto, não haveria propriamente um dilema, mas um processo gerativo que, desde que devidamente institucionalizado, poderá fornecer soluções que não o descarte, mas de fato a inclusão, se o “pato” for aceito como um todo em nossa lógica conciliatória. Talvez, nessa reflexão residam alternativas para esse suposto “dilema” institucional, isto é, ou o “pato” permanece o “patinho feio” com todos os complexos que a ambigüidade lhe suscita, ou busca encontrar, nessa própria ambigüidade, o propósito que o transforme no belo cisne do fim da fábula.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN. Uma leitura da Atuação dos Serviços Secretos ao longo do Século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 213 p.
- BAILEY, F.G. Gifts and Poison. In Bailey F.G. (ed.). *Gifts and Poison: the Politics of Reputation*, Basil Blackwell, Oxford, 1971, pp. 1-25.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. 419 p.
- BARBOSA, Livia e DRUMMOND, José Augusto. *Os Direitos da Natureza numa sociedade relacional: Reflexões sobre uma nova ética ambiental*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.7, n14, 1994.
- BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. 243 p.
- _____. *Ritual and Knowledge among the Baktaman of New Guinea*. Oslo: Yale University, 1975. 291 p.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECKER, H.S. *Uma Teoria da Ação Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- BERGER, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* /por/ Peter L. Berger /e/ Thomas Luckmann. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 247 p.
- BERMAN, Harold J., *La formación de la tradición jurídica de Occidente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 676 p.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. 480 p.
- _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: USP, 1998.
- _____. *O Poder Simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.315.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 368p.
- BRANDÃO, Berenice C., et ali. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Série – Estudos – PUC/RJ, nº 4, 1981.
- BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.
- _____. *A guerra nas ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997 b. 125 p.

_____. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. In: *Estratégia de intervenção policial no Estado contemporâneo*. TEMPO SOCIAL. Revista de Sociologia da USP. V. 9, nº 1. São Paulo: USP, FFLCH, 1997c.

CALDAS, Paulo Frederico. *De Volta ao Começo: A História da Academia de Polícia Militar D. João VI*. Rio de Janeiro: P. Caldas, 2006. 214 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 219 p.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar*. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 176 p.

_____. *Inventando tradições: José Pessoa e a Reforma da Escola Militar*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, vol. 7, n. 14, 1994, p. 231-240.

_____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. *Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira*. In: *Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social*. 4 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *A Casa & a Rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163 p.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Ensaios sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1991. 216 p.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, 283p.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 609 p.

_____. *Da divisão do trabalho social*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 483 p.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Formação do Estado e Civilização. 2.v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 307 p.

ELIAS, N. e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2005. 256 p.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Globo, 2008. 929 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 19 ed. São Paulo: Graal, 2009. 176 p.

GAROTINHO, Anthony, *et al.* *Brasil Segurança Máxima: Por um Governo de Ação*. Rio de Janeiro: Hama, 2002. 206 p.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2001, 366 p.

_____. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973.

GLUCKMAN, Max. *Rituais de rebelião no sudeste da África*. Brasília: Universidade de Brasília, 1974. 42 p.

_____. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In: FIELMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, [1958]1987. p.227-334.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001. 312 p.

HOLLOWAY, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

KANT DE LIMA, Roberto. *Ritual*. IN. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

_____. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

_____. *Tradição inquisitorial no Brasil da Colônia à República: da Devassa ao Inquérito Policial*. In: *Religião e sociedade*. n.16, 1992.

_____. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v.9, n.1, p. 79, 1997.

_____. *Ensaio de Antropologia e de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008, 289 p.

LEACH, Edmund R. *Cultura e comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 119 p.

_____. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *Repensando a antropologia*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Once a knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v6n1/1970.pdf>. Acessado em 26/04/2009.

LEIRNER, Piero de C. *Meia Volta Volver*. Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *Hierarquia e Individualismo em Louis Dumont*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. *Quem vigia os vigias?* Um estudo sobre o controle interno da Polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003. 317 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia*. In: Claude Lévi-Straus. Os

Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LOMBARDI, Bruna. *No ritmo dessa festa*. São Paulo: Edições Símbolo, 1976. 159 p.

MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001. 493 p.

_____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: EDUSP, 2003. 328 p.

MUNIZ, J. “*Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*”. *Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política): IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, Winter, v. 1, p. 177-198, 2001.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 2002. 157 p.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 57 p.

_____. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 228 p.

_____. *A teoria vivida: e outros estudos de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 197 p.

PEREIRA, Carlos E. Milagres. “*Canções de Guerra*”: um signo bélico na formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro. Monografia apresentada por exigência do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública: UFF, 2002. 35 p.

PINTO, Paulo Gabriel H.R. *Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão do saber na universidade*. Niterói: EDUFF, 1999, 241 p.

SÁ, Leonardo D. de. *Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. 145 p.

SEGALEN, Martinez. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOARES, Bárbara M. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O homem por trás do mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 611 p.

STORANI, Paulo. “*Vitória sobre a morte: a Glória Prometida*”. O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade

Federal Fluminense, 2008.

TAKAHASHI, Emilia Emi. *Notas sobre a formação das primeiras mulheres na Academia da Força Aérea*, 2007. Disponível em http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Emilia_Takahashi_12-08-07.pdf

TAMBIAH, Stanley, J. *The Magical Power of Words*. Man, Cambridge, UK., 3:175-208, 1968.

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói: EDUFF, 2005.

_____. *Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói, EDUFF, 2008. 278p.

_____. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974. 248 p.

VALLA, Wilson O. *Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar*.

VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

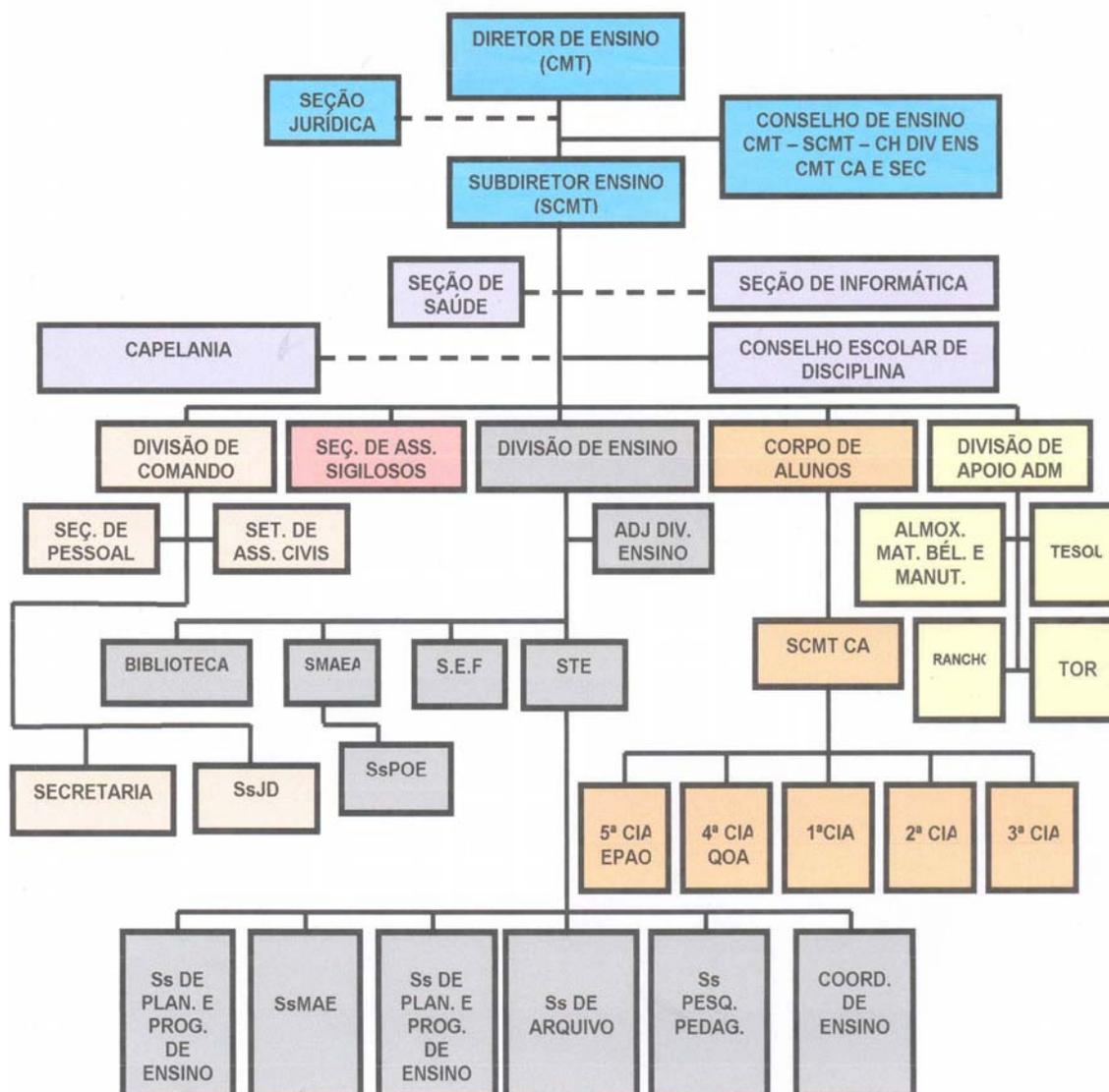
WEBER, Max. “*Las comunidades políticas*” e “*Sociologia de la Dominación*”. In: *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica. 1944.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 14 ed. São Paulo: Pioneira, 1999, 233 p.

ANEXOS

ANEXO I

Organograma da APM



LEGENDA:

CMT – COMANDANTE
 SCMT – SUBCOMANDANTE
 CH. DIV ENS – CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO
 SEÇ DE ASS. SIGILOSOS – SEÇÃO DE ASSUNTOS SIGILOSOS
 ALMOX. – ALMOXARIFADO
 MAT. BÉL. – MATERIAL BÉLICO
 MANUT. – MANUTENÇÃO
 TESOU. – TESOURARIA
 RANC. – RANCHO
 TOR. – TURMA DE OBRAS E REPAROS
 SMAEA – SEÇÃO DE MEDIDAS E AVALIAÇÃO DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM

SPOE – SEÇÃO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
 SEF – SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
 STE – SEÇÃO TÉCNICA DE ENSINO
 EPAO – ESTÁGIO PROBATÓRIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS
 QOA – QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES
 CIA – COMPANHIA
 SsMAE – SUBSEÇÃO DE MEIOS AUXILIARES DE ENSINO
 Ss. PESQ. PEDAG. – SUBSEÇÃO DE PESQUISA PEDAGÓGICA
 COORD. DE ENSINO – COORDENADORES DE ENSINO
 SsJD – SUBSEÇÃO DE JUSTIÇA E DISCIPLINA

ANEXO II**CANÇÃO DO POLICIAL MILITAR**

Letra: Coronel PM Jorge Ismael Ferreira Horsae

Arranjo: Subtenente PM Músico Mário José da Silva

Em cada momento vivido
uma verdade vamos encontrar
Em cada fato esquecido
uma certeza nos fará lembrar
Em cada minuto passado
mais um caminho que se descobriu
Em cada soldado tombado
Mais um sol que nasce no céu do Brasil

Aqui nós todos aprendemos a viver
demonstrando valor, pois o nosso ideal
é algo que nem todos podem entender
na luta contra o mal!

Ser Policial
é, sobretudo, uma razão de ser
É, enfrentar a morte,
mostrar-se um forte
no que acontecer

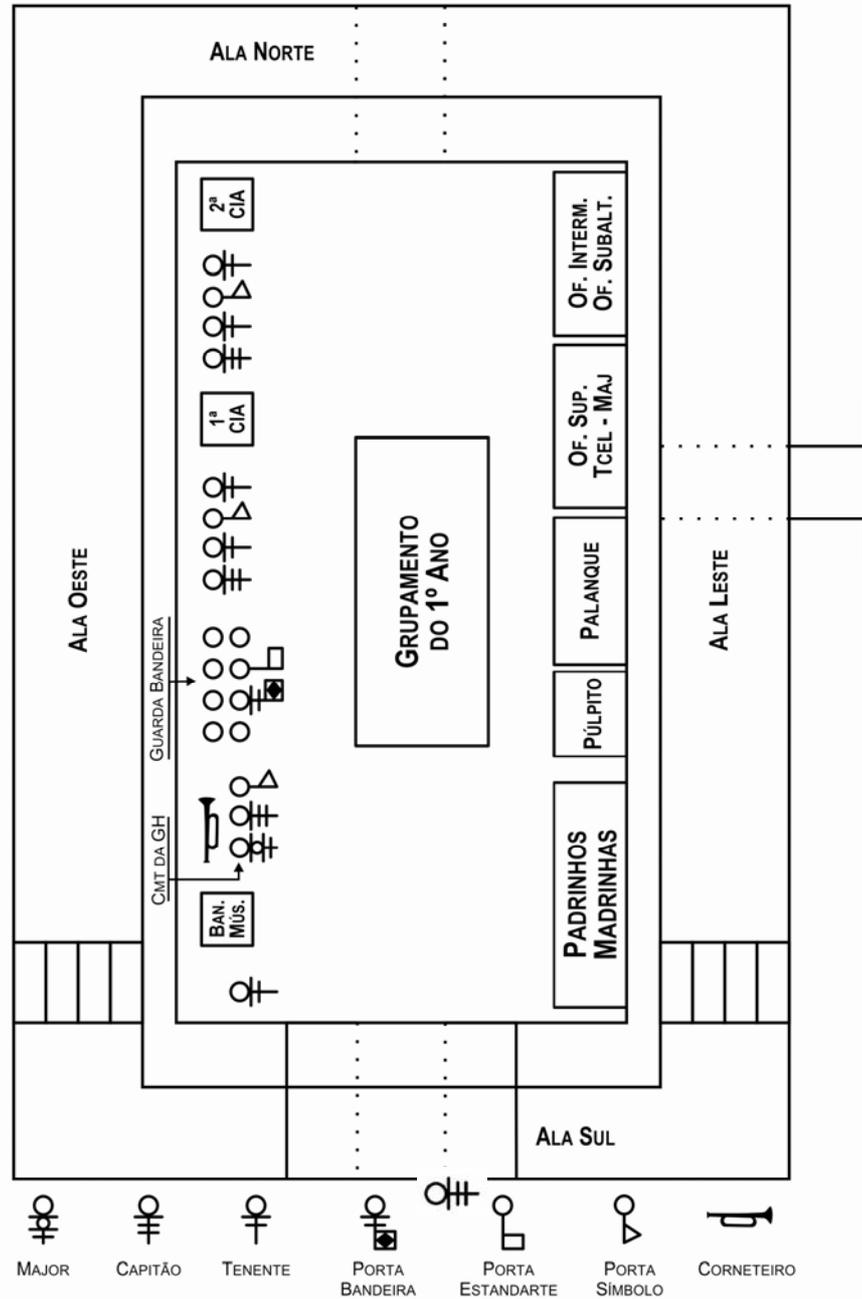
Em cada pessoa encontrada
mais um amigo para defender
Em cada ação realizada
um coração pronto a agradecer
Em cada ideal alcançado
uma esperança para outras missões
Em cada exemplo deixado
mais um gesto inscrito em nossas tradições

Em cada instante da vida
nossa polícia Militar
será sempre enaltecida
em sua glória secular !
Em cada recanto do Estado
deste amado Rio de Janeiro,
faremos ouvir nosso brado,
o grito eterno de um bravo guerreiro !

Ser Policial
é, sobretudo, uma razão de ser
É, enfrentar a morte,
mostrar-se um forte
no que acontecer.

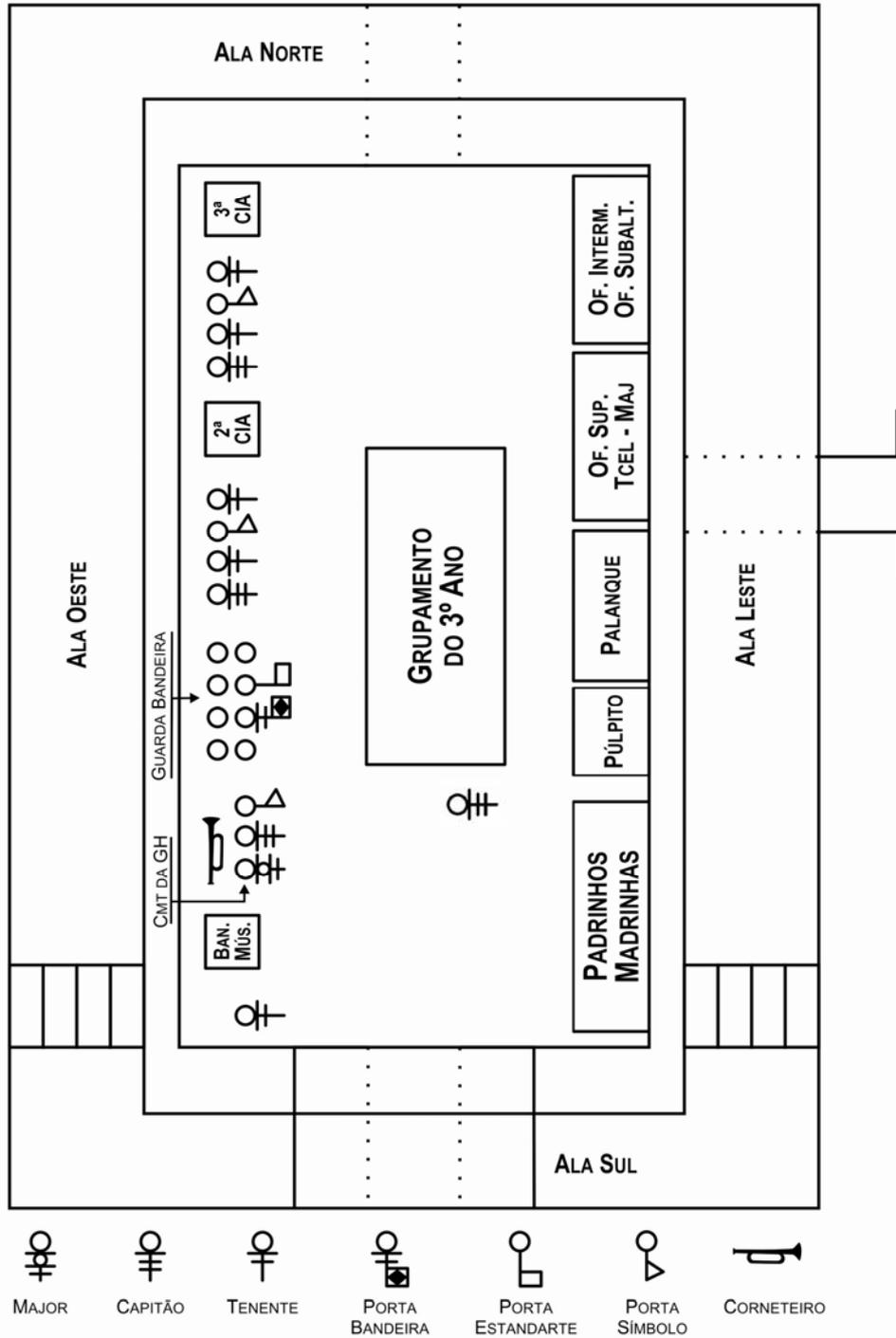
ANEXO III

CROQUI DO ESPADIM



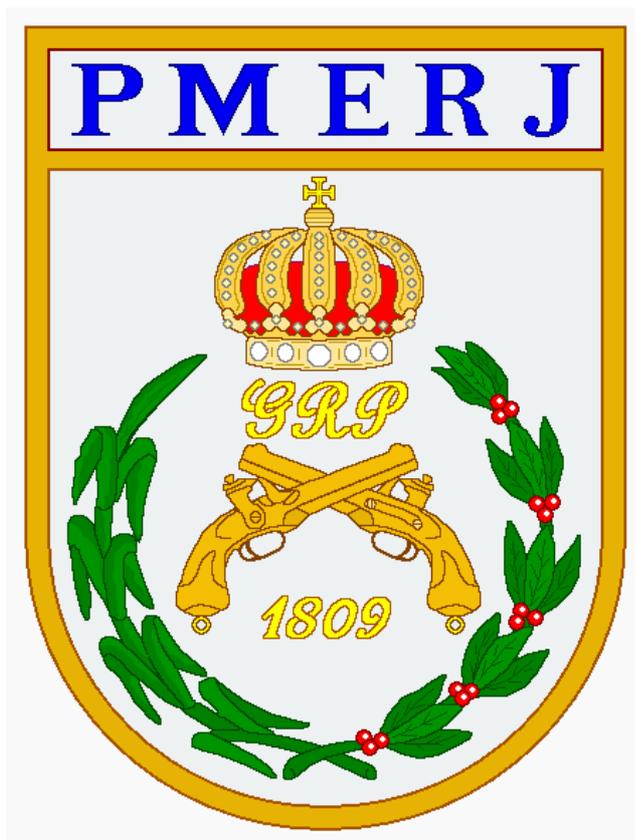
ANEXO IV

CROQUI DO ASPIRANTADO



ANEXO V

BRASÃO DA PMERJ



ANEXO VI

CAPÍTULO III DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA

Art. 12 - A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º - A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de uma mesmo posto ou de uma mesma graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

§ 2º - Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre policiais-militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

Art. 13 - Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais-militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

Art. 14 - Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são fixados no Quadro e parágrafo seguintes:

CÍRCULO DE OFICIAIS	POSTOS
Superiores	Coronel PM
	Tenente-Coronel PM
	Major PM
Intermediários	Capitão PM
Subalternos	Primeiro-Tenente PM
	Segundo-Tenente PM

CÍRCULO DE PRAÇAS	GRADUAÇÕES
Subtenentes e Sargentos	Subtenente PM Primeiro-Sargento PM Segundo-Sargento PM Terceiro-Sargento PM
Cabos e Soldados	Cabo Soldado
PRAÇAS ESPECIAIS	
Frequêntam o Círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante-à-Oficial
Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo de Oficiais	Aluno-Oficial PM

§ 1º - Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Governador do Estado e confirmado em Carta Patente.

§ 2º - Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

§ 3º - Os Aspirantes-a-Oficial PM e os Alunos-Oficiais PM são denominados praças especiais.

ANEXO VII

Brados das Companhias do CFO/2003

3º ano, do CFO/2003

Sem medo da morte nossa turma é vibração
Estamos sempre prontos a cumprir qualquer missão
Com fúria, com raça e determinação
Somos império ímpar o melhor da ralação

2º ano, do CFO/2003

É raça, é fibra, é determinação
Ocupa o espaço defende o cidadão
Um rolo compressor estremece a Academia
Nós somos turma par, somos a Soberania

1º ano, do CFO/2003

Rugindo pelo céu ecoa um trovão
Ombreando fogo, aço, coragem e ação
Altivez e valentia, heróis da tradição
Guarnecendo o Estado cumprimos a missão

ANEXO VIII

Obrigação de Participar Fato Contrário   Disciplina

Art 11 - Todo Policial Militar que tiver conhecimento de fato contrário à disciplina, deverá participar ao seu Chefe Imediato, por escrito ou verbalmente. Neste último caso, deve confirmar a participa o, por escrito, no prazo máximo de 48 horas:

 1 - A parte de que trata este artigo deve ser clara, concisa e precisa, conter os dados capazes de identificar as pessoas e coisas envolvidas, o local a data e hora da ocorrência e caracterizar as circunstâncias do fato, sem tecer comentários ou opiniões pessoais.

 2 - Quando, para a preserva o da disciplina e do decoro da Corpora o, a ocorrência exigir uma pronta interven o do Policial Militar de maior antiguidade que presenciar ou tiver conhecimento do fato, mesmo sem que possua ascendência funcional sobre o transgressor, deverá tomar imediatas e enérgicas providências, podendo, se for o caso, prende-lo em nome da autoridade competente,   qual, pelo meio mais rápido, dará ciência da ocorrência e das providências em seu nome tomadas.

 3 - Nos casos de participa o de ocorrência com Policial Militar de OPM diversa daquela a que pertence o signatário da parte, será este direta ou indiretamente notificado da soluço dada, no prazo máximo de 6 (seis) dias úteis. Expirando este prazo, deve o signatário da parte, comunicar a citada ocorrência   autoridade a que estiver subordinado.

 4 - A autoridade a quem a parte disciplinar é dirigida deve dar soluço no prazo máximo de quatro dias úteis, podendo, se necessário, ouvir as pessoas envolvidas, obedecidas as demais prescri oes regulamentares. Na impossibilidade de solucioná-la nesse prazo, o motivo deverá ser publicado em boletim e, desse modo, o prazo poderá ser prorrogado por até 20 (vinte) dias.

 5 - A autoridade que receber a parte, não sendo competente para solucioná-la, deve encaminhá-la a seu superior imediato.